

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

NATALIA PIETRA MÉNDEZ

**COM A PALAVRA, O SEGUNDO SEXO:
PERCURSOS DO PENSAMENTO INTELECTUAL FEMINISTA
NO BRASIL DOS ANOS 1960**

Porto Alegre

2008

NATALIA PIETRA MÉNDEZ

**COM A PALAVRA, O SEGUNDO SEXO:
PERCURSOS DO PENSAMENTO INTELECTUAL FEMINISTA
NO BRASIL DOS ANOS 1960**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^a. Dr. Claudia Wasserman.

Porto Alegre
2008

NATALIA PIETRA MÉNDEZ

**COM A PALAVRA, O SEGUNDO SEXO:
PERCURSOS DO PENSAMENTO INTELECTUAL FEMINISTA
NO BRASIL DOS ANOS 1960**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 19 de dezembro de 2008.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliane Garcindo de Sá-UERJ

Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber - FEEVALE

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto – PPGH/UFRGS

Prof. Dr. Benito Schmidt – PPGH/UFRGS

AGRADECIMENTOS

O trabalho que aqui apresento é o resultado de uma caminhada que iniciou em minha graduação em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Neste momento final, manifesto minha gratidão com esta instituição que me abrigou por tantos anos. Agradeço ao corpo docente do Departamento de História e do PPGH. Em especial, à Profa. Dra. Claudia Wasserman, uma das principais responsáveis pelo fato de eu não ter desistido deste trabalho. Agradeço pela orientação criteriosa e pelo respeito e estímulo à minha autonomia. Ao longo destes anos, a Profa. Claudia Wasserman se tornou mais que uma orientadora, contribuindo de diversas formas para meu crescimento e inserção profissional. Meus agradecimentos à Profa. Dra. Silvia Petersen, por todas as contribuições ao longo das disciplinas de Mestrado e Doutorado e pelas observações que realizou de meu trabalho na banca de qualificação. E à Profa. Dra. Céli Pinto, pela relevante colaboração na banca de qualificação, abrindo novas possibilidades de abordagem para meu tema, bem como pelas suas sugestões na banca de defesa. Agradeço, igualmente, aos professores: Dra. Eliane Garcindo de Sá, Dr. Alessandro Kerber e Dr. Benito Schmidt pelas contribuições na ocasião da defesa. Algumas delas já estão incorporadas na revisão final, outras certamente já estão nas minhas reflexões e futuros desdobramentos deste trabalho. Registro minha gratidão à Marília Lopes, funcionária do PPGH, pelos incontáveis auxílios ao longo desta jornada.

Este trabalho não seria completo sem as entrevistas concedidas pela escritora Rose Marie Muraro e pela Profa. Dra. Heleieth Saffioti. Agradeço imensamente a disponibilidade com que me receberam. Igualmente, espero que este singelo estudo possa contribuir para dimensionar a importância destas mulheres para o feminismo e para a intelectualidade brasileira. Suas palavras foram uma inspiração para este estudo, mas também para minha vida.

E o que seria de uma doutoranda sem os amigos? Ao longo destes anos, tive a felicidade de contar com amigos que estiveram presentes: Adriana Fraga da Silva, Ana Elisa Prates, Artur Barcelos, Daniel Sebastiani, Gerson Wasen Fraga, Sandra Artigas, Terezinha Vergo, Tiago Bernardon de Oliveira, Vanderlise Barão. A todos eles, muito obrigada! Particularmente, lembro do importante apoio de minha grande amiga Raquel Sebastiani, que faz parte de minha vida desde que eu era uma guria de cachinhos que fazia movimento secundarista, como ela mesmo já me disse. Nosso vínculo comprova que essa história de que não existe amizade sincera entre mulheres é mais um dos tantos mitos que povoam o eterno feminino!

Não poderia deixar de registrar meu reconhecimento à solidariedade dos alunos da Universidade de Caxias do Sul, que toleraram meus deslizes recorrentes do processo final de escrita, sempre com uma palavra de incentivo. Aos meus colegas professores, que me apoiaram com amizade e carinho. Na impossibilidade de citar a todos, destaco a Profa. Dra. Rejane Jardim, que atualmente, se encontra licenciada e vinculada à Universidade Estadual de Londrina, mas que nos últimos três anos foi uma grande parceira de trabalho e amiga. Na UCS, contei também com a importante solidariedade das funcionárias da Casa do Professor Visitante, que procuraram criar as melhores condições possíveis para esta doutoranda itinerante, meu agradecimento à Jussara e a toda a equipe!

A revisão técnica deste trabalho contou com a colaboração do Professor Charles Ross e Professora Luciane Boeira de Jesus, que fez a tradução do resumo para o inglês. Sou grata pelo cuidado com que exerceram suas atividades. Minha gratidão à Dra. Luciana Bridi, que com seu auxílio me ajudou a pensar.

Minha família também ofereceu todo o apoio e incentivo. Tanto os Pietra quanto os Méndez não cansaram de enviar, desde “el Rio de La Plata”, mensagens de incentivo e afeto, em especial minhas primas Victória, Veronica, meus tios Carmen e Jesus (Pocho), minha avó Elira (Chichita), que com seus 88 anos não desistiu de rezar todos os dias por esta neta atéia.

Há alguns anos, ganhei de presente uma nova família. De lá pra cá, a torcida organizada dos Boeira de Jesus, chefiada por Dona Laura e Seu José, tem estado

presente em todas as partidas decisivas da minha vida. Agradeço o carinho de todos e prometo – a partir de agora – me fazer mais presente nos almoços de domingo!

Um especial agradecimento aos meus queridos pais, Mariza e José, que desde sempre me acompanharam, me orientaram, estimularam e acreditaram em todos os meus projetos. A meu irmão Guilherme, por todo o apoio e por suprir minhas ausências acompanhando meus pais.

Ao Leandro, cúmplice dos meus devaneios, agradeço pela sua presença e amparo. Graças ao amor, carinho e companheirismo incondicionais, este percurso tornou-se possível.

A mulher, vendo que o fruto da árvore era bom para comer, de agradável aspecto e mui apropriado para abrir a inteligência, tomou dele, comeu e o apresentou também ao seu marido, que comeu igualmente. Então os seus olhos abriram-se; e vendo que estavam nus, tomaram folhas de figueira, ligaram-nas e fizeram cinturas para si. E eis que ouviram o barulho dos passos do Senhor Deus que passeava no jardim, à hora da brisa da tarde. O homem e sua mulher esconderam-se da face do Senhor Deus, no meio das árvores do jardim. Mas o Senhor Deus chamou o homem e disse-lhe: “Onde estás?” E ele respondeu: “Ouvi o barulho dos vossos passos no jardim; tive medo, porque estou nu; e ocultei-me”. O Senhor Deus disse: “Quem te revelou que estavas nu? Terias tu por ventura comido do fruto proibido de comer? O homem respondeu: “A mulher que pusestes ao meu lado apresentou-me deste fruto, e eu comi”. O Senhor Deus disse à mulher: “Por que fizeste isso?” – “A serpente enganou-me – respondeu ela – e eu comi”. (...) Disse também à mulher: “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio”.

Bíblia Sagrada, Gênesis 2.3

RESUMO

A análise da intelectualidade e de seu papel como um dos agentes de mudanças sociais e culturais é um tema que vem galgando espaços significativos na produção historiográfica.

Neste trabalho, proponho um estudo sobre o percurso do pensamento feminista no Brasil Contemporâneo. Para tanto, escolhi três autoras que desempenharam um importante papel ao introduzir um olhar feminista no campo intelectual brasileiro: a jornalista Carmen da Silva, a escritora e editora Rose Marie Muraro e a socióloga Heleieth Saffioti.

Através da palavra, estas mulheres colaboraram para o questionamento do conhecimento tradicional e misógeno. Trouxeram à luz novas interpretações para os problemas sociais, afirmando a análise das relações entre os sexos como um ponto fundamental para a compreensão e transformação da sociedade.

Atentas às alterações na vida das mulheres que transcorriam ao longo do século XX, mantiveram os olhos focados na realidade brasileira. Na década de 1960, em meio a um regime ditatorial, seus escritos simbolizaram a liberdade almejada por mulheres e homens que sonhavam com a possibilidade de um país diferente.

No período em questão, Carmen, Rose e Heleieth germinaram um debate, a partir de seus espaços de atuação, sobre a condição da mulher. Respectivamente, a Imprensa, a Igreja Católica e a Universidade. São instituições de onde surgiram parte significativa dos pensadores e da atividade intelectual no Brasil.

Analisar as obras e as trajetórias de vida destas mulheres proporciona outros olhares sobre as relações de poder vigentes no contexto dos anos de 1960 e sobre o papel da intelectualidade na elaboração e difusão do pensamento feminista.

Palavras-chave:

Feminismo – intelectualidade – década de 1960 - Brasil

ABSTRACT

The analysis of the intellectuality and its role as one of the responsible for the social and cultural changes is a theme which is achieving meaningful positions in the historical production.

In this study, I propose an analysis concerning to the development of the feminist thought in the Contemporary Brazil. So, three authors who have performed an important role in this field were chosen since they introduced a feminist perspective in the Brazilian intellectual environment. Such women are: the journalist Carmem da Silva, the writer and publisher Rose Marie Muraro and the sociologist Heleieth Saffioti.

These women have collaborated to the inquiring of the traditional and misogynist knowledge through their concepts. They have brought to light new interpretations to the social problems, claiming the analysis of the gender relations as a fundamental subject for the comprehension and changing of the society.

Being careful about the changes in the women lives that happened during the XX century, they kept their eyes focused on the Brazilian reality. In the 1960s, during the dictatorial period, their writings symbolized the desired freedom by women and men who dreamed about the possibility of a different country.

In that period, Carmen, Rose e Heleieth evolved a debate about the women's condition starting from their working fields. Respectively, the press, the Catholic Church and the Universities are institutions from where emerged a significant part of the scholars and of the intellectual activity in Brazil.

The analysis of these women's issues and their course of life provides us with a different point of view about the relation of the power in effect in the context of the 1960s and on the role of the intellectuality in the development and spreading of the feminist thought.

Key-words:

Feminism – intellectuality – 1960s – Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRAJETÓRIAS DE MULHERES IMPOSSÍVEIS	30
APROXIMAÇÕES COM O FEMINISMO	30
DE <i>CARMENZINHA DO DR. PIO</i> À MULHERÓLOGA: UMA FEMINISTA DE RESPEITO.....	43
DE CATÓLICA A BRUXA: ROSE MARIE MURARO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE FEMINISTA	60
DE NORMALISTA A FEMINISTA: ELEMENTOS DO PERCURSO INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI	71
2 A DÉCADA DE 1960: A INSURREIÇÃO DO “SEGUNDO SEXO”	87
PREÂMBULO À DÉCADA QUE MUDOU O MUNDO	87
OS ANOS DE 1960 E AS MULHERES	100
3 O PENSAMENTO INTELECTUAL FEMINISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PRIMEIROS PERCURSOS	127
O CAMPO INTELECTUAL.....	127
SEXUALIDADE E TRABALHO: ELEMENTOS PARA A LIBERTAÇÃO FEMININA.....	137
O FEMINISMO E AS INOVAÇÕES NO CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO.....	164
ALGUMAS PALAVRAS ATUAIS	227
FONTES	241
REFERÊNCIAS	242
ANEXOS	254

1 INTRODUÇÃO

Ainda há muito a examinar sobre a história dos feminismos, sua diversidade, sua dupla manifestação enquanto movimento social organizado em torno de reivindicações e como produção que se destina a compreender as relações entre os sexos na sociedade e trazer esta questão para o centro de uma reflexão intelectual.

De acordo com *Dicionário de Política*, o termo feminismo refere-se tanto a um movimento quanto a um conjunto de teorias que têm por objetivo a libertação da mulher. Em seu significado mais abrangente, significa toda e qualquer recusa a naturalização das desigualdades entre os sexos.¹

Ao contrário do que o senso comum e parte da historiografia ainda sustentam o feminismo no Brasil não possui uma evolução linear. Considerá-lo como um movimento organizado cronologicamente em algumas etapas ou ondas pode trazer dificuldades para compreender as diferentes expressões feministas ao longo do tempo. Tal modo de pensar este termo acaba por não explicar manifestações ocorridas em períodos que não se enquadram nas conhecidas “primeira onda do feminismo” (final do século XIX e primeiras décadas do XX) e “segunda onda do feminismo” (meados dos anos de 1970, década de 1980).²

Esta divisão não se sustenta quando confrontada com o objeto deste trabalho: a atuação de diferentes intelectuais que, a partir dos seus lugares, dedicaram-se a analisar a sociedade de um ponto de vista feminista. Assim, uma década antes da “segunda onda”, importantes reflexões de cunho feminista sacudiam o meio intelectual brasileiro. O presente trabalho busca compreender o significado desta produção feminista dos anos de 1960, seu contexto de produção e suas repercussões no cenário brasileiro.³

¹ BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Ed. UNB, 2007, p. 486.

² Um exemplo desta divisão pode ser encontrada em obras como a de TELLES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

³ Utilizarei o termo feminismo na conotação de “pensamento intelectual” e “movimento” feminista para designar o ativismo político militante, embora nem sempre seja fácil identificar onde termina a ação teórica feminista e inicia uma prática militante, pois estas duas esferas estão intrinsecamente

Havia, naquele momento, um conjunto de pensadoras, poucas, é verdade, que passaram a elaborar questionamentos voltados a compreender quais foram os papéis sociais femininos e masculinos ao longo da história do Brasil e como estes papéis pré-estabelecidos refletiram em condições de vida peculiares para as mulheres. Tais reflexões colocavam em xeque o conhecimento socialmente acumulado acerca da população feminina, problematizando sua inserção sócio-econômica, os espaços destinados à mulher no mercado de trabalho, o acesso à educação, a uma participação política qualificada, as relações familiares e interpessoais. Nenhum aspecto da vida social escapava a estas observadoras atentas da existência feminina. O feminismo enquanto reflexão intelectual formou-se à margem de correntes que detinham a hegemonia do conhecimento nos espaços sociais e acadêmicos e despontou um novo olhar sob a realidade brasileira.

A partir de um primeiro contato com publicações feministas situadas no espaço temporal da década de 1960 saltaram aos olhos as produções de três mulheres. A primeira delas é **Carmen da Silva**, jornalista e escritora que por vinte anos (1963-1985) publicou uma coluna semanal na *Revista Claudia* intitulada *A Arte de Ser Mulher*, além de outros diversos livros sobre o tema. Foi uma referência fundamental para o movimento de mulheres que tomaria corpo nos anos de 1970 e 80 e é considerada uma das principais divulgadoras das idéias feministas no país. Sua obra possui livros reconhecidos na literatura rio-platense como *Septiembre*, publicado na Argentina em 1957 e que lhe valeu o ingresso à Sociedade Argentina de Escritores (SADE), e *Sangue sem dono* (1964), primeiro romance após seu retorno ao Brasil.

Carmen da Silva nasceu na cidade gaúcha de Rio Grande em 31 de dezembro de 1919. Iniciou sua vida intelectual como romancista e escreveu três obras de ficção nos anos de 1957, 1964 e 1973. Viveu durante alguns anos na Argentina e neste país entrou em contato por primeira vez com uma literatura feminista internacional. Entre suas principais influências, está a filósofa Simone de Beauvoir. De volta ao Brasil, Carmen passou a exercer o trabalho de jornalista. Em meados dos anos de 1960, foi convidada a escrever uma coluna semanal na *Revista Claudia*, de grande circulação

relacionadas. O feminismo, enquanto pensamento teórico pressupõe, igualmente, uma prática política. Mais adiante, ainda nesta introdução, tentarei definir melhor esses conceitos.

nacional. Alguns dos ensaios que a colocam na condição de escritora feminista são: *A Arte de ser Mulher: Um Guia Moderno para o seu comportamento* (1965), *O homem e a mulher no mundo moderno* (1969) e *Histórias híbridas de uma senhora de respeito* (1984) (obra autobiográfica).

Carmen faleceu aos 66 anos, em 1985. Sua coluna influenciou diversas gerações de mulheres ao tratar de forma aberta de temas vinculados ao feminismo. O resultado deste trabalho resultou em uma publicação póstuma, em 1994, intitulada *O melhor de Carmen da Silva*, que reúne uma coletânea dos seus artigos. Desta forma, Carmen não foi apenas uma ativista engajada no movimento feminista. Foi uma das precursoras no exercício de pensar a realidade da mulher brasileira, em discutir seus problemas de forma pública e irrestrita, levando o debate feminista para um leque amplo de leitoras e leitores.

Rose Marie Muraro, escritora, editora e ativista leiga da Igreja Católica, publicou em 1966 um pequeno livro intitulado *A Mulher na Construção do Mundo Futuro* que redimensionou a questão feminina na sociedade, vendendo mais de 30 mil exemplares em diversas edições sucessivas além de inaugurar os debates sobre a condição da mulher. Já em fins dos anos de 1970, suas reflexões iriam contribuir com grupos de católicas preocupadas com a formulação de uma teologia feminista. Sua relevância enquanto intelectual e ativista lhe renderam o título de Patrona do Feminismo Brasileiro.

Outra publicação relevante foi o livro *Automação e o futuro do homem*, em fins de 1968. No ano de 1970, Rose Marie lançou *A Libertação Sexual da Mulher*, obra que lhe valeu debates polêmicos com integrantes da Igreja. Em 1971, foi responsável pela vinda da feminista Betty Friedan ao Brasil, fato que teve enorme repercussão no âmbito intelectual pela conhecida atuação da feminista norte-americana. Em 1983, Rose Maria Muraro publicou *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. E, dois anos depois, veio à público o livro *Sexualidade, Libertação e Fé. Por uma erótica cristã: primeiras indagações*. Esta publicação, ao que tudo indica, acirrou ainda mais sua já conturbada relação com segmentos mais conservadores da Igreja Católica. O resultado foi sua demissão da Editora Vozes. Com a sua saída da Vozes, Muraro funda a Editora *Rosa dos Tempos*, dedicada exclusivamente a publicar obras

voltadas para as problemáticas das mulheres. Em 1999, ela publicou a autobiografia *Memórias de uma mulher impossível*. Um fato interessante da trajetória intelectual de Rose é que ela começa sua carreira como escritora na União Católica de Imprensa nos anos de 1950 publicando poemas que prenunciavam a busca por uma nova forma de ver o erotismo, o amor e o sexo dentro de uma concepção cristã.

A socióloga, pesquisadora e professora universitária **Heleieth Saffioti** é um nome muito conhecido no universo acadêmico devido à sua vultosa produção intelectual. Saffioti pode ser considerada a primeira mulher a produzir pesquisas que traziam a problemática das relações entre os sexos para o centro da sociedade brasileira. Seu trabalho se fundamentava na concepção de que o capitalismo é organizado, e, ao mesmo tempo, organiza a hierarquia entre os sexos como um meio de expropriação.

Heleieth Saffioti nasceu em 4 de janeiro de 1934 e foi pioneira na inserção dos estudos sobre a mulher na academia brasileira. Em 1967 defendeu a tese *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*, que lhe valeu o título de livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, sob orientação de Florestan Fernandes. A tese foi publicada como livro pela primeira vez em 1969, pela editora Quatro Artes, tendo a sua segunda edição lançada em 1976 pela Editora Vozes. Entre as décadas de 60 e 80, a professora Heleieth realizou inúmeros trabalhos e pesquisas sobre a condição da mulher no mundo do trabalho. Entre as suas principais publicações, encontram-se: *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias* (1969), *Emprego doméstico e capitalismo* (1978) e *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher* (1981). As obras de Saffioti se transformaram em uma referência obrigatória para os grupos feministas que começaram a surgir no país a partir da segunda metade da década de 1970, bem como para os estudos de gênero. É interessante notar que poucas autoras feministas conseguiram penetrar tanto no espaço acadêmico, no terreno intelectual e político com sua receptividade. Para os objetivos deste trabalho, nossa análise se centrará em uma obra: *A Mulher na Sociedade de Classes, mito e realidade*.

Embora a partir dos anos de 1990 tenhamos assistido a uma propagação de estudos desta natureza, até os dias atuais as obras aqui selecionadas são lidas como

uma referência tanto para estudiosos que analisam a situação feminina na sociedade capitalista quanto pelos movimentos feministas.

Assim, o trabalho que ora apresento é um esforço de reunir, examinar e comparar parte do trabalho destas três mulheres que podem ser consideradas as pioneiras na incorporação da relação social entre os sexos na pauta da intelectualidade brasileira. Diga-se de passagem, intelectualidade que, no máximo, considerava este tema como algo extremamente periférico, marginal e, porque não dizer, até mesmo desnecessário.

Desse modo, o propósito central é analisar de modo comparativo o surgimento de um núcleo de pensadoras⁴ dedicadas a explicar a situação das mulheres na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se convertiam, através da palavra e da ação intelectual, em sujeitos de uma mudança de padrões de conhecimento que iria refletir no campo intelectual brasileiro. Não seria ousado dizer que tais inovações contribuiriam de forma significativa para uma desestruturação dos papéis sociais femininos e masculinos.

Em parte, elas eram influenciadas por uma literatura feminista estrangeira. Neste sentido, será importante demonstrar suas relações com escritoras feministas que foram referência para Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti. Porém, mais importante do que as influências exógenas foram suas vivências pessoais, suas formações intelectuais e a observação crítica às mudanças que estavam em curso na própria sociedade brasileira.

A escolha das autoras utilizou como critério, primeiramente, a relevância das suas produções, considerando que suas obras possuem abrangências distintas, que incluem tanto um público acadêmico/universitário quanto um público geral interessado em tal tipo de problemática. Além do critério da relevância da produção, considerei a questão da circulação em âmbito nacional, através de um levantamento dos principais artigos e livros publicados por elas ao longo dos anos de 1960 no Brasil. As autoras

⁴ O fato de dizer que se trata de um núcleo de pensadoras não significa que elas sejam vistas como um corpo monolítico. Ao longo do trabalho, pretendo demonstrar que cada uma das intelectuais aqui analisadas atuava desde um espaço específico da sociedade e que nem sempre havia um fluxo articulado de relações entre elas. O vínculo que se pode estabelecer entre as três se refere ao fato de suas preocupações intelectuais situarem a problemática da relação social entre os sexos e de um percurso que, paulatinamente, as aproximou das teorias feministas.

aqui selecionadas possuíam o maior número de livros e artigos publicados, contando, obviamente, as reedições, que são um indicativo interessante para medir o seu grau de circulação.⁵

Elas começaram a questionar o panorama intelectual e os conhecimentos até então formulados sobre a condição e o papel da mulher na sociedade. Deste modo, foram responsáveis por produzir e divulgar o pensamento feminista. Investigar o surgimento de uma vertente de pensamento no seio da intelectualidade brasileira requer um esforço em compreender os aspectos contextuais que abarcam toda a estrutura social da época, bem como as relações sociais específicas que se delinearam dentro do campo intelectual. Ao mesmo tempo, um estudo desta natureza exige um olhar sensível às histórias de vida dos personagens envolvidos nesta trama. Somadas, as duas possibilidades de percorrer o tema contribuem para examinar a formulação do pensamento feminista no Brasil contemporâneo considerando, ao mesmo tempo, os textos que resultaram do esforço intelectual das autoras e o seu contexto de produção.

Trata-se de um estudo focado em três autoras com uma vasta produção. No entanto, optei por privilegiar um estudo qualitativo de poucas obras que fossem representativas do itinerário intelectual em que se encontravam na década em questão. As obras que servirão de fonte para compreender as principais premissas que nortearam a formulação das reflexões feministas são, com relação aos escritos de Carmen da Silva: *A Arte de Ser Mulher, um guia moderno para o seu comportamento, O homem e a mulher no mundo moderno, Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito* e *O melhor de Carmen da Silva*. De Rose Marie Muraro, utilizarei *A Mulher na Construção do Mundo Futuro e Memórias de uma mulher impossível*; e de Heleieth Saffioti, *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. O fato de utilizar um número maior de obras com relação aos escritos de Carmen da Silva justifica-se pela natureza dos próprios textos. Excetuando-se o livro autobiográfico, os demais são textos jornalísticos que tratam, de modo fragmentado,

⁵ Por exemplo, o livro de Heleieth Saffioti, publicado por primeira vez em 1968, encontrava-se em sua segunda edição dez anos depois, em 1979. *A Mulher na construção do mundo futuro* teve uma divulgação ainda mais impressionante. A primeira edição, datada de 1966, foi seguida de mais quatro edições, chegando, em 1969 à sua quinta publicação.

de muitos temas que são aqui abordados. Somente uma leitura de todos estes textos permitiu elaborar comparações em relação às demais autoras. Já, tanto no caso de Heleieth Saffioti quanto de Rose Muraro, foi possível encontrar um livro de cada uma das autoras que apresentasse uma síntese representativa do pensamento das mesmas nos anos de 1960.

Contudo, o trabalho não se limitará a uma análise intrínseca das obras. É fundamental também observar o contexto de produção no qual as autoras e suas obras estavam inseridas, contexto este que foi marcado por uma profícua efervescência cultural, política e intelectual, resultado de uma sociedade que atravessava importantes mudanças estruturais e culturais. Paradoxalmente, foi também nos anos de 1960 que o país assistiu – após um intervalo de relativa democracia – à retomada de um modelo de estado autoritário.

Após o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) os governos que sucederam a chamada Era Vargas (1930-45) passaram a ser eleitos através do voto direto e, gradativamente organizações de esquerda como o Partido Comunista, sindicatos e movimento estudantil passaram a ocupar um importante espaço no cenário social. O golpe militar de 1964 significou uma retomada da experiência histórica já amplamente conhecida na breve cronologia republicana do Brasil, ou seja, a tentativa de organizar a sociedade através de ações repressivas, coordenadas pelo aparelho estatal.

O contexto da ditadura foi definidor de uma gama imensa de comportamentos, valores e posicionamentos. Principalmente no campo da ação intelectual, foi um divisor de águas: ou se estava a favor do regime ou então na oposição, em suas mais diversas manifestações. Foi neste ambiente que as mulheres estudadas neste trabalho se construíram como pensadoras alinhadas com a oposição ao Estado autoritário. No entanto, suas resistências não ocorreriam através da forma convencional, ou seja, do engajamento direto em alguma organização de esquerda. A crítica à ditadura passava por uma reflexão mais profunda da própria sociedade brasileira e suas estruturas patriarcais. Foi através de uma interlocução com o feminismo que Carmen, Rose e Heleieth exerceram suas atividades como intelectuais engajadas. E, ao mesmo tempo, suas reflexões feministas ganharam contornos

próprios, que os diferenciavam de manifestações semelhantes de pensadoras da Europa e Estados Unidos.

Um dos principais diferenciais residia no fato de que as feministas brasileiras viviam em um contexto autoritário, no qual a defesa de uma moral tradicional ganhava um estatuto de política de estado. Outra disparidade relacionava-se com a complexidade das relações sociais nos países ditos subdesenvolvidos. Nestes, como era o caso do Brasil, a desigualdade entre homens e mulheres ganhava contornos próprios devido às hierarquias sociais e aos resquícios de uma ordem escravocrata e patriarcal que contribuía para solidificar as hierarquias entre os sexos, classes e etnias. Assim sendo, o preconceito contra a mulher revestia-se, ainda, de uma profunda clivagem de classe e raça/etnia.

Em suma, ao longo do trabalho pretendo demonstrar o caráter singular do pensamento intelectual feminista brasileiro. Primeiramente porque se tratava de um novo feminismo, que se diferenciava em termos teóricos daquela experiência localizada entre o final do século XIX e na primeira metade do século XX. Refiro-me aqui às sufragistas, feministas que se organizaram em torno da bandeira das conquistas de direitos civis, tendo na defesa do voto feminino o seu principal propósito. Segundo, porque o pensamento feminista emergente no Brasil contemporâneo não foi, ao contrário do que de forma corrente afirma o senso comum, o reflexo de um movimento social que o inspirou. Percebe-se que os primeiros grupos feministas que surgiram na chamada “nova onda” do movimento no Brasil surgiram no início dos anos de 1970, enquanto havia, desde meados dos 60, publicações de conotação feminista. No entanto, esta questão ainda permanece um tanto obscura no próprio movimento feminista e, arriscaria dizer, entre pesquisadores e pesquisadoras da área dos estudos de gênero. Percebo isto ao participar de eventos do movimento feminista, de encontros e congressos sobre estudos de gênero. Nas abordagens de diversos expositores é comum a referência ao fato de que o feminismo só começou no Brasil em meados dos anos de 1970. Isto pode ser verdadeiro em relação ao movimento social, mas não a uma reflexão e atividade intelectual.

Nesse sentido, uma das singularidades do pensamento feminista no Brasil é que este se constituiu como uma contra-corrente intelectual e social, que já nas suas

primeiras manifestações, caminhava de forma autônoma em relação a qualquer movimento social que lhe fornecesse uma base de apoio, pelo menos em solo brasileiro. Ao contrário, é possível inferir que tais publicações estimularam mobilizações de mulheres e a posterior formação de grupos feministas.

Quando se trata de estudar a formulação do pensamento intelectual feminista, normalmente presume-se que ele foi um subproduto dos movimentos sociais de mulheres. Ou seja, o pensamento intelectual não é interpretado em si mesmo, mas como se este fosse um deslocamento da ação militante. Disto decorre uma visão do senso comum e, também encontrada nos meios acadêmicos, de que o feminismo não é validado como uma teoria social, mas apenas como parte da manifestação de um movimento que se opõe à opressão feminina. Seria coerente relativizar essa concepção. Existe uma relação entre movimento social e teoria, mas que não se trata de uma relação dependente ou hierárquica. A noção de que a teorização sobre o feminismo é o desdobramento da mobilização social das mulheres não se sustenta se analisarmos o caso das produções de Heleieth Saffioti, Carmen da Silva e Rose Marie Muraro.

Verifica-se, a partir de uma bibliografia sobre o assunto que os grupos feministas, organizados enquanto movimento social ressurgiu a partir de meados da década de 1970. Ao passo que, uma década antes, em meados dos anos de 1960, encontram-se publicadas e com ampla divulgação importantes obras que discutem a situação feminina na sociedade de um ponto de vista crítico.

A aproximação com as obras que vou analisar teve início quando, em minha dissertação de mestrado, realizei uma pesquisa sobre o discurso do movimento feminista em Porto Alegre no período de 1975 a 1985. Apesar de o estudo ser focado na sociedade porto-alegrense, acabei estendendo minha análise a outros movimentos feministas do centro do país e notando que existia entre tais grupos de mulheres uma rede de contatos, discussões, trocas de informações e debates. Igualmente, foi possível compreender que estes grupos referenciavam-se amplamente nos escritos de pensadoras como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Alexandra Kolontai, entre outras intelectuais de renome mundial. Dentro destas referências a uma bibliografia consumida pelos grupos e militantes feministas, algumas chamaram minha atenção

por se tratar de autoras brasileiras. Nos panfletos feministas encontrei muitas referências a publicações das autoras aqui estudadas, o que me motivou a aprofundar o exame dos seus escritos.

A outra questão que me leva a afirmar a singularidade do pensamento feminista é que este, embora visivelmente inspirado em idéias e autoras estrangeiras, não foi um epifenômeno do feminismo europeu ou norte-americano. Nas obras que aqui serão analisadas é perceptível uma série de elementos que lhes são particulares, fruto do momento histórico e das preocupações específicas que as autoras desenvolveram ao analisar a situação das mulheres no contexto brasileiro. E aqui no Brasil a conjuntura do golpe de 1964 teve uma relevância importante nas reflexões das autoras. Igualmente, as contradições geradas pelo próprio regime foram importantes para compreender como determinadas obras escapavam à censura política e moral dos agentes governamentais.

O enfoque central deste trabalho é **analisar a contribuição do pensamento destas três mulheres para formulação do pensamento intelectual feminista no Brasil contemporâneo**. Este emerge dentro do campo intelectual brasileiro, entendido como o lugar de funcionamento das relações intrínsecas à intelectualidade, suas formas de pensamento, as relações de força, as políticas de legitimidade, bem como as práticas e ações do que se pode denominar como sociedade intelectual. Dentro deste espaço intelectual, há tensões entre diferentes correntes de pensamento que podem – em alguns momentos históricos – estabelecer disputas pelo reconhecimento a conhecimentos novos.

O campo intelectual brasileiro dos anos de 1960 é extremamente heterogêneo tanto no que se refere às diferentes vertentes que o norteiam quanto aos lugares de atuação, que não se resumiam à academia, lugar por primazia da produção científica; intelectuais atuavam na área da cultura, na imprensa, por dentro da Igreja Católica, e em outros diversos meios. Esta heterogeneidade do campo intelectual é representada pelas três autoras aqui escolhidas, tendo em vista que Heleieth Saffioti é a única que pode ser considerada como uma pensadora acadêmica, Carmen da Silva era uma jornalista e Rose Marie Muraro atuava no movimento de leigos da Igreja Católica e no mercado editorial. O fato de não pertencerem aos mesmos lugares, não significa que

não houvesse um fluxo de idéias, leituras e influências semelhantes em suas obras. A opção pela escolha de três mulheres pertencentes a diferentes lugares de enunciação possibilitará um olhar mais abrangente sobre a produção e a difusão das idéias feministas na sociedade brasileira.

Antes de prosseguir com a explanação sobre o objeto do meu trabalho, penso que seria relevante fazer algumas considerações de cunho teórico que permitam vislumbrar e esclarecer conceitos que serão utilizados. O primeiro deles é o termo feminismo. Ele pode ser entendido como um movimento social que busca dirimir as diferentes formas de desigualdades entre homens e mulheres. Neste contorno, o feminismo identifica-se como uma causa militante, que envolve ações concretas diversas através de grupos estritamente feministas ou por dentro de outras organizações como partidos políticos, sindicatos e demais movimentos sociais.

Entretanto, o feminismo também pode ser definido como uma corrente de pensamento que tem por objetivo discutir a produção do conhecimento dentro de uma ótica das relações de poder. Ou seja, mostrar que os saberes não são isentos. Esta concepção deriva de um momento histórico bastante peculiar para o campo das ciências humanas, que resultou em um grande movimento de questionamento de suas próprias bases. A seguir, trago uma citação de Boaventura de Souza Santos que explicita— um momento histórico em que os conhecimentos das ciências humanas – e da ciência em seu todo – passam a ser questionados na sua capacidade de fornecer respostas totalizadoras a respeito da sociedade:

Vivemos num tempo atônito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro, que ora pensarmos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser.⁶

Como afirmou Boaventura Souza Santos, em *Um discurso sobre as ciências*, publicado por primeira vez no final dos anos de 1970, os cientistas sociais viviam sob uma espécie de crise dos paradigmas epistemológicos. Ao mesmo tempo em que se apontava um vir a ser, no sentido de inovações teóricas e metodológicas, era

⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Ed.; Cortez, 2006. p- 13.

perceptível a permanência com uma postura científica fundamentada, ainda, no paradigma cartesiano. As teóricas feministas protagonizaram este momento de crise, como sujeito ativo e resultado tendo em vista a contribuição para um questionamento das teorias e métodos de pesquisa consagrados a partir de pressupostos como isenção, objetividade, neutralidade, verdade. Estas idéias eram, na concepção das feministas, problemáticas, pois partiam do princípio de que a ciência seria capaz de estabelecer verdades universais. Assim, as feministas apontavam que tais verdades solapavam a condição feminina nas sociedades atuais e na história.

Foi para questionar conhecimentos pretensamente universais, que a partir dos anos de 1950 (na Europa e nos Estados Unidos) e dos anos de 1960 (no Brasil), começaram a despontar obras dedicadas a desmistificar a condição feminina e, conseqüentemente, a própria ciência. Em meados dos anos de 1970, diante dos avanços e inovações no campo dos estudos sobre as mulheres, houve um questionamento a respeito do caráter masculino da ciência. Estariam as feministas produzindo um novo paradigma científico? Algumas passaram a defender que estava em curso a formulação de uma epistemologia feminista.

Este questionamento, elaborado principalmente por pesquisadores norte-americanos, procurava definir uma produção do conhecimento e uma interpretação da realidade pautada na desnaturalização das relações sociais estabelecidas historicamente entre homens e mulheres. Tratava-se do reconhecimento de que a sociedade é transposta por práticas, valores, comportamentos, ações e papéis sociais que marcam a vida dos sujeitos – homens e mulheres - de acordo com a sua identidade sexual.⁷ Embora seja difícil encontrar uma definição exata do que seria propriamente uma epistemologia feminista, é mais fácil diagnosticar quais são os princípios que as pesquisadoras e pesquisadores orientados por tal paradigma passaram a rejeitar. Assim, existem alguns princípios teóricos e metodológicos que

⁷ Atualmente, o conceito de identidade sexual vem sendo superado pelo de construção de gênero. Isto se deve em boa medida à compreensão de que as identidades de gênero são múltiplas e independem da condição biológica de ser homem ou mulher. Sobre o conceito de gênero ver: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3,1994. TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994. VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, 1994.

vão de encontro às teorias feministas. Mary M. Gergen, investigadora da área de psicologia social nos EUA, procura oferecer um quadro a este respeito:

Em suma, os pensadores feministas rejeitam os seguintes princípios metodológicos empiristas tradicionais: 1. A independência entre cientista e objeto de pesquisa; 2. A “descontextualização” da matéria do campo em que está inserida física e historicamente; 3. Teoria e prática neutras em valor; 4. A independência dos “fatos” em relação ao cientistas; 5. A superioridade do cientista em relação às outras pessoas.

A pesquisa de inspiração feminista quer que se reconheça que cientistas, objetos de pesquisa e “fatos” estão todos inter-relacionados, envolvidos em influências recíprocas e sujeitos a constrangimentos lingüísticos e de interpretação.⁸

Os questionamentos acima enumerados apontam para uma postura teórica e metodológica que não são reflexões exclusivas das pesquisadoras feministas, mas, como já foi conjecturado anteriormente, fazem parte de um movimento mais amplo de problematização dos paradigmas das ciências sociais. Dentro dos estudos históricos, apenas para exemplificar, há todo um debate sobre as relações entre subjetividade/objetividade do conhecimento histórico, sobre o papel do historiador na construção do conhecimento que é resultado de um longo processo de crítica a um fazer histórico que pretendia abolir o papel do historiador como sujeito. No entanto, há muitas dúvidas acerca do uso do termo “epistemologia”. O maior questionamento está em pensar se, de fato, as teorias feministas, são capazes de oferecer um repertório teórico-metodológico que rompa com os paradigmas pré-existentes ou se estas seria, decorrência ainda do paradigma da modernidade.

Todavia, não há dúvida quanto ao caráter inovador que as pensadoras feministas empregaram ao repensar a sociedade a partir da ótica das relações de gênero. E o objetivo deste trabalho é mostrar que no Brasil, antes mesmo da consolidação de um movimento feminista organizado, havia importantes pensadoras reinventando o modo de interpretar as relações entre homens e mulheres, ou seja, contribuindo para a formulação de um pensamento intelectual feminista.

⁸ GERGEN, Mary McCanney. Rumo a uma Metateoria e Metodologia Feministas nas Ciências Sociais. In: GERGEN, Mary MacCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Ed. UNB, 1993, p. 117.

Assim, além de se inscrever na área estudos feministas o presente trabalho encontra filiações com outra zona de definição complexa. Trata-se da história intelectual. O termo intelectualidade é compreendido como um grupo identificado com a esfera cultural, política e de formadores de opinião. A título de exemplo, é possível considerar que fazem parte do chamado campo intelectual diferentes profissões e atividades sociais vinculadas à produção e divulgação do conhecimento e que contribuem para a configuração da opinião pública.

Com relação às fontes utilizadas para a construção deste trabalho, destacam-se, em primeiro lugar as obras produzidas pelas referidas autoras no período dos anos de 1960. Estes livros e textos serão válidos para examinar a construção do pensamento feminista e identificar o que há de específico em cada autora bem como as proximidades, as influências comuns, as intencionalidades expressas em cada texto.

Além das obras, foi possível realizar entrevistas com Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Estas entrevistas são um material rico para pensar - à luz das memórias das duas entrevistadas - a trajetória do pensamento feminista no Brasil e suas contribuições particulares. Além disso, as entrevistas foram importantes para refletir sobre o próprio percurso das autoras, principalmente no que concerne a suas aproximações com o feminismo. A transcrição das entrevistas é apresentada nos anexos da tese. Cabe destacar que essas transcrições passaram por uma edição que teve como fim tentar organizar os depoimentos por assuntos afins. Na edição, tomei o cuidado de retirar menções a terceiros (as) que pudessem ser consideradas de cunho estritamente pessoal. Em alguns casos, isso foi feito a pedido das próprias entrevistadas, em outros, tomei a liberdade de fazê-lo por considerar que eram informações desnecessárias ao escopo deste trabalho.

Utilizei, para o propósito destas entrevistas, uma metodologia próxima ao que Paul Thompson denomina de entrevistas livres, ou seja, sem um questionário fixo. Neste sentido, Thompson sinaliza a existência de dois modelos extremos de abordagem em história oral:

Pode-se estabelecer uma diferença entre os chamados “questionários” de perguntas fechadas, cujos padrões lógicos rigidamente estruturados inibem

de tal modo a memória que o “respondente” – a escolha desse termo é por si só sugestiva – fica reduzido a respostas monossilábicas, ou muito curtas; e, no outro extremo, não propriamente uma “entrevista”, mas uma “conversa” livre em que a “pessoa”, o “portador-de-tradição”, a “testemunha”, ou o “narrador” é “convidado a falar” sobre um assunto de interesse comum.⁹

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, optei por organizar um roteiro, com algumas perguntas norteadoras, mas que pudesse ser flexibilizado à medida que minhas entrevistadas entrassem em temas que fossem parte de suas memórias. O objetivo foi deixar que as duas entrevistadas tivessem liberdade para se expressar. No entanto, tendo em conta a distância geográfica que me separava delas e, talvez, a impossibilidade de realizar novos encontros, procurei no roteiro um apoio para evitar que questões fundamentais aos propósitos deste trabalho deixassem de ser abordadas.

Ainda, utilizei como fonte duas autobiografias. Uma foi produzida em 1984 por Carmen da Silva e a outra, de Rose Marie Muraro, foi publicada em 1999. As biografias em questão apresentam aspectos relevantes para refletir sobre questões relacionadas à formação intelectual bem como a sua identificação com o feminismo.

Embora o primeiro capítulo se detenha mais nos aspectos biográficos, elementos da construção intelectual das autoras serão utilizados ao longo de todo o trabalho. Para refletir sobre tais elementos, a noção de trajetória de vida proposta por Bourdieu, será considerada com o propósito de refazer os percursos intelectuais das autoras, partindo do pressuposto de que estes não seguem uma trajetória linear e unívoca. Ao contrário, são permeados por movimentos múltiplos, por mutações e matizes. Da mesma forma que as idéias, a trajetória de vida apresenta descontinuidades e percorre caminhos paralelos, por vezes, até contraditórios.

A fim de compreender melhor esta construção dos personagens, como mulheres intelectuais, será proveitoso utilizar o conceito elaborado por Bourdieu, já que ele aponta a necessidade de questionar a biografia como uma narrativa dotada de sentido lógico, que segue um conjunto de relações inteligíveis de efeito e causa. De acordo com Bourdieu, a noção de trajetória permite examinar o agente no espaço social como um sujeito vinculado a redes de relações objetivas, que se modificam e

⁹ THOMPSON, Edward Paul. **A voz do passado. História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.257.

se deslocam, dentro de um determinado espaço. Este espaço é o que o autor denomina de superfície social: “o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”.¹⁰ Desta forma, embora reconstruir a trajetória de vida das mulheres que servirão de fonte para este trabalho não seja meu objetivo principal, penso que uma tentativa de aproximação com suas biografias auxiliará a compreender de forma mais eficaz as diferentes atuações de cada uma delas, como sujeito, dentro do campo da intelectualidade e suas diferentes existências como feministas.

Igualmente, busco apoio nas discussões propostas por Giovanni Levi, quando este aponta a dificuldade encontrada pelos historiadores tendo em vista que “as fontes que dispomos não nos informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados destas”.¹¹ Esta limitação dada pelas fontes, por vezes, resulta em explicações monocausais e lineares, o que deve ser repensado, na opinião do autor, a partir de uma reflexão sobre “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade (...)”.¹² Dentro desta perspectiva a noção de contexto, enquanto um conjunto de normas que moldam e tendem a homogeneizar a ação dos indivíduos, precisa ser repensada.

Traçando um paralelo com Pierre Bourdieu, Levi afirma que estudar o passado de um indivíduo remete a uma análise do contexto: “Nesse sentido, Pierre Bourdieu falou acertadamente da ‘ilusão biográfica’, considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante”.¹³

A questão fundamental é: como evitar os determinismos a partir de estudos que procuram reconstruir aspectos da trajetória de indivíduos cujas vidas possuem um cruzamento (como é o caso deste trabalho) e que, a partir de um dado momento,

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 190.

¹¹ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 173.

¹² *Ibid.*, p. 179.

¹³ *Ibid.*, p.169.

passam a compartilhar de espaços comuns? Neste caso, o contexto parece exercer um papel fundamental para a compreensão dos percursos intelectuais e das escolhas das mulheres aqui estudadas. Porém, tentando evitar o maniqueísmo causal e linear que Levi critica, é necessário pensar em uma relação dialógica entre indivíduo e contexto. A idéia do contexto como um “campo de possibilidades historicamente determinadas” levantada por Benito Schmidt refere-se a uma dimensão sociocultural do contexto que abarcaria “tanto os constrangimentos normativos e estruturais como as brechas para a criação e a atuação dos indivíduos”.¹⁴

Através das autoras e obras aqui elencadas, o trabalho conduzirá a uma análise do pensamento feminista no Brasil da década de 1960, esquadrihando suas relações com um espectro mais amplo do campo intelectual a que estavam vinculadas, suas intersecções com outras redes e correntes de pensamento, as influências que pautaram seus escritos, bem como as problemáticas centrais que estes levantavam. Interessa-me discutir igualmente como ocorreu esta inserção feminista dentro do espaço intelectual brasileiro através das relações de legitimação dos novos saberes que suas teorias estavam despertando.

Para atingir estes propósitos, o presente trabalho é estruturado em três capítulos. O primeiro é dedicado a estudar as diferentes aproximações das autoras com o feminismo e suas trajetórias de vida. A ênfase na será dada na reconstrução dos seus itinerários intelectuais. Este momento de formação pessoal e intelectual foi marcado pela hegemonia de um pensamento masculino e misógeno, que distinguia papéis sociais precisos para homens e mulheres. Alguns aspectos da vida das autoras em questão podem elucidar como suas experiências refletiram na elaboração de uma identidade diferente da maioria das mulheres de sua época.

Contudo, estas trajetórias não foram idênticas para as três autoras aqui escolhidas. Cada uma partiu de lugares diferentes (tanto em termos geográficos quanto sociais). E suas vivências privadas e coletivas, assim como seus percursos intelectuais, também foram particulares. Desta forma, o primeiro capítulo tentará discutir, a partir dos diferentes caminhos percorridos por Carmen, Heleieth e Rose

¹⁴ SCHMIDT, Benito. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, C.; PETERSEN, S.; SCHMIDT, B.; XAVIER, R. (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 127-128.

Marie, como estas três mulheres se constituíram enquanto intelectuais feministas em um momento histórico em que as relações sociais entre homens e mulheres não eram consideradas um objeto digno de reflexão social.

Para investigar estes propósitos, recorrerei a autobiografias das autoras aqui escolhidas, sendo que duas delas serão relevantes por se tratarem de uma escrita autobiográfica: *Memórias de uma Mulher Impossível*, de Rose Marie Muraro e o romance autobiográfico *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*, de Carmen da Silva. Igualmente, utilizarei de duas entrevistas realizadas com Rose Marie Muraro e Heleieth Saffiotti, bem como referências encontradas em trabalhos anteriores sobre as autoras. Com relação à análise de textos autobiográficos tomo como referência aquilo que Philippe Lejeune afirma ao considerar a autobiografia não como um romance, mas como um caso particular de construção de narrativa.¹⁵

O segundo capítulo será dedicado a analisar a insurreição intelectual do feminismo brasileiro dentro do contexto dos anos de 1960. Para tanto, o capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, vou discorrer sobre as transformações sociais em curso ao longo da primeira metade do século XX que delinearam novos lugares para as mulheres. Na segunda parte do capítulo entro nos anos de 1960 para examinar os espaços que se abriram neste período para a atuação das mulheres como intelectuais. Percebe-se que em todo o mundo, as produções acerca da condição feminina tiveram um maior ímpeto. E, embora no Brasil esta temática fosse ainda demorar algumas décadas para se tornar recorrente, os trabalhos de Carmen, Rose Marie e Heleieth estavam sintonizados com as mudanças em curso na sociedade. Da mesma forma, tentarei elucidar como era o seu relacionamento com o público leitor, com o mercado editorial, com os críticos e os tensionamentos dentro do campo intelectual e político. Para tanto, faz-se necessário no capítulo em questão apresentar algumas questões teóricas e metodológicas pertinentes, tentando interceptar como estas problemáticas se relacionam com a temática proposta neste trabalho e com as fontes que serão utilizadas.

¹⁵ LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 75.

No terceiro e último capítulo, analiso as publicações divulgadas nos anos de 1960 com o foco em temas recorrentes nas obras das três autoras. Tendo em vista a diversidade de temas abarcados por Rose e Heleieth em seus livros e por Carmen em seus artigos, escolhi fazer um recorte de dois temas: a sexualidade e o mundo do trabalho. A escolha se deve a dois fatores. Primeiro pela relevância dada pelas autoras a estes dois temas, considerados pontos centrais para a libertação feminina. E segundo devido ao caráter inovador das abordagens conferidas pelas autoras a estes dois temas. Por último, vou apresentar as palavras destas mulheres no confronto a uma sociedade e a uma ciência tradicionais e masculinas. Trata-se de analisar a formulação de um discurso feminista em contraposição ao que se pode denominar de uma sabedoria convencional.

Ao longo de todo o trabalho tenho o objetivo de estabelecer uma comparação entre as obras das três intelectuais aqui analisadas, tendo a clareza de que se trata de produções de natureza distinta. Porém, percebo que há um diálogo entre os temas travados por estas autoras, suas redes de filiação intelectual, as influências e suas aspirações. Sobretudo, é notório o caráter de combate intelectual que seus textos assumiram em um contexto no qual a palavra feminismo era um tabu e despertava reações adversas.

Por fim, no último segmento, apresento algumas considerações sobre suas obras à luz de questões atualmente postas para a sociedade brasileira no campo das relações de gênero. Aqui, tomarei a devida licença para explicitar minha condição de feminista que, acredito, também está presente ao longo de todo o trabalho, tendo em vista que faz parte da minha subjetividade e, portanto, não seria coerente ocultá-la no processo de escrita. Partilho da opinião de que a própria escolha de um tema de pesquisa já evidencia nossa tomada de posição frente à sociedade. E, longe de representar um defeito ou um obstáculo à pesquisa, representa um desafio. Lembro aqui das palavras de Simone de Beauvoir, muito antes que o subjetivismo voltasse à pauta: “Não se pode escrever nada com indiferença”.

1 TRAJETÓRIAS DE MULHERES IMPOSSÍVEIS

Cada personagem da história é único e singular, embora possam ser encontrados pontos de encontro nas trajetórias de vida de indivíduos que interagem em um mesmo espaço intelectual. No capítulo a seguir, busco destacar os aspectos singulares no percurso intelectual de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti. Ao mesmo tempo, alguns elementos comuns permitem compreender como estas três mulheres se identificaram com o feminismo e vieram a ocupar um espaço de destaque na construção e difusão do pensamento feminista no Brasil. As trajetórias de vida destas três mulheres desafiaram as convenções sociais de seu tempo e construíram outros caminhos que pareciam impossíveis.

APROXIMAÇÕES COM O FEMINISMO

Os anos de 1960 mudaram e moldaram o mundo contemporâneo. Tal afirmativa é verdadeira se analisarmos estes dez anos não como um recorte temporal fixo, mas como um período histórico no qual se centrifugam - para logo depois explodir - transformações em curso ao longo do século XX e que não se esgotam nesta década, possuindo uma continuidade. Por isso, o risco de estabelecer um recorte cronológico é se deixar de fora tudo o que veio antes e imediatamente depois e que, no fundo, integram o mesmo fenômeno analisado.

É deste modo que o feminismo pode ser analisado, como um fenômeno que tomou corpo mundialmente nos anos de 1960, mas que se ensaiava em décadas anteriores e difundiu-se nas décadas posteriores. Assim, para a compreensão do feminismo e as experiências feministas no Brasil, é necessário alargar esta cronologia para alguns anos anteriores, a fim de configurar as condições de produção e emergência de um discurso feminista.

O objetivo deste capítulo é examinar aspectos da trajetória intelectual de Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti. As três mulheres que fazem parte deste trabalho podem ser exemplos da capacidade do indivíduo de romper com as determinações sociais, culturais ou econômicas. Suas vidas foram marcadas por momentos de rupturas, de escolhas e de acasos que as direcionaram por caminhos ainda estranhos para a maioria da população feminina. Elas tiveram um papel fundamental na divulgação de uma reflexão sobre a condição da mulher, contrapondo os discursos acerca dos papéis sexuais à realidade concreta, que nem sempre estava em sintonia com estes discursos.

Tornar-se uma interlocutora pública das mudanças que transcorreram no cotidiano das mulheres ao longo do século XX significava desafiar uma ordem patriarcal instituída com o processo de colonização e que até a atualidade deixa marcas na sociedade brasileira, haja vista a pouca representação feminina nos espaços políticos formais, mesmo depois que muitos partidos adotaram sistemas de cotas para candidatas mulher.¹⁶

Na ótica do patriarcado,¹⁷ o poder é masculino, o que não impede que as concepções sociais sobre o que seria uma masculinidade desejável também sejam afetadas por esta lógica. Nesse sentido, a dominação masculina também é exercida sobre os homens que não se enquadram dentro dos padrões de masculinidade hegemônicos. Os estudos das masculinidades pressupõem que as análises de gênero têm muito a dizer sobre as identidades masculinas e suas construções sociais. Para Donald Sabo, o conceito de masculinidade hegemônica ajuda a compreender a existência de um ideal de homem socialmente desejado, valorizado e arquitetado nos diferentes contextos históricos. Este conceito também pressupõe uma feminilidade aspirada, enquanto um ideal de mulher construído numa relação subordinada e recíproca com a masculinidade hegemônica.

¹⁶ De acordo com o site da câmara dos deputados, atualmente, as mulheres representam menos de 10% dos parlamentares em exercício: são 45 mulheres e 468 homens.

¹⁷ Este conceito é compreendido como “uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou, de modo mais simplificado, o poder dos homens. Deste modo, é quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. Cf. HIRATA; LABORIE; LE DORARÉ; SENOTIER; (coord). **Diccionario crítico del feminismo**. Madrid: Ed. Síntesis, s/d, p. 189.

A trajetória do pensamento feminista teve um papel fundamental para desnudar os modos como o poder se estabelece e opera tanto sobre as mulheres quanto sobre os homens.¹⁸ Por essa razão, o conceito de patriarcado vem sendo questionado por teóricas feministas que recusam qualquer pressuposto determinista nas relações de gênero. No entanto, na década de 1960, a ideia de patriarcado foi importante para fundamentar a crítica à opressão feminina.

Mais do que isso, o pensamento feminista rompeu com um padrão de participação feminina na sociedade. A partir de Michelle Perrot, em seu relevante livro *As mulheres ou os silêncios da história*, verifica-se a existência de uma tensão constante entre a busca de voz pelas mulheres e os silêncios impostos pelas normatizações sociais, como se pode ver na menção ao pensador francês Jean Jacques Rousseau, que teria dito “toda mulher que se mostra se desonra”. Deste modo, a fim de não cair no descrédito social, as mulheres se calam em público, concedem a primeira palavra ao homem, não se importam de ser por estes interrompidas, representadas, descritas. O silêncio passa a ser uma ordem natural na vida pública que se opõe à comunicação oral, permitida, admitida ou, em algumas culturas, até mesmo dominada pelas mulheres no espaço privado:

A voz das mulheres é um modo de expressão e uma forma de regulação das sociedades tradicionais onde predomina a oralidade. Mas sua palavra pertence à vertente privada das coisas; ela é da ordem do coletivo e do informal; ela é proferida no boca-a-boca da conversa familiar, na melhor situação possível, no quase ritual da conversação (...) O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa.¹⁹

A experiência de driblar esta ordem do silêncio é parte do exercício de resistência à dominação masculina e é mais visível em alguns momentos da história. Tomando como exemplo o Brasil, antes do feminismo contemporâneo, as chamadas “sufragistas” representaram este papel de resistência, de apelo a uma participação

¹⁸ SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, Celsi. **Gênero Plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

¹⁹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p.317-318.

pública da mulher. No contexto europeu, apenas para citar um caso, a francesa Olympe de Gouges, que exigiu dos revolucionários franceses o reconhecimento à cidadania, quando estes a concederam apenas para todos os Homens, é outro exemplo de ruptura com esta ordem do silêncio.

O fato é que se o silêncio pesou sobre as mulheres, a tentativa de fazer-se ouvir esteve presente ao longo da história. No século XX, momento em que os direitos civis e a cidadania formal passaram a ser reconhecidos, novas vozes se levantaram para dizer que a emancipação jurídica não resolveria todos os problemas.

Um dos marcos mais importantes deste novo feminismo contemporâneo foi inaugurado em 1949, quando Simone de Beauvoir publicou *O Segundo Sexo*, obra que teve significação para toda a geração de feministas que viria a se constituir na década de 1960 no Brasil e no mundo. O livro se transformou em uma referência para os estudos sobre a problemática feminina. Este trabalho pioneiro, que somente no idioma francês vendeu mais de um milhão e meio de cópias, foi um verdadeiro marco intelectual do século XX, influenciando gerações posteriores e inúmeras pensadoras.

O livro tem por objetivo desmistificar a idéia do *Eterno Feminino*, ou seja, de que a mulher pode ser aprisionada em uma essência ou identidade fixa a partir de uma determinação biológica. Para Beauvoir, “*Não se nasce mulher: torna-se mulher: nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. É o conjunto da civilização que elabora esse produto*” (ou seja, a mulher).²⁰

Embora em sua obra, Beauvoir não se proponha a discutir o tema, é possível perceber também um ensaio inicial para entender como essa mesma civilização cria a idéia de uma masculinidade hegemônica. Em um capítulo intitulado *Infância* ela examina a construção do masculino e do feminino que já ocorre desde a tenra idade, quando os infantes são separados por sexo nas brincadeiras, na educação, nos valores e comportamentos que lhes são inculcados. A diferença é que nesta separação, o sexo masculino constrói-se como sujeito universal da humanidade. Enquanto isso, o sexo feminino é transformado no “Outro”. A partir deste

²⁰ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p-9. v. 2

entendimento, Simone de Beauvoir perguntava-se: *O que é uma mulher?* Ao que respondia: “A mulher é O Outro definido a partir da alteridade masculina”.²¹

A grande contribuição de Beauvoir para pensar as diferenças e hierarquias entre os sexos foi que ela retirou o debate da biologia transportando-o para a arena da história. É, portanto, através do estudo da sociedade, que a filósofa vai desvendar o modo como as mulheres foram historicamente sendo conectadas a uma imagem de fragilidade e subserviência. Ao trazer esta questão para o campo social, Beauvoir *desnaturaliza* as relações homem-mulher, demonstrando que, em que pese a existência de diferenças biológicas, a valoração desigual destas diferenças para que fossem transformadas em desigualdades não são o resultado de uma essência e sim de uma criação humana. A autora vai além, afirmando que se o ser humano é capaz de modificar a própria natureza, porque não seria capaz de mudar a própria realidade histórica?

Este rápido apanhado sobre a obra de Beauvoir demonstra que no fim da década de 1940 a reflexão sobre a condição feminina emergia de modo consistente no contexto intelectual europeu. Alguns fatores podem ser relevantes para compreendê-lo.

O crescente processo de industrialização desencadeado em meados do século XIX com a chamada Revolução Científico-Tecnológica diversificou as atividades profissionais e abriu novas possibilidades para a população feminina, em especial das camadas médias, no mundo do trabalho. Todavia, os dados mostram que esta abertura de postos manteve uma divisão sexual do trabalho.

Na França do início do século XX um quarto das mulheres eram empregadas do setor têxtil. No setor de serviços, a mão de obra feminina representava cerca de 40% e no setor de bancos e comércio entre 25 e 38%.²² Apesar disso, é inegável a crescente participação no mundo do trabalho. Em decorrência, novas relações entre os sexos iam se delineando à medida em que a população feminina passava a se fazer mais presente na esfera pública.

²¹ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p-7-12. v. 1
²² PERROT, *op. cit.*, p. 246.

As duas guerras mundiais que assolaram o continente europeu e repercutiram em todo o globo, igualmente, são fatores de aceleração das transformações dos papéis femininos. Principalmente na sociedade européia, as guerras redefiniram os limites entre o público e o privado. Os espaços de homens e mulheres foram realinhados frente às necessidades de países envolvidos em conflitos cujos recursos humanos eram totalmente empregados nos esforços de guerra.²³

Porém, seria impróprio atribuir apenas a este contexto social o surgimento de uma obra emblemática como *O Segundo Sexo*. Simone de Beauvoir era professora, escritora, possuía intensa vida intelectual e uma vida amorosa dissonante em relação ao que a sociedade francesa da época considerava o modelo correto. Fugindo de um casamento convencional e sendo uma das poucas mulheres a atuar na área da filosofia, a vida de Beauvoir era uma prova concreta do conflito entre as representações elaboradas acerca da mulher e as transformações em curso na vida das mesmas.²⁴

Em uma instigante biografia sobre a vida de Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre, a escritora Hazel Rowley narra que foi a partir da reflexão sobre sua própria realidade, sobre sua condição enquanto mulher que Simone de Beauvoir empreendeu a escrita de *O Segundo Sexo*.

No verão de 1946, Beauvoir se perguntava o que deveria escrever a seguir. Queria escrever sobre ela mesma, e Sartre a estimulou. Mais uma vez, ele lhe perguntou: O que significa ser mulher?

Ela respondeu, sem muita paciência, que, para ela, não significava muito. Levava o mesmo tipo de vida que seus amigos homens, tinha os mesmos privilégios e nunca se sentira inferior por causa de sua feminilidade. “Assim mesmo”, insistia Sartre, “você não foi criada da mesma maneira que um menino: devia analisar mais isso”.

Beauvoir tinha certeza de que podia se livrar logo da pergunta. Foi à Bibliothèque Nationale e pesquisou o que pôde sobre a condição da mulher e os mitos do feminismo. Passou semanas lá e ficou espantada com suas descobertas. “Foi uma revelação. Este era um mundo masculino, minha infância fora alimentada por mitos forjados por homens, e eu não regira a eles da mesma forma que talvez tivesse reagido se fosse menino”.

²³ Sobre o tema ver: PROST, A.; VICENT, G. (orgs.). **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 5 v.

²⁴ O conceito de representações é aqui compreendido como o repertório de práticas e discursos que tornam inteligível a sociedade e o mundo aos indivíduos ou grupos. (Ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed., Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-79).

Tal foi seu interesse no assunto que ela deixou de lado o projeto das memórias e embarcou no que imaginou que seria um longo ensaio. Seria um livro grosso, um marco no século XX chamado *O Segundo Sexo*.²⁵

A descoberta do feminismo por Beauvoir teria sido, em parte, estimulada por Sartre. Conforme a biografia citada, Sartre a incentivava a escrever sobre a sua condição enquanto mulher. Talvez pelo fato de que sua vida já não se pautasse por um modelo consagrado de feminilidade, esta questão não tenha surgido antes – ao menos de modo consciente – em suas preocupações intelectuais. Ao se deparar com os mitos que marcam a construção de feminilidade, Simone relatava a sensação de descoberta. Se Sartre teve responsabilidade em estimulá-la a escrever sobre a condição feminina, os caminhos que Simone percorreu para escrever o livro *O Segundo Sexo* foram trilhados pela sensibilidade da escritora e filósofa com as mulheres de seu tempo.

Percebe-se pelos escritos de Simone de Beauvoir que, já na primeira metade do século XX, a vida de muitas mulheres, seus anseios e desejos, distanciavam-se dos princípios morais, éticos, religiosos e científicos que normatizavam a conduta feminina. Deste modo, talvez se possa falar na existência de um caráter quase pessoal na escrita de *O Segundo Sexo* pois, ao pensar a realidade das mulheres, Beauvoir refletira sobre a sua própria condição. Nesse sentido, o trabalho e a produção intelectual se mesclam à própria experiência da autora, de uma mulher que conseguiu romper, em parte, com os mitos femininos.

Esta característica também pode ser observada na relação entre as mulheres aqui estudadas e suas obras. As trajetórias de vida de Rose Muraro, Carmen da Silva e Heleieth Saffiotti são um elemento importante para entender sua formação intelectual. Estas trajetórias de vida podem ser compreendidas como parte integrante do contexto de emergência da suas obras partindo do princípio de que a vida do indivíduo não é algo exterior à sociedade ou tampouco que se delinea a partir de um contexto histórico dado. Deste modo, o estudo de um percurso intelectual, embora não se pretenda realizar um trabalho biográfico sobre as autoras, pode colaborar para

²⁵ROWLEY, Hazel. **Tête-à-Tête**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 205.

compreender as imbricações entre um indivíduo e o contexto que interage com sua formação intelectual.

Outra discussão importante para a análise da trajetória de vida é que esta, embora o próprio termo remeta à idéia de um *trajeto linear e contínuo* é fragmentada porque “o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório”.²⁶ Giovani Levi compartilha desta mesma crítica à forma distorcida como são escritas a vida de indivíduos, afirmando que:

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.²⁷

Além do aspecto da descontinuidade a ser considerado nas trajetórias de vida das três personagens, os contextos de emergência a partir dos quais se observam suas experiências não podem ser examinados como dado imutável, considerando que estas mulheres agiam continuamente no sentido de compreender e transformar a sociedade em que viviam. Uma análise do percurso intelectual feminista não deve perder a dimensão política das suas produções. A idéia de dimensão política remete ao engajamento intelectual com forma de atuação social. Lembrando Giovani Levi, ele chama a atenção para a necessidade de não apresentar o contexto no qual os indivíduos se movimentam como algo rígido que não permite a ação destes sujeitos. Esta proposta parece se adequar ao estudo dos percursos intelectuais em questão.

Destarte, cabe perguntar: quais os elementos relacionados às trajetórias individuais e ao contexto de produção que colaboraram para que Carmen, Heleieth e Rose Marie produzissem, nos anos de 1960, obras identificadas com a problemática da mulher na sociedade brasileira?

²⁶ ROBBE-GRILLET, apud BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 185.

²⁷ LEVI, *op. cit.*, p. 169.

Rose Marie Muraro relata que sua aproximação com o feminismo foi fruto de algumas intuições. A alusão ao caráter intuitivo de suas obras será um aspecto recorrente tanto em sua narrativa autobiográfica quanto na entrevista concedida pela escritora para os fins desta tese.

Em sua autobiografia, Rose Muraro contava que, em meados dos anos de 1960, Frei Ludovico, seu chefe na Editora Vozes a aconselhou a escrever um livro sobre mulheres. No início da mesma década, o Papa João XXIII proferiu que o século XX seria o século da libertação dos países subdesenvolvidos, da classe operária e das mulheres. Rose diz que esta frase lhe provocou inquietações e teve a intuição de relacionar as duas temáticas: opressão econômica e opressão feminina, concluindo que escreveu *A mulher na construção do mundo futuro* em um período de vinte dias, “de estalo”.²⁸

Para poder publicar seu primeiro livro foi preciso um processo de convencimento das autoridades eclesiásticas brasileiras. De acordo com a entrevista realizada com Rose Muraro, ela teve que responder a várias questões relacionadas ao seu primeiro livro devido às fontes que ela utilizava e às idéias que divulgava. Por exemplo, ela lembra ter ouvido de alguns padres a seguinte pergunta: “E os padres diziam: ‘mas você, tão católica, citando Simone de Beauvoir, ela é anticristã’. Eu vou citar, por que não?”²⁹ Curioso notar que este feminismo posto como fruto de uma intuição já denotava também um contato com uma literatura feminista, como demonstra a referência à Simone de Beauvoir. Porém, na sua autobiografia a escritora salientou que “não conhecia nada, nem sabia que existia o movimento feminista. Eu já era feminista por intuição”.³⁰

O que em um primeiro exame pode insinuar uma aparente contradição pode ser melhor compreendido ao examinar os múltiplos fatores que podem ter levado a autora a escrever um livro sobre mulheres. Um deles é o acaso. O fato de ter recebido tanto de Frei Ludovico quanto de seu analista a sugestão de se dedicar a escrever

²⁸ MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma mulher impossível**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004. p – 118.

²⁹ MURARO, Rose M. entrevista realizada em 23/05/2008, Rio de Janeiro, por Natalia Pietra Méndez. Decupagem feita por Natalia Pietra Méndez, p. 256. Anexo I.

³⁰ MURARO, Rose. **Memórias de uma mulher impossível**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004, p.119.

sobre mulheres demonstra que, de algum modo, eles identificavam em Rose uma inclinação pessoal ou uma sensibilidade com o tema. Igualmente, pode se inferir a existência de uma demanda social para que o tema da condição da mulher fosse repensado à luz das transformações sociais na sociedade brasileira.

Havia, nos anos 60, um grande distanciamento entre as normatizações que regulavam a vida da população feminina, as representações sobre as mulheres e as mudanças em curso nas relações entre os sexos. Para exemplificar, basta observar que o código civil reformulado em 1962 ainda atribuía ao marido a chefia da sociedade conjugal. O homem detinha a representação legal da família, a administração dos bens, o direito de fixar domicílio e autorizar a profissão da mulher.

Ao mesmo tempo em que leis desta natureza procuravam limitar o espaço de atuação feminino, Carmen da Silva emprestava sua escrita à crítica da dominação patriarcal e à denúncia da insatisfação das mulheres de seu tempo. Sua primeira crônica publicada na *Revista Claudia*, em 1963, convidava as leitoras a ser protagonista e não espectadoras da própria existência, atitude que passaria por questionar as verdades absolutas, herdadas e imutáveis.³¹ A crônica intitulada de *A Protagonista* inaugurava uma relação com as leitoras (e leitores) que duraria mais de vinte anos. Mas, nesse meio tempo, as crônicas de Carmen passaram por um processo de mutação. Sempre foram feministas? Ou assumiram este tom ao longo do tempo?

Os relatos autobiográficos de Carmen da Silva aludem uma boa dose da sua aproximação com o feminismo ao acaso. Devido ao sucesso de seu primeiro livro, publicado na Argentina, os críticos pensavam que seu nome fosse pseudônimo para um homem. Mesmo assim, a escritora dizia que, naquele momento, não havia atentado para a questão do feminismo. A relação entre os sexos não estava entre suas principais reflexões. Em um episódio narrado em sua autobiografia, ela conta que recebeu o livro *O Segundo Sexo* de presente em meados dos anos de 1950 porém, a primeira leitura da obra não lhe gerou grandes repercussões. Ela disse: “só

³¹ DA SILVA, Carmen. *A Protagonista*. In: _____ **A Arte de Ser Mulher**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

muitos anos mais tarde fui ‘descobri-lo,’ embora já fosse fã ardorosa dos romances da Beauvoir(...)”.³²

É interessante notar que a descoberta da obra de Simone de Beauvoir por Carmen da Silva, também foi processual, como para outras importantes personagens do feminismo contemporâneo. No caso das mulheres aqui estudadas, Rose Marie Muraro diz que sabia da existência de Beauvoir, porque esteve na França no ano de 1950. Porém, conta que só foi ler suas obras com profundidade nos anos de 1970. No entanto, cita *O Segundo Sexo* na bibliografia de seu primeiro livro.

Apenas para traçar uma comparação, cabe lembrar como outras importantes mulheres descobriram *O Segundo Sexo*. A historiadora Michelle Perrot, comentando sua aproximação com o feminismo relata que levou tempo para assimilar as obras de Beauvoir. No entanto, o que mais a atraía não eram as suas obras em si, mas “sua vida cuja audácia eu admirava sem ousar imitar”.³³

Para tentar compreender até que ponto esta obra foi lida e apreendida no seu conteúdo epistêmico entra-se em um terreno obscuro que é o da recepção da obra, de examinar como ela foi lida e assimilada pelos interlocutores. Nos exemplos em questão, ao que parece, houve uma recepção gradual, ao longo do amadurecimento intelectual da geração de feministas brasileiras.. Mais do que a obra em si, a leitura que foi realizada, em muitos casos, parece ser resultante da circulação de idéias, atitudes e comportamentos relacionados à Simone de Beauvoir que, na época, já era um ícone para aquelas que pretendiam desafiar os padrões de feminilidade hegemônicos.

Ao tomar contato com estes exemplos, cabe retomar a crítica que Roger Chartier destina a um modelo de história intelectual que insiste em divorciar a produção do consumo da obra, conduta que levaria, de acordo com o autor, a postular que as idéias ou formas possuem um sentido que seria totalmente independente de sua apropriação por um sujeito ou por um grupo de sujeitos:

³² DA SILVA, Carmen. **Histórias Híbridas de uma senhora de respeito**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 95.

³³ PERROT, *op cit.*, p. 18.

Através disto, sub-repticiamente, o historiador reintroduz na maioria das vezes seu próprio “consumo” e o erige, sem ter bem consciência disso, em categoria universal de interpretação. Fazer como se os textos (ou as imagens) tivessem significações dadas por si mesmas, independentemente das leituras que os constroem, leva na verdade, quer se queira ou não, a relacioná-los ao campo intelectual (e sensorial) do historiador que os analisa, portanto, a decifrá-los através de categorias de pensamento cuja historicidade não é percebida e que se dão implicitamente por permanentes.³⁴

Sem a pretensão de escapar a este alerta metodológico, a reflexão proposta por Chartier é um lembrete de que, em muitos casos, a análise da repercussão de uma obra *a posteriori* pode induzir ao erro de buscar apenas no texto em si elementos quase que auto-explicativos. Seria como afirmar que um texto possui uma existência atemporal. Que ele pode ser compreendido do mesmo modo em diferentes tempos. Aliás, é possível analisar a repercussão de um escrito de diferentes formas, mesmo que no contexto imediato à sua produção.

Com relação ao livro de Beauvoir, há indícios de que este, por algum tempo, tenha ficado mais conhecido por parte das intelectuais brasileiras através dos comentários e críticas feitos à obra ou pela própria personalidade de Simone, que representava a encarnação do feminismo, do que pelo seu conteúdo explícito. Isto de forma alguma desvaloriza o livro ou o seu impacto no cenário brasileiro. Ao contrário, poucas foram as obras que se tornaram tão populares e citadas, ao menos em uma de suas primeiras frases: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Talvez estas poucas palavras tenham tido um alcance tão profundo em suas leitoras que - em face ao impacto da revelação - outros aspectos do livro perderam urgência.

No caso de Heleieth Saffioti, a aproximação com o feminismo ocorreu de modo diferente. Iniciou uma pesquisa sobre operárias têxteis e professoras primárias que consistiu na realização de entrevistas com as mulheres e os seus maridos. A partir deste primeiro trabalho buscou um subsídio teórico para o tratamento da problemática da mulher. Foi neste momento que se deparou com a escassez de estudos sobre o tema, como confessa em uma parte da entrevista:

³⁴ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 52.

Porque há só isso? É preciso que haja mais. E quando eu fui examinar os dados diretamente colhidos por mim eu achei muito pequeno para que eu pensava. Fui muito metida mesmo, muito nariz arrebitado porque eu poderia ter ficado mais modesta, feito meu estudo empírico, não, já quis partir para uma coisa mais global, que tomasse o mundo. E deu nisso.³⁵

Assim, pelo fato de se propor a realizar uma pesquisa sobre a mulher, tema complexo e pouco estudado à época, Heleieth encontrou na obra de Beauvoir um suporte teórico imediato para seu trabalho. Por esta razão talvez sua apreensão geral tenha ocorrido de forma mais instantânea. Diversas citações ao livro *O Segundo Sexo* são encontradas no livro *A mulher na sociedade de classes*.

Mesmo assim, na entrevista realizada, Heleieth Saffioti conta que quando escreveu sua tese de livre docência estava sob forte impacto da recente leitura que havia realizado do livro de Betty Friedan, *A Mística Feminina*, publicado nos Estados Unidos em 1963. Este fato a levou a creditar algumas noções conceituais à Betty Friedan que – na verdade – seriam de Simone de Beauvoir. Ela acredita que demorou algum tempo para que pudesse dimensionar a totalidade das contribuições de *O Segundo Sexo*.

A exemplo de Simone de Beauvoir, os relatos de vida das três mulheres aqui estudadas indicaram que suas aproximações com a temática do feminismo partiu tanto de questões pessoais e subjetivas quanto de aspectos conjunturais que resultaram em um movimento de circulação das idéias feministas.

Tratar a trajetória de vida das três mulheres aqui reunidas em bloco seria inadequado, tendo em vista que cada uma teceu caminhos diferentes que as levaram a uma aproximação com o feminismo. Utilizei até aqui o livro *O Segundo Sexo* como um elemento que representou um ponto nodal na trajetória de Carmen, Rose e Heleieth e de muitas outras mulheres que, como elas, foram influenciadas por esta leitura. Entretanto, um breve mergulho no itinerário de cada uma das autoras poderá contribuir para compreender melhor as especificidades de suas trajetórias.

³⁵ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista realizada em 22/07/2008 em São Paulo, por Natalia Pietra Méndez. Decupagem feita por Natalia Pietra Méndez, p. 285. Anexo II.

DE CARMENZINHA DO DR. PIO À MULHERÓLOGA: UMA FEMINISTA DE RESPEITO

Acessar o universo pessoal de Carmen da Silva é deparar-se com a ousadia personificada. Ao longo de sua vida, Carmen conseguiu romper com vários desígnios das mulheres de sua origem social e trilhar outros caminhos, ou, como ela mesma disse, tomar as rédeas de sua vida e ser a protagonista. Infelizmente a escritora faleceu em 1985, o que impediu a realização de entrevistas que poderiam contribuir para os propósitos deste trabalho. No entanto, o farto material produzido, estudos biográficos já realizados e a própria autobiografia produzida pela escritora poderão oferecer um panorama dos percursos pessoais e intelectuais desta importante mulher, cujas contribuições para o feminismo brasileiro ainda não foram completamente dimensionadas.

A jornalista se definiu, em seu romance autobiográfico publicado em 1984, como uma “senhora de respeito”. Após uma carreira jornalística consagrada a discutir os problemas das mulheres brasileiras, a autora escreveu um livro de memórias sem, no entanto, abandonar o tema central que norteou seus escritos anteriores. O romance autobiográfico *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito* é uma mistura, de acordo com a própria autora, de experiências pessoais, de feministas que conviveram com Carmen e de muitas mulheres cujas histórias saíram do anonimato através da coluna *A Arte de Ser Mulher*, publicada ao longo de três décadas (1960, 70 e 80) pela *Revista Claudia*. A autora é enfática ao recusar o termo “estórias” pois, segundo ela, a palavra possuiria uma “intenção marota de traçar uma linha divisória entre o pessoal e o coletivo, desvinculando os sucessos individuais do curso da História”.³⁶ Cabe salientar que uma das principais bandeiras dos movimentos feministas nas décadas de 1960 a 1980 era a transformação de questões que eram consideradas do âmbito privado em temas políticos. O lema “o pessoal é político” fazia parte do discurso feminista.

³⁶ DA SILVA, *op. cit.*, Prefácio.

É possível perceber, logo na apresentação de suas memórias, a intencionalidade em corroborar uma determinada concepção de que a história biográfica não está desvinculada de um contexto mais amplo, não representa um mergulho no individual desconectado de uma realidade social abrangente. A autora apresenta uma convicção de que não existe uma fragmentação entre o público e o privado. Para ela, sociedade – e por conseqüência a história – são permeadas por um complexo entrelaçamento entre as esferas públicas e privadas. Assim, concluía o tema afirmando que: “a grafia com agá-i enfatiza minha convicção de que o privado é político”.³⁷

Em seus escritos, Carmen da Silva contava a história de mulheres que, antes mesmo da existência de movimentos feministas organizados no Brasil contemporâneo, refletiam sobre os contrastes sociais balizados por uma cultura que afirmava papéis diferentes e desiguais para os dois sexos.³⁸ Em uma época em que a palavra feminismo soava mal aos ouvidos da intelectualidade brasileira, estas “senhoras” buscavam um espaço de respeito e novas formas de pensar e interpretar a realidade social.

Procurando saber mais detalhes sobre a vida de Carmen, me deparei com o fato de que ela nasceu em uma família importante da cidade de Rio Grande. Para se ter uma idéia desta influência, basta olhar como os jornais rio-grandinos *O Tempo* e *Echo do Sul* noticiaram com pesar o falecimento do “ilustre conterrâneo” Dr. Pio Ângelo da Silva no final de setembro de 1925. Antes de completar seis anos, Carmen da Silva perdeu seu pai, considerado um intelectual e benfeitor da cidade. Anos mais tarde, ao escrever seu romance autobiográfico, este figuraria entre suas lembranças da infância, ao relatar que na comunidade era conhecida como a “Carmenzinha do Dr. Pio”. Fato corriqueiro para alguém do sexo feminino ser identificada através da figura paterna, mesmo depois de este morto.

Carmen da Silva nasceu no ano de 1919. Na década de 1920, Rio Grande, apesar de pequena em termos de habitantes, representava uma importante zona

³⁷*Id.*³⁸

Não se trata aqui de desconhecer organizações feministas que atuaram no Brasil ainda no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Contudo, no período relativo a este trabalho os movimentos feministas propriamente passaram a atuar a partir de 1975.

portuária do país, o que a colocava em contato permanente com as metrópoles brasileiras e com cidades vizinhas da região do Prata. A origem social de Carmen da Silva é relatada em dissertação de mestrado de Kelley Baptista Duarte, dedicada a analisar os textos autobiográficos da escritora:

Seu avô, o renomado Dr. Pio, conhecido também como o “Pai dos Pobres” por seus atos de caridade, retornou a Rio Grande em 1856.

Após graduar-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e doutorar-se na Sorbonne, em Paris, para aqui se dedicar ao combate firme e eficiente do cólera-mórbus, doença que naquela época espalhou o terror e causou a morte em grande parte da população rio-grandina (Neves, 1989: 94).

Hoje se perpetua o nome e a história desse ilustre benfeitor na nomenclatura do “Largo Dr. Pio”³, onde se localiza o histórico eucalipto e a Catedral de São Pedro, uma referência ao Dr. Pio Filho, vulto local também presente na memória riograndina pela hereditariedade de caráter e benevolência.

Embora cercada de grandes homens, carregando o legado de um avô benemérito e de um pai autodidata, Carmen da Silva, conhecida na cidade como a “Carmenzinha-do-doutor Pio”, tem a infância e a adolescência marcadas pelo conservadorismo da burguesia rio-grandina, que determinava o destino de toda adolescente de seu tempo: ser bem-educada, prendada, para então “arranjar” um bom casamento.³⁹

De origem social destacada, Carmen pertencia a uma família com certa tradição social e econômica. Sua infância não foi cercada de pobreza ou privações. Porém, o assistencialismo praticado por sua família possam ter contribuído para um conhecimento precoce das diferenças sociais. Em seus escritos autobiográficos Carmen identificava a compaixão com a situação de pobreza como um traço marcante de sua infância. Esta questão da preocupação com o outro, em especial com a mulher pobre, viria a ser uma temática recorrente na obra de Carmen da Silva.

Tanto o avô de Carmen quanto seu pai haviam sido médicos. Através do obituário do pai, percebe-se que este era considerado um homem culto e de papel relevante para a comunidade. O jornal “ECHO do Sul” comentou, de modo dramático, a perda do Dr. Pio:

Foi um choque horrível, que repercutirá durante a vida inteira no âmago de toda essa prole amantíssima, como no seio da sociedade rio-grandense em

³⁹ DUARTE, Kelly Batista. **Carmen da Silva: nos caminhos do autobiografismo de uma mulheróloga**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

peso, a qual tinha no extinto um profissional desvelado e um digno representante, sob todos os pontos, da sua intellectualidade, dos seus sentimentos e das suas virtudes.

O sr. Dr. Pio, herdando as nobilíssimas qualidades que fizeram do seu saudoso pai um vulto de destaque, não só na sociedade local, mas na do Estado e na do Paiz, era um espírito luminoso, cultivado com apaixonado desvelo, era uma alma talhada na mais perfeita concepção do bem e da virtude, era um coração eivado de affecto, de carinho, de generosidade e de dedicação por todos quantos se lhe acercavam, era um carácter sólido, integro, desses que traçam uma trajectoria na vida e a percorrem com firmeza, com disassombro, sem olhar aos lados, na convicção serena de que o amparam méritos que se não destroem.⁴⁰

Neste obituário, o pai de Carmen é retratado como um intelectual, cujas qualidades foram herdadas do avô da mesma. A vida do Dr. Pio (filho) é descrita como uma trajetória firme, de alguém que conduziu seus propósitos sem olhar “aos lados”, ou seja, sem desviar-se do caminho. Pertencente a uma família desta estirpe, o caminho natural de Carmen seria formar-se para o casamento, a vida em família e a maternidade. Sua mãe, Dona Celina Daniel da Silva, tivera cinco filhos e passou a se dedicar plenamente a estes após a viuvez. Em sua autobiografia, Carmen utiliza um recurso que, ao que tudo indica, é bastante recorrente na escrita das feministas: a transformação da figura materna em antítese, no modelo a ser rejeitado. O fato é que, consciente ou não desta rejeição, a Carmenzinha do Dr. Pio possuía outros interesses que iam além de um bom casamento.

A cidade portuária de Rio Grande era descrita em suas memórias como um local conservador, que se movia de forma lenta em direção ao século XX. A entediante rotina das meninas nos anos de 1940 era animada pelo acesso às bibliotecas das famílias de classe média e alta da sociedade riograndina. Não raro, Carmen realizava passeios com sua família à capital uruguaia, lugar onde a adolescente estabeleceu laços de amizade e contatos com leituras de escritores da região platina.

As lembranças de criança da escritora não são muito felizes. Segundo ela, sua infância e adolescência transcorreram no curso dos anos 20 e 30, vendo as pessoas morrer:

⁴⁰

Echo do Sul, Anno 71 – Rio Grande 28 de setembro de 1925 – nº 220.

Lá as pessoas morriam de outras mortes. De tédio provinciano, de falta de perspectivas, dos eternos passeios dominicais em torno da praça depois da missa. Ou assassinadas pelos preconceitos: ficavam 'faladas', eram empurradas ao ostracismo, à aridez, à solidão.⁴¹

Não se tratava, portanto, de uma morte literal, mas do falecimento que decorre de uma vida que se repete como todas as outras, e que depende, sobretudo, da aprovação da sociedade para sentir-se aceita. A rotina da cidade pequena que sufoca os anseios de meninas sonhadoras é outro tema que freqüentemente está presente na autobiografia de Carmen. A escritora relata que teve que deixar a cidade natal por não suportar o cheiro de cebola que, conforme conta, era característico da cidade. Não cabe aqui investigar se este aroma indesejado era de fato ou não característica da cidade de Rio Grande dos anos 30, por hora, basta perceber que na obra de Carmen, o odor a cebola engloba todas as características que ela rejeitava na cidade em que nasceu: o provincianismo, o tédio e os preconceitos sociais.

Por este relato é possível concluir que o destino de meninas como Carmen estava selado. Filhas de famílias oriundas das camadas médias e altas recebiam uma educação conservadora para tornarem-se mulheres cumpridoras dos seus deveres matrimoniais. Porém, a história de Carmen, assim como de outras mulheres de sua geração, estava longe de apresentar um desfecho contínuo e linear rumo a um destino traçado desde o seu nascimento. A própria autora fornece informações que corroboram que a dinâmica da vida permitiu novas possibilidades.

Havia um mundo, uma sociedade em movimento na primeira metade do século XX que levaria mulheres e homens à construção de novos padrões de feminilidade e masculinidade.

Carmen mencionava que as meninas de sua geração, adolescentes na década de 1930, possuíam instrução secundária e algumas se preparavam para cursar faculdade em Pelotas ou em Porto Alegre. Além disso, possuíam um acesso significativo à leitura:

Algumas vinham de casas onde havia excelentes bibliotecas e, pelo menos, as garotas do meu grupo eram sôfregas leitoras: Stendhal, Flaubert, Machado de Assis, Eça, Thomas Mann, Knut Hamsum. Hans Fallada acabava de se perfilar no campo editorial, Huxley se tornara moda e passávamos horas a fio debatendo Point Counter-point. Sozinha em meu

⁴¹ DA SILVA, *op. cit.*, p. 11.

quarto eu me escabelava recitando Shakespeare e Corneille no original – aliás, foi assim que consegui curar uma leve gagueira de timidez que me afetara em meu primeiro ano de escola normal. Entupia-me de Nietzsche, Ingenieros, Krishnamurti, Ortega e Gasset – uma salada, um emaranhado difícil de destrinchar, mas algo estimulante que subia à cabeça como um vinho. Numa viagem ao Uruguai, eu conhecera Carlos Sabat Ercasty que, alma generosa, me mandava todos seus livros; deslumbrava-me ainda com algumas esplêndidas mulheres: Juana de Ibarburu, Alfonsina Storni, Gilka Machado, Cecília que eu apenas começava a descobrir. Enfim, apesar da desordem dos conceitos mal assimilados, havia mais coisas no horizonte das adolescentes riograndinas do que sonhava a vã filosofia de seus pais.⁴²

Percebe-se que, mesmo em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, distante das metrópoles que eram o centro vivo da República, existia um acesso significativo a uma produção literária diversificada. A literatura acessível à geração de meninas da qual Carmen fez parte pode ter servido de contraponto à educação burguesa “bem comportada” que elas receberam da família e da sociedade riograndina. Cabe salientar também o relato sobre os contatos com a literatura produzida nos países da região platina, bem como as referências que a autora faz sobre esta viagem ao Uruguai. Em outros trechos de suas memórias estas referências aparecem freqüentemente, mostrando que Montevidéu era uma cidade visitada por algumas moças de sua geração. Tais contatos apontam para a ampliação dos horizontes culturais, em contradição com a aparente inércia que a autora nos relata sobre sua cidade natal.

Estes momentos da vida de Carmen da Silva são sintomáticos das contradições presentes na sociedade brasileira na primeira metade do século XX, oscilando entre a sobrevivência de uma mentalidade tradicional, representada pelas elites oligárquicas, a tentativa de estabelecer um pensamento hegemônico burguês, e as resistências protagonizadas por grupos sociais que não se sentiam representados nem pelas oligarquias nem pelo modo de vida imposto pela burguesia moderna.

Fruto destas contradições, a primeira metade do século passado transcorreu em um contexto de grandes manifestações sociais. O modelo político oligárquico, baseado nas relações de clientelismo e patriarcado, entrou em uma crise profunda frente às transformações que surgiam no panorama histórico daquele momento. O censo de 1920 apontava que 63% dos brasileiros estavam ligados a atividades

⁴² *Ibid.*, p. 28.

econômicas agro-pecuárias; 13,8% trabalhavam na indústria e 16,5% dedicavam-se ao setor de serviços. Embora ainda representassem um contingente menor se comparado aos trabalhadores agrícolas, o operariado e os trabalhadores urbanos em geral somavam, juntos, pouco mais que 30% dos assalariados do país. No final do século XIX, este contingente não alcançava os 15%, o que significa dizer que o número de trabalhadores vinculados a outros setores econômicos que não fosse a economia primária dobrou em duas décadas. Estas modificações na natureza das ocupações laborais e do perfil da população podem ser vinculadas ao processo de modernização levado a cabo pelas elites republicanas que assumiram o país a partir de 1889. Elites estas inspiradas em um modelo de desenvolvimento dos países da Europa.

O cenário modernizador era composto igualmente pelo ritmo rápido de mudanças cotidianas que alteravam os modos de vida das populações. Nicolau Sevcenko, em um importante estudo sobre a cidade de São Paulo, descreve o ritmo acelerado da experiência histórica das pessoas que vivenciaram esta avalanche de mudanças nas primeiras décadas do século XX:

Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados. (...) Vivendo num mundo onde as coisas não têm definição – ou porque são inéditas, ou porque se apresentam quer em escala desproporcional quer num ritmo inalcançável, ou porque são desconformes com o meio, ou ainda porque são descontextualizadas – os personagens desse mundo em ebulição carecem, com urgência, de um eixo de solidez que lhes dê base, energias e um repertório capaz de impor sentidos a um meio intoleravelmente inconsistente.⁴³

São Paulo, junto com o Rio de Janeiro, capital federal na época, foram cidades nas quais as mudanças transcorriam de forma mais rápida e evidente. Porém, trata-se de um processo de transformação mais amplo, que punha o Brasil dentro do espaço de consolidação de uma ordem capitalista global. Ao que tudo indica, atenta a este processo de modernização, Carmen, ainda adolescente, ambicionava mudar-se para o Rio de Janeiro. Este anseio seria retratado no romance *Sangue sem dono*, de 1964.

⁴³ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 31.

Em dissertação de mestrado que analisa a obra de Carmen da Silva, Kelly Duarte afirma o caráter autobiográfico do referido romance que, logo nas primeiras páginas, revela a protagonista: seu nome é Carmen e saiu ainda na infância da cidade de Rio Grande com sua família rumo ao Rio de Janeiro, lugar descrito pela autora como “ novidade, a aventura, o prestígio capital”.⁴⁴ Como se pode ver, a narrativa de Carmen da Silva utilizava com certa recorrência elementos reais e ficcionais.

Ao contrário da Carmen do romance, a escritora só deixou a sua cidade natal no ano de 1944, após o falecimento de sua mãe, e não para morar no Rio de Janeiro, mas para viver em Montevideú. De qualquer modo, o elemento ficcional do referido romance permite pensar na atração que a cidade grande, a capital do Brasil, exerceu durante a mocidade de Carmen. O Rio de Janeiro era visto como sinônimo de mudança, o lugar onde a vida acontecia em um outro ritmo.

De fato, se considerarmos o período em que Carmen da Silva passou sua infância e adolescência, o Rio de Janeiro foi palco de importantes metamorfoses sociais. Pensando apenas nas questões relacionadas à população feminina, a capital concentrava as maiores expressões das lutas pelos direitos civis. Céli Pinto, em seu livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, descreve os importantes acontecimentos da década de 1920 no transcurso da luta pela conquista de direitos que haviam sido negados às mulheres na constituição republicana de 1891. Entre os personagens que obtiveram destaque, a autora relata a trajetória de Bertha Lutz, que retornou ao Brasil em 1918 após uma temporada de estudos em Paris, onde obteve a formação de Bióloga na Sorbone. Mais tarde, ela ainda fez outras incursões ao exterior mantendo inúmeros contatos como representante brasileira em eventos internacionais que debateram a situação feminina, o que facilitou – conforme a autora – sua ação enquanto ativista no Brasil:

Em 1922, após voltar dos Estados Unidos, organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião nascia, de fato, a FBPF [Federação Brasileira para o Progresso Feminino], a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher no período. Já nesse congresso aparecem registros de representantes de São Paulo e Ceará. É interessante observar que ao longo da década de 1920 a idéia da federação espalhou-se pelo país. Há notícia da criação de

44

DUARTE, *op. cit.*

federações em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte. Não há dados sobre o alcance desses núcleos, mas mesmo que tenham sido muito pequenos é surpreendente que em época de comunicação tão difícil e de deslocamentos que exigiam longos períodos de tempo houvesse a proliferação das idéias dos direitos das mulheres em estados tão distantes do Rio de Janeiro, centro principal de irradiação do movimento.⁴⁵

Além desta mobilização em prol dos direitos civis, fruto principalmente das mulheres pertencentes às elites econômicas e intelectuais, a população feminina oriunda da classe operária passava a penetrar cada vez mais no mundo do trabalho. Esta situação trazia consigo inúmeras contradições. Ao mesmo tempo em que as mulheres atendiam a uma demanda de mão-de-obra do capitalismo em expansão, sua inserção nas fábricas, oficinas e escritórios contrastava com a imagem burguesa da mulher-esposa-mãe, vinculada ao mundo privado. Esta é uma das temáticas apresentada no estudo de Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*, no qual a autora destaca que, na tentativa de disciplinar o operariado, a burguesia buscava impregná-lo com a sua visão de mundo. Visão esta em que a mulher deveria seguir os hábitos e costumes adotados pela família burguesa:

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. (...) A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares.⁴⁶

Destarte, percebe-se que o modelo de família a ser seguido – inclusive pelas camadas pobres da população – era o da família burguesa. Todavia, este modelo, construído no imaginário da população, contrastava com a vida real da classe trabalhadora e também com as necessidades do mundo do trabalho que exigiam a presença da mão-de-obra feminina e infantil. Deste modo, como aponta Rago, processava-se no seio da classe operária uma crise de valores, dividida, por um lado

⁴⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 23.

⁴⁶ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 61-62.

entre sua necessidade concreta de ampliar a renda familiar e atender uma demanda existente de trabalho e, por outro, uma moral burguesa que buscava separar a mulher dos espaços públicos e construir a imagem perfeita da mãe-esposa-dona-de-casa.

Contudo, é interessante notar que as mulheres das camadas operárias não se curvaram de forma subalterna a estes ideais. Ao contrário, muitos foram os movimentos de contestação levados adiante por mulheres anônimas, em sua maioria, influenciadas pelo anarquismo e o socialismo. Esses movimentos pretendiam rediscutir os papéis sociais femininos tanto no âmbito do trabalho quanto no espaço familiar.⁴⁷

A década de 1920 ficou mundialmente conhecida como “os anos loucos”. No caso do Brasil, o período histórico de 1900 a 1920 é assinalado por Nicolau Sevcenko como o momento da introdução de novos padrões de consumo acompanhados de uma agressiva propaganda publicitária e por um grande dinamismo cultural provocado pela difusão da imprensa, do meio fonográfico e do cinema. Em tais circunstâncias, houve um incremento da circulação de idéias. A mulher passou a ser vista como consumidora em potencial dos modismos que chegavam da Europa e dos Estados Unidos. Para tanto, ela precisava estar sintonizada com as mudanças sociais em curso.⁴⁸ Há uma valorização da instrução escolar feminina, principalmente para prepará-las a cumprir com desvelo sua função social de esposas e mães. Exemplo disso são as propagandas higienistas que tratavam de ensinar às mulheres os cuidados com seus pequenos a fim de que eles tivessem uma infância mais saudável. Para ampliar seus horizontes, que teriam que abarcar desde o corte e a costura até o uso de medicamentos e a educação dos infantes, era preciso instruir a mulher.

Em termos globais, foram os tempos pós Primeira Guerra Mundial, conflito que selou o fim da *béllé époque* europeia, a ascensão dos Estados Unidos da América, a organização em escala mundial do proletariado através da repercussão da revolução bolchevique, as transformações produtivas decorrentes da industrialização crescente,

⁴⁷ Ver: RAGO, Margareth. A Colonização da Mulher. In: _____. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 85 a 135.

⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 37. 3 v.

todos estes fatos repercutiriam sensivelmente no cotidiano de homens e mulheres e nas suas relações sociais.

As mudanças sociais em curso nos anos 20 culminariam na chamada Revolução de 1930. Esta foi o resultado da desarticulação das elites oligárquicas do país, do processo de urbanização crescente que resultou no fortalecimento das camadas médias urbanas e da pressão exercida por novos agentes sociais.⁴⁹ Ao mesmo tempo, a crise internacional que atingiu o Brasil com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, acelerou o processo de ruptura do pacto oligárquico.⁵⁰

Este contexto social repleto de turbulências e grandes transformações marcaram a infância e a adolescência de Carmen e talvez possa ser relacionado ao desejo permanente de mudança que a autora veio a relatar em sua autobiografia escrita em 1984. A escritora recorda-se como uma “adolescente avoadada, considerada meio moleque, meio sem modos, em contraste com a distinção dos meus, mas no fundo, uma boa garota de família”.⁵¹ Ela contava que “ser mulher numa cidade pequena nas décadas dos 30 e dos 40 era mais do que difícil, era dramático”.⁵² Para Carmen, a única saída possível foi a fuga, não para o tão sonhado Rio de Janeiro, mas para o Uruguai. Em sua autobiografia, a fuga não aparece como um recurso à coragem, mas sim a uma questão de sobrevivência, ela se diz uma “mulher como as outras, sem pena, nem glória, mas relativamente inteira” e completava, referindo-se às que ficaram, em uma alusão ao livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha, dizendo que “a gaúcha é, antes de tudo, uma forte”.⁵³

Estes dados da autobiografia de Carmen permitem inferir os sentimentos que ficaram em sua memória em relação às suas primeiras décadas de vida. Poucas remissões à infância, quando esta era apenas a *Carmenzinha do Dr. Pio* talvez sejam sintomáticas do olhar da Carmen madura, feminista, que não se reconhecia enquanto tal na menina cuja identidade era associada à figura paterna e a sua família. Assim,

⁴⁹ Apenas para citar alguns: Tenentismo, Modernismo, Movimento Feminista, Movimento Operário.

⁵⁰ Sobre este tema, ver o artigo introdutório do livro **História da Vida Privada no Brasil**, 3 v., escrito por Nicolau Sevcenko. O autor faz um apanhado completo do contexto histórico do final dos anos 20 e o início da década de 1930, apontando as causas que contribuíram para o golpe civil-militar ocorrido em 11 de novembro daquele ano.

⁵¹ DA SILVA, *op. cit.*, p. 14.

⁵² *Ibid*

⁵³ *Ibi*, p. 11.

as lembranças da infância remetem aos limites impostos pela cidade natal, aos preconceitos e aos processos de normatização social:

Eram tempos de andar com a certidão de casamento no bolso. Não porque abundassem as transgressões: ao contrário, eram raríssimas e arriscadas. Mas o Rio Grande zelava pelos mores, fiscalizava as origens, o curriculum e a legitimidade das pessoas que acolhia ou deixava de acolher em seu seio. Essas distinções sociais eram pétreas: ninguém as discutia nem achava necessário explicitá-las: o óbvio, lé-com-lé, cré-com-cré, a panela de ferro e a panela de barro -enfim, a sinistra suficiência dos pequenos círculos plantados em suas Certezas Incontestáveis.⁵⁴

Apesar das mudanças sociais em curso na sociedade brasileira, a narrativa de Carmen constrói um panorama no qual as distinções sociais, a moral e as normas de conduta eram requisito para que o indivíduo participasse de uma determinada comunidade. Classe social, etnia e gênero eram algumas das categorizações passíveis de distinção, como nos mostra a escritora em um dos episódios do seu livro de memórias que conta a história de uma moça chamada Veneza, atendente de uma das poucas livrarias da cidade. Carmen refere-se à moça como alguém que atendia bem, era educada e gentil, e ressalta: “respeitadas as Diferenças Sociais, as pessoas de *nosso* meio gostavam dela, sorriam para ela, tratavam-na com afabilidade paternalista”.⁵⁵

A afabilidade foi substituída pelo desprezo quando, na cidade, correu o boato de que Veneza participara de uma “farrá” com rapazes que costumavam freqüentar um cabaré dos arredores. A moça perdeu o emprego na livraria, tornou-se um ser abjeto para a sociedade riograndina e passou por uma transformação tão marcante que, segundo Carmen, só lhe faltaria um cartaz na testa dizendo: “É isso aí gente, emputeci!”.⁵⁶

Conforme a escritora, a queda da moça que até então lhe chamava para oferecer-lhe o último livro de Huxley ou Pirandello foi seu primeiro contato com a iníqua condição feminina. Não se tratava de nenhuma tomada de consciência súbita, como a própria autora fez questão de esclarecer, mas de um desconforto com a

⁵⁴ *Ibid.*, p. 11-12.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 12 (grifos da autora).

⁵⁶ *Ibid.*, p. 13.

situação daquela moça que, após anos de descrição e serventia, tornara-se uma relegada para a cidade. Paradoxalmente, a conclusão de Carmen é de que a partir deste processo de “emputecimento”, utilizando os seus próprios termos, Veneza começou a existir. A existência é aqui marcada pelo fato da moça deixar de ser anônima atrás do balcão da livraria e tornar-se “a Veneza”, alguém de quem as pessoas falavam, alguém que virou notícia e assunto de comentários. Seria esse o destino das mulheres? Subverter as normas para transformar-se em alguém? É plausível que neste episódio a menina Carmen tenha compreendido que para deixar de ser a filha do Dr. Pio seria preciso romper com as normas sociais de sua família e de sua cidade natal.

Para Carmen, menina nascida em uma família de classe média alta, o casamento era o destino certo. Escapar a ele não foi tarefa fácil, mas ajudou o fato dela ter ficado órfã do pai aos seis anos e de sua mãe ter morrido quando ela tinha 21 anos. Na época, Carmen decidiu ir morar sozinha no Uruguai e, deste modo, livrou-se das pressões diretas familiares acerca da questão do casamento. Este é um exemplo de que, na contramão das convenções sociais, mesmo as mulheres de classes sociais mais abastadas encontravam formas de resistência às normatizações.

No ano de 1944, Carmen da Silva deixou Rio Grande para viver no Uruguai e não no idealizado Rio de Janeiro. Após um período vivendo no Uruguai, Carmen conseguiu um emprego na Embaixada Brasileira da Argentina, país onde foi residir nos anos 50.

Apesar da dificuldade de adaptação ao ritmo de vida portenho, Carmen conta que obteve conquistas importantes em Buenos Aires. A maior delas foi o início de sua carreira como escritora, recebendo referências positivas da crítica argentina. A importância conferida às suas publicações pode ser medida a partir da citação abaixo:

Foi na capital argentina, onde viveu até 1962, que Carmen da Silva conquistou um espaço intelectual como escritora, embora limitado. Sua produção literária surgirá concomitante ao trabalho na Embaixada. Tão logo que sentiu dominar a língua espanhola, tratou de escrever um conto – que envia para um suplemento literário, cujos colaboradores mantinham correspondência com ela. Esse conto foi publicado e elogiado pelo titular da seção, que fez o seguinte comentário: “agudo ingenio, fina ironia, bueno estilo” (Diário de Notícias, 31 maio 1964). Tratava-se de sua primeira publicação em espanhol, intitulada “Candombe”, uma versão rioplatense

uruguaia do nosso candomblé, que lhe abria espaço para a criação de outros contos. Dentre os de sua preferência estão “Domingo” e “Huelga”, o único traduzido para o português, sob o título de “Greve”. Carmen também destaca: “La risa de Abel”, conto de cunho psicológico e o que atingiu maior sucesso, e ainda “La cita”, no qual aborda questões da metafísica (Leitura, 1964: 39).⁵⁷

Entre os contos publicados, Carmen destaca um em sua autobiografia, intitulado *Damas y Damitas*, que versava sobre as primeiras emoções sensuais de uma adolescente. O conto - pretensamente ingênuo e bem comportado - tornou-se objeto de pauta das crônicas portenhas durante algumas semanas: foi censurado e a revista foi apreendida. Ela recorda que o episódio serviu para quebrar a imagem de dama “virtuosa” que cultivara na Embaixada Brasileira, tendo em vista que se diferenciava dos colegas pelo fato de suas histórias amorosas ocorrerem fora deste espaço.

Seus percursos na literatura continuaram concomitantes ao trabalho na Embaixada. Em 1957 publicou seu primeiro romance, intitulado *Septiembre*. Em suas memórias, Carmen recorda que parte da crítica acreditava que o romance havia sido escrito por um homem devido à sua qualidade literária e que Carmen da Silva era apenas um pseudônimo:

O fato é que quando escrevi um livro sem pieguices de linguagem ou de conteúdo, ninguém ainda conhecia meu nome – eu jamais assinara até então uma única linha em qualquer publicação argentina – e, a princípio, todo o mundo supôs que eu fosse homem: “Carmen da Silva, cuyo pseudônimo debe ocultar una pluma masculina...”, escrevia *La Razón*. O único que, de saída, me aceitou mulher, para melhor malhar (e a aliteração aqui não foi deliberada) foi Rodolfo Mitre, herdeiro e crítico de *La Nación* (...) Seu julgamento automaticamente se desqualificava por partir de uma premissa extraliterária: “Toda literatura feminina é supérflua”, começava ele(...).⁵⁸

As críticas recebidas na época não surtiram grande efeito sobre a visão de mundo de Carmen. Ela confessa que, nos anos de 1950, nunca ouvira falar de “machismo, feminismo, patriarcalismo”. Assim sendo, tomou as críticas que atribuíam o seu trabalho ao de um homem como um supremo elogio. Quanto à crítica dirigida ao seu romance como parte de uma literatura feminina supérflua, Carmen

⁵⁷ DUARTE, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁸ DA SILVA, *op. cit.*, p. 93.

simplesmente ignorou tal afirmativa como uma manifestação individual, sem refletir sobre o que estaria por trás deste preconceito. Apenas alguns anos depois começou a aproximar-se de uma crítica feminista, o que foi parte de um processo gradual de formação intelectual:

Só de um modo muito gradativo comecei a perceber a teia de aranha persistente e tenaz que envolve as mulheres, tolhendo-lhes os movimentos, a gaiola de ouro – para algumas, de arame enferrujado – da qual eu fugira num momento inspirado – porque podia fugir – sem ter, entretanto, muita consciência do que fazia.⁵⁹

A aproximação do feminismo como decorrência de uma atividade intuitiva, sem uma consciência prévia, é uma questão presente na trajetória das três mulheres aqui elencadas. Mesmo depois de se mudar para o Brasil, em 1962, e começar a escrever sua coluna na *Revista Claudia* um ano depois, há indícios que denotam que a identificação da escritora com o feminismo não foi imediata, foi a partir de um processo pessoal, de uma descoberta que ocorreu, em boa medida, pelo fato de outras pessoas a classificarem como tal. A entrevista realizada com Rose Muraro, forneceu algumas pistas a esse respeito:

Eu conheci Carmen da Silva no início dos anos de 1960, antes do golpe militar. Eu ia na casa dela, ela gostava muito de mim, conversávamos muito, não tinha ainda o problema do feminismo nem para mim, nem para ela. Ela era progressista, eu era progressista e pronto.(...) E depois não se podia dizer a palavra feminismo, a palavra feminismo foi dita pela primeira vez na revista Claudia em 1974, porque era muito assustador(...).⁶⁰

Do depoimento acima se pode extrair que no princípio dos anos de 1960 a problemática feminista não estava presente para nenhuma das duas escritoras. Pelo menos não aparecia de modo direto em suas reflexões. Ao mesmo tempo, a entrevista confirma algo já constatado: a palavra feminismo encontrava enormes resistências, mesmo daqueles segmentos considerados “progressistas”, ou seja, identificados com um projeto político de esquerda. O feminismo, identificado com uma noção equivocada de uma proposta de divórcio entre os sexos ou de imposição de

⁵⁹ DA SILVA, Carmen. *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p. 95-96.

⁶⁰ MURARO, Rose M. Entrevista. p. 261. Anexo I

uma supremacia feminina, era mal visto tanto por conservadores quanto por segmentos progressistas.

Duas situações faziam parte do contexto de produção do pensamento feminista. Primeiro, é preciso considerar que este pensamento não emerge de um dia para o outro, é fruto de um processo de formação intelectual que, ao acompanhar o percurso de Carmen da Silva, percebe-se que não ocorreu instantaneamente. Ela não nasceu feminista, fez-se feminista a partir de escolhas e situações, conscientes e inconscientes que, somadas às transformações em curso na primeira metade do século XX, fizeram com que caminhasse ao encontro do feminismo.

A segunda situação é que no início dos anos de 1960, época em que Carmen começou sua atividade como escritora no Brasil, a palavra feminismo causava reações adversas. Era muito assustadora, como conta Rose Muraro. O receio em ser identificada com um termo de conotações pejorativas estava presente no trabalho de Carmen. Sua autobiografia traz uma idéia de como foi este processo de formação que teve como resultado sua identificação como feminista:

E à medida que lia aquela aflitiva enxurrada de depoimentos, à medida que refletia sobre eles para poder responder às cartas e redigir os artigos, ia-me enfronhando cada vez mais nos problemas, nas contradições, nas perplexidades da condição feminina e “fazendo” minha própria cabeça. (...) E quando dei por mim, havia ganho o título de “mulheróloga” – outorgado, se bem me lembro, por Stanislaw Ponte Preta.⁶¹ E, pior ainda, me havia tornado feminista. Assumida e desbragadamente feminista. Com perdão da palavra.⁶²

Ao invés de uma identidade fixa, construída através de um processo consciente de auto-afirmação, o texto acima demonstra que o processo de transformação da *Carmenzinha do Dr. Pio* para a Carmen da Silva *mulheróloga* ocorreu ao longo seu percurso como escritora e intelectual, fruto de longa reflexão. Chama a atenção o fato de que outras pessoas lhe atribuíssem a condição de especialista na questão feminina sem que ela assim se autodenominasse. Deste modo, os caminhos que levaram à sua aproximação com o feminismo não podem ser descolados da sua

⁶¹ Codinome do jornalista Sérgio Porto, importante figura intelectual durante os anos 50 e 60, que escrevia suas crônicas utilizando este codinome.

⁶² DA SILVA, *op. cit.*, p. 120.

trajetória de vida e intelectual. Outro aspecto relevante neste trecho de sua autobiografia é o fato da escritora utilizar-se da ironia para dizer que assumiu-se como feminista “com perdão da palavra”.

Isto foi escrito em 1984, período em que o feminismo – enquanto movimento social – já possuía importante representação na sociedade brasileira e os estudos feministas começavam a despontar. No entanto, ainda neste momento, a escritora faz uma espécie de pedido de licença aos seus eventuais leitores para utilizar o termo feminismo.

Se naquele momento a palavra ainda carecia de licença e pedidos de desculpas para ser usada não é difícil imaginar o seu impacto no começo dos anos de 1960. Talvez por isso, as crônicas iniciais de Carmen tenham adotado um tom mais ameno, abordando a libertação feminina ao mesmo tempo em que reconheciam a necessidade de que esta autonomia ocorresse sem que a mulher deixasse de cumprir com seus papéis. Este fato transparece, por exemplo, na preocupação em manifestar que a mulher não deveria perder sua feminilidade. Na crônica intitulada *Uma pequena rainha triste*, Carmen desafiava as mulheres a atravessar a fronteira do espaço doméstico. Ao mesmo tempo, porém, dizia que a mulher masculinizada era um ser “imaturado (...) que trata de encobrir essas deficiências mediante atitudes exatamente opostas”.⁶³ Esta crítica à mulher que se masculinizava para ser aceita no mundo era completada por um clamor para que as mulheres não se contentassem em ser rainhas do lar, e sim “súditas do mundo”: “Só assumindo sua condição de súdita do mundo, a dona de casa deixará de ser rainha-escrava para transformar-se numa mulher contente que, entre suas inúmeras riquezas, também conta com um lar, marido e filhos”.⁶⁴ Aqui talvez se perceba a conciliação entre a escritora que – na prática – confessava-se uma inábil dona de casa e nunca se casou – com a jornalista que, aos poucos, introduzia suas leitoras em uma nova perspectiva do universo feminino. Com o tempo, suas crônicas iriam ganhar novos contornos, desafiando cada vez mais o *status quo* da mulher brasileira.

⁶³ DA SILVA, Carmen. Uma pequena rainha triste. In: _____. **A Arte de Ser Mulher**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.50.

⁶⁴ *Id.*

DE CATÓLICA A BRUXA: ROSE MARIE MURARO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE FEMINISTA

Estar frente a frente com Rose Marie Muraro é deparar-se com uma das mais importantes e controversas personalidades brasileiras do século XX, o que é por si intimidador. Apesar da gentileza com que respondeu aos contatos telefônicos prévios à entrevista, a expectativa do tête-à-tête com a escritora provocou um desassossego, um receio inicial inevitável diante de alguém que já protagonizou tantos momentos importantes da história recente do país e ainda teria muito a dizer sobre eles. Mas os receios logo se dissiparam. A Rose que me recebeu não tinha nada da “bruxa” que muitas vezes a imprensa brasileira pintara. Ela me recebeu de modo afetuoso em seu modesto apartamento no aconchegante bairro Peixoto, no Rio de Janeiro. Mesmo acometida por uma doença inesperada atendeu ao compromisso agendado e se dispôs a ouvir e responder minhas perguntas. Quando a entrevista começou, parece que Rose esqueceu suas dores e suas limitações físicas. Um intelecto lúcido e brilhante tomou espaço no corpo enfermo.

Rose Marie Muraro se definiu em sua biografia como uma mulher impossível. O termo é polissêmico. Para quem acompanhou a trajetória intelectual e militante de Rose Muraro, essas palavras talvez sintetizem as inúmeras barreiras que ela enfrentou para assumir seu pensamento inovador em pleno contexto de ditadura militar e conseguir, por exemplo, publicar textos e obras que seriam impensáveis aos olhos da censura e da própria Igreja Católica. Por outro lado, Rose Muraro ganhou, ao longo de sua vida, algumas inimizadas. Estas considerariam que, de fato, ela é uma mulher impossível, em um sentido bastante pejorativo. Apelidada de “bruxa feminista” por muitos de seus opositores, acabou por assumir esta identidade. De fato, as feministas se identificam muito com as bruxas da Idade Média, enquanto mulheres que desafiavam um poder hegemônico masculino. E isto foi o que Rose mais fez ao longo de sua vida.

A infância de Rose Marie Muraro desenvolveu-se na metrópole paulista, capital industrial e centro cultural do país. Em 1930, desvelava-se uma das lutas políticas mais importantes da história brasileira. A chamada “Revolução de 1930” implicou em uma ruptura do sistema oligárquico da Primeira República e inaugurou uma nova etapa política. A família de Rose Marie, os Gebara, atuava no setor industrial e comercial, representando um papel pujante na economia paulista.

Coincidentemente, ela nasceu em 11 de novembro de 1930, como ela diz em sua autobiografia, “no dia em que Getúlio Vargas amarrou seu cavalo no obelisco”. Filha de uma família de imigrantes libaneses, proprietários de uma loja de tecidos no Rio de Janeiro, Rose relatar ter sido uma criança com a saúde frágil. Ela relata em suas memórias que várias vezes adoeceu ao longo da infância e que nasceu praticamente cega, o que lhe implicou algumas limitações:

Aos cinco anos fui ao médico, o Dr. Gallo, um dos melhores do Brasil, que disse: “Essa menina só pode aprender as primeiras letras, e depois tem que voltar para casa”. Fiquei danada! Fui para a escola e em uma semana já conseguia ler os livros do Monteiro Lobato. Quando me viu lendo minha mãe ficou tão assustada que resolveu me deixar no colégio. Foi então que meu sangue aventureiro começou a falar mais alto. Instintivamente, eu sentia que não podia ficar dentro dos limites do possível. Embora inconsciente e infantil, foi esta a minha primeira aposta no impossível. Nunca mais parei de ler.⁶⁵

É interessante notar que a construção da narrativa autobiográfica de Rose Muraro transporta para vários momentos de sua vida um sentimento instintivo e inconsciente que a levava a fazer determinadas escolhas. Nas suas memórias, em diversos momentos Rose menciona as limitações físicas de sua infância como um impulso para a superação. A deficiência visual foi um primeiro limite que, de acordo com as memórias de Rose, foi transformada em um desafio. A leitura, diagnosticada como impossível pelo renomado doutor, passou a fazer parte da vida da menina como um hábito. E, ao contrário do que se imaginava, ela prosseguiu seus estudos em um importante colégio de freiras, movida pelo que Rose chamou de “sangue aventureiro”, de origem instintiva. A imagem de si como uma mulher que desafiava o impossível começa a ser construída na narrativa sobre a infância. Este recurso é familiar à

⁶⁵ MURARO, 2004, p. 44.

autobiografia, ou seja, construir, através de uma ação recorrente, um fio condutor da própria vida.

Entre 1930 e 1940, Rose Marie viveu sua infância em uma rica família, convivendo com a elite paulista e sendo formada, segundo seus próprios relatos, para cumprir seu destino de mulher perfeita, mãe e esposa. Contudo, sua deficiência visual fez com que – desde muito cedo – Rose se deparasse com preconceitos e discriminações. Estes vinham tanto da família quanto do ambiente escolar. Sua escola – o Colégio Assunção, era freqüentado por meninas que pertenciam à alta sociedade. Rose lembra que:

[...] era uma escola de Freiras, aliás muito boa, muito bem conceituada na época. Depois todas essas escolas declinaram na medida em que você teve uma cultura sexualmente menos reprimida, então elas perderam a sua característica. [...] Lá era uma formação muito convencional. E todas as minhas amigas são convencionais. A única que rompeu todos os tabus fui eu.⁶⁶

Nesta parte da entrevista, Rose Muraro aborda o papel da escola como lugar da construção de uma moral sexual que teria formado mulheres convencionais. Ela assegura que das amigas de sua geração todas seguiram estas convenções, sendo Rose Muraro a única a romper “todos os tabus”. Todavia, mesmo nesta escola conservadora, Rose tem lembranças de comportamentos que burlavam a normatização. Ela se recorda de uma freira, chamada Madre Luisa, que era diferente das demais. A descreve como inteligente e se lembra que todas as meninas sonhavam em ser como ela. O fato de haver conhecido uma religiosa que se diferenciava em termos intelectuais pode ter servido de referência e inspiração para a construção de outro modelo de mulher católica.

Além de Madre Luisa, seu pai foi outra figura de destaque. Ao relatar sua infância, a escritora salienta a importância de sua figura paterna, que, de acordo com seus relatos, sempre lhe estimulou a superar estas adversidades. Por outro lado, destaca a aversão que possuía à mãe. Segundo Rose, já na infância ela não conseguia identificar-se com a submissão e o modo de vida de sua mãe:

⁶⁶ MURARO, Rose M. Entrevista. Anexo I, p. 255.

[...] minha mãe era tão burra, tão burra, ela morreu agora há uns seis, sete anos atrás, tão burra quanto o era quando eu era criança. Eu descobri a burrice dela e rejeitei-a, rejeitei o modelo feminino. Não tive nenhuma mulher que me marcasse. Só tive uma em minha adolescência que era uma mulher extremante inteligente, que tinha lido Simone de Beauvoir no convento, na época que ela era terrivelmente proibida. E eu era apaixonada por aquela mulher. Eu achava que era assim que eu tinha que ser. Uma freira que depois morreu nos anos 70, Madre Luisa. As meninas a adoravam e as outras freiras tinham uma inveja! Aquele foi meu modelo de mulher, que eu só consegui encontrar em minha adolescência.⁶⁷

Não pretendo aqui fazer uma análise psicológica da escritora. Mas penso que é possível tecer alguns comentários sobre o fato de que esta negação da figura materna, associada a sua constatação do que chamou de “burrice” pode ser indício de uma primeira atitude de Rose em negar a condição feminina que lhe era ofertada por seu repertório familiar. Veja-se que o termo burrice vem acompanhado da constatação de que sua mãe não mudou ao longo da vida. Mais do que uma limitação cognitiva, o modelo que Rose Marie rejeitou foi o da mulher que era incapaz de mudar, de expandir-se para além dos limites do mundo que lhe foi imposto. A mudança como uma característica positiva aparece diversas vezes em sua narrativa, como na citação da página anterior, quando Rose afirmava ter sido a única de suas amigas da época do colégio a romper com tabus.

A ênfase em afirmar o contraponto da mãe com a freira que lhe serviu de modelo no colégio, já na adolescência, demonstra a dificuldade que encontrou ao longo da infância em identificar-se com as mulheres de seu convívio. Contudo, em meio às suas memórias infantis, a figura do pai é resgatada como proeminente. “Meu pai era poderosíssimo e doce, como Frei Ludovico era poderosíssimo e doce. Meu pai era o maior industrial de São Paulo e ele me achava um gênio. Ele me abraçava tanto que aquilo parecia um mel na minha alma”.⁶⁸

O pai é aqui descrito como alguém que podia exercer, ao mesmo tempo, o poder e a doçura. Esta figura masculina foi responsável por levantar sua auto-estima. Sentia-se amada e admirada pelo pai, assim como posteriormente o fez Frei Ludovico, seu chefe na Editora Vozes. Seu pai morreu em 1946, quando Rose tinha dezesseis anos e ela recorda que nesse período perdeu tudo e sentia-se “solta no

⁶⁷ MURARO, Rose M. Entrevista. Anexo II, p.269

⁶⁸ *Id.*

mundo”. Igualmente, a riqueza de sua família passou a ser administrada por tios que logo se apossaram dela. Repentinamente, ela se viu sem o pai, grande incentivador, e experimentando uma grande decadência material. É dentro deste contexto que vai ocorrer sua aproximação cada vez maior com a Igreja.

No final dos anos de 1940, Rose Marie passa a aprofundar sua relação com a Igreja Católica. Com quatorze anos entrou para a Ação Católica (AC), organização fundada originalmente pelo papa Pio XI, em 1922, com o objetivo de aumentar a inserção da Igreja nas camadas médias e operárias. No Brasil, a AC passou a exercer maior influência a partir da atuação de Dom Hélder Câmara. A AC abriu espaço para os leigos que queriam exercer um trabalho religioso, o que possibilitou uma maior aproximação de muitos fiéis às bases da Igreja. Rose Marie transformou-se no que ela chamou de “*Hélder Girls*”, um grupo de moças seguidoras do então Padre Hélder. Como muitos jovens de sua idade, a Ação Católica oferecia a possibilidade de uma atuação social através da fé sem a necessidade de seguir uma carreira eclesial. Mais do que um lugar de propagação da fé, a AC se transformaria em um grande movimento capaz de aglutinar diferentes segmentos de fiéis da Igreja.

A fundação da Ação Católica no Brasil é atribuída a Dom Sebastião Leme da Silveira Sintra, que em 1923 publicou o livro intitulado *Ação Católica*. Porém, ela só começaria a atuar oficialmente a partir de 1935, com a publicação de um documento intitulado *Mandamento dos Bispos do Brasil*. Seus objetivos estavam de acordo com as instruções do Papa Pio XI: organizar os leigos para que estes colaborassem na propagação do evangelho. Em cartas remetidas a Dom Leme durante os anos de 1935 e 1936, o pontífice argumentava:

Queremos com isto demonstrar uma vez mais o alto conceito que fazemos da colaboração que podem os leigos prestar ao Apostolado da Hierarquia, não só em defesa da verdade e da vida cristã ameaçadas por tantas insídias, como também para que sejam em mãos de seus pastores instrumento eficaz de sempre maior progresso religioso e civil. (...) A Ação Católica será o pacífico exército que combaterá a sagrada peleja pela defesa e propagação do reino de Cristo, que é o reino da justiça, do amor e da paz (...) e que em todas as dioceses se formem esses batalhões de valorosos soldados na decidida defesa dos interesses da Igreja e de Deus.⁶⁹

⁶⁹ ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000, p. 94-95.

Como mostra o estudo de Zaíra Ary, intitulado *Masculino e feminino no imaginário católico*, a AC, em seus primórdios, não representou uma ameaça ao *status quo* da Igreja, nem tampouco a sua doutrina. Pelo contrário, os fiéis eram chamados a atuar como soldados, dentro de uma hierarquia previamente estipulada. No que tange às relações entre homens e mulheres, a organização seguia os dogmas eclesiais, promovendo, inclusive, a separação dos leigos em segmentos de atuação masculinos e femininos. A primeira instância a romper esta oposição binária homem/mulher foi a JUC, Juventude Universitária Católica, que passou a permitir a junção dos dois sexos, a partir de 1950. A Igreja das primeiras décadas do século XX preservava a defesa de uma divisão natural das atividades entre os sexos. Isto valia tanto para a atuação dentro da Igreja – entre religiosos e leigos – quanto para toda a sociedade. Basta observar as palavras do já citado Papa no que concerne ao trabalho feminino:

As mães de família devem trabalhar em casa ou na vizinhança, dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso que, deve a todo custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganhar a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos.⁷⁰

No início dos anos de 1930, data a que corresponde a citação, a Igreja preserva a idéia de que as mulheres deveriam permanecer junto ao âmbito doméstico. O trabalho fora de casa era visto como um peso, um abuso que as fazia descuidar de suas obrigações naturais. Para elas era destinado o dever próprio e supremo da educação dos filhos. A este discurso eclesial somavam-se outros que reafirmavam a supremacia masculina. O próprio Pio XI defendia que “o grau e o modo desta sujeição da mulher ao marido podem variar segundo a variedade das pessoas, dos lugares e dos tempos; (...) Mas em nenhum tempo e lugar é lícito subverter ou prejudicar a estrutura essencial da própria família e a sua lei firmemente estabelecida por Deus”.⁷¹ A convicção de que a divisão entre os sexos derivava de uma ordem

⁷⁰ SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 93-94.

⁷¹ *Ibid.*, p. 94-95.

divina não deixava espaço para o questionamento e para a repactuação das relações homem/mulher. Deste modo, nada mais natural que também dentro da Igreja Católica eles estivessem organizados de modo hierárquico e separados.

Apesar do conservadorismo aparente que reinava no período em que a AC foi organizada no Brasil, a organização foi ganhando contornos peculiares, principalmente sob o comando de Dom Hélder Câmara, que posteriormente presidiu a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Paradoxalmente, a Igreja Católica, a partir da AC e de suas entidades juvenis, abriu caminho para a formação de uma geração de leigos que, ao exercer um trabalho religioso, formularam novas interpretações do próprio evangelho que resultariam na Teologia da Libertação. Isto fomentou uma aproximação dos fiéis às bases da Igreja, alguns dos quais viriam a se tornar importantes intelectuais no cenário brasileiro e mundial, a exemplo de Paulo Freire, Rose Marie Muraro, Ivone Gebara, Leonardo Boff, entre outros.

Rose Marie Muraro, em seus primeiros anos dentro da AC acompanhou o movimento de fortalecimento dos leigos e sua atuação em comunidades – principalmente pobres. Já nos anos de 1950, Rose Marie iniciou sua atividade de escritora através da publicação de poemas em uma revista dominicana intitulada *Mensageiro do Rosário*. Seus poemas carregavam sutilmente elementos eróticos que demonstravam a crise vivida por muitas mulheres e homens dentro da Igreja Católica. Ao lembrar aquela época, Rose declarou que o problema da sexualidade ainda era um tanto inexistente. Porém, através da Ação Católica, muitas mulheres encontraram um lugar de atuação social. E esta situação criava alguns problemas pois “(...) os homens dominavam a Igreja. Mas no fim das contas, eram as mulheres que em muitas instâncias decidiam”.⁷²

Os poemas representaram o primeiro desabafo de uma espiritualidade em crise com a realidade concreta das relações de poder do *establishment* católico, apostólico, romano. Retratavam a ânsia dos cristãos diante da sua fé, do seu corpo e dos mistérios que envolviam o amor e a sexualidade, assuntos tabus dentro da instituição. Um dos poemas que mostra este estado de espírito se chama *Canto da Noiva*, de 1955:

⁷² MURARO, 2004, p. 93.

Vem, *meu amado*,
 Revela-me o sinal indecifrado de todas as coisas,
 Levanta o véu que cobre as faces dos homens
 Ilumina a *nudez da verdade*
 E os caminhos que conduzem à vida
 Faz-me ouvir o canto dos ventos invisíveis,
 Conta-me o segredo das vozes desconhecidas,
 Mostra-me a curva dos espaços infinitos,
 Caminha comigo até os resplandecentes abismos
 Em que todas as coisas se encontram.

Neste poema, de linguagem ambígua, o “amado” à qual a autora se dirige, escrito com minúscula pode tanto ser um homem quanto a representação masculina do próprio Deus. A palavra “nudez”, associada à “verdade” podia ser vista como o desejo de se despir das coisas falsas, de enxergar a vida com nitidez, a vontade de conhecer os abismos, o invisível, os espaços infinitos. É como se o poema incitasse os limites da própria fé. A noiva, personagem que dá título ao poema, pode tanto ser a noiva de Cristo quanto a noiva frente aos seus votos matrimoniais. No início dos anos de 1960, os poemas de Rose vão perdendo esta conotação ambígua e trazem à luz sua crítica às normatizações sociais defendidas pela Igreja, como mostram alguns trechos que aqui vou transcrever de *A Mulher de mil faces*, escrito em 1963:

Eu quero uma carne
 que seja sono e madrugada
eu quero uma alma sem muros
 eternamente ferida(...)
 eu quero ser a resposta
 para todas as perguntas
eu quero ter mil faces
 uma para cada ser humano
 Morte e vida
 silêncio e luz
 para todos.⁷³

Igualmente, o questionamento aos dogmas aparece em outro poema de conteúdo religioso cujo título é *Balada Triste do Amor Desfeito*. Nele, a autora dizia: “É preciso acabar com essa alienação/De separar as coisas do céu das coisas da terra./Não existe alma sem carne/E Deus colocou no mundo os homens p’ra gente

73

Grifos meus.

amar”.⁷⁴ Os textos demonstram a certeza de que o *seu* Deus não seria contrário a um amor terreno, a um amor que tocasse, ao mesmo tempo, na alma e na carne. Por que então as mulheres eram educadas a renunciar ao prazer carnal? Estes questionamentos emergem das páginas dos poemas que, segundo Rose, fizeram muito sucesso por expressar sentimentos que eram compartilhados por outras pessoas atuantes na Igreja. Ela conta como foi o processo de iniciar com a escrita dos poemas:

Isso foi nos anos de 1950 quando era muito reprimida, não tinha coragem de largar meu casamento porque era indissolúvel, naquela época era assim, muito conservador, como os evangélicos hoje. Então eu escrevia poemas para sair o meu erotismo, era um erotismo abafado, espiritualizado. Os padres e as freiras ficavam loucos pois eles tinham o mesmo problema. E eu tive esse dom de revelar o inconsciente coletivo da Igreja que mais tarde veio a dar na Teologia da Libertação.⁷⁵

Neste trecho da entrevista, a memória de Rose Muraro constrói uma narrativa semelhante à que aparece em sua autobiografia. O uso de termos como “dom” e “revelação” denotam um caráter mais intuitivo do que reflexivo em suas ações. Por outro lado, é a mesma narrativa que afirma que “o problema” de um erotismo abafado e espiritualizado existia dentro da Igreja e de seus fiéis. Mais do que um dom pessoal, talvez Rose Muraro tenha conseguido transformar palavras e pensamentos em escritos que refletiam uma crise paradigmática da própria fé.

Os poemas também eram um meio de expressar sentimentos pessoais, relacionados ao seu casamento. Ela conheceu Aldo Muraro, seu esposo, no ano de 1950 em uma viagem a Roma, “ele era um brasileiro dominicano que estudava na Itália”, conta Rose em seu livro autobiográfico. Pelo que relata, não houve um longo período de namoro, já que ela retornou ao Brasil e três meses depois Aldo veio a sua procura e a pediu em casamento. Em 1951 Rose já era uma mulher casada e, conforme seu relato o que passou a viver “não tinha nada a ver com os famosos filmes românticos dos anos 30 e nem com os arroubos místicos que esperava”.⁷⁶ O

⁷⁴ MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. Petrópolis: Vozes, 1969, p.198.

⁷⁵ MURARO, Rose Marie. Entrevista. Anexo I, p. 266.

⁷⁶ MURARO, 2004, p. 76.

casamento não a afastou das atividades junto à Igreja. Todavia, é possível inferir que o desapontamento com o seu matrimônio tenha contribuído para aguçar seus questionamentos sobre a condição social da mulher.

Os anos de militância na AC são lembrados como parte de um importante processo de formação pessoal. Na entrevista realizada com a escritora ela conta como foi sua formação por dentro da Igreja, que passou por leituras teológicas até o contato com leituras marxistas:

[...] eu tinha uma formação intelectual na Igreja, lia os livros dos grandes teólogos (Santo Tomás de Aquino, imagina você) e dos teólogos modernos [...] e depois quando eu li Marx e ele dizia que o homem não foi feito à imagem de Deus, Deus é que foi feito à imagem do homem, eu me lembro, eu tinha 24 anos, eu disse: Fechou, está certo, aí eu perdi minha fé. Eu fui refazendo minha imagem de Deus até fazer a imagem que eu tenho hoje que é a da energia do Universo. Eu voltei a Deus através da física quântica.⁷⁷

O depoimento oferece uma idéia da diversidade de leituras que circulavam entre os leigos cristãos. Este processo de formação explica parte do sincretismo intelectual que veio a dar origem – posteriormente – à Teologia da Libertação.

Após um período trabalhando no secretariado de opinião pública da CNBB, no começo dos anos de 1960 Rose Marie foi convidada por Frei Ludovico, novo diretor, para integrar a equipe da Editora Vozes. Ali iniciou um trabalho de divulgação dos escritores brasileiros, acentuando o perfil da editora para além dos textos clericais. Neste círculo de convivência, fez amizade com Leonardo Boff, a quem lembra ter sugerido que, ao invés de traduzir para o português teólogos estrangeiros, procurasse escrever sobre a experiência vivida pela Igreja no Brasil:

Eu era diretora da editora eu disse “rapaz você não pode querer traduzir europeus quando no Brasil nós temos uma vivência riquíssima e radicalmente nova”. E aí ele voltou com um livrinho chamado “Jesus Cristo Libertador” de onde saiu toda a Teologia da Libertação. Então eu consegui incendiar o mundo tanto quanto eles, de outra maneira.⁷⁸

A entrevista demonstra a existência de uma convivência intelectual profícua entre a escritora e os integrantes da Ação Católica que posteriormente viriam

⁷⁷ MURARO, Rose Marie. Entrevista. Anexo I, p. 259..

⁷⁸ *Id.* p. 257.

organizar a Teologia da Libertação. E foi no seio destas mudanças culturais que ocorreu a aproximação de Rose tanto ao feminismo quanto à teologia da libertação, nas palavras dela, dois movimentos que “nasceram da sua mão”.

Os principais quadros - teólogos e leigos – que fundaram a Teologia da Libertação pertenciam à AC. Rose Marie Muraro estava entre aqueles leigos que passaram a desempenhar funções de destaque junto à Igreja, como o de editora Vozes, o que lhe permitia um profícuo contato com o meio intelectual pertencente ou não à Igreja. Foi nesta editora que Rose Marie se “descobriu” uma feminista, ao publicar seu primeiro livro, em 1966, intitulado *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*.

O papel de Rose Muraro diante destes dois movimentos, feminismo e teologia da libertação, ainda precisa ser melhor discutido. Embora Rose tenha recebido o importante prêmio de “patrona do feminismo no Brasil”, o mesmo reconhecimento não existe em relação a teologia da libertação. É importante lembrar que tanto o feminismo quanto a teologia da libertação viram a se tornar movimentos de largo espectro social, sendo difícil identificar paternidades ou maternidades dos mesmos, inclusive pela ampla circulação de idéias e de influências externas. Atentando apenas para o tema do feminismo, com este estudo procuro demonstrar como três intelectuais, quase ao mesmo tempo, pensavam e escreviam sobre a condição feminina na sociedade. Rose foi uma destas importantes mulheres que contribuiu para a proliferação das idéias feministas, em especial no interior da Igreja Católica. Contudo, a identidade de cristã, cada vez mais, passou a dar espaço para a de feminista. Segundo sua autobiografia, é neste esforço de escrever sobre a situação da mulher brasileira que Rose se identificou com o feminismo, fato que levaria, nos anos de 1980, a uma ruptura com a Igreja Católica.

DE NORMALISTA A FEMINISTA: ELEMENTOS DO PERCURSO INTELECTUAL DE HELEIETH SAFFIOTI

O português corretíssimo e a dicção perfeita, o andar elegante do corpo miúdo dão nota de que se está diante de uma dama. Sua imagem em nada lembra os estereótipos socialmente construídos que retratam as feministas como mulheres espalhafatosas, barulhentas, grosseiras e até mesmo masculinizadas. Este clichê se desfaz diante da Professora Heleieth Saffioti.

Ela me recebeu no seu apartamento localizado na Praça da República, na capital paulista, para uma conversa de mais de cinco horas. A pauta? Sua vida, suas obras. Dentre as três mulheres escolhidas para este trabalho, Heleieth é a única que não escreveu acerca de si mesma. Poucas informações sobre sua vida podem ser encontradas em algumas publicações dedicadas a exaltar as principais mulheres brasileiras. Porém, ela por ela nunca produziu uma autobiografia.

Ao iniciar nossa conversa logo se percebe estar diante de uma mente muito inquieta. A imagem de “dama” não fica para trás. Porém, não se trata de uma dama convencional. É uma dama que não tem “papas na língua”. Basta uma pergunta para aflorarem recordações misturadas a reflexões teóricas instigantes das mais atuais acerca do feminismo e das relações de gênero. Não se poupa de fazer críticas, utilizar da ironia e do bom humor. Apesar de contar com um roteiro prévio, logo nossa entrevista se transforma em uma conversa informal entre professora e aluna.

O jeito professoral de Heleieth não fica de lado mesmo quando se trata de falar de sua vida. Isto não significa falta de espontaneidade, pelo contrário, mas trata-se de uma incorporação profunda da atividade docente em sua personalidade. A Heleieth professora começou a se construir ainda na adolescência, quando ajudava as docentes do quarto ano do primário devido ao fato de que na cidade onde morava não havia possibilidade de seguir com os estudos. Sua mãe conseguiu junto a uma amiga professora para que Heleieth permanecesse em contato com o ambiente escolar na condição de monitora:

Eu fiquei três anos entre grupo escolar e o ginásio, sem estudar. Agora minha mãe, que sempre foi muito sábia sem ter o grau de escolaridade que justificasse essa sabedoria, ela costurava e se tornava amiga das professoras primárias. Porque naquela época ser professora era ter um *status* muito bom em uma cidade pequena. Então ela falou com uma professora amiga dela que ela não queria que eu ficasse inteiramente longe dos afazeres intelectuais e eu passei a ser uma espécie de monitora da professora. Assistia às aulas, intervinha, ajudava os estudantes com dificuldades e isso foi muito bom porque eu não ganhei, mas eu deixei de perder, não perdi nada.⁷⁹

Para a menina que nasceu em uma família humilde, filha de uma mãe que costurava autonomamente e de um pai operário da construção civil, o fato de haver conseguido estudar foi um grande diferencial em sua vida. A educação já fazia parte do cotidiano de sua família. Duas de suas tias já eram professoras e foi com elas, antes mesmo de entrar na escola, que Heleieth aprendeu as primeiras letras. Situações relacionadas à conjuntura histórica e que refletiram nas políticas educacionais podem elucidar alguns acontecimentos de sua vida.

Ao longo dos anos de 1930, o país atravessava transformações importantes no campo educacional. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder foi criado o Ministério da Educação. A partir da constituição de 1934, houve uma valorização do ensino público que passou pela primeira vez na história da república a ser objeto de uma política centralizada do governo brasileiro. O então ministro da educação, Francisco Campos, criou o Estatuto das Universidades Brasileiras. No mesmo ano, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), na qual Heleieth viria a cursar Ciências Sociais a partir de 1956.

Otaíza Romanelli associou estas mudanças no aspecto educacional ao processo de industrialização do país. Para a autora, a partir de 1930 intensificou-se o desenvolvimento do capitalismo industrial, fato que resultaria em novas exigências educacionais decorrentes do quadro das aspirações sociais:

A Revolução de 1930, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder pelas velhas oligarquias, favorecendo a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou, portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É

⁷⁹

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 276-277.

então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino.⁸⁰

No entanto, os crescentes investimentos educacionais não eram suficientes para atender a demanda crescente da população. A partir do início do século XX, com o incremento do processo de urbanização, a escolarização passa a ser mais valorizada e, conseqüentemente, ocorre o aumento da procura pela escola. Se nas capitais já havia dificuldades para o estudo, estes problemas multiplicavam-se nas cidades do interior. Heleieth Saffioti conheceu de perto este problema. Sua história de vida na infância e na adolescência foi marcada por algumas mudanças em busca das melhores condições para continuar sua instrução.

Quando Heleieth fez seis anos, seus pais foram trabalhar e morar em uma fazenda no interior de Araçatuba. Lá não haveria possibilidade de estudar. Então sua família decidiu que a menina ficaria em Ibirá, cidade natal, morando com a avó materna para poder freqüentar a escola. Já seu único irmão, na época com quatro anos, acompanhou os pais.

Para Heleieth esta foi a sua primeira experiência de desamparo, que, segundo seu relato, deixou marcas profundas em sua personalidade. Ficar longe da família para estudar era uma boa idéia e ela recorda que não queria deixar os estudos. Porém, lembra com pesar do vazio que sentiu ao ver o caminhão da mudança se afastando, e ela ficando para trás:

Eles foram levando meu irmão e eu fiquei com minha avó. Eu era a neta preferida de minha avó, família italiana, a família dela era muito grande. As minhas duas avós tiveram, cada uma, quatorze filhos. Do meu pai eu não conheci a avó nem o avô. Mas do lado materno sim. Minha avó me tratava como um bibelô, eu adorava viver com minha avó. Então foi boa a experiência, três anos e meio com eles. Mas houve um detalhe negativo. Eu me lembro até hoje da saída do caminhão de mudança e eu correndo atrás do caminhão. Era a minha primeira experiência de desamparo. Era um abandono, quer dizer, eu sabia intelectualmente que era necessário. Eu mesma não queria interromper os estudos. Mas de qualquer maneira eu iria ficar sem o carinho dos meus pais, sem o meu irmão. (...)
Essa experiência de desamparo eu acho que é alguma coisa que me acompanha, sabe? Se eu perco alguém eu já entro naquele clima do desamparo. E foi aos seis anos e meio, muito precoce, coitadinha de mim (risos).⁸¹

⁸⁰ ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p.60.

⁸¹ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 276.

Pode se inferir que tal experiência tenha sido compartilhada por muitas outras meninas e meninos que, na época, deveriam afastar-se da família nuclear para dar seqüência a uma formação. Em muitos casos o abandono à escola era uma das saídas encontradas para evitar a separação das famílias ou mesmo quando não se tinha a alternativa de um parente ou responsável que assumisse os cuidados. No caso de Heleieth, sua família valorizava o aspecto educacional e se dispôs a fazer sacrifícios para que ela não renunciasse a este direito.

O relato também permite observar a grande importância da figura feminina presente na primeira infância. As referências à avó e à mãe são recorrentes. Elas representam afeto, apoio, incentivo. Estão muito distantes de uma imagem de prostração e limitação que aparece nas construções tanto de Carmen da Silva quanto de Rose Muraro quando se referem às suas mães. A importância da mãe é demonstrada também em trecho – citado algumas páginas antes – no qual conta que foi ela quem conseguiu a função de monitora para que Heleieth não se afastasse totalmente das atividades escolares. Ao contrário da negação do modelo feminino sugerido por Carmen e Rose Marie, verifica-se neste último caso a importância que foi conferida a mulheres que atuaram como incentivadoras da vida escolar de Heleieth Saffioti.

Após a conclusão do quarto ano primário, a sua família já havia retornado para Ibirá. Contudo, o fato da escola não possuir além do quarto ano do primário exigiu novamente uma separação. Para que Heleieth seguisse seus estudos, desta vez ela teria que deixar a cidade. Este novo afastamento da família impediu que ela fizesse parte de algumas estatísticas do período que denotam o agravamento da exclusão escolar na medida em que há uma evolução do nível de ensino. De acordo com Moacir Gadotti, estudos dos anos de 1950, demonstravam um grande processo de exclusão e afunilamento na formação escolar:

O educador Anísio Teixeira, na década de 50, elaborou a conhecida pirâmide para mostrar que a educação no Brasil, era privilégio de poucos, comparando-a com a dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, 33% dos que iniciavam a escola elementar, ingressavam na universidade. No Brasil, apenas 2,3%. O afunilamento da educação no Brasil dava-se, sobretudo, a partir do ensino chamado, na época, de ginasial (hoje, da 5ª a 8ª séries do

ensino fundamental), no qual ingressavam apenas 18,1% dos que iniciavam a formação básica.⁸²

Para fazer parte deste panorama minoritário da sociedade brasileira que conseguia chegar até o ginásio, a família de Heleieth decidiu que ela iria morar com os sogros de um de seus tios, residentes na cidade de Itapetininga. Nesta cidade havia melhores condições para freqüentar a escola. Mais uma vez é possível observar a importância dada pela sua família à questão educacional, como um fator que criou condições para sua formação intelectual.

A experiência de um ano na casa destes “parentes políticos” foi muito enriquecedora e Heleieth recorda principalmente o choque que teve ao se deparar com a religião protestante, praticada por seus anfitriões:

E eu fui tão bem recebida, esse casal era maravilhoso. Ele era alemão e ela brasileira e tinham duas filhas. Uma, que era a esposa do meu tio, que faleceu recentemente, e outra mais ou menos da minha idade. A família da minha mãe sempre foi católica. Minha mãe nunca foi de freqüentar a igreja sistematicamente. A família do meu pai já pedia para o espiritismo. E em Itapetininga eu entrei em contato com uma outra religião que para mim era uma coisa totalmente nova porque eles eram presbiterianos. Era muito moderna a Igreja Protestante, naquela época, se comparada à Igreja Católica. A missa ainda era rezada em latim, aquela história toda, manter jejum para poder comungar, e a tal da confissão. E o protestantismo me mostrava um outro lado, da festa, do jantar comemorativo, do teatro, aí eu fiquei encantada, não propriamente com a religião, mas com essas atividades.⁸³

O convívio com a diversidade religiosa acentuou um aspecto já presente em sua personalidade: o afastamento sistemático das crenças vinculadas ao catolicismo. Através de suas lembranças, é possível apreender que tais práticas já não possuíam um significado de peso em sua família. A possibilidade de convívio com diferenças, com outras práticas que não eram aquelas habituais da maioria da população brasileira, pode ter tido efeitos na formação intelectual de Heleieth. Além disso, é conhecida a importância que os protestantes conferem à questão educacional. É provável que o fato de Heleieth ter convivido um período junto a esta família tenha acentuado sua disposição para os estudos, fato diversas vezes mencionado ao longo

⁸² GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000, p. 31.

⁸³ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 277.

da entrevista. Além deste aspecto, o relato acima permite observar que ela também gostava da vida social que a comunidade protestante proporcionava. As festas, o teatro e outras atividades coletivas atraíam muito mais a atenção da menina do que propriamente a nova religião.

Após a temporada em Itapetininga Heleieth mudou-se para São Paulo, capital. Foi morar com tias que, segundo ela, eram muito “bruxas mas sabiam escolher o que era melhor”.⁸⁴ Passou a freqüentar o Instituto de Educação Caetano de Campos, também conhecido como Escola Modelo ou Escola Normal da Praça por ser localizado em frente à Praça da República. Lá Heleieth realizou o curso normal.

Como muitas moças do final dos anos 40 e início dos anos 50 a escola normal representava uma possibilidade de profissionalização e, ao mesmo tempo, de ascensão social. Ser professora primária no período em questão significava um certo *status*. Além disso, era uma profissão que não destoava do papel social atribuído às moças. Combinava com a função de mãe e esposa, responsável pelo cuidado com os filhos.

Guacira Lopes Louro mostra como, a partir do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, estas funções, ditas naturais, foram paulatinamente sendo associado ao papel de educadora. No artigo intitulado *Mulheres na Sala de Aula*, a autora demonstra o processo de feminilização do magistério com a abertura das primeiras escolas normais que passaram a receber e formar mais mulheres que homens. O fato dos homens abandonarem o magistério estava vinculado ao processo de urbanização e industrialização que possibilitava outras oportunidades de trabalho para a população masculina.

A despeito da ligação entre a prática docente e as tradicionais atividades femininas, a participação das mulheres no magistério foi contestada pela sociedade burguesa. De acordo com Guacira Louro, havia opiniões contrárias que consideravam uma insensatez entregar às mulheres – com cérebros menos desenvolvidos que os homens – a responsabilidade pela educação das crianças. Contudo, o argumento de que o magistério não subvertia a função natural da mulher passou a justificar o abandono da docência por parte dos homens. Mas o exercício do magistério, assim

⁸⁴ *Ib.* p.278.

como toda e qualquer ocupação feminina fora do espaço doméstico, precisava ser normatizado:

Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.⁸⁵

No caso específico de Heleieth Saffioti, é possível inferir que o magistério era tanto uma possibilidade de ascensão social – já vivida por outras mulheres da família – quanto uma etapa inicial que oportunizaria uma continuidade de qualificação profissional. Suas escolhas demonstram que o rumo seguido a levou para além do magistério, vindo a procurar uma formação que lhe permitisse atuar além do espaço escolar. Todavia, foi o objetivo de estudar como normalista que lhe permitiu sair do interior, ir para a capital paulista e encontrar um acesso mais facilitado ao mundo universitário.

Ao concluir a Escola Normal, Heleieth foi aprovada em primeiro lugar em uma seleção para aperfeiçoamento de professores, o que lhe valeu a chamada Cadeira Prêmio. Esta premiação permitia que, ao contrário da maioria das normalistas que teriam que trabalhar em condições precárias como substitutas, a moça fosse recompensada com a possibilidade de escolher em qual município e escola gostaria de lecionar. Heleieth escolheu ficar em São Paulo. Isto foi muito importante para lhe garantir também uma renda fixa pois, para a maioria das normalistas, a remuneração só existia se efetivamente conseguir substituir a professora titular. Caso contrário, elas se apresentavam na escola, mas não recebiam, pois não era considerado um dia trabalhado. Heleieth expõe que na época estava preocupada com a necessidade do

⁸⁵ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 453.

trabalho: “Eu tinha que me profissionalizar logo para poder, de forma sistemática e garantida, ajudar a família”.⁸⁶

A condição dela não foi particular. A crescente profissionalização feminina foi um dos fenômenos mais interessantes do século XX. Mulheres das camadas médias passaram a assumir cada vez em maior número profissões que outrora eram exclusivamente masculinas: profissionais liberais, jornalistas, professoras. Isto ocorria tanto devido a uma necessidade de mão-de-obra, quanto pela formulação de novos paradigmas culturais que passaram a exercer um tensionamento nas relações de gênero ao ampliar a atuação feminina para além do mundo doméstico.

Este fenômeno, embora tenha se concretizado no século XX, já estava em curso em meados do século XIX, quando tanto na Europa quanto no Brasil diversos jornais dirigidos por mulheres, ou para esse público-alvo, discutiam o papel feminino na sociedade, reivindicavam direitos civis e divulgavam as idéias emancipatórias. As leitoras desses periódicos eram professoras, artistas, profissionais liberais ou simplesmente donas-de-casa com algum grau de instrução. O mundo da política, da filosofia, da ciência, foi desafiado pelas mulheres.

No entanto, as mulheres das camadas médias também encontravam resistências na luta por sua emancipação, já que, de acordo com a moral burguesa, o ideal de família passava a ser afetado pela presença feminina no mundo do trabalho, pois significava uma ruptura com a antiga divisão entre as esferas do público (reservada aos homens) e do privado. O exercício do magistério, no qual boa parte da mão-de-obra feminina passou a se concentrar colaborou para um relaxamento das tensões geradas pela crescente participação da mulher no mundo do trabalho, tendo em vista que a atividade docente era considerada uma extensão das suas atividades naturais: o cuidado, o ensino, a lida com as crianças eram, afinal, esferas já dominadas pelas mulheres. Deste modo, tratava-se de uma ocupação que aparentemente não gerava mudanças nas concepções da divisão sexual do trabalho pré-estabelecidas.

Os ares de benevolência do sistema em aceitar a profissionalização feminina através do magistério ocultavam elementos capazes de gerar contradições. O acesso

⁸⁶ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 279.

à instrução permitia a qualificação profissional. E muitas professoras iam além da escola, ingressando no ensino universitário e passando para outras esferas da formação profissional. Este foi, em linhas gerais, o percurso trilhado por Heleieth Saffioti.

Em 1956 Heleieth ingressou na faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, logo após sua nomeação como professora primária do estado de São Paulo. As dificuldades encontradas ao longo da sua formação foram muitas: “foi 1955, eu acho, outubro, comecei a dar aulas no ensino primário, mas já não me satisfazia. Prestei o vestibular – sem cursinho, sem nada – para Ciências Sociais na USP.”⁸⁷

No período em questão, a população feminina presente nas universidades do sudeste e sul do Brasil, representava uma média de trinta por cento. No livro *A Mulher na Sociedade de Classes* Heleieth Saffioti calculou, a partir de dados extraídos da Sinopse Estatística de Ensino Superior do IBGE do ano de 1965, que a presença da mulher no ensino superior estava assim distribuída: “28,5% em São Paulo, 29% na Guanabara, 33,3% no Rio Grande do Sul(...)”.⁸⁸ É preciso recordar que estes dados referem-se a uma década posterior ao ingresso de Heleieth Saffioti na Universidade. Portanto, na época em que Heleieth ingressou na Universidade, a representação feminina no ensino superior era ainda inferior. Um fator que contribuía para o número tímido de profissionais universitárias era o casamento. Muitas moças abandonavam a universidade ao se casar, imaginando que não teriam como conciliar a faculdade – ou uma vida profissional posterior – com os afazeres domésticos.

Ao contrário de outras mulheres de sua época que abandonavam os estudos após o casamento, Heleieth continuou a investir na profissionalização. Sendo uma moça que nasceu em uma família humilde, não possuía alguns dos benefícios que talvez fossem corriqueiros a outros estudantes, como, por exemplo, o conhecimento de idiomas estrangeiros. Heleieth conta que na falta de publicações em língua portuguesa teve que aprender idiomas estrangeiros de forma rápida:

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ SAFFIOTI, *op. cit.*, p. 231. Paradoxalmente, a autora demonstrou que em estados considerados de posição periférica em termos econômicos e políticos, o índice de participação da mulher entre o público universitário era maior. Em Sergipe, no Amazonas o número de mulheres matriculadas era superior a quarenta por cento e no Maranhão chegava a mais de sessenta por cento.

Naquela época a coisa era duríssima. Primeiro, não havia livros em português. Todo o mundo, ou foi para uma escola especializada aprender línguas ou aprendeu na raça. Porque havia livros em francês, inglês, no máximo havia uma tradução mexicana da Fondo [Editora] e espanhol, por exemplo, eu aprendi na marra, porque é tão parecido com o português.⁸⁹

Apesar do casamento não ter se tornado empecilho para continuar os estudos, Heleieth trancou a faculdade por um ano para acompanhar seu marido, o Professor Waldemar Saffioti, aos Estados Unidos, onde ele havia recebido uma bolsa de estudos. Este é um fato importante na sua vida: sair do país natal, conhecer outros modos de vida e deparar-se na condição de mulher recém-casada tendo que constituir uma relação longe dos referenciais que lhe eram familiares. Com bom humor, Heleieth relata que sentia uma enorme diferença cultural em relação ao seu esposo: “Meu marido já tinha química, depois fez física e já tinha doutorado em química, três livros publicados e casou-se com uma ilustre ignorante. O fato é que nós nos casamos”.⁹⁰

Através do casamento, Heleieth começou a se deparar com a possibilidade de ser dominada, principalmente considerando a diferença de idade de quase treze anos que a separavam do seu esposo e o descompasso na trajetória profissional que existia entre ambos. Ela recorda de algumas estratégias que utilizou para demarcar seu espaço dentro da relação e que podem dar indícios de uma reflexão que, se conscientemente não estava identificada com o feminismo, inconscientemente se aproximava de uma prática feminista levada para a vida. Para compreender melhor o que seria esta práxis feminista, basta lembrar de uma das frases mais utilizadas pelos novos movimentos sociais que passaram a atuar no final dos anos de 1960. Estes afirmavam o caráter pessoal da política, e que as decisões pessoais interferiam diametralmente no espaço público e vice-versa. “O pessoal é político”, afirmavam as feministas, salientando o caráter histórico e cultural do âmbito pessoal ou privado.

Assim, sem grandes teorizações sobre o tema, porém com alguma intuição prática, Heleieth conta ter investido no que ela denominou de uma re-socialização do homem. Aliás, até hoje a Professora defende que é preciso investir na mudança do paradigma de mundo dos homens, senão não haverá equilíbrio entre os sexos:

⁸⁹ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 279-280.

⁹⁰ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 281

E eu pensei: “tenho que ser muito espertinha senão ele vai me dominar”. Eu, uma moleca, e ele já tinha tudo isso. Eu imaginava que estratégias eu deveria usar. Foi engraçado porque primeiro nós moramos na Pensilvânia, então nós alugamos um apartamento. Era uma casa muito grande e o proprietário fez entradas independentes então no sótão estavam as máquinas de lavar roupa, coisa que lá passou a existir muito antes do que aqui. E, no andar superior da casa havia dois apartamentos. Num deles morava um casal americano, no outro nós. Embaixo, morava um casal brasileiro com uma garotinha de um ano. E, uma noite, eu estava resfriada, simplesmente resfriada. E o Saffioti chegou e disse: “o Larri, a Ivete e eu vamos ao cinema, você não irá porque está resfriada”. E eu pensei: começou a decidir por mim!⁹¹

Pelo depoimento é possível inferir uma visão crítica a esta tomada de decisão do marido. Para ela, não era natural que este decidisse se ela ficaria em casa ou sairia. Atualmente esta questão pode parecer banal. Todavia, na época em que a legislação no Brasil ainda estabelecia ao marido a função de chefe da família, tal estranhamento demonstrava um grau de reflexão acerca dos papéis femininos e masculinos.⁹² A solução encontrada para resolver o conflito de interesses foi a seguinte:

Eu não disse nada, eles saíram e dois minutos depois eu saí, fui a outro cinema, saí do cinema fui passear porque eu queria chegar tarde em casa. Então, fiquei andando pela cidade. Lá pelas tantas eu cheguei. “Onde você estava, você nos deixou quase loucos, imagine uma menina à noite, sozinha, num país estrangeiro, que absurdo, onde você estava?” E eu respondi: “Que coisa curiosa você me perguntar isso, por acaso você me perguntou se eu me sentia em condições de sair estando resfriada, porque gripada eu não estou, examine bem a pergunta que você me fez porque eu não tenho nada a lhe responder”. E não contei. Então começou assim o processo de re-socialização do meu marido.⁹³

Este episódio aqui narrado mostra um aspecto que viria a marcar a obra de Heleieth Saffioti: a observação da condição dialética das relações entre os sexos. Já em seu primeiro livro, ela fez um estudo que comparava dados da população masculina e feminina, e isto em um período em que as estatísticas sexuadas ainda

⁹¹ Idem.

⁹² O código civil, com a reforma de 1962, assegurava ao marido a função de chefe da sociedade conjugal que seria exercida com a “colaboração” da mulher.

⁹³ SAFFIOTI, H. Entrevista. Anexo II, p. 281.

eram incomuns. Em seus objetivos já delimitava que “se a sua leitura permitir a cada um compreender seu próprio papel na construção e operação da sociedade competitiva, sua elaboração terá sido compensadora”.⁹⁴

O testemunho permite analisar o percurso que a levou às primeiras reflexões de cunho prático para converter uma relação de poder no âmbito do matrimônio até uma elaboração acadêmica sobre o tema. No entanto, cabe salientar que este caminho é complexo, não existindo uma linha divisória nítida entre uma reflexão e uma prática feminista, o que por vezes ocorre de modo gradual e concomitante. Heleieth conta que rapidamente tomou consciência do tratamento diferente que homens e mulheres recebiam nos espaços profissionais. Falando abertamente da construção de sua vida acadêmica, relata que havia uma cobrança maior sobre as mulheres:

Para mim isso foi fundamental, eu entendi isso muito cedo então eu estudava mais. Colegas homens que começaram a carreira acadêmica em 1959 nunca fizeram nenhuma tese e se aposentaram como titulares porque todos nós viramos titulares pela constituição de 1967. E eu sabia que isso podia acontecer e aconteceu. Mas se fosse mulher.... Eu tive uma colega, muito amiga, professora de alemão, já falecida, que ela chegou a perder o tempo integral.⁹⁵

Após o retorno ao Brasil, Heleieth concluiu sua faculdade, formando-se no ano de 1960. Dois anos depois, passou a trabalhar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, onde seu marido já era professor. Ela conta que foi convidada a assumir disciplinas de sociologia e fundamentos sociológicos da educação em 1962, pelo coordenador do curso, o sociólogo Luiz Pereira. O convite surgiu a partir de uma indicação de Florestan Fernandes, que havia sido seu professor na USP. Segundo ela, sem a intervenção de Florestan não teria sido contratada, pois havia a preferência para um professor homem. Heleieth tinha, na época 27 anos.

A partir do início de sua atividade docente, havia a necessidade de apresentar a tese de livre docência ou o doutorado, como experiência para permanecer no emprego. Existia uma regra de que todos os docentes, independente do ano de ingresso, teriam que passar por um ou por outro processo. Assim, Heleieth resolveu

⁹⁴ SAFFIOTI, *op. cit.*, p.14.

⁹⁵ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 291.

iniciar uma pesquisa empírica sobre a condição laboral das professoras primárias e das operárias têxteis, que poderia vir a se transformar tanto em uma tese de doutorado quanto em tese de livre-docência.

Na entrevista realizada não ficou explícito o que a motivou a escolher este tema. Mas é possível descartar algumas condições. Não foi por incentivo de sua formação universitária, ela afirma que o seu curso foi bastante conservador, e que esta temática não encontrava ressonância. Também não foi por influência do seu orientador, tendo em vista que destaca que pelo método de orientação da época a pesquisa já tinha que chegar praticamente pronta. O orientador apenas daria o seu aval. Estudos no campo da mulher também eram inexistentes no Brasil, como a própria Heleieth recorda, sequer existia uma pós-graduação estruturada no país. Com relação à conjuntura política, esta também não era favorável a um estudo que trouxesse o tema da mulher examinado a partir de conceitos marxistas. Uma das frases que se pode destacar do depoimento de Heleieth quando questionada sobre os motivos que a levaram a produzir uma pesquisa sobre o tema da mulher é instigante: “O que está aí foi o que eu aprendi sozinha. Eu penso que eu fui mais do que corajosa, eu fui temerária porque a conjuntura política me era altamente desfavorável”.⁹⁶

A partir do depoimento é possível inferir que a escolha pelo objeto de pesquisa nem sempre obedece às normas da racionalidade. Todo o contexto, e não só o político, era desfavorável à elaboração do trabalho. Novamente, surge aqui a possibilidade de que sua aproximação com o feminismo tenha sido decorrente de uma reflexão sobre as condições de vida como uma intelectual mulher e suas análises teóricas:

Eu não separo o pensamento da prática. Você veja o que eu fiz com o meu marido poucos dias depois de ter me casado. E não foi só isso que eu fiz, fiz outras coisas também. Quando há uma adequação entre o pensar e o fazer, não dá pra separar só o pensamento. Eu sempre fui rebelde, sempre tive auto-estima elevada. Porque o que a Betty Friedan no fundo descobre com aquele livro é uma baixíssima auto-estima da mulher americana. Essa mulher podia fazer várias coisas e, no entanto, ela fica em casa limpando aqueles casarões e bebendo. Eu tinha uma postura muito mais próxima da conduta masculina do que da feminina. Acho que para me afirmar. Eu era

⁹⁶ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 284

muito jovem, um espirrinho de gente, então para me impor. Eu comecei minha carreira com 27 anos lecionando na universidade. Eu entrei muito crua, não havia pessoal qualificado na época.⁹⁷

O pensar e o fazer caminham juntos quando se realiza uma opção teórica sobre o feminismo. Esta é uma das conclusões a que se chega ao traçar este breve panorama sobre a trajetória de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti. O feminismo, mais do que uma postura teórica, acabou se transformando em uma escolha de vida para estas mulheres. Nos muitos caminhos que as conduziram ao encontro dele, é possível encontrar alguns elementos comuns.

O acesso à educação foi importante para que elas ampliassem seus horizontes, suas referências. Todas pertenceram a famílias que valorizavam a educação feminina em um momento histórico em que este não era um valor absoluto. Muitas famílias, como foi dito anteriormente, consideravam a formação escolar das meninas um aspecto secundário.

Outro aspecto a ser destacado é a referência a modelos femininos e masculinos presentes em suas infâncias que, de formas distintas, contribuíram para suas construções individuais, para sua identificação como mulheres. No caso de Carmen e Rose, surgiu uma negação do modelo representado pelas suas mães. Elas eram vistas como mulheres tradicionais, que sintetizavam tudo o que Carmen e Rose não queriam se tornar. Pode se inferir que as mulheres, neste caso, representavam a tradição. Já as figuras paternas são recordadas como incentivadoras de um progresso, de uma evolução pessoal. Havia, portanto, uma ruptura com o ideal feminino herdado de suas mães a partir do momento em que estabeleceram uma identificação maior com as atitudes masculinas do que com as femininas.

A partir das lembranças de Heleieth Saffioti, percebe-se que sua mãe, avó e tias representaram um papel importante no estímulo a sua educação. Ao contrário das recordações de Carmen e Rose, as figuras femininas de Heleieth exerceram um papel ativo em sua formação. Tomavam decisões sobre sua educação e, ao que tudo indica, a própria escolha profissional foi influenciada por estas mulheres. Uma hipótese provável para explicar esta peculiaridade pode estar relacionada ao fato de a

⁹⁷ Id. p. 292.

família de Heleieth Saffioti pertencer a uma camada popular da sociedade. Há uma possibilidade de que as mulheres das camadas populares, em certas situações, fossem mais livres das convenções sociais e dos valores que emanavam da burguesia e das camadas médias. O ideal feminino da mulher mãe-esposa e dona de casa se chocava com as necessidades emergentes daquelas que tinham que trabalhar para garantir melhores condições de vida.

Outro aspecto que pode ser observado é que, de algum modo, a aproximação com o feminismo foi um processo que envolveu escolhas relacionadas à vida pessoal. Quando Carmen da Silva afirmava que passou parte de sua juventude fugindo do casamento é muito provável que esta ação significasse uma forma de desafiar o *status quo* das mulheres de sua camada social. O direito a outras escolhas de vida pode muito bem ter sido um primeiro momento de reflexão pessoal sobre a condição feminina e sobre a necessidade de romper com os padrões pré-estabelecidos.

Rose Marie Muraro possuía uma situação peculiar. O fato de pertencer à Igreja Católica fez com que buscasse um casamento que, para todos os efeitos, parecia convencional. No entanto, ela relata que entre os fatores que a levaram a trabalhar fora de casa estava a incapacidade de seu esposo exercer a função de pleno provedor da família. Sua vida privada distanciava-se, na prática, do ideal apregoado pela própria Igreja. E, mesmo nascida em uma família burguesa, Rose Marie sentiu de perto a situação das mulheres proletárias que precisavam conciliar o papel de mães, esposas e trabalhadoras. Deste modo, pode-se dizer que sua trajetória de vida, assim como a de Carmen, fugiu a um estereótipo tradicional.

O mesmo pode ser visto na fala de Heleieth Saffioti, quando esta conta que teve que “re-socializar” seu esposo. Mesmo com diversas condições que poderiam colaborar para uma hierarquia tradicional dentro de seu casamento (vale lembrar das diferenças de idade e de formação intelectual que ela relatou), Heleieth conseguiu asseverar sua autonomia, construir uma carreira de sucesso no meio acadêmico e, o mais surpreendente, modificar a mentalidade de seu marido. Pasmem as mulheres de hoje, ela fez tudo isso ainda nos anos de 1960!

As trajetórias individuais destas três intelectuais dão uma perspectiva das mudanças interpostas nas relações de gênero. A vida de Carmen, Rose e Heleieth

ainda estava longe de representar a situação hegemônica entre as mulheres brasileiras. Contudo, é inegável que nos anos de 1960, as relações entre os sexos já não eram mais as mesmas da década anterior. Quais foram os fatores que proporcionaram esta insurreição do segundo sexo?

2 A DÉCADA DE 1960: A INSURREIÇÃO DO “SEGUNDO SEXO”

A chamada do livro de Simone de Beauvoir, que inspirou o título deste trabalho e, particularmente, deste capítulo, era provocativa, em especial para as mulheres. Elas iriam se conformar em ser eternamente o “segundo sexo”? Ao longo dos anos de 1960, o mundo assistiu ao início de uma reviravolta nas relações entre homens e mulheres. Diversos fatores conjunturais contribuíram para que a década em questão mudasse a face da sociedade. E as mulheres não ficaram alheias a estas transformações. No Brasil, o feminismo se manifestou através da ação de intelectuais que passaram a rediscutir os papéis femininos na sociedade e, ao mesmo tempo, se engajaram em ações de resistência contra o regime ditatorial instaurado a partir de 1964.

PREÂMBULO À DÉCADA QUE MUDOU O MUNDO

Os anos de 1960 foram o tempo de pensar na construção de um novo homem. O revolucionário Che Guevara pregava esta questão como condição para implementar qualquer mudança social: sem o novo homem não haveria socialismo, dizia ele. Mas será que esta década também foi o tempo de pensar uma nova mulher? A idéia de um novo homem incluía também as transformações pelas quais passava o sexo feminino? Ou se tratava de um discurso que, assim como no caso da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França revolucionária deixaria para trás o “segundo sexo”?

A década em questão – vivenciada de formas distintas em cada país – assistiu a fenômenos conectados mundialmente como a ascensão dos chamados novos atores sociais (juventude, negros, mulheres) que buscavam um espaço de atuação pública, de reconhecimento e, em alguns casos, de mudanças radicais das estruturas. Todavia, para entender a insurreição destes fenômenos, é preciso remontar brevemente a elementos que caracterizaram as primeiras décadas do século XX. Em especial, cabe verificar – no caso do Brasil – quais foram os impactos das mudanças

decorrentes das crises oligárquicas e da ascensão e consolidação do populismo. Ao longo dos primeiros cinquenta anos, estas transformações, aparentemente apenas relacionadas à arena política, refletiram profundamente nas relações sociais, configurando novas disputas de classe, gênero e geração. Na impossibilidade de abarcar no espaço deste trabalho esta gama de complexidades, pretendo me deter a dois aspectos. Um deles, já mencionado no capítulo anterior, mas que vou aqui retomar, refere-se ao aumento do acesso à escolaridade pela população em geral e, especificamente pela população feminina. O outro é a crescente polarização da vida política nacional entre direita e a esquerda, lembrando que essas polaridades envolvem matizes não contempladas nas denominações.

A preocupação crescente com a instrução feminina é um fenômeno que no Brasil e no mundo começou a proliferar de modo mais incisivo entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX. O aumento da escolaridade em geral, e principalmente da feminina, já era uma realidade quando iniciou a Segunda Guerra Mundial, em 1939, a partir da invasão germânica à Polônia. Esta guerra foi um importante marco para o pensamento ocidental pois, pela primeira vez na história, instaurava-se um conflito mundial permeado por divergências ideológicas profundas. De um lado, a aliança Alemanha, Itália e Japão, defendendo a expansão territorial a partir dos pressupostos do nazi-fascismo; de outro, os chamados Aliados, que mesclava democracias capitalistas como Inglaterra e Estados Unidos ao socialismo de estado soviético. Entre os Aliados havia o propósito de estancar o avanço do Eixo e garantir a hegemonia no continente europeu.

Tanto do lado dos Aliados quanto do Eixo, é possível perceber que a Guerra teve um significado especial para as populações femininas dos países envolvidos. Ocorreu um interessante fenômeno de participação das mulheres nas frentes de batalha, alistadas como voluntárias, bem como servindo a seus países na ocupação de importantes postos de trabalho. A mão-de-obra feminina foi decisiva para impedir o estancamento da produção industrial nos países envolvidos no conflito bélico e garantir um clima de normalidade.

Um exemplo disso é que durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de mulheres norte-americanas foram conclamadas a ocupar o lugar de seus maridos no mercado de trabalho para suprir a necessidade de mão-de-obra. No entanto, com o fim do conflito a década de 1950 presenciou o movimento de "volta ao lar". As mulheres foram convocadas, desta vez, a reassumir seus postos de mães e esposas. Aquelas que haviam cursado faculdades foram estimuladas a guardar seus diplomas universitários nas gavetas. O diploma era apenas um diferencial que as tornava concorrentes melhor preparadas para disputar o mercado do casamento. Ao invés de manipular máquinas em fábricas e escritórios, manejariam dezenas de parafernálias domésticas que a indústria da sociedade de consumo colocou à sua disposição. Se as mulheres se haviam tornado necessárias, por fatores econômicos, e conjunturais no mundo do trabalho, isto não significou uma abolição da mistificação feminina. A dicotomia entre a ocupação de novos papéis sociais pelas mulheres – necessária para desenvolver os países em conflito - e a permanência de um pensamento conservador que defendia a primazia de funções ditas femininas certamente estimulou o surgimento de reflexões feministas. Nos Estados Unidos, um exemplo desta reflexão foi o livro *A Mística Feminina* de Betty Friedan. Ela identificava que as mulheres americanas sofriam de “um mal sem nome”, responsabilizado por provocar um sentimento constante de insatisfação com a própria vida. Este mal, segundo a autora, estava relacionado com a impossibilidade de que as mulheres tivessem como aspiração uma vida própria, independente das funções de esposas e mães. Ainda conforme Friedan, as americanas assistiram passivamente a um retrocesso na década de 1950. Jovens que nos anos da guerra sonharam com uma carreira universitária, limitaram suas expectativas ao âmbito doméstico:

A proporção de mulheres universitárias em relação aos homens caiu de 47% em 1920 para 35% em 1958. (...) No final da década de cinqüenta, o índice de natalidade nos Estados Unidos aproximava-se do da Índia. (...) Onde antigamente havia famílias com duas crianças viam-se então quatro, cinco ou seis. As jovens que nas décadas anteriores desejavam seguir uma carreira preferiam a maternidade. Era o que publicava, jubilante, a revista *Life* em julho de 1956, num hino de louvor ao movimento da mulher americana de regresso ao lar.(...)

Nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, esta mística de realização feminina tornou-se o centro querido e intocável da cultura

americana contemporânea. Milhões de mulheres moldavam à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana.⁹⁸

Assim, no caso da mulher norte-americana, a escritora notava um retrocesso na emancipação das décadas anteriores em comparação com o período do pós-guerra. O livro *Mística Feminina* é mais um indício de que a problemática feminina emergia em diferentes contextos. Havia, no início dos anos de 1960, uma disputa entre as inovações vivenciadas por um contingente de mulheres e a sobrevivência dos padrões tradicionais imprimidos pela “mística feminina”. Para compreender esta profusão de inovações e permanências é preciso verificar como este movimento se processou ao longo das primeiras décadas do século XX.

No que concerne aos novos papéis exercidos pelas mulheres, não se pode analisar de modo isolado as mudanças que se tornaram visíveis nos anos 60. As décadas anteriores, que correspondem à infância e à juventude de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti, foram marcadas por importantes transformações econômicas e culturais. Apenas em termos conjunturais, a primeira metade do século XX correspondeu ao primeiro conflito bélico mundial, o começo da Segunda Guerra e o seu fim, a divisão do mundo, parafraseando Hobsbawam, em dois extremos (comunista e capitalista) e a redefinição, devido a esta polaridade, do papel desempenhado pelos países do chamado Terceiro Mundo. Alguns destes acontecimentos serviram de estímulo para uma transmutação nos papéis sociais de mulheres e homens.

Após a Segunda Guerra Mundial, as potências capitalistas implementaram o Estado de Bem Estar Social. Este modelo pretendia amenizar as enormes distorções na distribuição da riqueza, garantir o pleno emprego, o acesso dos trabalhadores a serviços públicos qualificados e aos bens de consumo. O Estado de Bem Estar foi uma necessidade histórica frente à organização crescente dos trabalhadores, visivelmente inspirados nas conquistas socialistas do Leste Europeu. Diante do fortalecimento das economias socialistas e das constantes notícias sobre os ganhos sociais e econômicos dos trabalhadores nestes países, o capitalismo necessitou dar respostas às demandas dos trabalhadores a fim de evitar seu colapso total.

⁹⁸ FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 18-20.

A melhoria significativa da qualidade de vida dos trabalhadores europeus possibilitou o aumento de sua presença (ou de seus filhos) nas universidades. Conforme Eric Hobsbawm, antes da Segunda Guerra Mundial, países como a Alemanha, França e Grã-Bretanha não tinham, juntos, mais do que 150 mil universitários, o que representava um décimo de 1% de suas populações somadas. Este contingente passou a multiplicar-se entre 1960 e 70, sendo que a partir de 1980 os estudantes passaram a representar mais de 2,5% da população total.⁹⁹ Um número significativo destes universitários era composto de mulheres. O crescimento da população feminina nas universidades foi tão rápido que em 1980 elas já representavam metade ou mais do contingente total de estudantes universitários em todo o mundo.¹⁰⁰ Este fenômeno teve uma relevância significativa para redefinir espaços que antes eram ocupados quase que exclusivamente pelos homens. O próprio surgimento de reflexões intelectuais de cunho feminista pode ser compreendido dentro deste contexto. A presença de mulheres nas universidades assim como uma maior participação feminina na produção científica estimularam o surgimento de estudos acadêmicos sobre a situação das mulheres.

As mudanças não ocorreram apenas nos países de capitalismo central. A aparente democratização dos bens de produção na Europa ocorreu paralelamente à instalação de indústrias em países do chamado Terceiro Mundo, nos quais as leis trabalhistas e as facilidades fiscais permitiam aumentar a margem de lucros das empresas multinacionais. Nos anos que se seguem à Segunda Guerra, países como o Brasil são apontados como nações “em desenvolvimento” devido a um crescimento industrial e urbano configurado através da associação do capital internacional, capital privado nacional e capitais estatais.

Assim, no continente latino-americano também se verificou um aumento do acesso à instrução de modo geral e, mais especificamente da formação universitária. A partir da década de 1930, o crescimento urbano e o processo de industrialização exigiram uma maior qualificação da mão-de-obra. Além disso, a educação formal passou a ser vista pelos governos populistas como um instrumento disciplinador da

⁹⁹ HOBBSAWM. Eric. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 292.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 305.

população. Através da escola e das Universidades o Estado formaria cidadãos capacitados para o trabalho e para a obediência civil. Paulatinamente as mulheres também passaram a ter acesso ao ensino, pois era preciso educar as futuras mães de acordo com os preceitos morais e cívicos do Estado. Além do acesso à educação, a presença da população feminina cresceu significativamente no mercado de trabalho, especialmente em ocupações consideradas femininas: professoras, operárias, trabalhadoras do comércio, empregadas domésticas, entre outras.

No Brasil, o período do pós-guerra trouxe um amplo quadro de modernizações econômicas. Em 1951, Getúlio Vargas foi – pela primeira vez – eleito para a presidência da república pelo voto popular. Vargas, neste seu último mandato, desenvolveu uma política interna de cunho nacional, promovendo o crescimento do Estado através de medidas como a criação da Petrobrás (1953). A industrialização do país através do pacto populista era o grande mote de seu governo. O Estado deveria agir no sentido de desenvolver o país economicamente, alcançando um padrão de industrialização que o colocasse ao lado das nações do primeiro mundo.

Para tanto, era necessário atrair as camadas populares e o movimento operário através da concessão de benesses e evacuar a luta política do sindicalismo de esquerda. Este último propósito estava em acordo com a atuação do governo Vargas no cenário internacional. Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) protagonizavam a disputa pela hegemonia mundial em torno dos ideais capitalistas e socialistas, respectivamente. No curso dos anos de 1950, dois acontecimentos iriam dar o tom desta disputa. Primeiramente, em 1950 a Guerra da Coreia, episódio no qual houve um enfrentamento direto da URSS e dos EUA. Mais próxima ao Brasil, e, portanto com maior repercussão, foi a Revolução Cubana, esta já em 1959.

Ainda no período do governo Vargas, é necessário observar que a Guerra Fria chegava com força ao continente americano. Nos Estados Unidos, por exemplo, desenvolveu-se uma doutrina de segurança com o objetivo de perseguir pessoas ligadas ao comunismo. Dentre estas ações, o chamado Mccarthismo foi uma das mais importantes. O senador McCarthy conduziu uma operação de expurgo de figuras da esquerda norte-americana.

Diante deste quadro, a política adotada pelo governo Vargas foi bastante ambígua. Se por um lado promovia ações que poderiam ser consideradas nacionalistas e até mesmo anti-imperialistas, por outro lado, não hesitou em assinar um acordo militar com os EUA com o objetivo de “zelar pela segurança hemisférica”(leia-se combater os movimentos de esquerda e o comunismo). Em termos econômicos, o governo oscilava entre a necessidade de conter a alta inflacionária e o seu compromisso de dar continuidade à industrialização.¹⁰¹ A política econômica de Vargas promoveu um rápido crescimento industrial e, conjuntamente, uma sensação de modernização em especial nos grandes centros urbanos do país.

Após o suicídio de Vargas (agosto de 1954), o Brasil passou a ser governado por Café Filho, que em um ano criou alianças com setores da União Democrática Nacional (UDN), destacando-se por um alinhamento automático com o bloco capitalista liderado pelos EUA. A concepção de seu governo foi pautada pela idéia de que o desenvolvimento nacional seria, sobretudo, assentado em parceria com o capitalismo internacional. Sendo assim, o governo Café Filho tentou um acordo com o FMI para garantir um empréstimo de 500 milhões de dólares em troca da quebra do monopólio do petróleo e da energia elétrica. Por pressão dos nacionalistas, o empréstimo não ocorreu. Todavia, apesar destas resistências, seu governo decretou a Instrução nº 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que liberava o investimento de empresas estrangeiras para realizarem investimentos na economia brasileira, sem cobertura cambial. Assim, a configuração da indústria se modificou, tendo início uma industrialização no setor de bens de consumo duráveis. As eleições para sucessão de Café Filho ocorreram, deram vitória a Juscelino Kubitschek (PSD).

O Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi marcado por um clima de otimismo político e econômico.¹⁰² Seu principal objetivo era modernizar o Brasil. O

¹⁰¹ Com o propósito de promover a industrialização, foram criados o Plano Nacional do Petróleo, Plano do Carvão e Plano de Eletrificação, que resultou na criação da Eletrobrás. Surgiu também a Comissão de Desenvolvimento Industrial (Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis que originou a Indústria Automobilística), o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e o Banco do Nordeste.

¹⁰² Vale lembrar o slogan de sua campanha eleitoral, “50 anos em 5”, prometendo em seu mandato promover o crescimento econômico equivalente a cinquenta anos. Um demonstrativo deste impulso desenvolvimentista foram as grandes obras alavancadas por seu governo. Entre estas, a de maior destaque foi a construção da nova capital, Brasília, projetada pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer.

projeto de Juscelino (JK) pode ser caracterizado como nacional-desenvolvimentista, combinando ações entre Estado, Empresas Privadas Nacionais e Capital Estrangeiro. Em fevereiro de 1956 JK apresentou o Plano de Metas, baseado em trinta metas agrupadas em cinco eixos: energia, transportes, educação, alimentação e indústrias de base. Em termos econômicos, seu governo alcançou elevados índices de crescimento do produto interno bruto (PIB) que atingiu 7% ao ano.

Durante sua gestão, o modelo de substituição de importações - baseado no desenvolvimento da indústria de bens de consumo não duráveis - foi abandonado e em seu lugar JK implantou uma indústria de bens de consumo duráveis, em parceria com empresas de capital estrangeiro. Um exemplo é o setor automobilístico, que passou a ser desenvolvido através de multinacionais como a Ford, General Motors e Volkswagen.¹⁰³

Internamente, o país vivia uma problemática cada vez maior com relação às questões agrárias. Na região nordeste, as Ligas Camponesas, movimento iniciado em Pernambuco que reunia trabalhadores rurais, surgem com reivindicação da Reforma Agrária. Sua palavra de ordem era "*Reforma Agrária na lei ou na marra*". Como se pode ver, a modernização pretendida pelo governo JK causava um fenômeno cada vez maior de aprofundamento das desigualdades regionais. Para tentar equacionar o problema, JK criou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste) com o propósito de dinamizar a agricultura e promover a industrialização daquela região. O órgão, entretanto, acabou se transformando em uma agência de distribuição de verbas para o combate à seca que raramente atingia os segmentos mais necessitados da população nordestina.

A mecanização agrícola e a concentração fundiária aumentaram com a chamada Revolução Verde, uma política de reestruturação do meio agrícola baseado

¹⁰³ No final de seu mandato sua política desenvolvimentista trouxe como resultados uma inflação crescente e a dívida externa. A inflação foi provocada porque com a intenção de viabilizar seu Plano de Metas, o acesso ao crédito foi facilitado, tomaram-se empréstimos internacionais e houve também um declínio dos preços de produtos que eram exportados. Com isso, a balança de pagamentos tornou-se cada vez mais deficitária. Diante deste quadro, o FMI passou a pressionar o governo brasileiro para que este implementasse ações de controle da inflação. Entretanto, estas ações, pautadas pelo controle dos gastos públicos e contenções salariais, não se encaixavam na proposta política do governo. Tais contradições geraram uma relação tensa com o Fundo Monetário Internacional até o final do governo JK.

em um pacote tecnológico que privilegiava o uso de sementes selecionadas e de insumos químicos, irrigação, mecanização da produção e variedades genéticas. Todo este processo foi caracterizado pela forte intervenção do Estado, como incentivos e subsídios para projetos considerados produtivos, assistência técnica e créditos. As propriedades industriais passaram a ser agro-indústrias, já que dependiam dos insumos vindos da indústria e produziram, além de bens de consumo, matérias primas para outras indústrias de transformação. Se por um lado estas iniciativas levaram a uma mecanização da lavoura e ao conseqüente aumento da produção, elas também provocaram um agravamento da concentração de renda e das desigualdades regionais.

Ao mesmo tempo, o crescente déficit no setor público e a alta inflacionária (cerca de 40% ao ano) fizeram com que o governo deixasse de investir na área social. O saldo destas políticas criou um cenário bastante assustador no início dos anos de 1960: ao mesmo tempo em que o Brasil vivia um surto modernizador, este progresso não estava sendo capaz de gerar uma distribuição de benefícios ao todo da população. Ao contrário, resultava em uma maior concentração de renda, em um agravamento da crise agrária e em uma marginalização da população camponesa que passou a promover um êxodo em direção aos centros urbanos.

Os dados econômicos do governo JK mostram uma média de crescimento econômico anual de 8,1% ao ano. Em parte, tal crescimento se deveu aos investimentos na indústria, em especial na área dos bens de consumo duráveis. Todavia, este crescimento foi concentrado em algumas áreas do país (em especial nas regiões urbanas do sul e sudeste) fazendo com que aumentasse o hiato entre as desigualdades regionais.

O discurso modernizador e desenvolvimentista não entrou apenas na pauta do discurso político do governo, mas no centro das preocupações dos intelectuais. Este contexto de modernização excludente influenciou a formação intelectual de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti. Sintonizadas com as problemáticas de seu tempo, seus escritos destacavam o problema do subdesenvolvimento e a necessidade de encontrar caminhos para sua superação. As idéias de modernização e transformação sócio-econômica são abordadas pelo pensamento feminista que

insurge nos anos de 1960 no Brasil. Cabe lembrar que esta década foi marcada pelo ideal daquilo que a historiografia convencionou chamar de romantismo revolucionário, segundo o qual “(...) recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar ultimamente de era Vargas, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado”.¹⁰⁴

A este propósito, no livro *A mulher na construção do mundo futuro* Rose Muraro demonstrava, a partir de dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o grave problema da fome que atingia a humanidade, demonstrando que esta enorme parcela de famintos habitava os chamados países subdesenvolvidos:

De acordo com estas apurações, podemos chegar à aterradora conclusão: 75%, ou seja, três quartos da humanidade, vive em estado de fome. Esses três quartos são justamente as populações a que se convencionou chamar de subdesenvolvidas, e que são as populações da Ásia, África e América Latina. Os outros 25% são os povos da Europa Ocidental e da América do Norte. Qual a origem deste fato? Se olharmos a situação da agricultura no mundo, veremos que o acréscimo anual não corresponde ao acréscimo demográfico.¹⁰⁵

Rose Muraro concluía seu alerta para o crescimento econômico desigual do planeta apontando para a incapacidade de sobrevivência da população de algumas zonas do planeta: “Assim, a persistirem as condições atuais da economia mundial, quando chegarmos ao ano dois mil, e a população da terra tiver dobrado, como se poderá assegurar a sobrevivência da humanidade? E lembremo-nos que esta data está a trinta anos de hoje... Pouco mais que uma geração...”.¹⁰⁶ Percebe-se que, além de uma inquietação com a problemática da mulher, temas sociais e econômicos combinavam-se à sua análise.

Cabe destacar que a preocupação com as mudanças sociais em curso não foi exclusiva das intelectuais. Houve um crescente engajamento feminino vinculado a um

¹⁰⁴ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS; RIDENTI; ROLLAND. **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 198-199.

¹⁰⁵ MURARO, 1969, p.19-20.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p.20.

pensamento de esquerda que questionava a sociedade brasileira e pensava alternativas que modernizassem não apenas a sua estrutura econômica, como também os seus valores, suas relações sociais e a sua cultura. Assim sendo, os anos de 1950 foram marcados por uma reflexão em torno da viabilidade de um projeto nacional-desenvolvimentista que fosse capaz de gerar uma renovação social.

Este clima penetrou anos sessenta adentro, inaugurando uma década que foi pautada por intensos debates políticos e convulsões sociais. O ativismo feminino pode ser verificado em importantes movimentos como a luta do “Petróleo é Nosso” e a luta contra o aumento de custo de vida. Tais manifestações, protagonizadas pelas mulheres, não devem, contudo, ser confundidas com o feminismo, como exemplifica Céli Pinto:

(...) foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros. (...) Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade.¹⁰⁷

Mesmo que não representasse um questionamento à divisão sexual existente, a inserção crescente das mulheres na vida pública e seu engajamento em causas sociais mais amplas podem ser interpretados como parte de um processo de desenraizamento dos papéis sociais que fixavam a mulher a um espaço de atuação privado.

Exemplo disso é que houve, neste período, um crescente aumento da participação feminina entre a população universitária. Conforme Carmem Barroso e Guiomar Mello, no final dos anos 50 as brasileiras somavam cerca de 26% das estudantes universitárias. Este contingente subiu para 40% no princípio da década de 1960.¹⁰⁸ Em uma década o número de mulheres universitárias praticamente dobrou. É dentro deste cenário, de crescente movimento de ingresso das mulheres na

¹⁰⁷ PINTO, *op cit.*, p. 43-44.

¹⁰⁸ Barroso, Carmem; Mello, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, 1975.

universidade e sua conseqüente qualificação profissional e intelectual, que se deve analisar o surgimento de uma literatura voltada à problemática da mulher na sociedade brasileira.

No entanto, não se trata de um fenômeno encerrado nos anos de 1960. É possível afirmar que pelo menos desde o final do século XIX verifica-se um apelo progressivo para que houvesse mais instrução feminina em diversos níveis. Um dos melhores exemplos que ilustra esta situação pode ser encontrado no incentivo à carreira do magistério. Conforme analisa Maria Lúcia Aranha, houve no início do período republicano, um crescente interesse dos governos pela formação de professores, o que incentivou os estados à criação das Escolas Normais:

Devido à descentralização do ensino fundamental, a criação das escolas normais dependia da iniciativa pioneira de alguns estados, como o de São Paulo – a escola Normal foi criada por Caetano de Campos em 1890. Aliás, devido à participação de paulistas no governo federal, essa escola – e também a do Rio de Janeiro, então Distrito Federal – serviu de modelo para a instalação dos cursos nos demais estados.¹⁰⁹

Destarte, efetua-se, uma relação explícita entre as transformações gerais da sociedade, o interesse pela educação, e novos espaços de sociabilidade e trabalho para a população feminina. Não há como desassociar as mudanças gerais de crescimento econômico, industrial, urbano e educacional das transformações que abrangeram a população feminina do país. Cabe verificar, em números, os efeitos desta mudança. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do início do século à década de 1960, a porcentagem de população localizada em áreas urbanas subiu de 10% para 46%. O número de analfabetos diminuiu de 65,3%, em 1900, para 39,5% em 1960. No mesmo período, a renda *per capita*, calculada em dólares, passou de 55% para 236%.¹¹⁰

Estes números podem dar uma noção das mobilidades sociais em curso na primeira metade do século. A concentração populacional nas cidades mostra a

¹⁰⁹ ARANHA, Maria Lúcia Almeida. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006, p.298.

¹¹⁰ LOURENÇO FILHO. Evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1960. R.B.E.P. nº 100. Fundação IBGE. Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970. In: ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p.62.

aceleração do crescimento populacional que praticamente quadruplicou no período em questão e, ao mesmo tempo, um movimento de êxodo rural em curso, diversificação das atividades econômicas com o aumento do setor industrial e de serviços. Neste contexto, o interesse dos setores da elite por oferecer instrução básica torna-se evidente diante de uma demanda por qualificação de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, os segmentos da população almejavam o acesso a novas oportunidades, ofertado nos grandes centros urbanos.

A partir dos anos de 1960, outra mudança educacional seria bastante significativa para a população feminina. A Lei de Diretrizes e Bases permitiu a equiparação de todos os níveis de formação secundária. Desta maneira, as mulheres, que geralmente cursavam o magistério, passaram a ter acesso ao exame vestibular na mesma condição dos demais candidatos, sem necessidade de outras etapas anteriores em sua educação secundária. Tal situação favoreceu ainda mais a entrada das mulheres no ensino superior.

No curso dos anos de 1960 a população feminina começou a ascender significativamente na sua formação. E este dado será relevante para que posteriormente se possa analisar, como um dos propósitos deste trabalho, a rápida propagação das obras feministas.

É perceptível que as inovações ocorridas na primeira metade do século XX colaboraram para tornar as mulheres mais visíveis na esfera pública. Elas passaram a ocupar de modo mais expressivo as escolas (tanto como alunas quanto como professoras), os locais de trabalho, as universidades, as associações, os sindicatos, os partidos políticos. Contudo, neste momento elas ainda não se identificavam como mulheres, como um grupo social que possui reivindicações e especificidades. Como disse Rose Marie Muraro, naquele tempo a questão da mulher ainda não estava colocada. Foi nos anos sessenta que esta pauta chegou para ficar.

OS ANOS DE 1960 E AS MULHERES

Os anos 60 foram inaugurados no Brasil com a vitória presidencial de Jânio Quadros (PTN), que venceu o pleito com 48% dos votos. Ele pode ser interpretado como um político inovador, o primeiro a utilizar amplamente sua imagem em diversos meios de comunicação, especialmente na televisão. Em suas aparições públicas, repetia atitudes na busca de criar uma identificação da sua figura com o povo: comia sanduíches de mortadela, desfilava com ternos amassados e não se constrangia ao exibir sua caspa. Seu slogan *A vassoura vem aí*, utilizado na campanha eleitoral, prometia varrer a corrupção do país. Concorreu à presidência por um pequeno partido (PTN) e que não possuía uma ligação direta com os partidos tradicionais. Para vice, foi eleito João Goulart do PTB, que durante o governo Vargas havia ocupado a vaga de Ministro do Trabalho, realizando ações polêmicas como o aumento de 100% do salário mínimo dos trabalhadores. Jango, como era conhecido, possuía laços com o sindicalismo trabalhista e uma afeição pelos ideais nacionalistas, fato que incomodava os setores políticos favoráveis a uma modernização do Brasil pela via da abertura ao capital internacional. Jânio marcou seu rápido mandato com medidas desconcertantes, como a proibição das brigas de galos, do lança perfume e do uso do biquíni nas praias de Copacabana.

As inusitadas medidas tinham uma justificativa. No início dos anos de 1960, a moral tradicional da sociedade brasileira passava por uma crise. O traje de banho de duas peças – aparentemente inocente – dava a medida das mudanças de comportamento da população feminina. As moças começavam a ousar exibir o seu corpo publicamente, deixando de lado os pudores de outrora. O lança perfume era usufruído pela chamada “juventude transviada”, rapazes e moças que apreciavam o *rock-and-roll* inglês e norte-americano. As danças enlouquecedoras, o som alto, criavam um clímax que provocava estranhamento aos olhos dos mais velhos. Mesmo que muitos destes jovens não utilizassem qualquer tipo de substância, nem mesmo o álcool, a representação que a sociedade criava era a de uma juventude perdida para vícios e imoralidades.

Voltando ao mandato de Jânio Quadros, para além da imagem um tanto burlesca que se fez de seu governo por conta de sua personalidade peculiar, há que se destacar suas atitudes para demarcar uma política independente. Em plena Guerra Fria, estabeleceu relações com países socialistas, como a China. Chocou os setores conservadores ao condecorar Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Tais medidas eram perigosas em um contexto de divisão dos países entre aqueles alinhados ao bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos (EUA), e os que se inspiravam no socialismo da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Não havia, dentro desta divisão bipolar, espaços para indecisos ou independentes na América Latina. O esforço dos EUA era integrar todos os países do continente em torno de seu eixo.

Durante seu curto governo, colocou em prática um programa de combate à inflação com o objetivo de controlar os gastos públicos. Reduziu subsídios para a importação provocando o aumento dos preços do trigo e do petróleo. Conseqüentemente, o pão e os combustíveis tiveram um aumento de 100%. Esta medida desagradou a população, contudo, agradou ao FMI que concedeu uma renegociação da dívida externa e a concessão de novos empréstimos.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou declarando que “forças terríveis” o impediam de continuar no governo. Entretanto, esta renúncia foi atribuída principalmente à sua personalidade instável e à falta crescente de apoio ao presidente. O Congresso Nacional era majoritariamente composto pelo PSD e pelo PTB. O fato também pode ser relacionado à personalidade instável do presidente, que o teria levado a tomar um ato impensado, sem medir suas conseqüências. Mas, de acordo com o historiador Boris Fausto, o fato principal que levou a esta ação foi um cálculo político inapropriado do então presidente, que teria imaginando conseguir o apoio do Congresso e dos Governadores que “clamariam” pela sua permanência para evitar que o executivo federal fosse ocupado por João Goulart, identificado com o sindicalismo.¹¹¹

Contudo, o presidente praticamente não recebeu nenhum apoio, a não ser alguns poucos governadores que pediram para que ficasse no cargo. Na ocasião, o

¹¹¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

vice-presidente João Goulart, que pela Constituição deveria assumir a presidência, encontrava-se em uma viagem à China. A ausência do vice, somada ao fato de que este não obtinha simpatia por parte de segmentos militares e do PSD, ocasionou uma crise de poder e uma tentativa de golpe para impedir sua posse.

A posse de Jango ficou em suspenso. Segmentos militares e civis tentaram impedi-la. Por seus vínculos aos sindicatos e ao populismo, era acusado de pretender desfraldar uma "república sindicalista" no Brasil. O *Manifesto dos Militares*, lançado em Agosto de 1961 deixava claro os receios de parte deste segmento. Jango era representado como uma ameaça à ordem: "Na presidência da República (...) o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil".

Assim, a década de 1960 iniciava sob o risco de um golpe sobre a frágil democracia brasileira. Em Buenos Aires, Carmen da Silva recebeu as notícias da renúncia de Jânio com apreensão. Em sua autobiografia, a escritora descreveu a vontade de ficar alheia aos acontecimentos, mas, ao mesmo tempo, o imperativo moral de voltar ao Brasil. "Lugar de brasileiro é no Brasil", pensou Carmen. E decidiu deixar para trás a vida estruturada na Argentina, retornou ao seu país e se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro. Do mesmo modo de Carmen, muitos brasileiros mobilizaram-se em prol da manutenção da democracia.

No Rio Grande do Sul, o Governador Leonel Brizola iniciou o movimento que ficou conhecido como Legalidade. O objetivo era garantir a posse de Jango e o respeito à constituição. Uma rede de rádio passou a organizar a população pró-Jango. Ao mesmo tempo, o Gal. Machado Lopes que era Comandante do III Exército declarou apoio ao movimento da legalidade, causando uma divisão entre a cúpula militar. Parte dos militares foi convencida de que o melhor para o país era garantir a constituição e assegurar a posse de Jango.

Em 7 de setembro de 1961, Jango assumiu a presidência da República. Entretanto, o Congresso havia aprovado um regime parlamentarista. O objetivo era limitar os poderes do novo presidente que era considerado representante da esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro e simpático a reivindicações populares históricas, como a Reforma Agrária. Contudo, Em 1963, um plebiscito definiu pela volta ao

regime presidencialista, ampliando os poderes de Jango. Daniel Aarão Reis propõe uma análise da leitura que os diferentes segmentos políticos fizeram da tentativa frustrada de golpe contra a posse de Jango. Para este autor, a partir da vitória da campanha pela Legalidade, a atmosfera democrática tomou conta do país, o que possibilitou uma maior liberdade de ação para os movimentos populares vinculados à esquerda, mas, igualmente, para os setores da direita.¹¹²

As direitas ficaram aturdidas. Já perplexas com a renúncia de Jânio, quedaram-se completamente desorientadas com o fracasso da aventura golpista. Mais tarde, rememorando os acontecimentos, muitos narrariam o quão difícil seria atar e reatar os fios de um processo conspiratório contra Jango.

A opinião centrista, largamente majoritária, e com a qual se identificava o presidente empossado, embora ele próprio fosse um moderado de esquerda, respirou aliviada. Jango percebia a fragilidade da aliança em que se apoiava, e tentaria a partir de então manobrar com ela, exercitando a tradição de arbitragem e conciliação que herdara de seu mestre e padrinho político, Getúlio Vargas.¹¹³

Enquanto a direita não perdera jamais de vista o projeto de levar a cabo um golpe contra o governo, este, por sua vez, tinha noção da sua fragilidade política resultante da carência de uma base social de apoio consolidada. Já os segmentos de esquerda, conforme a análise do autor, esqueceram o episódio de modo fugaz, o que pode talvez explicar o fato de que muitos destes segmentos não conseguiram articular uma resistência aos atos militares de abril de 1964:

As esquerdas, surpreendidas com a rápida vitória, conheceram uma espécie de euforia. Tenderam a esquecer duas circunstâncias associadas, e decisivas, da vitória contra a tentativa de golpe militar: o fato de que assumiram, ao lado de Brizola e do III Exército, uma posição *defensiva*, e o de que esta posição defensiva articulava-se em torno da preservação da *lei*. *Posição defensiva*, e de *defesa da lei*: por estas razões fora possível vencer

¹¹² O autor utiliza definições dos termos esquerda e direita que serão aqui tomados. Ele considera a direita como a representação das forças conservadoras e contrárias às mudanças; já as esquerdas posicionam-se favoráveis à mudanças que tragam justiça e progresso social; o autor também define o conceito de “centro” como as forças políticas que tendem à moderação e à conciliação, podendo – conforme as circunstâncias – ser favoráveis a reformas. Daniel Aarão Reis esclarece sua opção pela utilização destes conceitos no plural por entender que cada uma destas forças é heterogênea em sua composição interna, agrupando diferentes matizes e posições, das mais moderadas às mais radicais.

¹¹³ ARAÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____. **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p.32.

os golpistas. Esquecê-lo, no futuro, teria profundas e desastrosas conseqüências.¹¹⁴

O fantasma de um golpe não foi o único a assombrar o governo João Goulart. No âmbito econômico, o governo enfrentou uma escalada inflacionária. Em 1960, ainda durante o governo de JK, houve uma inflação de 26,3% ao ano. Em 1962 este índice subiu para 54,85% ao ano. Para combater esta crise, o governo lançou o Plano Trienal, comandado pelo Ministro Celso Furtado. O principal objetivo do governo era implementar as Reformas de Base: reforma agrária, reforma administrativa e reforma fiscal. O propósito do Plano Trienal foi reduzir a inflação e manter a capacidade de importação do país. Para tanto, era necessário também acertar a dívida externa. Este plano não contou com uma grande base adesão por parte da sociedade.

Os setores conservadores temiam a radicalização de ações como a reforma agrária, a redução de cargos públicos (prevista na reforma administrativa) e a cobrança e fiscalização de impostos (prevista na reforma fiscal). Se estas três reformas fossem efetivadas, haveria uma mudança significativa das relações de poder econômicas e políticas no país. Cabe salientar que a UDN (facção política representativa dos latifundiários) e o PSD possuíam maioria no Congresso e influência social.

Ao mesmo tempo, setores de esquerda, compostos por partidos (principalmente o PCB) e movimentos sociais (UNE, Ligas Camponesas, Sindicatos), consideravam as ações do governo Jango muito tímidas e pressionavam pela agilidade na execução das reformas e um posicionamento mais claro do governo no que se refere à política externa. Não aprovavam os acordos realizados para pagar a dívida externa e viam nesta atitude uma proximidade de Jango com o imperialismo norte-americano. Assim, o governo de João Goulart se caracterizou por uma forte polarização política e por uma carência na base de apoio. Embora a esquerda visse com simpatia muitas de suas propostas, não poupou o governo de duras críticas e pressões. Devido à face democrática do governo, os movimentos sociais adquiriram um forte grau de organização em todo o país. Apoiados neste fato, os setores conservadores (partidos políticos e parte da cúpula militar) começaram a

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 33.

propagandear para a população o fato de que a ordem social estaria em risco devido à “ameaça” comunista.

Esta polarização política também ocorreu por dentro da Igreja Católica. Rose Muraro relata em suas memórias que o período em que o Brasil foi governado por Jango representou um momento de crescimento dos ideais progressistas, inclusive dentro da Igreja Católica, em contraste às posições conservadoras representadas pela maioria dos líderes da instituição. A instituição também estava dividida quanto aos rumos políticos do país. A CNBB apoiou a reforma agrária, gradual e moderada, e a necessidade de reformas sociais no país. Contudo, havia uma forte presença de um clero conservador que temia pelos valores morais e familiares dentro de um contexto social em que cresciam os movimentos de cunho socialista e esquerdista.

Na década em questão, a Igreja Católica passou por uma importante reformulação que teria como resultado a formação da Teologia da Libertação. Jovens vinculados à instituição, vindos da Ação Católica e de outros grupos atuaram em diferentes segmentos da sociedade, sendo a educação popular o principal deles. Já em 1960, em Pernambuco, surgia o Movimento de Cultura Popular (MCP), cuja figura de destaque foi Paulo Freire. Comentando o trabalho deste importante pedagogo que se formou no seio da Igreja, Maria Lúcia Arruda Aranha salienta o seu ineditismo:

Suas primeiras experiências educacionais começaram em Angicos, Rio Grande do Norte, onde trezentos trabalhadores do campo se alfabetizaram em 45 dias. O impacto desse resultado foi tão grande que Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, autorizou trabalho semelhante nas favelas de Recife e, em seguida, em todo o estado. Também o governo federal interessou-se pelo projeto e pretendia organizar 20 mil “círculos de cultura”, procedimento de seu método de alfabetização, a fim de atingir cerca de 2 milhões de adultos por ano. (...) em 1964 o governo militar interrompeu-lhe as atividades ao determinar sua prisão.¹¹⁵

Além do trabalho desenvolvido pelo Movimento de Cultura Popular, a CNBB atuou na questão educacional promovendo os chamados Movimentos de Educação de Base (MEB) que tinham por objetivo levar a educação para os segmentos mais excluídos da sociedade. Este movimento de inserção da Igreja junto às populações mais pobres do país se chocava com a antipatia de setores da cúpula eclesiástica ao

¹¹⁵ ARANHA, *op. cit.*, p. 336-337.

governo João Goulart. Após 1964, tanto o projeto do MCP quanto os do MEB passaram a ser perseguidos, “os golpistas de 1964 não esperaram o amanhecer do dia 1º de abril para iniciarem violenta repressão a tais movimentos”.¹¹⁶

Ao mesmo tempo em que se percebe uma série de avanços indicativos de um momento de efervescência intelectual e cultural, o início dos anos de 1960 foram igualmente um período de uma grande articulação conservadora que resultou no golpe militar de 1964. Este movimento tornou-se mais vivo a partir do enfrentamento às medidas reformistas levadas a cabo pelo governo em meados de 1963. Jango adotou a prática de realizar reformas de base por decreto, ou seja, à revelia do Congresso Nacional. Na tentativa de ganhar apoio popular, começou a promover grandes comícios para divulgar suas ações. O Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, reuniu cerca de 150 mil pessoas.

Em resposta, ocorreu em São Paulo a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, organizada por associações de senhoras ligada à Igreja Católica. Eram estas mesmas senhoras, provavelmente, que enviavam à redação da *Revista Claudia*, cartas escandalizadas com as “lambadas verbais” de Carmen da Silva.¹¹⁷ A Marcha reuniu 500 mil pessoas, e foi uma expressão da insatisfação, principalmente dos segmentos médios da sociedade, com os rumos do governo Jango. Os principais lemas deste movimento foram a defesa da família e da propriedade contra a “ameaça comunista”.

Deste modo, é possível notar que nos anos de 1960 a areia da política passava a contar com a participação mais efetiva da população feminina. Na defesa das políticas reformistas do governo Jango, na oposição de esquerda a este mesmo governo ou na oposição de direita, as mulheres passaram a se fazer cada vez mais presentes nas discussões públicas, inclusive assumindo, em alguns casos como na Marcha em defesa da família, o protagonismo de manifestações. Em que pese o caráter conservador de movimentos deste mote, eles eram um indício de mudanças nos papéis sociais das mulheres (e das resistências a estas mudanças). É curioso ver que a reivindicação de cunho moral trazida pelas mulheres vinculadas às alas

¹¹⁶ GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 114.

¹¹⁷ O termo é utilizado pela própria Carmen em diversos artigos nos quais ela comenta a sua relação conturbada com suas leitoras.

conservadoras da Igreja Católica acusava o governo Jango de desagregar a família. Rose Marie Muraro, católica progressista, também observava, em seu livro *A mulher na construção do mundo futuro*, mudanças que ameaçavam a solidez da família brasileira. Nas duas manifestações se encontra a percepção de que esta instituição, a família tradicional, encontrava-se em crise. E este fato repercutia diretamente na vida das mulheres. O fato de haver uma mobilização feminina em torno deste tema da mudança na família brasileira denota que este tema não era visto como algo pessoal, individual, mas político. Assim, percebe-se que os anos 1960 foram palco de uma ampla politização do cotidiano.

A mobilização de diferentes segmentos da sociedade foi a grande inovação da década de 1960. Talvez parte desta inovação possa ser atribuída à forte polarização política no campo das relações internacionais, principalmente em decorrência da Guerra Fria. O continente latino-americano não ficou avesso a este conflito e os Estados Unidos assistiam com preocupação o avanço dos ideais socialistas no continente. Em 1959 foram surpreendidos pelo sucesso da Revolução Cubana. Os guerrilheiros de Cuba - mais do que colocar em prática um projeto socialista - acabaram por derrubar o governo de Fulgêncio Batista, comprometido com os interesses norte-americanos - lutaram para transformar Cuba em um território soberano.

Em 1961, o governo cubano, que foi submetido a um bloqueio econômico pelos Estados Unidos da América, passou a ter a ajuda direta da União Soviética. Este fato resultou em uma guinada da Revolução Cubana para o bloco socialista. Com isto, o país se transformou na primeira experiência do socialismo real em solo latino-americano. É indiscutível que tal experiência teve uma gigantesca repercussão para a esquerda dos países vizinhos. A revolução socialista deixara de ser uma utopia para se transformar em fato concreto, perto dos olhos da esquerda latino-americana.

Por sua vez, os segmentos mais conservadores da política brasileira assistiam com temeridade os acontecimentos cubanos, calculando suas possíveis repercussões no Brasil. No ano de 1962, já existiam conspirações contra o governo de João Goulart por entender que a execução das Reformas de Base significariam um primeiro passo para implementar o socialismo no Brasil, inspirado no modelo cubano. Esta visão era

igualmente compartilhada por muitos setores das Forças Armadas e, obviamente, reforçada por relações de poder que partiam diretamente de Washington. Como já foi demonstrado anteriormente, estas idéias não passavam de teorias conspiratórias, tendo visto o caráter reformista – e não socialista – do governo brasileiro.

O golpe de 1964 estava sendo gestado através de uma articulação conservadora que ia para além das fronteiras brasileiras e encontrava eco nacionalmente em importantes instituições como o Exército e cúpula da Igreja Católica. Por exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, realizava ações de colaboração entre militares brasileiros e norte-americanos. A instituição foi responsável pela Doutrina de Segurança Nacional. Seu principal ideólogo foi o Gen. Golbery de Couto e Silva. A Doutrina se baseava na idéia de combater o inimigo interno - a esquerda - e estabelecer a segurança no país através do aumento do poder político das Forças Armadas. Igualmente, foi decisivo para o golpe o papel desempenhado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, associação empresarial fundada em 1962 e que recebia recursos da CIA, Agência Central de Inteligência Americana. Este instituto fundou o IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. As duas instituições formulavam campanhas com o objetivo de atrair as camadas médias para o campo da oposição ao governo Jango. Representavam, junto com a ESG, uma coalizão entre civis e militares para estabelecer um novo regime baseado na segurança e no desenvolvimento.

Todavia, a desestabilização do governo Jango não partia apenas dos segmentos conservadores, mas igualmente do próprio movimento popular. Em seu governo ocorreram várias greves operárias que resultaram em conquistas, como o direito ao 13º salário. Os sindicatos foram desatrelados do Estado, passando a se organizar através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Além do operariado, os trabalhadores rurais - organizados através das Ligas Camponesas, conquistaram alguns direitos trabalhistas, como o salário-mínimo e as férias remuneradas. Estas ações eram em boa parte influenciadas por partidos de esquerda que atuavam através da imprensa operária e nos movimentos sociais. O partido passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro (antes era PCB, partido comunista do Brasil) e divergências levaram a uma dissidência interna que formou o PC do B. A nova sigla

nasceu defendendo uma atuação mais radical (acusando o PCB de colaboracionismo com o governo Jango) e a retomada do nome " do Brasil". As divergências entre os comunistas estavam associadas às diferentes concepções de socialismo presentes na época e sobre as possibilidades de uma revolução armada no Brasil.

A desestabilização do governo se agravou, ainda mais, com um episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros, liderada pelo cabo Anselmo, em prol de melhorias das condições para esta categoria. A não punição dos envolvidos foi interpretada pela cúpula militar do país como uma quebra da hierarquia. Desta forma, boa parte dos militares que havia apoiado a posse de Jango em respeito à Constituição, agora considerava que alguns princípios fundamentais estavam sendo ameaçados: o respeito à ordem social, às hierarquias e o controle do comunismo. Retomando a referência anterior a Daniel Aarão Reis, pode se dizer que os militares passaram a utilizar dos mesmos argumentos que três anos antes garantiram a posse de Jango - *posição defensiva e defesa da lei* – para contra-atacar o governo e executar um golpe definitivo.

Em 31 de março de 1964, o General Mourão Filho articulou as tropas que estavam em seu comando, sediadas em Juiz de Fora e estas chegaram ao Rio de Janeiro. As tropas do II Exército confraternizaram com o I Exército e nos principais estados os governadores - que eram oposição a Jango - apoiaram o golpe. Em primeiro de abril de 1964, João Goulart deixou o Rio de Janeiro e viajou para Porto Alegre, declarando que não ia oferecer nenhum tipo de resistência para evitar o derramamento de sangue. Diante desta atitude, os poucos focos em defesa ao seu governo que haviam conseguido se formar se esvaíram. A falta de resistência por parte dos apoiadores tornou desnecessária a operação Brother Sam, gestada entre a CIA e a ESG. O golpe de estado estava consumado.

Uma junta militar assumiu temporariamente o comando do país. Uma das suas primeiras ações, no dia 9 de abril, foi instalar o Ato Institucional nº 1 que definiu: eleição indireta para presidente da república; o presidente passava a ter poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos e garantias constitucionais; o presidente poderia aprovar projetos de lei que fossem enviados ao Congresso e que não fossem aprovados no prazo de trinta dias; suspensão das imunidades

parlamentar; suspensão da estabilidade para funcionários públicos e magistrados; cassação de mandatos (municípios, estados e federação); o presidente poderia decretar estado de sítio, ou prolongá-lo, por um prazo máximo de 30 dias. O Ato Institucional permaneceria em vigor desde a data de sua assinatura até 31 de janeiro de 1966. No dia 10 de abril, foram suspensos por 10 anos os direitos políticos de centenas de personalidades como João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes.

Os atos institucionais se transformariam em uma prática comum durante os 21 anos de ditadura militar, garantindo uma centralização do poder nas mãos do presidente e as ferramentas necessárias para assegurar a ordem social pretendida pelos grupos militares que assumiram o poder.

Dimensionar as repercussões do golpe de 1964 na vida daqueles que possuíam algum engajamento político é um tema complexo. Mesmo recorrendo às memórias é preciso se ter em conta que se trata de um aspecto do vivido e aquilo que ficou na lembrança, que mereceu ser lembrado, o que passa por escolhas subjetivas que escapam, muitas vezes, ao olhar do historiador.

Um aspecto interessante, observado por Almeida e Weis é que os regimes autoritários costumam ser menos precisos quanto aos limites entre dimensão pública e privada. Para os autores:

Embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada. Primeiro, porque parte ponderável da atividade política é trama clandestina que deve ser ocultada dos órgãos repressivos. Segundo, porque, reprimida, a atividade política produz conseqüências diretas sobre o dia-a-dia. [...] Nesse ambiente fazer oposição podia significar uma infinidade de coisas. De fato, as formas de participação e o grau de envolvimento na atividade de resistência variavam desde ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a um perseguido pela repressão até o engajamento em tempo integral na militância clandestina de grupos armados.¹¹⁸

¹¹⁸ ALMEIDA, Maria Hermínia. WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAES, Fernando; SCHWARCZ, Lilian. (org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 327-328.

Esta afirmativa é relevante, pois ajuda a dimensionar o crescente envolvimento das mulheres com a política a partir do golpe. Uma vez que a ação sofre um deslocamento para o privado, as mulheres passaram a ser interpeladas por circunstâncias concretas da prática militante. Reuniões políticas eram realizadas nas casas que, por vezes, abrigavam perseguidos. As visitas a parentes presos ou a busca pelos desaparecidos também passaram a fazer parte da vida de muitas mulheres. Neste contexto, mesmo de modo compulsório, muitas delas assumiram uma postura oposicionista. Dentro da lógica de que a oposição poderia ser feita de muitas formas, elas passaram a assumir tarefas na resistência cotidiana ao regime.

Os laços de solidariedade também eram uma forma de contestação. Heleieth Saffioti conta, por exemplo, que quando o casal Fernando Henrique e Ruth Cardoso exilou-se no Chile, a biblioteca deles ficou em sua casa.

Depois do golpe no Chile eu tinha muito contato com o pessoal que havia se exilado no Chile e que quando houve o golpe contra o Allende foram para o México. Eram a Vânia Bambirra, o marido dela na época o Dr. Teotônio Santos, Rui Mauro Marini, e eu ia muito ao México naquela época. Então eu conhecia tudo que dizia respeito à Cepal, mas, antes? Só pode ter sido pelo Fernando Henrique e pela Ruth porque quando eles moraram no Chile a biblioteca deles ficou na minha casa.¹¹⁹

Viajar para o exterior e levar notícias do Brasil, abrigar a biblioteca de exilados políticos são algumas das possíveis variáveis de oposição ao regime, podendo trazer sérias conseqüências. Naquele momento, não havia como dimensionar o que um pequeno ato poderia resultar em termos de represália por parte do governo militar, fato que contribuía para a instauração de um clima de medo e insegurança.

O caso da aproximação de Rose Marie Muraro com o feminismo é um exemplo desta busca por uma forma de expressão da resistência. Ela conta em sua autobiografia que nos anos de 1960 chegou a pensar até em se engajar na militância clandestina. Porém, a partir de 1970 decidiu entrar para o feminismo, questão que surgiu a partir de diálogos com o seu analista. Tal era o estágio de internalização do tema político. Ele ia parar nos divãs.¹²⁰

Neste período, Rose Muraro acompanhou os efeitos do golpe militar no interior da Igreja Católica. A escritora relatou que a cúpula da Igreja encarregou-se de acabar

¹¹⁹ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 289.

¹²⁰ MURARO, 2004, p. 165.

com a Juventude Católica e com a Ação Católica, ambas entidades que eram acusadas de subversão pelo novo regime político. Em suas memórias, Rose tenta reconstruir qual era o clima entre os intelectuais que atuavam dentro da Igreja na segunda metade dos tempestuosos anos 60:

O que os leigos cristãos faziam naquela época – e eu entre eles mais como uma testemunha do que como realizadora – seria um modelo do ponto de vista do oprimido. Isso já estava claro na cabeça de todo mundo. E contra esse novo modelo é que foi feito o golpe militar, não foi nada além disso. Não foi contra os comunistas: foi contra essa visão que só ganha força no final do milênio. Naquela época era totalmente invisível para o sistema.¹²¹

A partir das memórias de Rose Muraro, percebe-se que os intelectuais e ativistas sociais foram os alvos principais do golpe. Os setores que pretendiam demarcar ações que promovessem a autonomia do proletariado, que discutissem a possibilidade de reformas mínimas na sociedade brasileira iam de encontro aos interesses conservadores. A ditadura, mais do que pôr fim um governo eleito democraticamente, foi uma tentativa de solapar a emergência destes novos atores sociais. Todavia, mesmo com todas as medidas autoritárias e repressivas, o regime assistiu a formas de organização da sociedade civil que fugiam ao seu controle. Isto é perceptível se observarmos a própria Teologia da Libertação, mencionada por Rose Muraro, que tomava força dentro do catolicismo, mesmo com a antipatia dos presidentes militares que se sucederam no poder e com a perseguição do alto clero.

Dentro do espaço acadêmico as perseguições a intelectuais eram comuns. Heleieth Saffioti vivenciou – no episódio de defesa da sua tese de livre-docência – um momento de tensão com as autoridades. Ela relata que sua banca já havia sido escolhida quando difundiram-se boatos de que o Conselho Estadual de Educação interviria modificando os nomes da banca no último momento. O objetivo era gerar um amedrontamento e até mesmo uma provável reprovação:

Foi a única banca até hoje em que o Conselho Estadual de Educação mexeu. Eles queriam alterar a banca toda mas não fizeram isso porque mexer com os três medalhões não é para qualquer um. Acho que ficaram com receio. Então não mexeram com Antônio Cândido, Florestan, mas em compensação tiraram o Luis a Gioconda e colocaram no lugar deles o

¹²¹ MURARO, 2004, p. 113.

Heraldo Barbuy que era professor da USP, da ala mais reacionária. [...] Porque aconteceu que eu entreguei em dezembro de 1966, que era o prazo fatal, eu entreguei e foi para o Conselho. E um membro do Conselho justamente um padre adoeceu e fez o seguinte, levou minha tese para ler no hospital. Então deu carta branca pro Barbuí e disse: “se trata de uma candidata comunista, ela só conhece o Manifesto do Partido Comunista”.¹²²

De acordo com o relato, o fato da tese de livre-docência de Heleieth Saffioti possuir uma orientação teórica marxista foi o suficiente para que seu trabalho fosse considerado suspeito pelo Conselho Estadual de Educação. Cabe salientar que na entrevista realizada Saffioti nega ter tido qualquer envolvimento político partidário durante o período da ditadura. Segundo ela, nunca foi filiada a partidos comunistas. Contudo, seu caso talvez seja sintomático de que a filiação partidária não era o único requisito para que um professor viesse a sofrer perseguições. A orientação notadamente marxista de seu trabalho teria sido o suficiente para que membros da banca avaliadora fossem trocados. O relato também é indicativo que, apesar da forte centralização em torno do Estado, havia limites para o exercício do poder. Heleieth diz em sua entrevista que a intenção do Conselho era alterar a banca toda. Porém, não o fizeram devido à importância dos componentes da banca, que ela chama de “medalhões”, expressão que denota prestígio e status no meio acadêmico. Assim, estes fatores poderiam funcionar - em alguns casos - como impeditivos para o exercício do poder de Estado. Porém, apesar das possibilidades de resistências, os anos de 1960 assistiram a um avanço do processo de restrições das liberdades e amordaçamento da sociedade civil ocorreu paulatinamente, a partir da posse do primeiro presidente militar.

O Gal. Humberto Castelo Branco foi nomeado através de eleição indireta realizada por um colégio eleitoral composto de 326 deputados e 62 senadores após uma operação de cassação de parlamentares opositores à ditadura. O objetivo político do grupo castelista era introduzir uma “democracia restringida” para conter a ameaça do perigo comunista. Castelo Branco e seus aliados entendiam que a intervenção autoritária deveria ser temporária, durar apenas para promover a estabilização político-econômica do país. Mesmo assim, o governo tomava diversas medidas para restringir as liberdades, como a Lei de Greves de junho de 1964, cujo

¹²²

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo, p. 287

objetivo era inviabilizar a realização de paralisações e atingir a organização sindical. Contudo, em julho de 1964 iniciou-se uma campanha para prorrogar o mandato de Castelo Branco. Em 17 de julho o Congresso aprovou a emenda constitucional que prorrogava o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967.

Em termos políticos e sociais, os primeiros anos do golpe tiveram um saldo negativo. A sede da União Nacional de Estudantes (UNE), que fora protagonista até então de importantes debates e manifestações estudantis, foi incendiada. O governo interviu em sindicatos e desencadeou uma violenta repressão contra as Ligas Camponesas. Somente em 1964, cinquenta parlamentares tiveram seus mandatos cassados, quarenta e nove juízes foram expurgados, mais de 1400 funcionários foram afastados de suas funções exercidas na burocracia estatal e 1200 militares foram expulsos das Forças Armadas.

Apesar das restrições de liberdade e das cassações, nas eleições para governadores de 1965, a oposição venceu na maioria dos estados. O então ministro de Guerra, Gal. Costa e Silva passou a liderar o movimento dos militares chamados "linha-dura", que defendiam um endurecimento do regime. Com este propósito em outubro de 1965 o governo decretou o Ato Institucional nº 2 que, entre suas principais medidas, definiu as eleições indiretas para presidente e vice em sessão pública e votação nominal. Através deste ato, foi intimidada qualquer tentativa de oposição por parte do Congresso. O mesmo ato institucional decretou a extinção dos partidos existentes, formando apenas duas organizações: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), agrupando os partidários do governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que passou a abrigar toda a oposição.

Neste período, a aliança civil-militar que dava sustentação ao golpe começou a sofrer algumas fissuras. Lideranças políticas que haviam apoiado o golpe, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto reuniram-se, no ano de 1966, para fundar a Frente Ampla, que exigia o restabelecimento das liberdades e a anistia política. Em resposta, em fevereiro de 1966 o governo aprovou o Ato Institucional número 3, que estabelecia as eleições indiretas para governador e concedia ao eleito o poder de fazer a nomeação dos prefeitos das capitais dos estados.

Em dezembro de 1966, o Ato Institucional número 4 decidiu pela convocação do Congresso para aprovação de um novo texto constitucional. Em 24 de janeiro de 1967, o Congresso aprovava a nova Constituição que aumentava ainda mais o poder do presidente. A partir de então, somente ao executivo competia a proposição de leis sobre segurança e orçamento. A Constituição de 67 também promulgou uma severa Lei de Imprensa e a Lei Segurança Nacional com a finalidade de criar facilidades para que os órgãos de segurança pudessem atuar contra os “inimigos internos”. Em suma, a nova Constituição teve como principal função o esvaziamento de poder do parlamento e o aumento do controle sobre a ação dos cidadãos e cidadãs.

1967 foi um ano emblemático para o Brasil. Verifica-se que neste momento, a oposição à ditadura militar que havia ficado adormecida após o golpe de 1º de abril, encontrava novas formas de manifestação, trazendo para o centro das discussões intelectuais a denúncia do autoritarismo do regime. Esta denúncia ocorria pela tentativa da censura em cercear a palavra da imprensa, de professores, do meio artístico e cultural, dos operários, estudantes, de todo e qualquer cidadão que ousasse questionar o regime.

Em maio daquele ano, manifestações estudantis em diversos estados eram notícia. O jornal *O Estado de São Paulo* informava, no dia 13 de maio, que “a sucessão de movimentos de protesto nas áreas estudantis que se verificam escala crescente em diversos estados já está preocupando os círculos militares de Brasília”.¹²³

O clima nas universidades era crítico. Cassação a professores era uma prática instituída e Heleieth conta que tanto ela quanto seu marido constavam em uma lista de prováveis demissíveis. Foi neste contexto que ela teve que se submeter a uma verdadeira perseguição quando a banca de defesa de sua tese de livre docência foi alterada, como já foi narrado anteriormente. Mas o desfecho desta história foi melhor do que o esperado. Heleieth Saffioti acredita que a intervenção não teve conseqüências piores devido a um defensor anônimo: “(...) Houve um anjinho da guarda que deu uma soprada e disse “não, ela não conhece só o Manifesto do Partido

¹²³

Nosso século. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Comunista, conhece Weber, conhece isso, aquilo”.¹²⁴ Igualmente, reconhece que, apesar das críticas teóricas e metodológicas ao seu trabalho, o professor Heraldo Barbuy agiu corretamente e não a reprovou por motivos políticos, embora tivesse, como ela lembrou “carta branca” para decidir.

Apesar da violenta repressão, no ano de 1967 – já durante o governo Costa e Silva – houve uma rearticulação do Movimento Estudantil a partir da UNE (União Nacional dos Estudantes) que atuava na clandestinidade desde que uma Lei aprovada em 1964, a Lei Suplicy, extinguiu todas as entidades estudantis. Suas reivindicações não atingiam diretamente o regime. Estavam voltadas para o aumento de verbas e vagas nas universidades. Entretanto, os comícios organizados pela UNE eram considerados uma ameaça ao regime, por isso foram reprimidos com o uso da força. Em uma manifestação que reclamava o preço e a qualidade da comida servida no restaurante universitário Calabouço (RJ), a polícia militar atirou sobre os manifestantes, resultando na morte do estudante Edson Luís, de 16 anos. Dias depois, o exército atacou a população que assistia a missa de sétimo dia do estudante.

As mobilizações foram engrossadas pela Igreja Católica, parlamentares, movimento das mães pela anistia. Em 25 de junho de 1968, foi organizada uma passeata pacífica no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil.

Não era apenas nas universidades que o autoritarismo dos militares se manifestava. As manifestações culturais também foram alvo. Um exemplo foram as produções do cinema novo. Em 1967, o diretor Glauber Rocha lançou o filme *Terra em Transe*. Trata-se de um clássico do cinema brasileiro, uma metáfora do Brasil dos anos 60. Eldorado, o país imaginário que aparece no filme, vive uma crise acrescida pela ação de políticos inescrupulosos que defendem seus interesses de modo autoritário, beneficiam empresas (estrangeiras), controlam os meios de comunicação e ignoram os reais interesses da maioria da população. Neste contexto, surge Paulo, um jovem jornalista e poeta, defensor de seus ideais igualitários, que recusa o apoio de seu amigo, Senador Diaz, para entrar na carreira política. Paulo põe seus serviços

¹²⁴ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 288.

de escritor a favor da candidatura de outro político para o governo da Província de Alecrim que – acredita – lutará em defesa do povo. Com este filme, o diretor Glauber Rocha conquistou dois prêmios no festival de Cannes e a antipatia dos censores. Apesar da acolhida internacional, uma película com estes fundamentos não passou ilesa aos olhos da censura. O filme teve suas sessões cortadas no Brasil.

Todas as expressões artísticas que fossem consideradas subversivas eram alvo da censura do Estado e de outras organizações alimentadas por este. O caso da peça teatral *Roda Viva*, escrita por Chico Buarque foi emblemático. Nos anos de 1960, a obra sofreu cortes da censura e, além disso, seus artistas foram perseguidos por uma organização conhecida como CCC: Comando de Caça aos Comunistas. Conforme pesquisa em desenvolvimento pela mestrandia Clarissa Brasil, a peça foi alvo do CCC tanto em São Paulo, quando o elenco foi espancado no Teatro Ruth Escobar, quanto em apresentação em Porto Alegre. No ano de 1968, os artistas foram perseguidos pelas ruas do centro da capital gaúcha e foram violentamente atingidos por pessoas que, ao que tudo indica, pertenciam à referida organização.¹²⁵

Além do âmbito cultural, a resistência ao regime manifestou-se através de uma retomada dos movimentos populares. O operariado, por exemplo, realizou algumas greves entre 1967 e 1968, principalmente em São Paulo e Minas Gerais que denotavam esta rearticulação do movimento sindical. A greve de Osasco, que paralisou em torno de quinze mil operários, foi liderada por José Ibraim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e resultou na ocupação de fábricas e durou três dias. É possível que além do contexto específico brasileiro, o movimento operário fosse influenciada pelas agitações que ocorriam na Europa. O historiador Perry Anderson destaca a relevância das revoltas de massa que se em maio de 1968:

A explosão de Maio na França foi a mais espetacular delas, seguida pela onda de militância industrial na Itália em 1969, pela decisiva greve dos mineiros na Inglaterra, que derrubou o governo conservador em 1974, e em

¹²⁵ BRASIL, Clarissa. “O brado de alerta para o despertar das consciências” Uma análise do Comando de Caça aos Comunistas, suas ações e significações históricas (1968-1970). Texto apresentado no colóquio de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, abril de 2008.

poucos meses depois pela sublevação em Portugal, com sua rápida radicalização para uma situação revolucionária do tipo mais clássico.¹²⁶

O contexto internacional favorecia a radicalização das formas de resistências. Inspirados na Revolução Cubana, na ação de Che Guevara, na Revolução Cultural Chinesa (1949), e na Guerra do Vietnã, militantes de esquerda começaram a formar grupos com o objetivo de realizar um enfrentamento armado à ditadura militar (Aliança de Libertação Nacional - ALN; Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8; Vanguarda Popular Revolucionária - VPR) os grupos atuaram em dois focos: guerrilha urbana e guerrilha rural. O crescimento destes movimentos de oposição teve o efeito de endurecer ainda mais as políticas de controle e repressão por parte do estado.

Em 13 de dezembro de 1968 o presidente Costa e Silva fechou o Congresso Nacional e decretado o Ato Institucional número 5, que lhe atribui os seguintes poderes: fechar o Congresso Nacional, intervir nos estados, cassar mandatos; suspensão de direitos políticos por 10 anos; direito de demitir, remover, aposentar ou pôr à disposição funcionários públicos; direito de demitir e remover juízes; poder de decretar estado de sítio; direito de confiscar bens como punição por corrupção. No que se refere aos direitos individuais o AI 5 definiu a suspensão dos direitos e garantias constitucionais para cidadãos envolvidos em crimes contra a segurança nacional, o poder de suspender o direito de *habeas corpus* em caso de crimes contra a Segurança do Estado, o julgamento de crimes políticos por tribunais militares, sem recurso para os réus.

Como resposta ao endurecimento do governo, os grupos de esquerda, adeptos da luta armada, passaram a intensificar suas ações através das ações de guerrilha. Entretanto, estas ações não foram capazes de atingir ou sensibilizar a sociedade brasileira, e através do AI5, os grupos guerrilheiros foram duramente reprimidos. Em agosto de 1969, o presidente passou a apresentar problemas de saúde provocados por uma trombose. A “linha dura” não queria a posse do seu vice Pedro Aleixo porque este não via com bons olhos as medidas do AI 5 e porque daria continuidade a uma política econômica mais independente.

¹²⁶

ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 21-22.

Assim, uma junta militar foi formada para governar o país e conduzir a eleição do novo presidente. Em outubro o Congresso foi reaberto para “referendar” o candidato Emílio Garrastazu Médici. Costa e Silva veio a falecer em dezembro de 1969.

O governo do Gal. Médici consolidou a doutrina dos militares baseada no binômio "segurança" e "desenvolvimento", através de uma forte repressão a qualquer movimento oposicionista, apoiado nas definições do AI 5. No início da década de 1970, a guerrilha foi esmagada graças à eficácia dos instrumentos de repressão do governo e ao isolamento dos grupos que aderiram à luta armada que não contavam com uma base de apoio junto à população. Em 1969, o líder da ALN, Carlos Marighella, foi morto em uma emboscada comandada pelo delegado Fleury. Em 1971, Carlos Lamarca foi morto no sertão da Bahia dando fim à VPR. Com exceção da Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B no Pará, que ainda durou até meados da década de 1970, todos os demais grupos foram facilmente massacrados pelo governo Médici.

A utilização da propaganda favorável ao Estado foi uma constante durante o governo Médici. Frases como “Você constrói o Brasil”, “Ninguém segura este país”, “Brasil Ame-o ou Deixe-o” criavam uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros e qualquer tentativa de oposição era interpretada como ações contrárias ao avanço do país. O clima de otimismo era acentuado pelos sucessos do Brasil no esporte, tendo seu auge na copa do mundo de 1970. A década de 1960 chegou ao fim sem que as contradições que geraram o golpe tivessem sido superadas. A propaganda e o aparente otimismo ocultavam um país em conflito e meios de resistência cotidiana que viriam a causar fissuras no regime ditatorial.

A importância das transformações decorridas na década de 1960 podem ser medidas pelas mudanças na participação feminina no mercado de trabalho nas duas décadas posteriores. No início da década de 1970, as mulheres já representavam 18,5% da População Economicamente Ativa. Em 1985, a porcentagem alcançava 36,9%. Em uma década o contingente de mulheres trabalhadoras triplicou, passando de 6 milhões em 1970 para 18,5 milhões em 1985.¹²⁷ Pesquisas apontam igualmente

¹²⁷

Fonte: Censo Demográfico de 1985 e PNAD 1986.

que este período registrou um aumento significativo do acesso da população feminina à educação, o que se expressou principalmente através de um incremento de sua participação no ensino superior.

Foi dentro desta atmosfera que Carmen da Silva passou a escrever sua coluna. Este fato, aparentemente insignificante no contexto da época, é digno de nota, já que anteriormente à coluna supracitada, as revistas femininas se limitavam a falar sobre amor e receitas; ensinar a mulher a ser boa mãe, dona de casa, esposa e boa profissional. Estas questões não eram tratadas sob o ponto de vista conflituoso, mas sim, como uma amenidade da pacata vida levada pelas mulheres de classe média no Brasil. Neste bojo, surge uma coluna como a de Carmen, pondo em dúvida este caráter ameno da vida da brasileira e questionando os estereótipos das relações sociais entre homens e mulheres.

Neste cenário é possível visualizar uma polarização da participação política das mulheres. De um lado, estavam aquelas que aderiram ao movimento em defesa da família e da propriedade, do outro, estudantes, intelectuais, militantes de partidos de esquerda. Muitas, após o golpe, tiveram que viver na clandestinidade, outras foram presas, torturadas, ou ainda exiladas. Sem dúvida, este momento histórico foi um divisor de águas na participação política feminina, o que em parte colaborou para o crescimento das idéias feministas, uma vez que este engajamento político suscitava conflitos com os papéis sociais pré-estabelecidos.

O que se pode concluir de todo este processo é que os anos de 1960 assistiram transformações aceleradas no que se refere às relações homem-mulher, ao que era proibido e passava a ser permitido, aos comportamentos sociais desejáveis e como estes se manifestavam na vida concreta. Um verdadeiro abismo passava a separar aquilo que estava escrito nos velhos manuais de etiqueta feminina da vida concreta das mulheres. E tais contradições geravam mudanças ao mesmo tempo em que provocavam angústias por compreender o caráter destas transformações que soterravam as certezas seculares de homens e mulheres, de toda uma sociedade.

Concomitantemente a estas mudanças, parcela significativa da sociedade brasileira tendia ao conservadorismo quando o assunto derivava para as chamadas

“questões femininas”. Tanto no campo intelectual, quanto no campo político, existia uma resistência a se romper com a figura da mulher mãe e esposa, que deveria, obviamente, ser inteligente para representar adequadamente seus dois principais papéis. Porém, de modo algum deveria cultivar uma inteligência considerada negativa que a levasse a romper com suas funções sociais estabelecidas.

Deste modo, entre as camadas médias brasileiras, os anos de 1960 e 70 representaram um período em que idéias conservadoras e progressistas oscilavam na mentalidade da maioria da população. No entanto, no meio de todo este panorama, cada vez mais mulheres foram buscando (como mostram os dados) ter acesso à escolarização e a uma realização profissional. Esta situação teve um papel crucial para a formulação do pensamento feminista.

Tal situação demonstra que provavelmente havia um distanciamento entre os discursos conservadores acerca dos papéis femininos e os papéis concretos que as mulheres passavam a assumir na sociedade. É esta dicotomia que, ao que tudo indica, inspirou algumas pensadoras a refletir sobre a problemática feminina no Brasil e a buscar novos conhecimentos que fugissem a uma interpretação naturalizante das relações sociais entre os sexos.

Os estudos feministas começaram a ser produzidos em solo acadêmico nacional a partir dos anos de 1960 e estão relacionados com a emergência das mulheres nas universidades. Eram estudos voltados a analisar a situação da população feminina. O tema das mudanças nas relações entre homens e mulheres, em como desdobramento, nas relações familiares passa a ser abordado a partir de espaços sociais distintos. A Imprensa, as Universidades e a Igreja Católica refletiram esta atmosfera de inquietação intelectual. O fato de que esta temática das relações entre os sexos não fosse um aspecto considerado central no debate político da época pode ter favorecido, em parte, sua publicização. Por outro lado, a produção de três feministas – identificadas com o pensamento progressista – em meio aos acontecimentos da década de 1960 é uma prova dos mecanismos de resistência que os indivíduos e grupos são capazes de construir em contextos adversos.

Mas que situações criaram condições favoráveis à elaboração intelectual feminista? Analisando a realidade social dos anos de 1960, Carmen da Silva discutia

o tema da profissionalização das mulheres, do acesso à educação universitária. Este fato, examinado pela jornalista em uma crônica intitulada *Os problemas da mulher que trabalha*, oferece um panorama da mobilização feminina em busca de mudanças:

É certo que a maioria das mulheres brasileiras ainda aspira fundamentalmente à domesticidade e à segurança do lar ou à frivolidade dos salões. Mas não por falta de alternativas. Graças ao pioneirismo – involuntário por parte de algumas, consciente e corajoso de parte de outras – hoje em dia praticamente todos os caminhos da atividade humana estão abertos à mulher. Presentemente, a brasileira pode ser, sem surpresa para ninguém, deputada, juíza, prefeita, secretária de Estado.

Em 1957, de cada 100 estudantes que saíram de nossas escolas superiores habilitados para o exercício de uma profissão, 12,1% eram mulheres. Em 1963 (últimos dados disponíveis) essa proporção passara a 15%.

Embora pequeno, o aumento é promissor; entretanto, o número de estudantes universitários no Brasil representa menos de 1% da população total. 15% sobre essa ínfima parcela significa, em números absolutos, que 1.191 mulheres se formaram em nossas faculdades naquele ano.

Os cursos de psicologia, de recente criação, gozam de sua indiscutida preferência, com mais de dois terços (76,3%) de frequência feminina; Seguem-se ciências sociais (62,5%); jornalismo – 54,4%; odontologia – 24,1%; arquitetura – 18,3%; direito – 14,3%; medicina – 12,1% e engenharia – 1,5%.¹²⁸

O texto destaca o reconhecimento às pioneiras, àquelas que abriram caminho para que outras gerações pudessem aspirar a outras oportunidades fora do ambiente doméstico. A narrativa de Carmen da Silva alentava àquelas poucas mulheres, a “ínfima parcela”, porém “promissora” que conseguiam se formar nas faculdades. O tom de sua escrita é otimista, chamava a atenção para o fato de que praticamente todas as profissões se encontravam abertas à população feminina. Os números absolutos de mulheres que cursavam uma carreira eram, no entanto, pouco significativos. Igualmente, a jornalista discutia a questão do ponto de vista das aspirações da mulher brasileira. É como se o fato de muitas não estudarem – nos anos de 1960 – se resumisse a uma questão de escolhas individuais e vontades.

Apesar disso, se conferir crédito aos números apresentados por Carmen da Silva, se percebem mudanças sociais no que concerne às relações entre os sexos. Tendo em vista que o setor estudantil era um dos mais ativos na oposição ao regime, é possível inferir que este clima de questionamento dos poderes pré-estabelecidos

¹²⁸ DA SILVA, Carmen. Os problemas da mulher que trabalha. In: _____. O Homem e a Mulher do Mundo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 264.

tenha influenciado uma parcela das estudantes que cursavam uma faculdade nos anos de 1960. Uma década depois já seria possível verificar que a grande maioria das mulheres que integraram grupos feministas pertencia às camadas médias e possuíam instrução universitária. O maior acesso das mulheres à educação superior pode ter colaborado para que surgisse uma preocupação em discutir a condição social da população feminina. Assim, as Universidades foram, ao mesmo tempo, espaços de repressão e do surgimento de múltiplas resistências tanto ao regime militar quanto às estruturas da sociedade brasileira.

Cabe, contudo, salientar, que os processos de resistência não ocorriam sem respostas. Em nome da segurança nacional, qualquer manifestação que supostamente ameaçasse a ordem e o progresso da nação, deveria ser banida do cenário político. A sociedade estava amordaçada. Muitos opositores do regime foram perseguidos, calados, presos, exilados, ou - até mesmo - mortos pelas autoridades militares. Este processo de caça às bruxas chegou às universidades brasileiras. Heleieth Saffioti conta que a ameaça de demissão era uma constante em sua vida, tendo em vista que além dela, seu marido também era professor universitário:

Houve aquela guerra do conselho, houve coisas desagradáveis, telefonarem para minha casa dizendo que nós dois éramos da linha chinesa e sobre a china não se sabia nada! Besteiras. Eu não fui torturada, não fui presa, eu tive aborrecimentos. Sabia que meu nome estava na lista dos demissíveis, sabia que eu poderia perder o emprego a qualquer momento e aí seríamos os dois desempregados mas eu não mudei meu sistema de aulas, continuei dando as aulas do mesmo jeitinho, falando tudo o que eu pensava, o que eu queria e eu politizei os alunos com esse trabalho; [...].¹²⁹

A passagem acima fornece uma idéia de que apesar das expressivas ocorrências de professores advertidos, caçados e expulsos de suas atividades, as universidades continuaram a ser um espaço relevante de discussões e produção do conhecimento. Nos anos de 1960, foi significativo o crescimento intelectual e cultural em todo o país. Basta lembrar da grande propagação de centros universitários por todo o país, da efervescência cultural e artística, bem como do clima de liberdade de discussão política que ocorreu nesses espaços antes da ditadura. O golpe de 1964

¹²⁹

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 297.

procurou cercear estas liberdades, porém não obteve total êxito. Preocupados em perseguir o inimigo do comunismo e em sustentar o próprio governo, os militares encontraram dificuldade em fazer frente às múltiplas redes de resistência.

Além disso, a sociedade brasileira experimentava um crescente processo de industrialização que, ademais de qualificação técnica, exigia igualmente a formação de profissionais capacitados para expandir o ensino universitário e atender a demanda crescente do ensino secundário e profissionalizante. Assim, em que pese o conservadorismo político, os governos militares se viram diante da necessidade da própria expansão capitalista de aumentar o acesso à escolarização. Por esta razão, não havia como simplesmente banir todos os intelectuais do país senão, quem trabalharia na formação das novas gerações? Neste quadro, era preciso dosar as convicções ideológicas com o pragmatismo político-econômico.

Em meio a um contexto de cerceamento das liberdades, a população feminina obteve alguns êxitos no contexto dos anos de 1960. Vale lembrar que constam desta década as primeiras decisões da justiça em considerar a mulher que vivia no chamado concubinato – sem ser casada oficialmente – como herdeira legítima dos seus companheiros em caso de morte deste.¹³⁰ Situações como esta dão nota de uma mudança de mentalidade em curso na sociedade brasileira e de um reconhecimento da legitimidade do exercício de outros papéis para a população feminina.

Contradições desta natureza explicam como determinados textos das três feministas aqui estudadas eram publicados em plena censura. Em seu livro *A Arte de ser mulher*, publicado por primeira vez em 1965, Carmen reproduzia a crônica intitulada *A geração inquieta*. Nela, Carmen respondia a carta de uma moça, de codinome Mary, que reclamava da situação da juventude daquele tempo dizendo: “Falta-nos um exemplo. Uma bandeira de esperança para formarmos um grande grupo e sair distribuindo amor ao invés de revolta. [...] Nossa busca é desconhecida como um formigueiro em pânico. Ajude-nos”.¹³¹

¹³⁰ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 504.

¹³¹ DA SILVA, 1967, p. 244.

Apelos como este eram comuns no tipo de relação que Carmen desenvolvia com seus leitores. Uma relação tão íntima que, por momentos, fica-se com a dúvida acerca da influência destas correspondências nos escritos de Carmen. Que critérios ela utilizava para escolher os assuntos a ser publicados? Entre as inúmeras cartas que Carmen certamente recebia apenas algumas se transformavam em assunto de suas crônicas. Suas respostas escapavam à trivialidade e ao lugar comum que facilmente se encontram em artigos de revistas dirigidos a um grande público, como era o caso de *Claudia*. Ao contrário, a colunista não se furtava de emitir suas opiniões e remover seus leitores da apatia cotidiana. Suas páginas eram um convite à reflexão e também um desafio à ordem, como pode se verificar na resposta à Mary:

É preciso que Mary saiba que revolta e amor não são inconciliáveis: a revolta cabe no amor, o amor cabe na revolta. Revoltar-se contra a injustiça é a melhor forma de amar o injustiçado; contra a hipocrisia e a mentira, é uma afirmação de amor pela verdade e a autenticidade; contra as convenções e as estruturas superadas, equivale a amar a evolução e o progresso.¹³²

Ao dizer que uma atitude de revolta pode ser uma demonstração de amor, Carmen mostrava-se receptiva à juventude que não se enquadrava nos padrões estabelecidos pelo poder ou pela incompreensão de seus pais. A revolta contra uma injustiça é destacada como uma forma de amor, um amor incondicional pela humanidade. As palavras de Carmen, ao invés de indicar um caminho ou uma resposta “clichê” para o dilema de Mary, criticavam aqueles adultos que, ao deixar para trás sua juventude, perdiam a capacidade de manifestar-se. Seu artigo terminava com uma exaltação à juventude:

A juventude forma uma espécie de maçonaria que se entende por sinais visíveis: onde quer que Mary veja uma barba crescida, uma camisa berrante e uma franja sobre os olhos, saberá que aí tem alguém que fala seu idioma, que se nutre de aspirações que são as suas, que pulsa com o alento das mesmas rebeldias e das mesmas esperanças, que procura com idêntica intensidade um caminho, uma bandeira, um lugar ao sol, numa busca desordenada como um formigueiro em pânico.¹³³

¹³² *Ibid.*, p. 248.

¹³³ *Ibid.*, p. 253.

Acreditando na capacidade renovadora da juventude, Carmen demonstrava sua esperança em tempos melhores para o Brasil, tempos em que jovens como Mary não precisassem de suas palavras como intermediárias para expressar-se. Tempos em que o amor não fosse considerado imoral. Em que as pessoas pudessem defender livremente suas bandeiras, a juventude pudesse falar. E em que mulheres e homens estivessem lado a lado. Embora na década de 1960 Carmen não fosse mais considerada uma jovem sua personalidade rebelde certamente se identificava com a da juventude que desafiava o *status quo* da sociedade. Carmen estaria falando para Mary ou para ela mesma? Os anos de 1960 se encerrava com a certeza de que, diante de tantas insurreições, ao menos uma seria irreversível. As palavras das mulheres não seriam mais tragadas pelo silêncio.

3 O PENSAMENTO INTELECTUAL FEMINISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PRIMEIROS PERCURSOS

Por caminhos sinuosos, as palavras das mulheres começaram a ser ouvidas. A ação de intelectuais como Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleith Saffioti foi fundamental para descortinar a mística feminina e propor novas interpretações da sociedade brasileira. Mais do que um novo objeto, a temática da mulher passa a ser introduzida como uma questão central na reflexão do campo intelectual brasileiro. No esforço por afirmação neste espaço, estas intelectuais defrontaram-se com problemáticas que impediam a realização plena da mulher. Entre eles, a sexualidade e o trabalho feminino foram assuntos recorrentes em suas análises.

Por fim, cabe avaliar, através das obras das mulheres aqui estudadas, a construção e afirmação do pensamento feminista como um novo referencial para interpretar a sociedade. Através de suas aproximações com o feminismo, a ação intelectual de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleith Saffioti desafiou a histórica exclusão feminina dos espaços de saber e de poder.

O CAMPO INTELECTUAL

Neste momento, pretendo refletir sobre o tema da intelectualidade, tomando como ponto de partida as três escritoras aqui analisadas e considerando a complexidade de elaborar um cruzamento entre os seus lugares de enunciação.

O trabalho que aqui desenvolvo possui um vínculo com a História Intelectual, por se tratar de um estudo que tem por objeto a produção do pensamento feminista no Brasil contemporâneo e que utiliza como fontes principais estes escritos feministas. Ou seja, para analisar o pensamento feminista que se desenvolveu a partir dos anos de 1960 parto de uma análise da produção textual de três intelectuais brasileiras.

Uma das possíveis definições do conceito de intelectualidade é que este é formado por um grupo social que são os produtores diretos da esfera ideológica:

pesquisadores, escritores, artistas, poetas, filósofos, publicistas, jornalistas, professores e até mesmo estudantes.¹³⁴ Tal definição ampla a respeito do termo talvez contraste com boa parte dos estudos dedicados à história intelectual. Tradicionalmente, este campo da história se voltava para o estudo de personagens considerados cânones do pensamento.

No entanto, em uma sociedade na qual cada vez mais o conhecimento produzido socialmente se descentraliza dos espaços tradicionais, como cátedras e universidades, é preciso reconhecer que o conhecimento e, conseqüentemente, aqueles que o produzem, ocupam espaços sociais diversificados, estando, por vezes, distantes da figura clássica do intelectual tradicional.

Tal afirmação torna-se ainda mais válida ao se ter como foco da análise a produção intelectual feminista. Como será observado ao longo deste capítulo, nem sempre as pensadoras identificadas com o feminismo atuaram dentro de um âmbito catedrático (e em boa medida ainda não atuam). Coube a jornalistas e escritoras, desvinculadas de espaços acadêmicos, a autoria de publicações e estudos que colocavam em xeque os saberes científicos a respeito das relações sociais entre homens e mulheres. Desse modo, elas se tornavam produtoras de conhecimentos, ou, contribuía para a divulgação e popularização das idéias feministas.

Tendo em vista a complexidade que envolve a História Intelectual enquanto um campo de investigação, é importante dedicar algumas linhas deste trabalho a discutir certos pressupostos que se fazem necessários ao pretender penetrar em tal arena, que, aliás, é bastante movediça, pelas próprias dificuldades em encontrar uma definição do que seja exatamente a História Intelectual.

Um problema a ser enfrentado por aqueles que fazem incursões à história do pensamento intelectual é atribuir reflexões ou conclusões ao seu objeto de análise que estão descolados do seu tempo. Esta é uma situação comum, já que o olhar do historiador que analisa uma determinada obra, autor ou corrente de pensamento é permeado por concepções e questionamentos originários do tempo presente. De tal

¹³⁴ A noção de intelectualidade usada neste trabalho parte de uma definição realizada por Michael Löwy em seu livro *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, p. 1, citado por Ridenti, Marcelo. *Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?* In: BASTOS; RIDENTI; ROLLAND (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

maneira que facilmente a armadilha do anacronismo faz com que o historiador passe a atribuir às falas do seu objeto de análise significados que estavam distantes de seus pressupostos iniciais. Estes significados, portanto, não representam o pensamento e a intencionalidade de seu autor, nem tampouco a forma como foi interpelado pelos seus receptores à época em que foram recebidos.

Quiçá esta seja uma questão para a qual não haja solução satisfatória. Se pensarmos que toda produção textual, acaba por gerar uma autonomia das intenções de seu autor e adquirir múltiplos significados através de seus leitores e através do tempo, poderemos concluir que o texto nada mais é do que um caleidoscópio, capaz de produzir inúmeras imagens. Todavia, se formos capazes de abrir este instrumento se verá que ele nada mais é do que um complexo jogo de espelhos, repleto de vidros coloridos que compõem múltiplos mosaicos. Porém, tais composições não são infinitas. O problema, então é fugir a esta tentação de enxergar no texto imagens ilusórias, e tentar desvendar aquilo que de fato ele significou, em si mesmo e dentro do seu contexto de produção.

Este problema talvez esteja relacionado à própria tradição da história intelectual, que oscila entre algumas propostas metodológicas. A primeira a ser identificada é aquela que toma como análise a obra em si. Trata-se, neste caso, de realizar uma observação hermenêutica do texto, partindo do princípio de que nada, além daquilo que está expresso nas páginas, poderá permitir um diálogo adequado com o pensamento intelectual expresso por um determinado autor ou corrente de pensamento. A análise hermenêutica pode contribuir para determinar conceitos e categorias presentes no texto que lhe conferem uma lógica discursiva. Entretanto, tal análise corre o risco, como afirma Elías Palti, de cair em um textualismo radical:

Una vez que la relación entre texto y autor, language e intenciones, em fin, entre la obra y su contexto de emergencia se ha problematizado, surgen (o re-surgen) necesariamente el tipo de cuestiones propias de toda hermenéutica de los significados: la de delimitar qué es lo que puede legítimamente decirse respecto de un texto dado y qué no. Si el “sujeto intencional” no coincide ya con el “sujeto biográfico”, se quiebra también así la regla metodológica fundamental de Skinner: no decir nada que, en principio, el mismo autor no pudiera haber aceptado.¹³⁵

¹³⁵ PALTÍ, Elías José. **“Giro Lingüístico” e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 33-34.

Ocorre que em muitos casos esta regra deve ser questionada, posto que os modos de interpretação nem sempre coincidem com a intencionalidade do autor. A análise textual necessariamente carece de uma problematização que não se encerre nela mesma, ao contrário, que busque interpelar a obra e autoras a partir de um campo mais amplo ao qual estão vinculadas, às redes de sociabilidade, correntes intelectuais e as práticas sociais. Assim, um estudo que se limite ao significado restrito da obra parece insuficiente para dar conta destes propósitos.

A saída apontada por Palti para escapar a esta armadilha da hermenêutica radical está em buscar o acesso ao universo semântico compartilhado por uma determinada época, o que significaria, nas palavras do próprio autor, acessar as ferramentas culturais, condutas e instituições através das quais um texto se torna inteligível e legível.¹³⁶ Assim sendo, há uma necessidade de retornar à discussão sobre o contexto de emergência do texto, investigando suas condições históricas, sociais e culturais de produção e recepção.

Chega-se, dessa forma, à segunda proposta metodológica que conforma boa parte dos estudos sobre história intelectual. Trata-se de uma análise contextual da obra, buscando interpretar suas condições de produção, as redes de filiação intelectual, as práticas e os campos de atuação dos intelectuais. De acordo com Helenice Rodrigues Silva, estas duas propostas teórico-metodológicas (hermenêutica e contextual) são oriundas da história intelectual francesa. Conforme a autora, a tradição francesa desenvolveu uma primeira vertente da história intelectual, à qual se denomina **sociológica**, que vai investigar tanto as redes de sociabilidade e os modos de filiação quanto a lógica dos lugares, dos interesses e das situações. A segunda vertente, chamada de **histórica**, privilegia a história política dos intelectuais. E a terceira vertente, denominada de **hermenêutica**, é dedicada a realizar uma análise do discurso intelectual.¹³⁷

A questão que aqui se coloca é até que ponto é possível fazer uma história intelectual que decomponha a tradição sociológica, a histórica e a hermenêutica em

¹³⁶ *Ibid.*, p. 34.

¹³⁷ SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001, p. 16.

fragmentos tão apartados e incomunicáveis. Na prática, os três âmbitos possibilitam uma aproximação significativa do objeto de análise sob diversos matizes, permitindo questionar três aspectos relevantes à interpretação do pensamento intelectual. Com esta afirmação não se quer chegar à pretensão de formular um exame totalizante, capaz de dar conta de todos os aspectos que encerram uma determinada obra.

Entretanto, é preciso salientar que o pensamento intelectual pode ser apreendido, sob diferentes enfoques, partindo para uma análise interna da obra que, ao mesmo tempo, busque apontar suas conexões com uma totalidade (entendida como conjuntura histórica). Deste ponto de vista, uma obra não existe em si mesma. Não é um ente etéreo que paira acima da sociedade. Ao contrário, toda obra intelectual é dotada de uma historicidade, que pode ser apreendido em parte dentro dela mesma, mas também em relação ao que Chartier denominou de materialidade da obra, conceito que abrange além do texto em si, as representações externas que lhe conferem um sentido. Em um ensaio sobre a cultura escrita e a história do livro, Roger Chartier levanta alguns pontos relevantes sobre esta questão:

O essencial é superar duas limitações. A primeira é que na tradição da história da literatura, e além da história da literatura, muitos trabalhos sobre os textos esqueceram que estes não existem fora de uma materialidade que lhes dá existência. Esta materialidade geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas da oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta, etc. Todos estes elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção do sentido, e as formas mais radicais de ignorar esta dimensão são claramente as correntes da crítica literária mais estruturalistas, a *nouvelle critique* francesa e o *new criticism* norte-americano, que esqueceram por completo esta dimensão na medida em que o enfoque está localizado no funcionamento da linguagem dentro da obra, sem se ocupar com sua forma material.¹³⁸

É interessante perceber que Chartier utiliza a idéia de materialidade da obra para além das páginas do texto. É esta materialidade que, em última instância, irá dotar a obra de um determinado sentido, as formas como esta obra vai ser representada: manuscritos, impressos, teatralização. A análise de Chartier parte da idéia de que ao optar por restringir o olhar apenas à linguagem textual pura, haverá

¹³⁸CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 30.

toda uma existência concreta da obra que será desconsiderada de qualquer avaliação.

Para o caso do estudo em questão, esta possibilidade é fecunda, já que permite problematizar a produção textual e as possíveis leituras que estas receberam. A partir de tais premissas, é factível buscar uma definição de história intelectual um tanto mais abrangente, que além de considerar o conteúdo interno da obra e as possíveis intencionalidades de seu autor, permita refletir sobre as condições históricas de produção, suas redes de sociabilidade e seus objetivos.

A definição elaborada por Helenice Rodrigues da Silva figura como uma boa saída para definir o caráter complexo e heterogêneo da História Intelectual:

[...] consideramos que a História Intelectual, domínio pluridisciplinar por excelência, possibilita diferentes enfoques, como o dos contextos de produção de idéias, o dos agentes socioprofissionais e o das correntes de pensamento. Situada, portanto, na intersecção de diferentes disciplinas (História, Sociologia, Filosofia, etc.), ela parece visar dois pólos de análise: de um lado, o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (o “campo”, na versão de Pierre Bourdieu), isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus habitus; e de outro lado, as características de momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e de agir de uma comunidade intelectual.¹³⁹

Deste modo, a História Intelectual deve ser trabalhada como uma área em que se encontram instrumentos investigativos de diferentes disciplinas, e que integra os aspectos específicos de um determinado campo intelectual a um contexto histórico peculiar que favoreceu a formulação de um espectro de idéias.

Portanto, dentro deste trabalho, a formulação do pensamento feminista contemporâneo passa pelo reconhecimento de que este foi produto de um **contexto de produção**, entendido como um processo histórico que possibilitou a insurgência de determinadas ações, pensamentos e práticas sociais, bem como de formas de recepção e apreciação de tais práticas.

Assim sendo, um estudo sobre o pensamento feminista deve considerar a reciprocidade com um contexto de produção amplo no qual estas idéias se desenvolveram bem como seus vínculos com um campo específico das relações

¹³⁹ SILVA, *op. cit.*, p. 16.

sociais. Trata-se do que Bourdieu denomina de **Campo Intelectual**, que permite compreender, como já foi apontado por Helenice Rodrigues, o funcionamento de uma sociedade intelectual, seu modo de ser e suas regras de legitimação. Porém, como o próprio Bourdieu afirma, o campo intelectual, assim como qualquer outro do domínio social, não é totalmente autônomo, e acaba transversalizado pelo campo da política, da cultura, entre outros. Para o pensador francês, o campo intelectual pode ser entendido como um campo de forças:

[...] a la manera de un campo magnético, constituye un sistema de líneas de fuerza: esto es, los agentes o sistemas de agentes que forman parte de él pueden describirse como fuerzas que, al surgir, se oponen y se agregan, confiriéndole su estructura específica en un momento dado del tiempo.¹⁴⁰

A noção de campo é proveitosa ao propósito deste estudo na tentativa de responder algumas das perguntas já apresentados na introdução. Será que, de fato, as autoras e obras que aqui foram selecionadas, passaram a representar uma destas linhas de força atuante, segundo a linguagem de Bourdieu, dentro do campo intelectual brasileiro?

A definição de campo intelectual contribui para pensar a produção intelectual como um espaço em permanente disputa, já que é formado por forças que podem tanto se opor como se agregar a este sistema. Porém, a utilização do termo sistema é, neste caso, questionável, pois pressupõe uma ordem lógica, um grupo estruturado que funcione como um todo, como um conjunto. Contudo, em outros textos de Bourdieu, a noção de sistema dá espaço a uma análise que destaca as imbricadas relações de poder que compõe o campo intelectual:

Assim, para construir realmente a noção de campo, foi preciso passar para além da primeira tentativa de análise do “campo intelectual” como universo relativamente autônomo de relações específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual – sobretudo as interações entre os autores ou entre os autores e editores – tinham disfarçado as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações.¹⁴¹

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual y proyecto creador. In: AA. VV **Problemas del estructuralismo**. México: Siglo XXI, 1969.

¹⁴¹ BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 65-66.

Assim, a idéia de sistema refere-se muito mais ao funcionamento do campo intelectual, pressupondo que este constrói suas regras e modos de legitimação. Mas, se o campo intelectual possui normas que permitem autorizar ou não determinadas formas do saber, estas não são inertes. Elas também são o resultado destas relações de força, capazes de oferecer resistências, deslocamentos e operar deformações dentro do próprio campo.

Quando se problematizam questões relativas ao campo intelectual, é necessário atentar para os mecanismos que fazem com que determinadas concepções hegemônicas até certo momento, passem a ser rejeitadas por um determinado grupo. Este, em contraposição, constrói outros conhecimentos que podem explicitar outra leitura da realidade social. Ou seja, as relações de poder dentro de um campo intelectual são, em parte, frutos de uma construção cultural e, como ressalta Peter Burke, estas passam a ser definidoras das concepções acerca das relações sociais:

Como se constrói uma nova concepção de classe (digamos) ou de gênero? E quem é esse “sujeito indeterminado” encarregado dessa construção? Como podemos explicar a aceitação das inovações? Ou ainda, examinando o problema de um ângulo diferente, é possível explicar por que as concepções tradicionais deixam de convencer certos grupos em determinadas épocas?

142

Os questionamentos realizados por Burke aplicam-se aos propósitos teóricos do trabalho aqui realizado, já que conduzem a uma reflexão sobre vários problemas pertinentes: definir quem eram estas mulheres, estes sujeitos que protagonizaram a construção de novos saberes a respeito das relações sociais entre homens e mulheres no Brasil; pensar que mecanismos de legitimação utilizam para questionar certos saberes tradicionais; examinar como re-elaboram os conhecimentos socialmente produzidos acerca da realidade da população feminina.

Nesse sentido, faz-se oportuno pensar que as relações dentro do campo intelectual não se dão de forma isolada. São estabelecidas, igualmente, através de conexões com outros espaços sociais, políticos, econômicos e culturais. O campo

142

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2002, p. 171-172.

intelectual não age como um ente totalmente autônomo, possuindo, de acordo com Bourdieu, relações objetivas com outros campos. Valer-se deste conceito colabora para examinar os mecanismos de força, de poder, de tensões e legitimação se manifestavam na relação entre pensamento feminista e intelectualidade brasileira. O interessante da utilização do conceito de campo, é que ele permite compreender o pensamento intelectual em seus meandros, rompendo com uma noção comum de que o pensamento pode ser interpretado apenas a partir de uma perspectiva hermenêutica (interna ao próprio discurso intelectual) ou apenas desde um contexto de produção (externo ao campo intelectual).

A partir do conceito de campo, este contexto de produção não é visto como algo exógeno ao espaço intelectual. Contudo, o campo também não pode ser interpretado como um espaço autônomo ou auto-suficiente.

Agregada a uma perspectiva relacional, a noção de campo intelectual é fértil para compreender como as relações sociais mais gerais se explicitam de forma específica dentro deste espaço. Partindo desta premissa, é possível examinar o pensamento feminista como componente do campo intelectual. Para tanto, é preciso um olhar mais detalhado sobre os vínculos desenvolvidos pelo pensamento feminista dentro do seu próprio campo de produção:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.¹⁴³

A partir desta leitura, conclui-se que é preciso identificar os jogos de força (materiais e simbólicos) que se desenvolvem no campo intelectual. São estas relações que lhe conferem uma forma. Acima de tudo, trata-se de entender que não se pode compreender um problema intelectual fora do espaço que lhe deu origem. Portanto, considerar as relações intrínsecas ao pensamento intelectual é entender que estas possuem a sua própria historicidade, ou, como diria o próprio Bourdieu:

¹⁴³ BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 69. O grifo é do autor.

Nunca se passa para além da história e a ciência do homem não pode pôr a si mesma outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas.¹⁴⁴

A partir destas definições conceituais, é possível deduzir que o feminismo, a partir dos anos de 1960, começa a procurar sua afirmação dentro do campo intelectual brasileiro. A busca de um espaço para a elaboração de um pensamento intelectual feminista necessitava romper com uma visão de que este novo enfoque dizia respeito apenas às mulheres. Era preciso mostrar que a problemática das mulheres envolvia a toda a sociedade. A análise de alguns temas comuns que permearam as obras de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti permite visualizar dois movimentos: a tentativa de pôr em vigor uma nova leitura sobre a situação das mulheres na sociedade e, ao mesmo tempo, a afirmação destas três mulheres nos seus espaços de atuação intelectual.

Partindo da premissa de que estas mulheres passaram a disputar lugares dentro do campo intelectual brasileiro, tratarei de elucidar alguns temas recorrentes em suas obras, entendendo o que há de novo nas suas formulações e, ao mesmo tempo, as influências e a junção com outras correntes de pensamento pré-existentes. As temáticas da sexualidade e do trabalho encontram-se substancialmente representadas nas obras das intelectuais em questão, o que denota que eram preocupações centrais em suas análises. A seguir, pretendo discutir qual foi o significado das obras destas três mulheres na produção intelectual brasileira dos anos de 1960.

¹⁴⁴*Ibid.*, p. 70.

SEXUALIDADE E TRABALHO: ELEMENTOS PARA A LIBERTAÇÃO FEMININA

Neste momento, pretendo dar destaque a algumas temáticas que compuseram o repertório das obras feministas que foram publicadas no Brasil ainda nos anos de 1960. Tendo em vista a diversidade de assuntos que permearam o trabalho de Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti, optarei por examinar dois temas. O primeiro será a questão dos relacionamentos homem/mulher com o foco na sexualidade. O segundo aspecto é a reflexão das autoras sobre o caráter central do trabalho como percurso para a libertação da mulher.

Uma das questões que norteou minha reflexão ao ler os escritos de Carmen, Rose e Heleieth foi: por que a sexualidade começou a ser alvo de tantas inquietações intelectuais nos anos de 1960? No período em questão, como já foi comentado no capítulo anterior, havia uma importante mutação em curso acerca dos papéis femininos na sociedade. Isto era decorrente, de um lado, de uma maior presença feminina na chamada esfera pública; de outro, do comportamento da mulher no que tange ao questionamento dos padrões sexuais que determinavam as condutas femininas.

O conceito de sexualidade pode ser compreendido como a construção social dos usos do corpo, referindo-se a condutas, comportamentos, relações e práticas das ações sexuais.¹⁴⁵ A sexualidade, vista de uma perspectiva cultural, não pode ser considerada como uma prática natural. Ela constrói hábitos e condutas que, em um dado tempo, simbolizam as práticas e os discursos sobre o sexo socialmente aceitas. Do mesmo modo, dentro desta perspectiva, a sexualidade compreende um conjunto de atitudes, valores, práticas e idéias que não se manifestam apenas na forma como o ser humano pratica o sexo. O conceito de sexualidade abrange os diferentes mecanismos através dos quais se constrói o sexo dos indivíduos:

Estas concepciones participan en la construcción, en una sociedad determinada, de lo que debe ser el sexo de cada individuo – definición de los

¹⁴⁵ HIRATA; LABORIE; LE DORARÉ; SENOTIER; (coord). **Diccionario crítico del feminismo**. Madrid: Ed. Síntesis, s/d, p. 244-245.

varones y de las hembras humanas – así como del grupo social del sexo al cual cada uno/a asignado/a, con caracteres y funciones a las que toda persona debe ajustarse – definición de hombres y de mujeres-. Las reglas de la alianza: es decir: quien puede o debe unirse con quien? Conjugadas con la institución de la heterossexualidad y la obligación de la reproducción, son los demás elementos que organizan la sexualidad.¹⁴⁶

A crítica feminista opõe-se a uma normatividade sexual que possa ser condicionada por fatores biológicos ou genéticos. Destaca que é a partir da cultura que se constroem as normas e classificações das condutas sexuais. A partir desta noção, os conceitos que definem o comportamento sexual - monogamia, heterossexualidade, homossexualidade, etc - são considerados enquanto tentativas discursivas de definir o que é normal e o que é um desajuste no que concerne às práticas sexuais.

Com relação ao tema da sexualidade, é indubitável a contribuição da obra de Michel Foucault. As teóricas feministas, a partir dos anos de 1970, foram amplamente influenciadas por suas reflexões sobre a construção discursiva do sexo. Foucault demonstrou como os discursos acerca da sexualidade normatizam condutas humanas que são inscritas nos corpos. Em sua obra, *História da Sexualidade*, indica que a partir do século XIX, aumentam os discursos acerca do sexo, os esforços em codificar os comportamentos, em identificá-los e nominá-los. As escolas, as instituições eclesiásticas, a ciência, a psiquiatria, foram responsáveis por desvelar o que o autor denominou uma explosão discursiva a propósito do sexo. No entanto, esta profusão do sexo no vocabulário especializado não representou uma liberalização das práticas, ao contrário, teve como efeito um processo de proibição, de castração de determinadas condutas que antes passavam despercebidas:

Não obstante, tudo isso parece ter desempenhado, essencialmente, um papel de proibição. De tanto falar nele e descobri-lo reduzido, classificado e especificado, justamente lá onde o inseriam procurar-se-ia, no fundo, mascarar o sexo: discurso-tela, dispersão-esquivaça. [...] O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas.¹⁴⁷

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 245.

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 53-54. 1 v.

O que se pode dizer é que ao longo do século XX vai ocorrendo uma especialização cada vez maior destes discursos. O tema da sexualidade é propagado desde diversas instituições. Ao lado da ciência e da medicina, a escola também passa a ser um espaço onde a sexualidade é discutida, principalmente com a propagação de escolas mistas, onde meninos e meninas passaram a conviver e a despertar manifestações mais explícitas de sua sexualidade.

Com uma maior participação das mulheres nos lugares públicos e, principalmente, com a convivência dos dois sexos em diferentes espaços sociais, as manifestações da sexualidade assumem novos contornos. Percebe-se, portanto, que a forma de viver e manifestar a sexualidade, bem como o modo como ela é concebida pelas instituições, acaba sendo um pressuposto para definir o lugar e o papel dos indivíduos na sociedade moderna. A sexualidade passa a ser definidora da identidade do indivíduo.

A partir desta constatação do caráter social (e não biológico) da sexualidade é perceptível que são muitas as instituições que participam da definição das condutas sexuais. Tais condutas, embora sejam altamente mutáveis e descontínuas, também encontram continuidade e permanência nos discursos hegemônicos. Um exemplo é o desejável caráter passivo da mulher no jogo sexual, repetido por diversas religiões e aspectos da cultura ocidental e oriental. Uma ruptura com esta passividade, substantivo que, não por acaso, é feminino, só se tornou mais visível a partir da segunda metade do século XX.

Examinarei, a partir de agora, como as obras das três intelectuais estudadas refletiram sobre a questão da sexualidade feminina. Neste momento histórico, talvez com mais visibilidade do que em outros, as mulheres passaram a falar sobre sexualidade de forma pública. Elas também começaram a disputar os discursos sobre o sexo, a questionar as regras ditadas – implícita ou explicitamente – pela sociedade hegemonicamente masculina e ocidental.

O feminismo, em seu questionamento a um modelo normativo de mulher, vista ora como pecadora, ora como santa propõe outras representações para a sexualidade que levassem em conta as impactantes transformações nas relações

entre os sexos na sociedade. As três mulheres aqui analisadas tiveram um papel importante para conduzir o tema da sexualidade por dentro de três instituições: a Universidade, a Imprensa e a Igreja.

Heleith Saffioti, em seu livro *A mulher na sociedade de classes*, já chamava a atenção para o papel das instituições no controle da sexualidade, principalmente da população feminina, reconhecendo o exercício do poder do discurso eclesiástico como formulador de preceitos acerca da sexualidade feminina. O sexo da mulher – assim como todas as suas atitudes – deveria ser controlado. A forma mais eficaz de efetuar este domínio era definir o sexo como parte inseparável da vida conjugal, destinada à reprodução da espécie humana segundo a vontade de Deus. O discurso da Igreja não proíbe o sexo. Ela apenas o normatiza, define suas possibilidades, suas práticas e seus propósitos. A percepção de Saffioti destacava o papel de um discurso eclesiástico que procurava enclausurar a sexualidade feminina no casamento e na procriação.

[...] a Igreja Católica nunca deixou de ver a sexualidade como algo sujo e indigno, exceto quando submissa à única finalidade que ela reconhece no matrimônio: a procriação. “Mas nenhuma razão, diz Pio XI, sem dúvida embora gravíssima, pode tornar conforme com a natureza e honesto aquilo que intrinsecamente é contra a natureza. Sendo o ato conjugal, por sua própria natureza, destinado à geração da prole, aqueles que, exercendo-o, deliberadamente o destituem da sua força e da sua eficácia natural, procedem contra a natureza e praticam um ato torpe e intrinsecamente desonesto”. Ainda na *Casti Connubii*, Pio XI condena o controle da natalidade mesmo que haja indicação terapêutica e até como medida eugênica.¹⁴⁸

O livro de Heleith demonstra um esforço de interpretação sociológica da condição sexual da mulher em um momento em que os estudos de gênero, ou os *Woman's Studies*, ainda não haviam chegado às universidades brasileiras, o que denota o caráter original de seu livro e a presença de influências externas.

Seus escritos correspondiam à necessidade de questionar o caráter anacrônico do discurso eclesiástico diante das práticas reais das mulheres. Contudo, mesmo com uma manifestação crescente de comportamentos que contradiziam as normatizações da Igreja, é evidente que esta instituição possuía relevância na

¹⁴⁸ SAFFIOTI, 1976, p. 97.

formação de condutas sociais e, principalmente, em determinar o que seria um comportamento correto ou “desonesto”.

Um aspecto que chama a atenção é o fato de que o livro de Heleieth Saffioti pretendia analisar a condição feminina dentro de uma perspectiva de classe. Todavia, a autora não se furtou de destacar que a sexualidade constituía um terreno no qual as relações de poder se manifestavam tanto quanto nas relações de classe. Aqui reside um elemento inovador de seu trabalho. Em especial, ao levar em conta que o seu referencial teórico, o marxismo, não possuía uma tradição de estudos e considerassem a sexualidade uma questão fundamental. A autora mostrava-se preocupada em vislumbrar as múltiplas formas através das quais o poder se manifesta e desenha as relações sociais entre os sexos.

Um dos recursos encontrados na escrita feminista é a denúncia. Em vários textos há o objetivo de explicitar a existência de um descompasso entre as experiências vividas pelas mulheres nos anos de 1960 e alguns discursos institucionais que, como já foi demonstrado, possuíam um papel crucial na determinação das normas. Para demonstrar esta anacronia entre o discurso eclesiástico e as práticas sexuais das mulheres, as escritoras aqui estudadas procuravam dar visibilidade a temas vinculados ao sexo, em diferentes espaços de produção e difusão do conhecimento.

Além da produção acadêmica, temas como sexo, virgindade e prazer, eram cada vez mais discutidos na imprensa, em livros e em alguns círculos intelectuais. Em 1963, em seu primeiro artigo publicado na *Revista Claudia*, Carmen da Silva saudava as evoluções em curso dentro deste tema:

Alguns séculos de educação altamente restritiva e baseada em conceitos falsos deixaram às mulheres um pesado lastro de inibições, receios, hábitos de dependência e de rotina mental. Mas o mundo evoluiu e suas exigências abarcam hoje os dois sexos, de modo peremptório e inelutável. E as mulheres, achando-se despreparadas, não sabem como enfrentar o desafio.¹⁴⁹

¹⁴⁹ DA SILVA, Carmen. A Protagonista. *Revista Claudia*, setembro de 1963. In: CIVITA, Laura. **O melhor de Carmen da Silva**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 17-18.

Neste trecho a autora referia-se à dificuldade encontrada por muitas mulheres em responder a um novo contexto social, que lhes permitiria maior liberdade em todos os aspectos da vida, inclusive no sexual. O mundo exigia delas uma nova conduta, no entanto, elas, segundo Carmen, encontravam-se presas a uma educação marcada pelas inibições das gerações anteriores.

Esta “evolução do mundo”, na opinião da autora, tomou as mulheres de surpresa. Elas não sabiam como agir diante da remoção das certezas que até então, haviam guiado sua vida. A grande questão posta nos anos de 1960 foi o choque de paradigmas. A possibilidade que se abriu para os intelectuais da época de formular um ataque frontal a determinados conhecimentos que, até então, haviam hegemonizado os discursos sobre a sexualidade.

Algumas situações contextuais certamente contribuíram para acentuar a preocupação com o tema da sexualidade e torná-lo pauta presente em diferentes círculos de debate intelectual. A preocupação com o crescimento populacional estimulou o desenvolvimento de pesquisas para aperfeiçoamento dos métodos anticoncepcionais. A invenção da pílula anticoncepcional foi uma dessas invenções que, na prática, concedia à mulher a decisão sobre ter ou não ter filhos. A partir da década de 1960, com esta descoberta, fica formalizado o fato de que o sexo não deveria ser, necessariamente praticado com fins reprodutivos. Digo formalmente porque, na prática, foram muitas as artimanhas femininas ao longo da história para evitar, ou até mesmo, interromper, uma gestação indesejada. Assim, não se pode presumir que antes de 1960 as mulheres não se utilizassem de métodos anticoncepcionais. Ocorre que estas práticas eram silenciosas, feitas quase em uma clandestinidade e, ao mesmo tempo, dependiam – em boa medida – da concordância do parceiro.

A invenção da pílula, pela primeira vez, permite que as mulheres tenham o controle total sobre a sua sexualidade, afirmando esta prática publicamente como um direito. Tal situação confrontava-se, por exemplo, com as concepções da Igreja Católica que considerava a maternidade um desdobramento natural do casamento, como comentava Heleieth Saffioti.

As contradições entre aquilo que o Vaticano apregoava e a experiência feminina provocou reflexões também no interior da Igreja Católica. Mesmo com seu

estreito vínculo ao catolicismo, Rose Muraro sentia as transformações decorrentes de novos comportamentos sexuais que atingiam a família, constatando que o modelo de família tradicional ou, utilizando a terminologia de Pio XI, do matrimônio “natural”, não era a verdade única. Ou seja, a tentativa da instituição de controlar o sexo estava em crise, o que levava os próprios católicos a tentar compreender o que Rose chamou de “explosão sexual”:

O problema da família evoluiu muito, principalmente de uns três anos para cá em que se intensificou a “explosão sexual”. Noções como família, casamento, virgindade, etc. estão passando por um crivo radical, principalmente nos países desenvolvidos.¹⁵⁰

A autora identificava uma transformação nas atitudes sexuais que se afastavam do prescrito nas bulas papais. O casamento já não era o único lugar em que o sexo poderia ocorrer de forma legítima. A virgindade – paulatinamente – perdia seu valor de troca na economia dos relacionamentos. A família monogâmica, heterossexual e indissolúvel, era declaradamente posta em xeque. Isto não significa que antes dos anos sessenta estas condutas fossem irrevogáveis. As transgressões fazem parte da história da sexualidade e da história das mulheres. Todavia, o fenômeno que pode ser visto como singular ao período é a crescente aceitação de práticas que antes eram consideradas desviantes.

A tentativa de compreender as modificações em curso nos comportamentos sexuais de mulheres e homens é um ponto comum nos escritos de Rose, Heleieth e Carmen. As autoras se dedicaram, através dos seus diferentes espaços de atuação, a tentar interpretar as novas atitudes da mulher brasileira. Dentro deste esforço, um tema relacionado à questão da sexualidade e que mereceu observação das três intelectuais foi a necessidade de questionar a função da maternidade e os mitos que a envolviam.

Heleieth Saffioti foi enfática ao defender, por exemplo, que ter ou não filhos deveria advir de uma deliberação e não de uma imposição. A reprodução, dizia ela, deveria ser o resultado de uma escolha, e não de uma imposição social, familiar,

¹⁵⁰

MURARO, 1969, p.100.

religiosa ou de qualquer outra natureza. Era preciso que tanto o homem quanto a mulher estivessem conscientes dos desdobramentos que implicavam ter um filho:

A vinda dos filhos deve ser o fruto de uma decisão consciente e voluntária, assumida em conjunto pelos conjugues. Eles não podem fazê-lo sem levar em conta as condições médicas ou sociais nas quais serão chamados a nascer e a viver estes filhos, quando estas condições são suscetíveis de comprometer seu futuro físico e moral ou a harmonia do casal.¹⁵¹

Para a autora, não só a Igreja, mas outros fatores, como o próprio conhecimento científico, colaboravam para situar a mulher na “mística feminina”, na sua eterna representação como mãe e esposa devota. Ela não chega, neste primeiro livro, a empreender uma defesa do direito ao aborto. Nos Estados Unidos o movimento feminista já discutia publicamente este tema. Porém, no Brasil, esta seria uma bandeira incorporada por parte das feministas brasileiras no decurso da década posterior. O fato desta discussão não entrar nos escritos de Saffioti pode ser resultado tanto de um pudor acadêmico quanto do receio do rechaço de sua obra. O tema do aborto possuía (e ainda hoje possui) muitas ressalvas em um país como o Brasil, onde a influência do catolicismo e de outras religiões que condenam a prática é vigorosa.

Os escritos da socióloga, no entanto, traziam uma questão importante: tanto as condições sociais quanto a saúde são fundamentais para a tomada de decisão sobre os filhos. Ela reforçava a idéia da maternidade como escolha e não como destino. O mais importante a ser destacado é o fato de que, pelos escritos de Saffioti era possível ter outro olhar sobre a sexualidade feminina. Se a maternidade era uma escolha e não uma obrigação, logo, a sexualidade podia assumir outras funções que não apenas a de reprodução.

Saffioti teceu uma crítica à psicanálise freudiana, pois esta, segundo ela, ao tentar compreender as diferenciações entre os sexos, as situava na esfera biológica e anatômica, o que resultava em uma nova forma de ajustamento feminino a um modelo desejável:

¹⁵¹

Ibid., p. 96.

Neste sentido, a Psicanálise freudiana, fornecendo à mística feminina conteúdos e mecanismos que visavam confinar a mulher ao lar, não desempenhou funções integradoras somente, mas ainda funções altamente desintegradoras. Na medida em que considerou os seres femininos do ângulo biológico, escaparam-lhe quaisquer possibilidades de fornecer à mística feminina as diferenciações necessárias para promover, ao mesmo tempo, a integração das personalidades individuais pertencentes ao segundo sexo e a integração das estruturas parciais do sistema social. Na realidade, portanto, a mística feminina, enquanto nutrida pela psicanálise ortodoxa, não representou solução adequada para a manipulação de problemas cujas conseqüências podem ser vistas em vários níveis.¹⁵²

Seu exame da questão sexual era inspirado na tentativa de compreender quais eram os mitos que, com o amparo de instituições tradicionais, enclausuravam a conduta sexual a um conjunto de leis que atendessem à noção de normalidade, honestidade e moral. Em um momento histórico em que a moral era levantada como uma das principais bandeiras dos governos ditatoriais, sua escrita alcançava um significado questionador, libertador. Isto talvez explique porque Heleieth Saffioti, como ela relata na entrevista realizada, permaneceu ao longo do período militar na lista dos “demissíveis”.¹⁵³

Ao mesmo tempo em que estas intelectuais questionavam os comportamentos sexuais preponderantes e o descompasso com novas atitudes que se desenhavam na sociedade, verificavam, ainda, a persistência da hegemonia de um modelo tradicional e misógeno. Um exemplo disso é um dos artigos de Carmen da Silva, que tratava da situação de mulheres que haviam mantido relações sexuais antes do casamento.

De acordo com Carmen da Silva, as concepções tradicionais se contrapunham às tentativas de repensar a condição feminina, o que fazia com que “a mulher brasileira, sejam quais forem seus pontos de vista intelectuais a respeito, ainda preza tanto sua virgindade que, ao perdê-la fora do casamento, habitualmente envereda por um de dois caminhos errados”.¹⁵⁴ Estes caminhos seriam, para Carmen, ou uma profusão descomedida por sexo, ou um arrependimento, que levaria a mulher a sofrer por um eterno sentimento de culpa. Considerando que seus escritos tomavam como

¹⁵² *Ibid.*, p. 311.

¹⁵³ Trata-se de uma lista de professores que, pela condição de funcionário público, poderiam ser demitidos a qualquer momento. Fazer parte da lista dos demissíveis significava que este professor possuía atitudes ou idéias que eram consideradas suspeitas pelo governo.

¹⁵⁴ DA SILVA, Carmen. De amor e de liberdade. In: _____ **O homem e a mulher no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1971, p. 41.

base a correspondência recebida na coluna *A Arte de Ser Mulher*, é possível inferir que estes comportamentos descritos por Carmen integravam o repertório da mulher brasileira da época. Ela era enfática em dizer que a maioria de seus artigos tomava como ponto de partida os relatos que as leitoras lhe enviavam.

Por este escrito de Carmen, é possível enxergar duas questões. Primeiramente - como ela já apontava - o fato de que nos anos de 1960 havia um distanciamento entre a reflexão intelectual, as práticas íntimas e o senso comum acerca do sexo. A virgindade, mesmo que intelectualmente passasse a ser considerada antiquada, ainda era objeto de cobiça dos homens e prova de boa conduta das moças. Assim, mesmo que fosse uma prática cada vez mais recorrente, o sexo antes do casamento era visto como sinônimo de fragilidade moral. A própria linguagem empregada por Carmen da Silva dá exemplos desta situação. A escritora referia-se às moças que “perdiam a virgindade”. Aqui transparece a noção de que a virgindade é um bem que a mulher carrega, algo valioso que não pode ser perdido. Talvez por isso era tão comum a denominação de “mulheres perdidas” para aquelas que mantivessem uma vida sexual fora do padrão monogâmico, heterossexual e dentro de um casamento formal. Neste rol das “perdidas” era possível encontrar as prostitutas, as amasiadas, as concubinas, as mulheres de conduta “suspeita”, que mantinham diversos namorados ao longo da vida, sem, contudo, consumir um casamento.

O resultado é que muitas mulheres, assumindo esta identidade, se colocavam na situação das moças ditas desonesta – vulgares, acessíveis, públicas. Outras se enclausuravam em um sentimento de culpa que as impedia de construir novas relações. Carmen da Silva captou, em seus escritos, esse sentimento de culpa que pairava sobre as mulheres.

O fato de que uma crônica, em revista de circulação nacional, se ocupasse do tema, denota que se a iniciação sexual antes do casamento, não constituía um hábito generalizado, ao menos já fazia parte da vida cotidiana. Porém, a dificuldade em compreender estes novos comportamentos sexuais era generalizada. Na opinião de Carmen, havia um descompasso entre o conhecimento dos jovens sobre a sexualidade e as suas práticas. No mesmo artigo, a jornalista enunciava:

Acontece que os homens jovens estão, como as moças, divididos entre as idéias modernas e os resquícios da educação tradicionalista, entre o “hoje” de sua cultura e o “anteontem” de sua formação no lar. [...]

O grande problema é que a juventude brasileira já sabe que o sexo é natural – mas não aprendeu a vivê-lo com naturalidade. Simplesmente, sem estridências, sem necessidade de discuti-lo ou de esgrimi-lo como bandeira de auto-afirmação, de rebeldia, de protesto. Já descobriu que a liberdade sexual é uma conquista – mas está longe ainda de tê-la realizado.¹⁵⁵

A dificuldade de elaborar as mudanças nas concepções sobre sexualidade era acentuada por um fator conjuntural específico da sociedade brasileira. Além de desafiar a moral tradicional, as novas condutas eram amplamente criticadas pelos dirigentes do regime militar, que consideravam a libertação sexual da mulher uma degenerescência. Os meios legais de censura e coerção eram utilizados como forma de reprimir manifestações que trouxessem a público este debate, como denunciava Heleieth Saffioti em uma nota de rodapé de seu livro:

Um acontecimento recente ilustra bem não só como os papéis femininos estão sofrendo uma redefinição total nos centros urbano-industriais, como também que certos tabus estão deixando de sê-lo. O número de janeiro deste ano da revista *Realidade*, inteiramente dedicado à mulher e bastante ousado para o tradicionalismo da família brasileira, teve ampla aceitação nas grandes cidades. Embora a revista tivesse sido apreendida logo após o seu lançamento, sob a alegação de que “não se deve na imprensa ou em qualquer outra atividade humana [...] misturar situações dos espíritos e o descompasso social” (Pronunciamento do primeiro curador de menores da então Guanabara, Newton Barros Vasconcelos, publicado em Folha de São Paulo, a 5 de janeiro de 1967), foi vendida, em pouco mais de um dia, a metade de uma tiragem de quase 300 mil exemplares. É verdade que a curiosidade em relação a uma revista que estava sendo apreendida determinou, em parte, a grande colocação que encontrou no mercado. É preciso considerar, todavia, que não só grande parte do público aceitou a publicação como também o significado social da publicação, revelador de uma nova posição em face dos problemas sexuais.¹⁵⁶

A revista em questão foi lançada pela editora Abril, em 1966, contando com jornalistas como Paulo Patarra, Luís Fernando Mercadante, Sérgio de Souza, entre outros. Já em seu primeiro número, com uma tiragem de 250 mil cópias, trouxe uma matéria sobre a liberdade sexual na Suécia. Os exemplares se esgotaram em uma semana.¹⁵⁷ É curioso observar como a referência a esta revista foi construída dentro

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹⁵⁶ SAFFIOTI, 1976, p. 186.

¹⁵⁷ Nosso século. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

do texto acima citado. Primeiramente, a autora utiliza da referência como modo de confirmar suas hipóteses sobre a redefinição do papel das mulheres na sociedade brasileira. Era um modo de mostrar que a temática da sexualidade circulava já amplamente entre a população.

De fato, a revista *Realidade* atingia a um público variado: donas de casa, operários, profissionais liberais, professores, todos atraídos pela linguagem inovadora da publicação e pela diversidade de temas. Outra questão que chama a atenção no referido texto é a crítica sutil à censura. Sem emitir juízo de valor, Saffioti introduz a informação de que a edição foi apreendida sob alegações bastante duvidosas, o que por si só deixa transparecer a divergência com a censura tendo em vista a declaração anterior da autora de que “certos tabus estão deixando de sê-los”. O recado estava dado: enquanto a realidade das mulheres era tomada por um turbilhão de mudanças, o governo tentava solapar este movimento calando a imprensa e o debate público.

Situação exemplar a este respeito foi vivenciada em 1969, quando o jornal *O Pasquim* entrevistou a atriz Leila Diniz. Ela contou sobre seus relacionamentos, sua vida sexual, seus amores e o trabalho como atriz. Toda a conversa foi regada a muitos palavrões que foram substituídos por asteriscos pela edição do jornal devido à censura. Mesmo com estes “cuidados” prévios, a repercussão da referida entrevista foi tão grande - e negativa entre o círculo do poder instituído - que o governo militar, através do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, aprovou o decreto número 1077, que permitia a censura prévia à imprensa. A medida ficou conhecida como “decreto Leila Diniz”. Abaixo, alguns dos pontos polêmicos que desencadearam as reações do regime:

Jaguar: Um aviso aos navegantes: quem escolhe é você, não é?

Leila: Sei lá, acho que a gente escolhe. Acho que sou que (*), sim. Acho que eu sou um ponto fixo dentro de mim e um círculo ao redor. Esse ponto fixo é muito sério e as pessoas não manjam muito. Tem um negócio dentro de mim que é muito importante: a minha força, a minha verdade, a minha autopreservação...

Paulo Garcez: Qual foi o homem que já atingiu esse ponto fixo?

Leila: Muitos. Felizmente, eu já amei muito e espero amar ainda mais.

Maciel: Você disse que deixou de ser virgem dos quinze pros dezesseis anos. Você acha que foi muito cedo ou muito tarde?

Leila: Acho que foi na hora.¹⁵⁸

Falar de sexo abertamente em um meio de comunicação não era, na época, uma situação comum na imprensa brasileira e menos ainda nas atitudes femininas. Leila representava mais a exceção do que a regra e não pode ser tomada como um caso típico do comportamento sexual da população feminina.

No entanto, o caso desta entrevista serve para exemplificar uma mudança de atitude - pelo menos de parte das mulheres - frente à sua sexualidade. Além disso, mostra que havia um público leitor interessado em ouvir sobre este tema e que as pessoas estavam dispostas a falar de um modo mais aberto e impensável em épocas anteriores. Jornais como *O Pasquim* deram muito trabalho aos censores ao longo de todo o período ditatorial e isto ocorreu não apenas pelas posições políticas, mas também por se aventurar em temas que, aos olhos das autoridades, eram imorais. Afinal, controlar a sexualidade - principalmente a feminina - era um método para a manutenção de um modelo familiar conservador, que, não à toa, dera sustentabilidade ao golpe: a família cristã, monogâmica e heterossexual.

A crescente conduta de burlar a imposição da virgindade foi constatada também por Heleieth Saffioti. Em um dos capítulos de seu livro, ela discorria sobre o fato de que muitas mulheres não-virgens já conseguiam ter acesso ao casamento legal, embora tal comportamento não fosse generalizado. Para a autora, a permanência do que ela denominou de “complexo da virgindade” estava relacionada, sobretudo, à forte influência da Igreja Católica na população brasileira. Embora constataste a força de tais construções, destacava “o alargamento dos horizontes culturais da mulher urbana” revelador de uma nova posição da mulher na sociedade brasileira.¹⁵⁹

Os escritos feministas davam ênfase a uma série de mudanças que estariam em curso na sociedade brasileira. Porém, cabe salientar que na produção das intelectuais feministas da década de 1960 persistia a preocupação com as mulheres

¹⁵⁸ O melhor do Pasquim. Sérgio Augusto e Jaguar (org). Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006. p. 64-66.

¹⁵⁹ SAFFIOTI, 1976, p.180.

que, na sua vida cotidiana ainda tinham os seus destinos amorosos e sexuais ditados por convenções.

Rose Marie Muraro identificava a existência de um predomínio do modelo de família patriarcal, principalmente no meio rural. Na década de 1960, embora já estivesse em curso um movimento de êxodo rural em direção às cidades, o campo abrigava mais de 50% da população brasileira. Rose Muraro olhava com desconfiança para este meio rural. Seus escritos denunciavam que neste meio a cultura patriarcal era ainda mais persistente. Segundo ela, os limites do mundo, para as moças destas famílias, era decidido pelo patriarca:

Nesse tipo de família, a mulher não tem condição alguma de se desenvolver, a não ser que, como vem acontecendo cada vez com mais freqüência, as mais jovens vão à cidade estudar e aí passem a constituir uma vida à parte. Mas até isso depende do pai. Pois é ele quem escolherá a filha que vai estudar, e a que ficará em casa, em companhia da mãe. Inclusive nas questões de casamento é o pai quem decide qual o companheiro ideal para suas filhas. Os casamentos devem ser feitos dentro dos interesses econômicos das grandes famílias e tornam-se, assim, uma instituição econômica.¹⁶⁰

No trecho acima, Rose Muraro assumia o tom de denúncia para destacar a permanência de uma cultura patriarcal no campo. É interessante ver que em sua obra toma espaço um pensamento dicotômico que opõe a cidade ao campo. A primeira, vista como um lugar no qual as mulheres poderiam se libertar, enquanto o campo representava o atraso e a dependência. A denúncia da transformação do casamento em moeda de troca demonstra que a atitude de coisificar a mulher ainda era uma prática usual na sociedade brasileira dos anos 60, mas seria apenas no campo que tais relações persistiam? Talvez a própria trajetória de Rose Muraro demonstre o contrário. Até os anos de 1960 ela também foi uma mulher “honrada”, que casou, teve filhos e manteve um determinado padrão de vida de acordo com os preceitos sociais. Foi na sua construção como militante da Igreja Católica e como feminista que Rose veio a romper com estes preceitos.

Os próprios escritos de Rose dão algumas pistas de que o campo não seria este lugar de atraso. A autora deixa entrever o gradual questionamento destas

¹⁶⁰ MURARO, 1969, p.121.

estruturas quando afirmava que era, cada vez mais freqüente, que os pais autorizassem as jovens do interior a ir para as cidades em busca de uma formação. Rose Muraro contemplava as mudanças na estrutura familiar e na vida das mulheres e procurava interpretar estas mudanças com as ferramentas que possuía. Cabe destacar que, no período, eram raros os estudos sobre a mulher, a família e as estatísticas sexuadas. Os escritos de Carmen, Rose e Heleieth testemunhavam uma sociedade em transitoriedade quanto aos papéis femininos e masculinos. Aqui, a palavra testemunha é utilizada no sentido de vestígio ou indício e não de prova verdadeira. O que interessa ao recorrer a seus escritos não é saber se suas afirmações eram “verdadeiras”, mas como estas intelectuais percebiam e vislumbravam a sociedade brasileira da época.

Aliado à sexualidade, o tema do casamento entrava para a pauta das discussões. Este ainda era uma instituição importante, mas, por outro, a sociedade brasileira dos anos 60 assistia a inconveniente situação das uniões desfeitas que geravam uma legião de mulheres denominadas “desquitadas”.

O desquite era mal visto pela sociedade. Só perdia para o adultério, obviamente, o feminino, porque o masculino era tolerado devido à compreensão de que fazia parte da natureza do homem satisfazer-se com mais de uma mulher. Saffioti percebia esta dicotomia entre a realidade de muitas mulheres que desfaziam seus matrimônios e a visão misógina que as discriminava. Ela analisava, por exemplo, quais eram as implicações da doutrina da Igreja diante da dissolução do casamento:

Evidentemente, a posição da Igreja em relação ao divórcio, independentemente de suas implicações doutrinárias, reforça a sujeição da mulher ao marido. Enquanto a mulher adúltera sofre o repúdio do marido e da sociedade, o marido adúltero é, via de regra, tolerado pela esposa e, se não por esta, pelo menos pela sociedade. Se este procedimento for adotado por uma mulher, porém dificilmente a sociedade continuará a conferir-lhe a dignidade de que gozava anteriormente. Acresce ainda que manter a indissolubilidade do vínculo do matrimônio significa, muitas vezes, induzir as pessoas a viverem hipocritamente, dando aparência de união àquilo que não passa de uma desunião total e promovendo o desajustamento social dos filhos.¹⁶¹

¹⁶¹

SAFFIOTI, 1976, p. 98.

O texto põe em dúvida a situação de ambivalência dos valores sociais hegemônicos que procuravam justificar uma situação de inferioridade feminina na relação matrimonial, obrigando a manutenção de uma união de aparências para não cair em uma situação de indignidade. A mulher que descobrisse uma vida extra-conjugal de seu esposo teria que entender, ou melhor, fingir não ver, para garantir a continuidade do casamento. Eis que se este fracassasse, o fracasso seria computado a ela e não aos dois.

O fato de esta prática cultural ser questionada de forma tão contundente demonstra uma mudança de perspectiva do problema. Indica que, pelo menos em alguns espaços sociais, as mulheres passavam a exigir direitos e deveres de seus parceiros, a interpretar um casamento como um contrato. Assim, quando uma das duas partes não se sentisse beneficiada, por fim ao contrato não seria um sacrilégio, e sim um direito.

Somavam-se a estas constatações, as novas concepções de maternidade, a crítica à maternidade involuntária e à falta de equipamentos sociais que permitissem a autonomia feminina. Todos os temas convergiam para a necessidade de libertar as mulheres dos limites impostos por discursos e práticas institucionais que delimitavam o desenvolvimento individual e coletivo de metade da população mundial. Este caráter de libertação aparece no seguinte trecho:

A maternidade involuntária, além de elevar o acaso à posição de elemento parcialmente determinante da vida feminina, representa, nas sociedades capitalistas, tanto um fato realmente impeditivo do trabalho da mulher, quanto uma justificativa para o alijamento do elemento feminino da estrutura de classes. [...] Libertar a mulher das maternidades involuntárias e substituir os modos domésticos de socialização dos filhos pelo trabalho organizado de equipes especializadas nesta tarefa não seria libertá-la para o nada quando a estrutura ocupacional não pode absorver o potencial da força de trabalho feminina? A ser mantida a estrutura de classes, haveria necessidade de se selecionarem outros caracteres naturais que pudessem funcionar como marcas sociais a fim de justificar a marginalização da estrutura de classes de certas categorias sociais. Nestes termos, o processo de emancipação feminina corre paralelo ao processo de libertação do homem. A sociedade pode exigir de cada um segundo suas capacidades, tornando o trabalho obrigatório para todos os seus membros; não pode, porém, obrigá-los a exercer sua sexualidade, condição de reprodução. [...] Eis porque a liberdade feminina está estreitamente ligada à possibilidade de a mulher aceitar ou rejeitar livremente a maternidade.¹⁶²

¹⁶²

SAFFIOTI, 1976, p. 87

A afirmação de que a mulher teria que ser detentora do controle de sua maternidade – para a época em questão – representava um tratamento diferente sobre a questão. É preciso salientar que tanto o discurso médico e religioso quanto as práticas do capitalismo naturalizavam as mulheres no papel de reprodutoras. A reflexão proposta por Saffioti demonstrava que o capitalismo se apropriava de certos preconceitos tradicionais para estabelecer diferenciações nas relações sociais de produção. A mulher não seria libertada apenas através do trabalho pelo simples fato de que nele, ela carregava uma condição secundária em relação ao homem. Condição esta vinculada à sua capacidade reprodutora e a todas as implicações desencadeadas. Dentre elas, a mais grave seria, conforme a autora, a tendência à exclusão do setor produtivo ser maior para as mulheres do que para os homens.

Para o discurso médico, tratava-se de uma condição biológica que, no máximo, poderia ser contornada pelas inovações que introduziam o parto sem dor. Rose Marie Muraro, inclusive, dedicou parte de seu livro *A mulher na construção do mundo futuro* para debater este assunto. Do seu ponto de vista, ela afirmava que as inovações científicas que permitiriam o parto sem dor não se contrapunham ao cristianismo:

E poderíamos pensar até mesmo nas repercussões teológicas do parto sem dor. “Crescei e dominai a terra...”, terra que não se limita aqui ao solo físico, mas que engloba toda a natureza, da qual nós também participamos. Longe de ir contra o ensinamento bíblico, o parto sem dor significa o esforço do homem para dominar a natureza, a partir de sua própria condição (...) dominando o mal físico, não será o mesmo esforço de crescimento que torna o homem mais homem, e portanto mais santo?¹⁶³

Porém, a análise de Rose Muraro não poderia ser vista com bons olhos pelos setores mais dogmáticos da Igreja porque se confrontava com uma lei enunciada na Bíblia como sendo pronunciada pelo próprio Deus: “Multiplicarei os sofrimentos do teu parto”, disse Ele à mulher pecadora original.¹⁶⁴ Mas a cristã Rose, mãe de cinco filhos, via no parto sem dor a possibilidade de um controle da situação pela parturiente e, ao mesmo tempo, um envolvimento do homem no processo: “até aqui o parto era encarado como um fenômeno exclusivamente feminino, que só dizia

¹⁶³ MURARO, 1969, p.188-189.

¹⁶⁴ Bíblia Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria/ Edição Claretiana, 1980. p. 51

respeito às mulheres; e o homem era relegado ao papel humilhante de fumar cigarros no corredor, durante a longa espera”.¹⁶⁵

A possibilidade de controlar a maternidade e a medicalização do parto foram duas novidades relevantes da década de 1960 que permitiram caminhar em direção a uma autonomia. Tais situações, como as próprias pensadoras feministas refletiram, ainda estavam ao alcance de poucas mulheres. Estas, porém, começaram a reformular os papéis femininos na sociedade. É perceptível que nas produções das três escritoras a maternidade planejada assumia um papel fundamental no processo de emancipação. Esta posição, para a época, significava uma inovação no pensamento feminista brasileiro: a construção de um discurso que afirmava as mulheres como sujeitos capazes de tomar decisões por si mesmas.

Carmen da Silva também destacou a importância destas mudanças femininas, afirmando que elas se deviam, sobretudo, ao desenvolvimento industrial e às pressões econômicas, que retiravam a mulher de seu papel tradicional:

[...] inserindo-a na atividade; os meios de difusão maciça levam a cultura, ou, pelo menos, a atualização, aos quatro cantos do mundo e até a mais recalcitrante vovó está ao par de bomba de hidrogênio e da mini-saia; o parto sem dor levantou a maldição bíblica que pesava sobre o destino feminino e o aperfeiçoamento dos sistemas anticoncepcionais transformou a maternidade numa escolha, ou seja, num ato de liberdade.¹⁶⁶

Para as autoras, estas mudanças simbolizavam um ato na busca da emancipação feminina. Contudo, esta busca pela emancipação chocava-se com a permanência de uma moral ultrapassada, que estava em descompasso com as transformações cotidianas. Tal descompasso tinha como resultado inúmeros conflitos geracionais. O que se percebe é que Carmen, Heleieth e Rose, cada uma de seus lugares de atuação, buscavam trazer à luz um conhecimento que pudesse enfrentar a moral tradicional. Suas palavras colocavam-se ao lado das mudanças em curso, em contraponto ao conhecimento e aos valores tradicionais. Como disse Carmen da Silva na crônica intitulada “O Superego”:

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 185.

¹⁶⁶ DA SILVA, 1971, p. 153-154.

O problema, porém, é que a geração de hoje foi educada por seus pais- isto é, o que se lhe inculcou na infância, o que presidiu à formação de seu superego, foi a moral de ontem. Em conseqüência, na atualidade são mais evidentes que nunca os conflitos entre os ditames da razão, os argumentos do intelecto e, de outro lado, as arcaicas e teimosas exigências do superego.¹⁶⁷

A própria Carmen havia sido vítima destes conflitos quando, em seu retorno ao Brasil, publicou seu primeiro romance em português. *Sangue sem dono* foi saudado positivamente por parte da crítica brasileira. Entretanto, também recebeu julgamentos desfavoráveis. A crítica considerou que seu texto possuía uma falta de decoro, “apontou na construção do romance uma ‘audácia’ em certas cenas, ‘desinibição’ e ‘falta de recalques’(...)”.¹⁶⁸ A autora respondeu, em entrevista ao jornal Diário de Notícias no mês de agosto de 1964, que alegrava-se de ser alguém que não possuía inibições e recalques e denunciava a hipocrisia dos críticos: “Quanto à audácia, naturalmente, se refere ao sexo; ninguém se escandaliza com os piores atropelos aos direitos humanos, sempre que os protagonistas do atropelo estejam convenientemente vestidos”.¹⁶⁹

Aqui se tem outro exemplo do quanto o questionamento à moral sexual imposta pelas instituições fazia parte do repertório de resistências ao regime militar. O fato do livro de Carmen conter passagens eróticas foi o suficiente para que ela fosse acusada de falta de decoro. A escritora, longe de se redimir, aproveitou para denunciar os escândalos contra os direitos humanos que ocorriam no país. Uma forma clara de enfrentamento ao poder e que denotava, mais uma vez, o caráter político que o tema da sexualidade assumia na intelectualidade feminista em gestação.

Assim, o tema da sexualidade feminina assumiu uma importância significativa na análise das três autoras estudadas, através de debates sobre o casamento, a maternidade e vida sexual, as intelectuais feministas começavam a questionar uma moral que consideravam decrépita aos olhos da realidade da mulher brasileira. Embora esta moral ainda possuísse fôlego e uma boa dose de aceitação social, paulatinamente, perdia seu papel hegemônico ao mesmo passo em que as mulheres

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 154.

¹⁶⁸ DUARTE, *op.cit.*, p.35.

¹⁶⁹ *Id.*

e os homens se libertavam dela para viver publicamente outros arranjos, outras condutas.

Porém, a libertação sexual não seria o único desafio a ser vencido. Partindo desta constatação, as obras de Carmen, Rose e Heleieth apresentaram, além do tema da sexualidade, a temática do trabalho, como fundamental no processo de emancipação feminina. A seguir, vou discutir de que modo o trabalho feminino foi tratado em suas obras e como suas abordagens se contrapunham às visões tradicionais que relegavam o trabalho feminino a uma ocupação secundária.

Um ponto comum nos escritos feministas que examinei foi a percepção das três autoras de que a condição de sujeito ativo só seria realmente alcançada se a população feminina passasse a ocupar novos espaços no mundo do trabalho. As autoras aqui examinadas se dedicaram a pensar a situação trabalho no desenvolvimento da sociedade capitalista e observar as repercussões para as mulheres.

O que elas examinavam era que a naturalização da divisão entre os sexos servia como elemento de organização da sociedade no que concerne às relações de trabalho. Havia, segundo elas, um vínculo entre o papel feminino no mundo privado e aquele que assumia também na vida pública. Para Heleieth Saffioti, “as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa”.¹⁷⁰ Em outras palavras, ao ingressar no mercado de trabalho não se deixa de ser mulher, carregando consigo um estereótipo que influenciava nas oportunidades profissionais, relações laborais, salários diferenciados, entre outras circunstâncias pré-determinadas pela condição sexual.

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-se nas características físicas que, involuntariamente certas categorias sociais possuem. [...]

¹⁷⁰

SAFFIOTI, 1976, p.53.

A perpetuar-se esta tendência o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção. [...] Cabe pois indagar se à mulher, enquanto membro da categoria sexo sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social. A determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração na sociedade de classes. Eis porque será tomada aqui a atividade trabalho como fio condutor da análise do problema da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades competitivas.¹⁷¹

Para Heleieth Saffioti, a questão da mulher ganhava um estatuto central na análise do trabalho, tendo em vista que o sexo operaria como um fator de organização das relações de produção. Esta análise distinguia-se substancialmente da reflexão marxista clássica que considerava o elemento classe social como o principal fator estruturante do sistema capitalista. O livro de Heleieth demonstrava como o modo de produção capitalista apropriava-se de características físicas – culturalmente desvalorizadas – para ampliar o processo de exploração sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, segmentar a classe trabalhadora. Este processo seria decorrente de uma apropriação, pelo capitalismo, de elementos tradicionais – tais como o patriarcado – para legitimar a posição periférica da força de trabalho feminina:

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher.¹⁷²

O problema do ingresso feminino ao mercado de trabalho foi tratado também por Rose Marie Muraro. Ela enfocava uma questão não resolvida até os dias atuais: o assédio no espaço de trabalho, principalmente no que concerne às jovens operárias.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 29-31.

¹⁷² *Ibid.*, p. 35-36.

Para Rose Muraro, havia no caso das operárias uma dupla exploração: a exploração sexual somava-se à exploração enquanto trabalhadora:

É constatação corrente o fato de que a fábrica vem sendo um fator de perdição para as jovens operárias. Por intermédio dos chefes de seção o patrão escolhe as que lhe interessam. Caso não aceitem as propostas que lhes são feitas, perdem sistematicamente o emprego. E, quando não se empregam como operárias, vão ser empregadas domésticas, em geral para sustentar os filhos. Moram em favelas e não têm com quem deixar as crianças durante o dia. Ficam, ou trancadas, ou abandonadas na rua. O problema das domésticas é especialmente grave, pois não possuem nenhuma segurança social e seus empregos são altamente instáveis. Em geral, depois do quarto ou quinto filho, são abandonadas pelo marido (as incidências de casamentos entre a classe menos favorecida é ínfima) ou companheiro.¹⁷³

Assim sendo, denunciava que, para além das relações precárias de trabalho que a condição feminina impunha, muitas mulheres também eram vitimadas moralmente pelo abuso de seus superiores. Esta sensibilidade para refletir sobre a realidade das mulheres dos segmentos populares é um ponto importante da reflexão feminista que se desenvolveu no Brasil. Devido às grandes clivagens sociais, as mulheres das camadas populares se encontravam em uma situação de maior vulnerabilidade do que aquelas das camadas médias. Porém, esta vulnerabilidade é vista de um ponto de vista moral. Novamente, surge a o tema da mulher “perdida”. Até que ponto a formação cristã de Rose Muraro influenciava sua expectativa sobre o trabalho feminino? Em sua narrativa, o trabalho das mulheres das camadas populares não é visto como um ponto para a emancipação, mas como uma perdição moral.

Por outro lado, seus escritos, assim como os de Carmen e Heleieth, apontavam para o fato de que junto às desigualdades derivadas da condição feminina, também atuavam hierarquias de classe. Deste modo, denunciavam a vida profissional das mulheres das camadas médias era determinada por fatores diferenciados daquelas mulheres dos segmentos populares.

Na seqüência, Rose Muraro salientava o fenômeno da crescente participação da mulher das camadas médias no mundo do trabalho como um que poderia desenvolver uma nova dinâmica à sociedade:

¹⁷³ MURARO, 1969, p. 122-123.

Nas camadas [médias] a mulher, pouco a pouco, vai-se tornando a colaboradora do marido no sustento da casa e assumindo uma posição cada vez mais de igualdade com êle. Trabalha fora de casa, seja como funcionária pública ou como comerciária, etc. ou em profissões liberais: engenheiras, médicas, economistas, advogadas, etc. Neste caso, humanamente, a mulher cresce muito e tende a desaparecer o dualismo moral burguês. Torna-se realmente a companheira do homem e não enfeite de seus momentos de folga. Ela tende a satisfazê-lo mais completamente, e vice-versa.¹⁷⁴

Para as mulheres de classe média, o trabalho era visto como um processo libertador. Através dele, a mulher poderia desenvolver-se completamente como pessoa, deixando de ser vista como uma funcionária da casa ou como parte dos seus móveis e utensílios. O texto em questão apresenta a idéia de que havia, na sociedade brasileira, um dualismo moral burguês. A autora não explicita o significado destes termos. Porém, é possível inferir que ela abordava o fato de que, em termos morais, a burguesia identificava um ideal feminino vinculado às funções de esposa e mãe. A mulher perfeita seria aquela que estaria sempre “por trás do grande homem”, como diz o ditado popular.

No entanto, esta mulher “enfeite”, nas palavras de Rose, não possuía uma relação verdadeira de companheirismo com o homem, tendo em vista a ausência de igualdade. O fato de a mulher trabalhar e comparecer com as despesas domésticas a retiraria desta condição secundária. Enquanto ela ficasse neste patamar de inferioridade, o esposo sentia-se licenciado para tratá-la como um objeto e, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades não preenchidas pelo casamento convencional em relações extra-conjugais. Creio que estas idéias abarcam o que Rose Muraro chamou de “dualismo moral burguês”. Cabe ainda destacar que, ao mesmo tempo, a burguesia, em um processo de desenvolvimento do capitalismo industrial em curso, necessitava da mão-de-obra feminina. Isto gerava um novo dualismo moral: como conciliar a imagem da mulher perfeita com as necessidades crescentes da sociedade capitalista?

É interessante notar que o trabalho conferia situações diferentes para as mulheres, de acordo com sua classe social. Enquanto o trabalho das mulheres

¹⁷⁴ *Ibid.*, p.124.

operárias era visto por Rose como “perdição”, o trabalho das mulheres das classes médias era visto como forma de conquistar uma posição de igualdade com os homens. Não haveria aqui também a influência do dualismo moral burguês que a própria Rose Muraro denunciava?

Analisando o tema do trabalho, Carmen da Silva discutia que a própria escolha profissional não era arbitrária, obedecendo a uma lógica sexista: “Dominando o quadro da escolha profissional, porém, aparece uma curiosa e arbitrária divisão entre profissões ‘masculinas’ e ‘femininas’. Todas já ouvimos falar nas carreiras que são ou não são para ‘mulheres’ – e freqüentemente admitimos essa distinção sem exame.”¹⁷⁵

A autora destacava em sua coluna que, mesmo para aquelas mulheres que conseguiam ingressar no mercado de trabalho, este ingresso obedecia a uma organização sexuada. Este fato ocorria nas profissões menos remuneradas ou de vínculos mais precários, mas também estava presente nas carreiras que exigiam formação técnica e universitária.

A percepção de Carmen era fruto, também, de sua comunicação com as leitoras. Ela relata, neste artigo acima citado, que a *Revista Claudia* havia realizado uma pesquisa com diversas mulheres que se propuseram a participar de um debate sobre o tema. Cabe aqui relatar algumas das falas destas mulheres:

A separação por sexos ocorre até entre as diferentes especialidades dentro da mesma área profissional. Diz ainda a citada psiquiatra [Dra. Dalka Jacoles Castanheiro]: “A médica geralmente só é aceita sem restrições quando trata de crianças ou mulheres”. A Dra. Maria Romana, advogada, acredita que “exista certa preferência pelas advogadas mulheres em determinados ramos como, por exemplo, o direito de família”. A odontologia, entretanto, já é considerada “feminina” porque o bom dentista deve ter paciência e habilidade manual; segundo a dentista Ivete Gama Terra Sadler “habitualmente os homens sensíveis preferem se tratar com uma dentista: acham que somos mais pacientes, talvez nos sintam mais maternais”. A arquiteta Rosa Grena Kliass diz que muitos clientes a procuram achando que “mulher tem mais bom gosto”, o que inclusive a obriga a discutir o conceito que faz da arquitetura mera questão de “bom gosto”, desprezando as complexas facetas técnicas.¹⁷⁶

¹⁷⁵ DA SILVA, 1971, p. 265-266.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 266-267.

O artigo de Carmen da Silva chamava a atenção para a manutenção de uma divisão sexual do trabalho ancorava-se na afirmação de que existiam qualidades essencialmente femininas que, logo, as tornavam mais aptas para determinadas funções (e inadequadas para outras). A sensibilidade, a paciência e o dom manual são destacados como habilidades mais desenvolvidas nas mulheres, o que as tornaria bem sucedidas em profissões que exigem estas competências. Ao mesmo tempo, as clivagens também poderiam aparecer dentro de um mesmo ofício. Era o caso do direito, que reservava às mulheres majoritariamente as varas de família, afinal, com sua sensibilidade e instinto maternal elas seriam mais aptas a resolver estas questões específicas.

O interessante é notar que na escrita de Carmen ela deixava entrever que tais discursos eram construídos sobre uma aparência positiva, destacando as características ditas femininas como qualidades e não como limitações. Apenas salienta que, devido a capacidades que lhes são únicas, elas teriam maiores chances de sucesso em algumas áreas. Todavia, a capacidade profissional feminina era limitada às habilidades consideradas naturais, negando a possibilidade de um desenvolvimento de capacidades teóricas e técnicas. Ao afirmar que o sucesso em certas áreas deve-se a características que lhes são naturais, o discurso em questão vedava a possibilidade de que certas qualidades pudessem ser adquiridas.

Um outro agravante destas concepções era levantado por Carmen: “O preconceito só admite como “femininas” as profissões menos utilitárias e as que, de algum modo, se vinculam às tarefas domésticas e às qualidades tipicamente maternas”.¹⁷⁷ A paciência, a habilidade manual e a sensibilidade credenciavam as mulheres para determinadas tarefas ao mesmo tempo que as depreciavam para outras ocupações.

Cabe destacar que as reflexões de Carmen não se baseavam apenas nos depoimentos das leitoras. Ela citava no artigo em questão algumas leituras estrangeiras que lhe serviam de subsídio. Um exemplo é o trecho abaixo, no qual fazia referência à Evelyn Sullerot:

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 267.

No seu livro *La Vie des Femmes* (em vias de tradução no Brasil), a ensaísta francesa Evelyne Sullerot comenta as dificuldades que as mulheres enfrentaram para entrar em campos de atividade – alguns hoje considerados tradicionalmente femininos – que os homens pretendiam monopolizar. Em 1815 as francesas tiveram de lutar contra seus governantes; seu acesso à indústria do vestuário – outro terreno que agora é delas – foi conquistado mediante árdua batalha; quando tentaram ser tipógrafas, “houve uma longa guerra durante a qual, em desespero de causa, as mulheres desempenharam o papel pouco airoso de fura-greve, o que levou os dois bandos às vias de fato; a tipografia só se manteve estritamente masculina ao preço de uma agressiva vigilância.”¹⁷⁸

Com o objetivo de construir sua argumentação, Carmen citava uma autora que buscava demonstrar a historicidade das relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Uma curiosidade é que Heleieth Saffioti também utilizou Evelyne Sullerot como referência no livro *A mulher na sociedade de classes*. Isto demonstra que, apesar dos diferentes lugares de atuação, havia pontos de intersecção no trabalho intelectual desenvolvido pelas feministas da década de 1960. Como já foi demonstrado no capítulo I, outra referência constante entre as autoras foi a filósofa Simone de Beauvoir. O encontro destes referenciais comuns permite inferir que elas possuíam conhecimento dos mesmos autores, consumiam uma bibliografia comum (talvez até devido ao fato da escassez de obras) e estavam sintonizadas com as mesmas problemáticas. Ao mesmo tempo, as referências comuns demonstram que havia uma influência de uma produção intelectual feminista internacional que era lida pelas três mulheres aqui analisadas.

A complexidade do problema da mulher levou as autoras a pensar que a desmistificação da sua situação no mundo do trabalho era uma tarefa árdua demais para ser resolvida apenas pelas próprias mulheres. Tratava-se de um desafio para os dois sexos. Como Carmen, Heleieth Saffioti também atribuía aos homens uma parte da responsabilidade pela inferiorização da população feminina no mundo do trabalho:

Neste contexto, ganha nova dimensão a asserção de Simone de Beauvoir de que “o problema da mulher sempre foi um problema dos homens”. Como um dos agentes do processo de mistificação da mulher, o homem, tanto burguês quanto proletário e, sobretudo, o pertencente aos estratos sociais médios, presta colossal auxílio à classe dominante e mistifica-se a si mesmo.¹⁷⁹

¹⁷⁸*Ibid.*¹⁷⁹

SAFFIOTI, 1976, p. 41.

A mistificação feminina era acentuada, para as autoras, devido à condição subalterna em que se encontrava a grande maioria das donas de casa brasileiras. Em boa medida, acreditavam que nenhuma mudança consistente ocorreria no âmbito do trabalho, enquanto as mulheres continuassem a ver as tarefas domésticas como sua exclusiva obrigação. Refletiam sobre a vida de muitas mulheres casadas que, trabalhavam fora e dentro de casa, acumulando para si todas as atividades domiciliares. Este fato, para Heleieth Saffioti, agravava o quadro de precariedade da formação profissional feminina:

A idéia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. As famílias proletárias, por sua vez, e na medida de suas possibilidades, adotam num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona de casa, guardiã do lar. E as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo.¹⁸⁰

Para Saffioti, o discurso do patriarcado unia-se ao discurso capitalista provocando uma situação paradoxal: a mulher que não se qualificava para o mercado de trabalho – devido à convicção de que seu lugar era a casa - que por não possuir uma formação, acabava ocupando as atividades com pior remuneração e vínculos empregatícios mais precários.

Rose Marie Muraro identificava outros problemas recorrentes da ocupação feminina no mercado. Para ela, a entrada das mulheres no mundo do trabalho não havia sido acompanhada de uma mudança social capaz de redistribuir as tarefas que, historicamente, foram delas: “esta situação nova traz, na sociedade brasileira, inconvenientes não raro graves, que longe estão de vir a ser solucionados. Entre eles, a necessidade de abandonar os filhos nas mãos de babás nem sempre de confiança, o desleixo dos afazeres da casa, o constante estado de fadiga, etc.”.¹⁸¹ Aqui está

¹⁸⁰ SAFFIOTI, 1976, p. 57.

¹⁸¹ MURARO, 1969, p. 124-125.

presente a idéia de que o trabalho feminino provocaria um abandono e desleixo para com as atividades domésticas e maternais.

Apesar das diferenças de análise do papel do trabalho na vida das mulheres é possível encontrar um ponto comum entre as três intelectuais. Elas percebiam que o simples ingresso no mercado de trabalho não resultaria em uma libertação imediata. Primeiramente porque elas carregariam para o mundo do trabalho sua condição feminina que, por si só, delimitava lugares e possibilidades de ascensão. Segundo porque isto não as isentava de continuar cumprindo com suas “obrigações” domésticas.

Para Carmen da Silva, a iniciativa em romper com este círculo deveria ser das mulheres. Elas precisavam impor novos costumes, partindo, por exemplo, de uma divisão das atividades domésticas com os outros membros da família. A própria Carmen reconhecia que esta não era uma tarefa fácil, porém, enxergava ali o cerne da questão da libertação feminina:

Aqui chegamos ao núcleo da questão: a mulher casada que realiza seriamente um trabalho extra-lar, profissional ou não, tem de criar novos costumes para si e para o grupo que ela representa. Nessa necessária reformulação, cabe perfeitamente a partilha das obrigações domésticas com o marido.

Escrevemos esta frase e já estamos “ouvindo” a gritaria das donas de casa: “Então o homem volta do trabalho e ainda vai se ocupar dos problemas domésticos? Essa não!”

Essa sim. Qualquer homem cuja esposa também trabalhe, não por diletantismo ou para “seus alfinetes”, senão assumindo plenamente suas responsabilidades sociais e profissionais estará de acordo comigo: as tarefas materiais da rotina diária cabem a quem tiver tempo de executá-las. A quem chega menos cansado no fim do dia. Na prática: aos dois, em conjunto ou alternadamente. [...]

Naturalmente, o indivíduo bitolado, preconceituoso, rígido, inseguro de sua masculinidade, sente-se diminuído ao ajudar nos trabalhos da casa: seu “machismo” lhe exige manter-se a olímpica distância de tudo o que seja tradicionalmente considerado “feminino”. Infelizmente, os homens desse tipo ainda são bastante numerosos entre nós.¹⁸²

Chama a atenção que, embora Carmen identificasse o machismo dos homens como fator de permanência da hegemonia feminina nos serviços domésticos, ela discutia que, para muitas mulheres, era impensável dividi-los com seu marido. Aqui

¹⁸²

DA SILVA, 1971, p. 272.

reside uma questão curiosa. Séculos e séculos de permanência de uma divisão sexual do trabalho tida como natural transformou as atividades domésticas e o cuidado com os filhos no espaço de poder feminino. É ali, nos recônditos do lar, que elas demonstram seu conhecimento, seu poder de resolução para problemas que, muitas vezes, para os homens parecem complexos. É comum ver as mulheres ironizando a falta de habilidade dos homens (ou de parte deles, para não generalizar) diante de tarefas domésticas ou cuidado com as crianças.

Embora nas últimas décadas estas relações já tenham se modificado substancialmente, percebe-se, ainda hoje, a persistência do que Carmen da Silva denominou “o complexo da dona de casa”. Muitas mulheres ainda receiam perder para os homens este âmbito do poder privado que, até então, lhes garantiu uma identidade e um lugar social. Nesse sentido, a análise de Carmen da Silva insistia no caráter autofágico das mulheres que não conseguiam se livrar deste complexo.

Exemplo disso é uma outra crônica na qual a escritora comentava a difícil relação das mulheres com o trabalho doméstico. Enquanto a grande maioria aderiu a ele e o tornava a razão de sua existência, outras - em menor número - vociferavam contra as tarefas de casa. Para Carmen, as duas atitudes demonstravam um comportamento esquizofrênico e que, no fundo, não discutia a questão elementar: a desvalorização das atividades da dona de casa: “diga o que se disser sobre a mentalidade da mulher moderna, ainda há uma ideologia doméstica, uma noção de moral associada às tarefas do lar”.¹⁸³ Esta ideologia doméstica, segundo Carmen, trazia efeitos destrutivos para as mulheres. A grande maioria transformava os afazeres em uma obsessão que, como resultado, criava uma servidão psicológica da mulher ao trabalho doméstico, ou, quando este era terceirizado, às empregadas.

Além de apontar o fator psicológico, Carmen salientava a necessidade de que as mulheres tivessem outras atividades, outras fontes de prazer:

O tema trabalho doméstico, justamente por suas repercussões afetivas com raízes no inconsciente, costuma provocar entre as leitoras uma enxurrada de reações intensas. Cada vez que as incito a trabalharem fora do lar,

¹⁸³*Ibid.*, p. 277.

implicando com isso que a domesticidade não é tudo, as cartas de protesto formam sobre a minha mesa uma pilha vertiginosa.¹⁸⁴

Assim, a saída apontada por Carmen estava na busca de uma expansão do seu mundo, uma mudança de atitude que passaria também pela educação dos filhos. Carmen chamava a atenção para o fato de que a maioria das mulheres fazia com que as filhas sentissem que o cuidado com a casa era um martírio enquanto, para os meninos, dizia-se que era “coisa de mulher”. Deste modo, a atitude dos dois seria de tentar resistir a qualquer auxílio.

Rose Marie Muraro também se dedicou ao tema. Chamava a atenção para as características alienantes do trabalho doméstico, defendendo que as mulheres que se limitavam a este espectro possuíam uma tendência maior a desenvolver um pensamento conservador:

[...] o trabalho abre para a mulher perspectivas de novas atitudes. A mulher que permanece sempre em casa executando os trabalhos repetidos e rotineiros não cresce humanamente, acaba adquirindo uma mentalidade fechada e torna-se conservadora, ao passo que, como já vimos, hoje em dia, para que se possam conservar os valores, é necessário que os adaptemos continuamente às novas necessidades que dia a dia vêm surgindo. Um espírito aberto, progressista, é mais que necessário para o contacto com o marido e os filhos.

O trabalho feminino vira também proporcionar, mesmo dentro de casa, novos centros de interesse para o marido. O trabalho doméstico certamente terá que ser feito em equipe, bem como a educação dos filhos, o que dará ao casal muito mais união e para o homem maior enraizamento na vida.¹⁸⁵

A mudança mental da mulher era ressaltada como ponto inicial para uma mudança mais ampla da sociedade. Era preciso que cada uma tomasse a iniciativa de modificar o seu entorno, as relações com o mundo, o pensamento obtuso que as confinava ao espaço privado, monótono e repetitivo. As modificações não alterariam apenas o cotidiano das mulheres. É perceptível a preocupação de Rose Muraro com os homens. Para ela, estes também se beneficiariam de uma mudança na divisão sexual do trabalho. Envolver-se nas atividades domésticas e na educação dos filhos poderia trazer outras perspectivas de vida. Assim, o discurso feminista não se dirigia somente às mulheres. Os homens também eram convidados a uma reflexão.. O texto

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 285.

¹⁸⁵ MURARO, 1969, p. 129-130.

de Rose demonstra uma preocupação em não prejudicar a estrutura familiar e a união do casal. Assim, a pergunta que fica é se estes benefícios apontados por Rose eram um elemento para justificar a mudança de papéis, uma estratégia para defender as referidas mudanças, ou ainda, uma defesa de um certo modelo de família tradicional.

Os ideais feministas de Carmen, Rose e Heleieth dirigia-se a leitoras e também, porque não dizer, aos leitores. Seria ingenuidade acreditar que estas idéias se limitavam às mulheres e não atingiam os homens. Deste modo, é possível inferir que seus textos provocavam um interessante efeito de fazer com que o público leitor visse diferentes situações de seu cotidiano sendo analisadas através da palavra de mulheres.

Apenas para insistir no tom de clamor que, em alguns momentos, tomava conta da escrita destas mulheres, cabe ver um último trecho da crônica *O Complexo da Dona de Casa*. Nele, Carmen salientava o caráter político das ações individuais para, a partir delas, quem sabe, mudar a lógica imperante nas relações entre os sexos:

Logo, comecemos por banir de nossa casa o sistema patriarcal nos aspectos que está em nossas mãos modificar de imediato: a servidão da mulher ao lar, sua exclusão da participação ativa do mundo. A partir daí – quem sabe? – irão desaparecendo por si só outras facetas do patriarcalismo que nos são decididamente ingratas (...) a noção da superioridade masculina e da sublaternidade feminina que ainda permeiam nossos valores.¹⁸⁶

Apesar de reconhecer que as mulheres teriam um papel central para pôr fim ao jugo patriarcal, as feministas sabiam que isto não era suficiente. Era preciso que a sociedade como um todo, e o Estado, reconhecesse nas transformações sociais em curso a necessidade de nos quais já existia uma atenção pública para os filhos de mulheres trabalhadoras:

Nos países desenvolvidos já existe toda uma estrutura montada para atender a esses casos, que vão desde o aperfeiçoamento e a simplificação das utilidades domésticas (a mulher americana não só trabalha fora como não tem nenhuma empregada) e a instituição de creches e escolas maternas pagas ou não. (125)

¹⁸⁶

Ibid., p. 287.

Cremos que brevemente nosso país disporá pelo menos em suas grandes cidades de toda uma rede de proteção para esses casos.¹⁸⁷

Percebe-se aqui uma direção para o futuro, uma tentativa de organização das mulheres em busca de melhorias que garantissem a efetivação das conquistas no plano pessoal. Os escritos destas três mulheres chamavam a atenção para o fato de que além de mudanças no plano interno a sociedade como um todo deveria mudar. Palavras como estas tiveram uma importante recepção que resultaria, uma década depois, na insurreição do movimento feminista.

O FEMINISMO E AS INOVAÇÕES NO CAMPO INTELECTUAL BRASILEIRO

O feminismo, no Brasil, surgiu nos anos de 1960 em contraposição a um discurso misógeno que descaracterizava a mulher como ser pensante, concepção que possui raízes históricas na cultura ocidental e é perpassada por visões religiosas, científicas e políticas, incorporadas no senso comum. E foi contra esta visão que o feminismo brasileiro manifestou uma postura combativa, propondo uma inflexão nas concepções tradicionais sobre as mulheres. Nesta última parte do capítulo, pretendo analisar o aspecto inovador do pensamento feminista na produção e difusão de um novo olhar sobre a sociedade. O próprio fenômeno de luta pela afirmação no seio da intelectualidade já denota uma ruptura com a trajetória de exclusão feminina dos espaços do saber. Como o feminismo galgou espaços dentro do campo intelectual brasileiro? De que forma as autoras aqui estudadas afirmaram, em suas obras, uma identidade com o feminismo?

Para refletir sobre o processo de elaboração das idéias que configuram o surgimento de um pensamento feminista no Brasil é necessário distinguir que havia diferentes formas de elaboração do feminismo (na imprensa, em escritos para o grande público, na realização de pesquisas) e, ao mesmo tempo, verificar os embates que cada uma destas intelectuais travou nos seus meios de atuação.

¹⁸⁷ MURARO, 1969, p. 125.

No que se refere às inovações, buscarei as evidências que demonstram tentativas de renovação do pensamento social brasileiro, introduzindo a problemática das relações sociais entre os sexos ao mesmo tempo em que havia uma busca por um reconhecimento da legitimidade destes novos saberes. No interior deste processo de legitimação de um pensamento feminista pretendo entrever os vínculos, as tensões e os conflitos que esta “novidade” gerou no campo intelectual brasileiro.

Para responder a estes questionamentos, vou retomar brevemente um tema já abordado no primeiro capítulo: a construção de uma identidade feminista. No primeiro capítulo, tratei do tema para entender as trajetórias de vida das três mulheres aqui estudadas. Agora, pretendo examinar como esta identificação com o feminismo foi sendo edificada dentro das obras de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti.

O conceito de campo intelectual, tratado na primeira seção deste capítulo, ajuda a compreender a negativa – presente em algumas das obras aqui elencadas – em não se reconhecer como feministas. Ao tratar das trajetórias de vida de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti já foi demonstrado que suas aproximações com o feminismo foram resultado de um processo gradual de identificação com este pensamento. Não ocorreu de forma mecânica, mas de uma combinação de experiências pessoais e influências intelectuais e culturais de seu tempo.

A análise das obras denotam que a identificação com problemáticas feministas não implicava, necessariamente, em assumir publicamente esta identidade. E esta situação pode estar relacionada tanto com o fato de que as autoras, aos poucos, foram construindo esta empatia com o tema do feminismo quanto com as relações de força vigentes no campo intelectual brasileiro.

Por exemplo, no texto que compõe a nota preliminar do livro *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti dizia que seu livro não era uma obra feminista, fato que chama a atenção tendo em vista o conteúdo do livro:

Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. *Não é, portanto, uma obra feminista*. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classes em decorrência de uma opressão que tão somente do ponto de vista da aparência atinge apenas a mulher. Deste ângulo, ela resulta do estudo sistemático das questões

pertinentes ao tema e também, talvez, sobretudo, da observação permanente dos fenômenos construídos na base da convivência e cooperação entre as categorias de sexo. Se sua leitura permitir a cada um compreender seu próprio papel na construção e operação da sociedade competitiva, sua elaboração terá sido compensadora.¹⁸⁸

É curioso notar este esforço da autora por negar qualquer caráter feminista presente em sua obra. Afirmava que o livro não se dirigia apenas às mulheres, mas a denunciar as condições precárias da instituição familiar. O próprio verbo “denunciar”, empregado nesse contexto, traz à tona uma identificação com uma das bandeiras do feminismo que é justamente a tentativa de desmistificar uma certa ordem familiar que cristaliza a mulher a um certo papel no espaço doméstico e privado.

Ao mesmo tempo, o título do livro, ao contrário da afirmação da autora, remete à idéia de que é dedicado – senão exclusivamente ao público leitor feminino – a refletir sobre os mitos a que estão sujeitas as mulheres na sociedade de classes. Ou seja, é possível perceber um nítido conteúdo feminista presente nesta obra, embora houvesse um empenho da autora em recusar tal categorização. Na entrevista realizada com a socióloga, ela dá algumas pistas sobre o que a motivou a fazer esta afirmativa:

Hoje eu não faria. Porque eu ia muito à televisão, me convidavam muito e toda a vez que eu ia à televisão, você sabe, o que interessa para este tipo de sociedade é denegrir o feminismo. Eu escrevi um artigo fazendo uma classificação dos feminismos, não sei se você conhece, é velho esse artigo, trata do feminismo liberal, socialista, são cinco tipos de feminismo. Hoje a minha compreensão de processo é diferente.(...) Ah, sim, veja bem, não é que eu não fosse feminista. É que os meios de comunicação pegavam sempre o que era pior para usar como rótulo de feministas. Então, houve uma corrente que nunca foi muito expressiva mas que era a pior que era das feministas radicais. Elas nunca foram radicais do ponto de vista político. Elas eram radicais porque advogavam uma sociedade só de mulher. E eu sou partidária do radicalismo, mas do radicalismo político, o que este não era. Toda a vez que eu ia à televisão ou ao rádio eu tinha que explicar de que feminismo eu era, por isso que saiu assim.¹⁸⁹

A partir desta entrevista, é possível inferir que um dos motivos que levou Heleieth a afirmar que seu livro não era feminista relacionava-se a uma tentativa de maior aceitação de seu trabalho. O modo pejorativo como os meios de comunicação,

¹⁸⁸ SAFFIOTI, 1976, p. 14.

¹⁸⁹ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 290.

que são parte do campo intelectual brasileiro, referia-se ao feminismo tornava desinteressante qualquer identificação de seu trabalho com estas idéias. Por outro lado, a socióloga aponta uma informação interessante: o desconhecimento sobre os diferentes matizes do pensamento feminista. A imprensa fazia uma associação direta da palavra com a atividade das chamadas feministas radicais. E para Saffioti, o ponto de vista destas ativistas não se confundia com o seu pensamento. Seu radicalismo, segundo ela, era político e não advogava uma separação entre mulheres e homens.

O trabalho de Carmen da Silva também oferece algumas pistas sobre os mecanismos de aceitação/rejeição do feminismo por parte da imprensa. Sua coluna, publicada na *Revista Claudia* é sintomática de que, pelo menos por parte da imprensa, havia interesse em discutir temas notoriamente vinculados ao feminismo. Como reconhecimento a seu trabalho, nos anos de 1970, a jornalista passou a ser considerada como uma grande precursora da questão feminista no país, ou, como a mesma relata em suas memórias, uma *mulheróloga*. Entretanto, em suas inúmeras crônicas e nos três livros que publicou nos anos de 1960 ela não se assumia como feminista.

Há várias explicações possíveis. Primeiramente, como já foi abordado em outros trechos do trabalho e confirmado nas entrevistas com Rose Muraro e Heleieth Saffioti, o termo feminismo possuía uma carga pejorativa. Apenas no ano de 1976 Carmen da Silva se assumiu feminista em sua coluna. Mas isso não significa que seus escritos já não fossem marcadamente feministas desde o começo. Ela mesma reconheceu isso no início da crônica intitulada *Porque sou feminista*:

Em julho de 1963, tendo a revista Claudia apenas dois aninhos, nascia esta seção "A Arte de Ser Mulher". [...] Já naquele primeiro artigo eu esboçava o que me parecia – e continua parecendo – o único caminho de saída: a mulher devia sacudir a passividade e o marasmo, desprender-se dos falsos rótulos e das imagens pré-fabricadas [...] assumir-se, deixar de ser barquinho à deriva e, em última análise, tornar-se a protagonista de sua própria vida. Essa foi, e continua sendo, a tônica de meu trabalho ao longo desses 13 anos. [...] Ao longo desses 13 anos mudou, objetiva, concretamente, a situação da mulher brasileira?
Aqui a resposta já é bem menos otimista.¹⁹⁰

¹⁹⁰ DA SILVA, Carmen. Porque sou feminista. In: CIVITA, Laura. O melhor de Carmen da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 73-75.

Percebe-se, portanto, que a escritora encontra uma linha de continuidade em seus escritos. E justificou sua identificação enquanto feminista como uma decorrência das suas atitudes:

Já é hora de assumirmos aberta e francamente a definição: Eu sou feminista. Assim como o são todas vocês que me escrevem, queixando-se de injustiças, discriminações, iniquidades, sejam elas de ordem geral ou referidas a tal ou qual situação específica. [...] Bem, também vocês são feministas. Mesmo que não o saibam, mesmo que vacilem em colocar-se esse rótulo que assusta tanta gente.¹⁹¹

O que se percebe deste escrito é que algumas situações contribuía para que as mulheres não se identificassem como feministas. Uma delas refere-se ao fato do preconceito que tal termo provocava, o que fazia com que muitas mulheres vacilassem diante de assumir tal identidade. Outra situação relaciona-se com o fato de que muitas mulheres eram feministas sem o saber.

Recordo aqui alguns elementos do capítulo I. Rose Marie Muraro contou que havia conhecido Carmen no início dos anos de 1960, quando a questão do feminismo ainda não estava colocada para elas. Não é improvável, portanto, que quando elas começaram a escrever realmente não formassem uma identificação direta de suas idéias com uma teorização feminista.

Por outro lado, Carmen levantava outra questão fundamental. O preconceito do “rótulo” era muito pesado. E nisso há uma convergência com o depoimento anterior de Heleieth Saffioti, quando esta dizia que o modo como as feministas eram retratadas era muito pejorativo. E que, além disso, o tipo de feminismo mais divulgado no Brasil estava relacionado à imagem das norte-americanas que jogaram fora seus sutiãs em praça pública como modo de protesto. Deste modo, não havia uma distinção entre as diferentes vertentes do feminismo. É importante salientar que, no depoimento de Heleieth, a imprensa é nomeada como a principal responsável pela formulação deste tipo de estereótipo. Por esta razão, é plausível pensar que Carmen não tenha demorado treze anos para assumir uma identidade feminista por não estabelecer esta vinculação em seu trabalho. Mas que o receio de ser mal compreendida e ter sua obra ainda mais rotulada tenha falado mais alto do que suas convicções.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 77-78.

Outro elemento relevante para pensar esta questão refere-se ao contexto histórico. Uma década pode parecer pouco tempo, mas não em uma época de mudanças rápidas como o foi dos anos 60 para os 70. E pode se dizer que nos anos de 1960 havia um certo descompasso entre o pensamento intelectual elaborado por Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti e a mentalidade da grande maioria das mulheres brasileiras. Tal descompasso poderia ser medido pela própria inexistência de grupos feministas até meados de 1970.

Nesta década, o feminismo constituía o movimento social mais inovador na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, o movimento feminista era um grande mosaico. Dentro deste imenso guarda-chuvas, era possível localizar diversas vertentes de pensamento que iam das sexistas norte-americanas até as existencialistas francesas lideradas por Simone de Beauvoir.

No Brasil, o feminismo não era visto com bons olhos. Posições conservadoras – tanto de direito quanto de esquerda – criticavam profundamente as mulheres que aderiam a tais idéias, acusando-as ora de querer destruir as famílias e a ordem natural da vida, ora de deturpar a luta de classes. De modo geral, o pensamento intelectual considerava que as sociedades poderiam ser compreendidas através de um antagonismo essencial: a divisão entre proletariado e burguesia. Qualquer outra problemática era considerado “supérflua” frente à luta de classes.

Há que se destacar igualmente a força da corrente cepalina na América Latina, preocupada em analisar as relações de subordinação dos países do hemisfério sul em relação à supremacia do desenvolvimento norte-americano e europeu. Dessa forma, as contradições entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre proletariado e burguesia, concentravam as atenções das ciências sociais no Brasil. É neste cenário que vão se desenvolver os primeiros estudos voltados para a problemática das relações sociais entre os sexos. Justamente em um contexto no qual tais questões não passavam de um adereço supérfluo - e por que não dizer incômodo – ao *status quo* científico do momento. Pesquisar, escrever livros que trouxessem à luz a situação da mulher no Brasil significava, de certa forma, um desvio à problemática central das análises intelectualizadas da época. Isto porque tais

pesquisas acabavam desmistificando a idéia de que a sociedade pudesse ser interpretada através de categorias homogêneas.

Cabe ressaltar que Heleieth Saffioti estabelece um diálogo interessante com importantes correntes do pensamento social brasileiro. Ela questiona uma noção bastante recorrente na época de que a situação da mulher na sociedade brasileira estaria diretamente vinculada ao núcleo familiar: refere-se a uma sabedoria convencional através da qual “tentam explicar” a inferioridade feminina. Limitando a situação social da mulher à esfera doméstica, tais explicações salientavam o patriarcalismo como um aspecto que limitava a atuação das mulheres ao domínio masculino legitimado na vida privada. Concepções como estas, como a própria autora aponta, são encontradas em alguns clássicos da historiografia brasileira como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.¹⁹²

Ao contrário, a análise de Saffioti, destina-se a uma reflexão da condição feminina dentro da estrutura social brasileira. Para tanto, a autora compartilha da idéia de que o Brasil encontrava-se – no final dos anos de 1960, em um estágio inferior de desenvolvimento capitalista. E esta relação das estruturas econômicas do país com o capitalismo mundial acabavam por determinar características específicas aos papéis femininos dentro da sociedade brasileira.

¹⁹² *Casa Grande e Senzala* é uma análise pioneira sobre o cotidiano e da vida privada na estrutura social do Brasil. Na obra, é perceptível que a mulher aparece integrada (à casa grande – no caso das brancas – ou à senzala, no caso das negras) como objeto do patriarcalismo. Um trecho do prefácio da obra é bastante elucidador neste sentido: “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. Desse patriarcalismo absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega, em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despensa, capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa. Expressão do patriarcalismo já repousado e pacato do século XVIII; sem o ar de fortaleza que tiveram as primeiras casas-grandes do século XVI. “Nas fazendas estava-se como num campo de guerra”, escreve Teodoro Sampaio referindo-se ao primeiro século de colonização. “Os ricos-homens usavam proteger as suas vivendas e solares por meio de duplas e poderosas estacas à moda do gentio, guarnecidas pelos fâmulos, os apaniguados e índios escravos, e servindo até para os vizinhos quando de súbito apossados pelos bárbaros”. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.p. 517.

O raciocínio predominante ao longo do livro *A mulher na sociedade de classes* segue como questão central a idéia de que o estágio de atraso do Brasil em relação aos países de capitalismo central fez com que a situação feminina formasse aqui características específicas mas que só podem ser compreendidas ao comparar a unidade nacional dentro de uma totalidade capitalista mais ampla. Ou seja, a hipótese então defendida por Saffioti era de que a análise das questões femininas deveria considerar que sua materialização dentro de uma unidade nacional estava diretamente vinculada à função que estas exerciam no capitalismo mundial:

Dado que a sociedade brasileira se encontra e sempre se encontrou em estágio menos avançado, no que respeita à sua constituição enquanto sociedade de classes, em relação às nações que integram o núcleo do capitalismo mundial, os papéis femininos sofreram, aqui, certas mudanças que não encontram explicação convincente se a unidade nacional for tomada como a totalidade inclusiva. Cada vez mais se impõe a necessidade de tomar-se como totalidade histórica inclusiva o sistema capitalista internacional dentro do qual as sociedades e globais nacionais não são senão subsistemas que, embora guardando um mínimo de autonomia funcional, mantêm, com o sistema geral e com o seu núcleo, uma identidade fundamental. [...] A análise, mesmo que vise à explanação das questões femininas no modo capitalista de produção em geral, ultrapassando o nível de sua realização nos subsistemas constituídos pelas sociedades nacionais, deve captar não apenas o movimento do real e do essencial, mas também a relação dialética por eles mantida.¹⁹³

O trecho acima permite inferir diversas questões relevantes sobre a relação de tensão existente entre a produção de uma obra que se propõe a inovar em termos de novos parâmetros do saber, mas que, concomitantemente, compartilha filiações com o pensamento intelectual consolidado. Conforme a autora é preciso, para analisar a situação da população feminina, considerar que o Brasil possui vínculos com o capitalismo mundial e com seu núcleo central. Este vínculo, de acordo com a autora, é definido por uma situação de dependência da estrutura da economia brasileira com o capitalismo central.

Tal análise demonstra uma filiação a uma importante rede de pensamento estabelecida nos meios intelectuais da América Latina: a corrente marxista. Esta, todavia, não direcionava seus olhares – no período – para a questão feminina. Quando muito, a situação da mulher era avaliada como um subproduto dos

¹⁹³ SAFFIOTI, 1976, p. 13-14.

antagonismos entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e as contradições de classe. Sendo o Brasil um país periférico, no qual persistiam desigualdades sociais, nada mais natural que as mulheres brasileiras ocupassem uma posição subalterna em tal sociedade. No momento em que o Brasil ascendesse à categoria de nação desenvolvida, automaticamente a população feminina desfrutaria dos mesmos avanços constatados na educação, no acesso à cultura, ao trabalho e ao conforto já experimentado pelas mulheres do primeiro mundo.

O desafio proposto por Saffioti consistia justamente em partir de uma análise baseada na dialética marxista para descobrir como a categoria “sexo” era resignificada por dentro da sociedade capitalista e – em alguns casos – reformulada por esta sociedade para fortalecer o equilíbrio e a permanência de um sistema baseado na extração do trabalho e na maximização dos lucros.

Para construir esta proposta de trabalho, Saffioti vai se servir de diversas categorias de análise consagradas pelo universo intelectual brasileiro da época, tais como: nação, classes, unidade nacional, totalidade histórica, modo capitalista de produção, sistemas e subsistemas, autonomia, dependência. Estes conceitos não são meras palavras que constituem um vocabulário usual da época. Eles podem apontar o relacionamento intelectual com uma rede de pensadores que se dedicavam a estudar as relações de autonomia/dependência do Brasil (e da América Latina) com o sistema capitalista internacional. E é este mesmo pensamento intelectual que relegava a questão feminina a um subproduto de contradições maiores, considerando, ao menos aparentemente, que tal temática não seria essencial para a compreensão das estruturas sociais dos países ditos “dependentes”.

Ao mesmo em tempo que Saffioti representa uma linha de filiação com este pensamento, ela acaba por desnudar alguns de seus pontos nevrálgicos. E propõe uma mudança de perspectiva que passa a considerar, junto à noção de classe social, a categoria sexo enquanto uma possibilidade de interpretar a realidade social. Assim, verifica-se que a obra de Saffioti compartilha de certos conceitos já integrados dentro do pensamento intelectual brasileiro. Porém, propõe uma reinterpretação dos mesmos e uma importante inovação teórico-metodológica ao considerar que a categoria “sexo” poderia determinar alguns padrões de ocupação e relacionamento no espectro social

e econômico que eram estruturantes, assim como o conceito de classe, do sistema capitalista.

Entre os intelectuais que circulavam na Igreja Católica havia diferentes visões conflituosas sobre a realidade brasileira. Rose Muraro relata em suas memórias, que no início dos anos de 1960 era perceptível a existência de um duelo por dentro desta instituição secular. De um lado, encontrava-se o clero conservador, seguidor das orientações do Vaticano. De outro, teólogos que ofereciam interpretações inovadoras da fé cristã, preocupados em instaurar uma religiosidade vinculada aos problemas sociais, principalmente aqueles vivenciados pelas populações pobres dos países ditos desenvolvidos:

Havia duas tendências. A Igreja/Instituição e os leigos. A primeira se apoiava nos princípios humanistas da doutrina social da Igreja. Mas os leigos davam um passo à frente. Eles usavam a teoria de classes como instrumento orientador de sua ação. Quem usava o marxismo eram os estudantes da JUC. A partir de 1960, constituiu-se uma esquerda cristã, e a JUC passou a ser uma instituição que inspirava medo ao governo. A JUC era ao mesmo tempo marxista e católica. Difícil de entender. Quase impossível de aceitar por parte dos conservadores, que eram uma força ponderável. Por isso a JUC fundou a Ação Popular no início dos anos 60, para ter mais liberdade de fazer ação política sem ser pressionada pela hierarquia.¹⁹⁴

Rose Muraro oferece aqui um relato das contradições que permeavam o catolicismo, conservador, pelo lado das autoridades eclesiásticas, progressista por boa parte da comunidade que constituía a base desta instituição. Aqui ainda não é possível identificar Rose Muraro enquanto feminista. Vê-se, contudo, uma mulher conectada com os debates intelectuais de seu tempo e instigada em conciliar a fé com as transformações sociais que julgava necessárias ao Brasil e ao mundo. Isto por si só já denotava uma atitude de ruptura com o padrão da mulher cristã preponderante àquela época. Tal padrão pode ser entendido como o de mulher-mãe-esposa, seguidora rígida dos costumes morais apregoados pelo clero. Sem querer, ou talvez, sem o saber, o caminho trilhado por Rose a separava daquilo que o senso comum definia como “a mulher de verdade”.¹⁹⁵

¹⁹⁴ MURARO, 2004, p. 94.

¹⁹⁵ Refiro-me aqui à música Amélia, do compositor Mário Lago.

Ao longo de todo o livro, a escritora tece a idéia de que a sociedade do futuro precisa ser transformada, deixando de lado uma ordem de dominação para a construção de uma sociedade que terá como base a cooperação e o amor. Nesta nova sociedade, a mulher tem um papel fundamental, o de “assumir a humanidade inteira (...) quer seja ela mãe fisicamente ou não”.¹⁹⁶ O discurso de Rose Muraro evocava a mulher a viver as suas características ao invés de querer competir com os homens a fim de não substituir um tipo de dominação pela pura competição. Qual era a solução encontrada por Rose para resolver o enigma da relação homem mulher? A resposta estava muito próxima das reflexões que emergem da Teologia da Libertação e da Teologia Feminista que se inaugura pelo menos uma década depois:

O amor é a força que conserva juntas a raça humana, a família e a sociedade. [...] Para muitos amar é tirar a máxima satisfação do outro. É gozar intelectual e espiritualmente da outra pessoa. [...] Assim, a imensa maioria das amizades e dos amores que conhecemos não passam de mútua exploração. [...] Para aquele que vive na ordem do Amor, dar é, ao contrário, o segredo da criação, a fonte mais pura da alegria. [...] O verdadeiro amor não escraviza, não seduz, mas ao contrário, liberta. É a única força de libertação que possa haver onde quer que seja.¹⁹⁷

O amor, como fonte da libertação de homens e mulheres, é muito diferente do amor submisso que a Igreja Católica apregoava. Percebe-se aqui uma ruptura com uma concepção de amor que, na esfera espiritual levava à submissão à Deus e à Igreja; na esfera terrena resultava na subserviência da mulher ao homem. A este tipo de amor, Rose chama de “exploração”, demonstrando aqui, como em outras passagens de seu livro uma forte aproximação, embora crítica, com o pensamento marxista.

Sobre o marxismo, a autora afirma que este foi um passo importante em direção a um “mundo livre”. Contudo, ela faz uma crítica à concepção materialista da história que, em suas palavras, “sacrifica o homem concreto ao progresso da humanidade, a verdade aos interesses do partido”.¹⁹⁸ Esta passagem do livro é

¹⁹⁶ MURARO, 1969, p. 74.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 80-82.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 25-27.

sintomática da aproximação que os diversos integrantes da AC com o marxismo e da apropriação de conceitos que serviram de sustentação para a Teologia da Libertação.

Cabe salientar que não era somente a partir da ordem do amor e da amizade que Rose pretendia demonstrar o papel da mulher na sociedade futura. Igual importância foi conferida ao tema do trabalho como meio de libertação feminina. De acordo com ela, o trabalho não solucionaria todos os problemas, mas era um primeiro passo para a autonomia. Convicta de que a mulher representa o centro dinâmico da transformação social, Rose evidenciava a necessidade de que as mulheres tivessem uma participação ativa na elaboração do processo de desenvolvimento como pensadoras e não apenas como mão de obra:

É nossa opinião pessoal que, aliás, parece estar sendo corroborada pelos fatos, a necessidade absoluta de mulheres formadas em ciências políticas, econômicas e sociais e de opinião pública, a fim de que possam transferir para essas ciências do desenvolvimento os valores de que são portadoras.¹⁹⁹

A ânsia pelo protagonismo feminino aparece nos escritos da cristã Rose como sintomáticos de uma nova mentalidade dentro da Igreja Católica. Percebe-se a valorização de todos os aspectos da condição feminina. Trata-se de defender a distinção da mulher como aquela que dá a vida. Mas sua função social não se limitaria ao estado reprodutivo. Justamente por ser portadora de um tipo diferente de amor, aquele que não compete e não explora, a mulher – conforme Rose – é a semente da sociedade futura. Esta exaltação da mulher contrasta com uma doutrina milenar presente no catolicismo de considerá-la a fonte do pecado original. Trata-se de um resgate da imagem vinculada a um Cristo que não separava homens e mulheres em seus sermões, como relata o teólogo Luis Péres Aguirre:

Jesus, asumiendo una conducta isólitica para la época, recibe em su compañía a varones y mujeres. Esto lo aleja y distingue radicalmente de los rabinos que consideraban a las mujeres incapaces de entender plenamente la ley y de explicarla a los demás. [...] El, con su convocatória de las mujeres al disciplinado, irá irremediamente a contrapelo de la sociedad palestina em la que sólo los varones estaban en condiciones de tener el “ócio” necesario para el estudio de la ley y de las Sagradas Escrituras. Jesus [...]

¹⁹⁹

Ibid., p.137.

busca directamente la verdad del ser humano (precisamente para que sea humano) liberado para el Reino. Y para ello valen igualmente las mujeres como los varones sin distinción. Por eso ellas son invitadas y están em condiciones de seguirle como miembros de “pleno derecho” dentro de su grupo de discípulos.²⁰⁰

Não cabe no espaço deste trabalho estabelecer um debate sobre a validade desta interpretação teológica. A citação acima é tomada aqui como a referência a outras concepções de cristianismo que certamente influenciaram a construção do pensamento de Rose Marie Muraro em busca de uma teologia que fosse libertadora da condição feminina. Já no período de sua atividade na AC ela relata o estudo sistemático da teologia, tendo em vista a prioridade dada à formação dos leigos pelo próprio clero.²⁰¹ A Igreja investia na formação destes ativistas e foi responsável pelo surgimento de uma geração de intelectuais brasileiros e latino-americanos.

Foi neste contexto que Rose Marie Muraro produziu *A mulher na construção do mundo futuro*. Chama a atenção que a nota de abertura do livro não tenha sido escrita pela própria autora. Ela toma as palavras do Papa João XXIII para iniciar sua obra. Nelas, entre outras questões, o Papa destaca que a ascensão da mulher na vida pública era um dos fenômenos característicos de sua época, afirmando que: “torna-se a mulher cada vez mais cônica da própria dignidade humana, não aceita mais ser tratada como objeto ou instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida pessoal”.²⁰²

Ao longo da obra, não se encontra alusão ao fato de esta ser identificada explicitamente como feminista, nem tampouco a sua autora. Em sua autobiografia, Rose Muraro contou como foi o processo de escrita do livro, dizendo que se tratou de “um livro de intuição, escrito de estalo” completando com as seguintes palavras:

²⁰⁰ PÉREZ AGUIRRE, Luis. **La condición femenina**. 2. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 2003, p. 111-112.

²⁰¹ Na entrevista realizada com a escritora ela conta como foi sua formação por dentro da Igreja: “eu tinha uma formação intelectual na Igreja, lia os livros dos grandes teólogos (Santo Tomás de Aquino, imagina você) e dos teólogos modernos (...) e depois quando eu li Marx e ele dizia que o homem não foi feito à imagem de Deus, Deus é que foi feito à imagem do homem, eu me lembro, eu tinha 24 anos, eu disse: Fechou, está certo, aí eu perdi minha fé. Eu fui refazendo minha imagem de Deus até fazer a imagem que eu tenho hoje que é a da energia do Universo. Eu voltei a Deus através da física quântica”. MURARO, Rose. Entrevista. Anexo I, p. 259.

²⁰² Citado por MURARO, Rose. **A mulher na construção do mundo futuro**. Petrópolis: Vozes, 1969. p. 6.

O livro falava especificamente do que era a opressão dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos. E, depois, do que era a opressão do sexo masculino sobre o sexo feminino, estabelecendo a ligação entre as duas. Em 1965! Eu não conhecia nada, nem sabia que existia o movimento feminista. Eu já era feminista por intuição. O que sei é que o livro vendeu dez mil exemplares em três meses. Foi o segundo livro mais vendido da Editora Vozes, sem nenhuma promoção, sem nada. Foi o boca-a-boca.²⁰³

Cabe aqui questionar: se os fundamentos teóricos dos livros analisados estavam em acordo com o pensamento feminista, por quê as obras e suas autoras não eram apresentadas como uma produção intelectual feminista? O depoimento de Rose Muraro torna necessário avançar para além da razão anteriormente explicitada, ou seja, de que em parte a não identificação com o feminismo pretendia não comprometer a credibilidade da obra perante o público leitor. Talvez existam, neste ponto, motivações de outra ordem, que levem a problematizar as diferentes apreensões das idéias feministas no Brasil.

O pensamento feminista resulta de uma escolha teórica que, como bem apontou Guacira Lopes Louro, supõe o comprometimento com uma causa.²⁰⁴ Ou seja, não há como estabelecer uma distinção nítida entre o caráter científico, resultado de uma reflexão intelectual, e o caráter político, fruto de um engajamento. Dentro de uma concepção feminista, o intelectual e o político se fundem dando forma a uma ciência engajada em um projeto de transformação das relações sociais. Esta afirmação não significa resumir o feminismo a um movimento social, discurso este que, aliás, foi e é muito utilizado como forma de desconstituir os trabalhos das intelectuais que seguem uma orientação feminista.

Abordando o trabalho de Carmen da Silva, a coleção *Nosso Século* relatava o ineditismo dos temas e das abordagens que a Revista *Claudia* e seus artigos traziam para um país ainda pouco liberal em relação à mulher:

Na capa do primeiro número da revista *Claudia* aparecia o perfil de uma bela jovem sorrindo para um pássaro engaiolado: símbolo deliberado ou involuntário da mulher da época? (...) O Brasil dos anos 60 era um país em que a classe média estava em expansão e a mulher começava a conquistar seu lugar. Nesse sentido, a psicóloga Carmen da Silva, constante colaboradora da revista, era um sensível porta-voz dos novos ventos que

²⁰³ MURARO, 2004. p. 119.

²⁰⁴ LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, Celsi. **Gênero Plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, p. 19.

sopravam sobre a condição feminina: “Claudia trazia artigos, reportagens, notas sobre cinema, teatro, livros, beleza, moda, cozinha, decoração e outros temas habituais nas revistas femininas. A maior novidade, porém, era seu tom arejado, sua forma de dirigir-se à leitora reconhecendo nela uma mulher concreta, situada no aqui e agora, e não uma abstração, uma vaga e idealizada visão do ideal feminino, concebida pela fantasia e pelos preconceitos dos homens.” Nada sonhadora, profundamente realista, pé-no-chão, corajosa, carregando um ideal (o de abrir cabeças e lutar pela liberdade), Carmen brigava às vezes com as mulheres condicionadas e acomodadas. Na verdade, no início Claudia estava deslocada, porque insistia em sair à frente em todos os assuntos. Numa época em que apenas 5000 mulheres tomavam pílula anticoncepcional no Brasil, a revista tratava de temas como o aborto, abria espaço pra destacar a importância da mulher trabalhar fora de casa, mantinha um debate permanente sobre o desquite e o divórcio, levantando o tema da marginalização da mulher “descasada” e tentava, na medida do possível, desmistificar o tabu da virgindade.²⁰⁵

Uma publicação desta natureza era dirigida tanto a um público seletivo e intelectual quanto ao grande público, sedento por compreender quais eram os novos papéis femininos que estavam em gestação na sociedade brasileira. Rose Marie Muraro relata que nos anos de 1960 não existia nada escrito sobre a mulher e o alcance dos artigos de Carmen foi tão relevante que ela começou a angariar cada vez mais um público leitor: “Carmen da Silva era lida pelas universitárias nos anos 60 e pelas donas de casa nos anos 70. Olha só por que transformação a mulher brasileira passa de 65 a 75”.²⁰⁶ As velhas certezas acerca da condição feminina já não eram capazes de responder aos desafios que a sociedade enfrentava diante do ingresso rápido e em massa das mulheres em espaços que até então eram predominantemente masculinos.

Percebe-se que, nos seus distintos espaços de atuação, as três mulheres aqui elencadas desestabilizaram as verdades que organizavam a sociedade hierarquicamente. Seus textos atingiram o âmago de três instituições formadoras da opinião pública: Igreja, Imprensa e Academia, lugares que constituíam o campo intelectual brasileiro. Se, por um lado, havia uma resistência dentro do campo intelectual ao feminismo, identificado majoritariamente com a vertente radical norte-americana, por outro lado, havia a necessidade de compreender as mudanças em curso nas relações de gênero. O trabalho de Carmen, Rose e Heleieth respondia a esta necessidade, oferecendo uma nova visão sobre a realidade brasileira que trazia

²⁰⁵ Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

²⁰⁶ MURARO, 2004, p. 119.

o tema das relações homem/mulher para o centro da análise social. Não seria exagero afirmar que – a partir de suas ações intelectuais – elas estimularam a organização feminina por suas demandas específicas, fato que, somado a uma conjuntura favorável, resultou no movimento feminista uma década depois.

As evidências demonstram que a ligação entre movimento e intelectualidade, ao menos no caso brasileiro, não é de uma dependência deste último segmento com o primeiro. Talvez possa se pensar na perspectiva de um processo conjunto, de gerações que, em duas décadas consecutivas, encontraram a expressão para se contrapor à mística feminina através da palavra e da ação.

No capítulo I, ao abordar a identificação das três pensadoras com o feminismo, salientei que esta identificação não se processou de modo instantâneo. Foi parte de um processo de formação individual vinculado tanto a situações práticas, opções teóricas, formação intelectual e experiências de vida diretas.

Fato que corrobora esta opinião pode ser encontrado no depoimento de Rose Muraro, que, ao comentar sobre as condições em que escreveu o livro *A mulher na construção do mundo futuro* declarou: “Em 1965! Eu não conhecia nada, nem sabia que existia o movimento feminista. Eu já era feminista por intuição”.²⁰⁷ Fica sinalizado que as reflexões da autora tinham uma independência mesmo em relação ao feminismo internacional, tendo em vista que, naquele ano, ainda não havia grupos organizados no país.

Todavia, é preciso considerar que devido à circulação de idéias, o pensamento feminista poderia chegar de outros modos, mesmo sem que as autoras tivessem um conhecimento pleno de obras ou movimentos. Se não havia um movimento estruturado, isso não significa que idéias feministas não estivessem em circulação na sociedade brasileira, inclusive vindas do exterior. Rose Muraro, por exemplo, conta em sua biografia que, quando escreveu seu primeiro livro, desconhecia *Mística Feminina*, de Betty Friedan, que havia sido lançado três anos antes. Mas sabia da existência de Simone de Beauvoir:

Sabia da existência de Simone de Beauvoir. Claro! A Igreja a considerava o demônio, porque ela era existencialista, atéia e tinha uma vida devassa para

²⁰⁷*Ibid.*, p. 119.

os padrões morais da Igreja conservadora daquele tempo. Dali a dez anos eu é que estaria sendo expulsa da Editora Vozes como uma pessoa devassa, a pedido da CNBB. Ninguém imagina o que é isso. Nem imagina o que é a patrulhagem sexual da Igreja.

Naquele momento tive essa intuição de ligar a opressão da mulher à opressão econômica. (...) Foi um livro de intuição. Escrito “de estalo”. Não fiz nenhuma pesquisa. Lembro-me de que o escrevi em vinte dias.²⁰⁸

Como já foi apontado no primeiro capítulo, o fato de saber da existência de Simone de Beauvoir não significava um conhecimento profundo de suas obras. Na entrevista realizada com Rose, ela diz que só foi ler de fato o livro *O Segundo Sexo* na década de 1970: “Não, eu não li o Segundo Sexo, só li muito depois, nos anos 70, depois de ter publicado meus primeiros livros, *A Mulher na Construção do Mundo Futuro, a Automação e o Futuro do Homem...* Só depois disso, Eu me assumi como feminista em *A Mulher na Construção do mundo futuro*; aí eu já sabia.

Percebe-se que a formação de uma identidade feminista foi ocorrendo concomitante a uma reflexão teórica assentada nas relações cotidianas e, ao mesmo tempo, influenciada por uma circulação de pensadoras reconhecidas internacionalmente que chegavam ao Brasil ou que passaram a ser conhecidas a partir de viagens ao exterior.

Nesta mesma circunstância é possível situar outra das influências marcantes no pensamento das três mulheres aqui estudadas: a escritora norte-americana Betty Friedan. Seu livro só foi traduzido para a língua portuguesa no começo dos anos de 1970, quando foi publicado pela Editora Vozes através de Rose Marie Muraro. Rose intermediou através da editora a vinda de Betty Friedan ao Brasil. Ela veio ao Rio de Janeiro em 1971. Neste momento, Rose Muraro, que já havia tomado conhecimento do trabalho de Heleieth Saffioti, entrou em contato com a socióloga para pedir auxílio na recepção a Betty Friedan. A partir daí, Rose e Heleieth iniciaram um profícuo contato que, apesar das divergências de cunho teórico entre as duas, dura até hoje.

Antes da sua publicação em português *Mística Feminina* já era conhecido das intelectuais brasileiras. Referências ao livro são encontradas em diversos textos de Carmen da Silva anteriores à década de 1970 e no livro de Heleieth Saffioti. Rose Muraro, embora não cite a obra em *A mulher na construção do mundo futuro*, foi

²⁰⁸

Ibid., p. 118.

responsável por sua publicação no Brasil, tomando conhecimento dela ainda nos anos 60.

No livro, a autora tratava do que ela denominou um "problema sem nome":

As que sofrem desse mal têm uma fome que o alimento não pode saciar. E esta ânsia existe em mulheres cujos maridos são médicos internos, funcionários de repartições, ou prósperos doutores e advogados; em esposas de operários ou executivos, ganhando de cinco a cinquenta mil dólares anuais. [...] A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. [...] E as que terminaram a faculdade, as que sonharam algo além da vida doméstica, serão as que mais sofrem? Segundo os especialistas, sim.²⁰⁹

A análise de Betty Friedan, embora centrada na experiência das mulheres norte-americanas, repercutiu na elaboração do discurso feminista no Brasil. No prefácio do livro, publicado em 1971, Rose Marie Muraro afirmou:

Contudo, a denúncia de Friedan não se aplica apenas aos Estados Unidos. Com a costumeira defasagem, a sociedade brasileira também se aproxima dos padrões mais elevados de consumo, principalmente nas grandes cidades. O problema por ela levantado começa, também, a ser o problema da mulher brasileira urbana.²¹⁰

Heleieth Saffioti comenta, em sua entrevista, o grande impacto que a leitura de *Mística Feminina* lhe provocou no momento em que redigia sua tese de livre-docência:

Acho que eu acabei sendo injusta com a Simone, eu já fiz até a auto-crítica sobre isso porque, se você a tomar você vai ver que eu estou muito ligada a ela em termos intelectuais. Mas o livro da Betty Friedan me causou um rebu tão grande que eu acabei me esquecendo da Simone e imputando certas coisas à Betty Friedan quando, na verdade, deveria ter colhido isso na Simone e ter dado o crédito a ela.²¹¹

O depoimento fornece uma visão da repercussão que o livro de Betty Friedan teve entre as feministas brasileiras. Ao contrário do livro de Simone de Beauvoir, que

²⁰⁹ FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

²¹⁰ Introdução do livro **Mística Feminina**, por Rose Maria Muraro, 1971.

²¹¹ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 285.

trazia uma grande profundidade epistemológica, a obra de Friedan teve um caráter de denúncia e divulgação da condição feminina. Num contexto em que a palavra das mulheres ainda era escassa, é compreensível que um livro desta natureza tenha encontrado um público leitor ávido, principalmente entre as mulheres da classe média.

Outro exemplo desta influência pode ser encontrado em diversos artigos de Carmen da Silva. Analisando seu primeiro texto publicado em 1963 na *Revista Claudia*, verifica-se uma grande semelhança da sua escrita com a de Betty Friedan. Carmen iniciou seu artigo da seguinte forma:

Não é necessário muita perspicácia para perceber sintomas de insatisfação nas mulheres de hoje. Casadas e solteiras, ociosas e trabalhadoras, estudantes e profissionais, artistas e donas de casa, todas elas em algum momento deixam transparecer resquícios de frustração, um desejo ora nostálgico, ora invejoso, de outra existência diferente, outro caminho distinto ao que escolheram – como se a felicidade estivesse lá.²¹²

Reconhecer a repercussão deste livro, e de outros, não significa dizer que o feminismo brasileiro tenha sido provocado apenas por influências exteriores. A reflexão sobre a situação das mulheres brasileiras foi, talvez, o principal elemento para a produção de um pensamento intelectual feminista. Para dimensionar esta contribuição, seria interessante um olhar sobre os prefácios e apresentações de algumas das obras.

Começando pelo livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, o prefácio foi escrito pelo sociólogo Antônio Cândido de Mello e Souza, que havia sido professor de Heleieth Saffioti na USP e participou de sua banca de livre-docência. Ao comentar sua relação com o então orientador, Florestan Fernandes, Heleieth recorda que se identificava mais com Antônio Cândido, apesar da formalidade que marcava sua relação:

Muito a crítica metodológica porque meu livro era escarradamente marxista e Florestan, a meu ver, foi socialista do ponto de vista político mas como intelectual não. Quando ele leu (e eu já trouxe prontinha a tese, não havia mais mudança) aí ele leu e disse: “mas você é muito boba, ter dividido em três partes” A primeira e segunda ele achou que devia ser a livre docência. E

²¹² DA SILVA, Carmen. A Protagonista. In: CIVITA, Laura. **O melhor de Carmen da Silva**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 17.

a terceira ele achou que devia ser do concurso de cátedra. Mas eu já quis fazer com tudo e fiz e não parei de produzir então é curioso porque eu acho que eu me identifico muito mais com Antônio Cândido de quem eu fui aluna em sociologia, na última turma antes dele bandear para a Teoria da Literatura, mas ainda é “O Professor”, eu sou a “Dona Heleieth” para ele, ele sempre foi muito formal e nunca me apadrinhou; Mas, com Florestan é curioso porque ele foi rigorosíssimo e eu entrei pagã nessa história, eu podia ter sido reprovada. Eu pensava: “será que ele finge que eu sou a aluna do coração dele porque não é possível, falou tão mal da tese e quer que eu vá para a livre- docência, na docência ele vai reprovar”. Olha, eu fiquei uns quinze dias sem poder trabalhar pensando nisso. Aí como eu sempre tomei tudo como desafio, eu falei: “vou mostrar para ele quem sou eu”; sentei e fiz as mudanças que me pareceram corretas. As outras eu não fiz, às vezes até acentuei meu ponto de vista e ele foi genial porque ele aceitou.²¹³

O trecho da entrevista, aqui transcrito, deixa entrever as dificuldades enfrentadas por Heleieth no processo de orientação de um trabalho que ousava em termos teóricos e metodológicos. Ao mesmo tempo, percebe-se uma relação de autonomia no processo de produção quando afirma que já levou sua tese pronta e que só realizou as mudanças que lhe pareceram cabíveis. Também percebe-se que possuía uma identidade com o professor Antônio Cândido, sem, contudo, extrapolar o âmbito de uma relação profissional. O fato de não possuir um apadrinhamento, ou, em suas palavras, de ter entrado “pagã” para sua defesa de tese revela as dificuldades encontradas para afirmar um trabalho marxista e feminista em um contexto histórico desfavorável.

Talvez devido a esta identidade, o prefácio de *A mulher na sociedade de classes* tenha sido redigido por Antônio Cândido e não Florestan Fernandes. O antigo professor destacou se tratar de “uma sólida contribuição ao estudo da mulher na sociedade”, tecendo elogios a uma “combatividade intelectual” presente na obra, salientando que:

O grande mérito da autora foi não separar o problema da mulher dos problemas gerais da sociedade, mostrando como formigaram racionalizações ideológicas ligadas à estrutura social e às formas de dominação. (...) Sobre esta base, levanta a segunda parte, referente à condição da mulher no Brasil, discriminando elementos peculiares à nossa formação histórica e à nossa organização social.²¹⁴

²¹³ SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 286.

²¹⁴ Prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. [2ª edição]. p.9.

A obra era apresentada como uma importante contribuição para a análise da mulher na sociedade brasileira por conseguir estabelecer os vínculos entre o geral e a condição específica da população feminina, tendo como foco as peculiaridades brasileiras. O prefácio demonstra um reconhecimento do trabalho de Heleieth por seus pares, pelo campo dentro do qual ela fez sua formação e, a partir de seu trabalho, passava a integrá-lo. Entretanto, esta integração ao campo intelectual não ocorria de forma passiva, mas inovadora, trazendo um tema até então pouco abordado pelas ciências humanas. Além da originalidade do tema, é preciso destacar que o prefácio apontava também o ineditismo da abordagem teórica e metodológica.

Um prefácio como este, apresentado por um nome respeitadíssimo do campo intelectual brasileiro, denota aceitação da obra de Heleieth Saffioti por seus pares. Com efeito, a própria circunstância de passar por uma banca, composta por seus antigos professores, é parte de um dos tantos rituais que compõe o campo intelectual. A história de Heleieth Saffioti é uma demonstração de que havia espaço neste campo para a introdução de visões não hegemônicas. Do mesmo modo, funciona a escrita de um prefácio. A escolha do prefaciador passa tanto por uma identificação com a obra ou o perfil deste sujeito quanto pela necessidade de ser apresentada – por um nome reconhecido – ao campo intelectual. Entretanto, é preciso ter em mente que Antônio Cândido de Mello e Souza e Florestan Fernandes, enquanto sociólogos marxistas, não faziam parte do grupo predominante na intelectualidade brasileira. Saffioti, enquanto marxista, buscou apoio entre aqueles que mais se aproximavam de suas opções teóricas e metodológicas. E que, de certo modo, representavam uma visão não hegemônica na intelectualidade brasileira. Mas o que dizer de sua opção pelo feminismo? Esta, em nada se parecia ao trabalho de seus pares. Aqui reside, portanto, a inovação de seu trabalho. Inovação que, para legitimar-se, necessitaria do aval de seus semelhantes.

Processo semelhante pode ser encontrado na publicação do primeiro livro notadamente feminista de Carmen da Silva. O título da obra, publicada pela editora Civilização Brasileira, era o mesmo da coluna da *Revista Claudia: A Arte de Ser Mulher*. A apresentação foi escrita por Edison Carneiro, intelectual que já possuía diversas publicações sobre a cultura negra, entre as quais se destaca *Ladinos e*

Crioulos: estudos sobre o Negro no Brasil, de 1964, também editada pela Civilização Brasileira. Carneiro era um intelectual de esquerda, ligado à Academia dos Rebeldes, movimento que surgiu no fim dos anos 20 e reunia escritores baianos vinculados a um processo de renovação da escrita. Apresentou a obra de Carmen destacando a forma como a escritora abordava temas do cotidiano:

Não há dúvidas de que estas páginas foram escritas para a mulher de hoje e não para aquela entidade abstrata a que os faltos de imaginação ainda chamam de “o sexo frágil” ou o “eterno feminino”. [...] Carmen da Silva descobre novas maneiras de tratar o trivial das ocorrências cotidianas e lhes confere uma dignidade que é uma das surpresas deste livro. Pode-se dizer que o segredo do seu êxito reside, por um lado, na bravura com que aborda os problemas, submetendo-os a cerrado ataque por vários ângulos; e, por outro lado, na atitude geral com que procura resolvê-los, em regra apontando os suaves caminhos da naturalidade em vez da cega e tantas vezes perturbadora obediência às convenções.²¹⁵

O fato do livro de Carmen da Silva ser apresentado por um intelectual com a trajetória de Edison Carneiro demonstra um percurso de afirmação do feminismo no Brasil. O curioso é que este reconhecimento veio de um autor que também escrevia sobre as ditas “minorias”. Os negros, os ex-escravos, a cultura negra eram objeto de estudo quase tão periférico quanto às próprias mulheres. Carneiro destacava o êxito de Carmen ao oferecer um novo panorama sobre aspectos do cotidiano. Seu olhar antropológico, de um negro que dedicou a vida a escrever sobre a cultura negra, exaltava a mulher que devolvia a dignidade a temas antes relegados à esfera privada do silêncio. Outro fato que chama a atenção é que o livro de Carmen tenha sido publicado pela editora Civilização Brasileira, conhecida por editar autores que não eram bem recebidos pela elite conservadora do país.

Nos anos 60, pelo menos duas das mais importantes editoras - Vozes e Civilização Brasileira – publicavam os livros de mulheres que faziam da palavra um instrumento de combate intelectual, como disse Antônio Cândido de Mello e Souza. Este interesse do mercado editorial por livros e autoras que denunciavam a condição de opressão da mulher e propunham uma transformação da sociedade a partir de um olhar feminista pode ser compreendido como um sintoma de legitimação desta novo

²¹⁵ CARNEIRO, Edison. Apresentação. In: DA SILVA, Carmen. **A Arte de Ser Mulher**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. [2ª edição].

pensamento. Através da palavra escrita, o pensamento feminista tomava corpo dentro do campo intelectual brasileiro.

Os discursos de Carmen, Rose e Heleieth estabeleceram um contraponto ao pensamento tradicional, trazendo novas contribuições para examinar a situação da população feminina. Outrossim, seus escritos estavam sintonizados com a circulação de idéias feministas em nível mundial ao mesmo tempo em que construíam teorizações e práticas singulares, a partir da realidade das mulheres brasileiras.

Como resultado, o feminismo brasileiro resultou de um esforço intelectual próprio, assentado na trajetória de vida das autoras, nas relações impressas no campo intelectual e em um contexto histórico específico que foi influenciado por duas questões: o autoritarismo político e a condição de subdesenvolvimento do país. Neste sentido, na entrevista realizada com Rose Muraro ela destaca alguns elementos para pensar a especificidade do feminismo brasileiro:

Nós mesclamos o feminismo, desde *A mulher na construção do mundo futuro* você vê que ele estava mesclado com a luta de classes. Só as negras americanas nos entendiam, porque elas tinham gênero e raça. As negras americanas me adoravam. [...] Imagina se uma feminista americana! Eu conheço profundamente as feministas americanas. Eu conheci a Betty Friedan, elas nem sabiam que existia um mundo com classes, era só *gender, gender*.

Não, nosso feminismo era muito mais avançado que o delas [refere-se ao feminismo internacional].

Quem dizia que o feminismo brasileiro era um reflexo deste feminismo internacional era o pessoal do partido comunista que queria acabar com a gente, sem ter lido o que a gente escreveu [refere-se aos seus livros e de Heleieth]. Inclusive a Heleieth era marxista, brava, maravilhosa, ela é inteligentíssima e ela fez também o feminismo com luta de gênero e luta de classes.²¹⁶

O que se percebe é que no processo de afirmação de um pensamento feminista, houve também uma diferenciação em relação às experiências do feminismo em outras partes do mundo. Esta diferenciação ocorreu devido à especificidade do contexto brasileiro, que, devido às grandes desigualdades sociais, obrigava a uma reflexão sobre a chamada “dupla opressão”. As mulheres diferenciavam-se dos homens pela sua condição de “segundo sexo”. Mas também se diferenciavam internamente, por sua classe social. Vale aqui fazer uma ressalva à observação de

²¹⁶ MURARO, Rose. Entrevista. Anexo I, p. 264.

Rose Muraro sobre a aceitação que recebia das mulheres negras norte-americanas. No Brasil, as reflexões mais consistentes sobre a situação peculiar das mulheres negras só tomou fôlego na década de 1980. Porém, o fato das feministas brasileiras, já na década de 1960, apontarem as condições desiguais entre as próprias mulheres, denota uma percepção maior das múltiplas relações de dominação que perpassam a população feminina.

Para romper com esta dominação, era preciso que as mulheres, assim como a Eva da Bíblia, tentassem se apoderar da inteligência, fruto que, desde a gênese do mundo lhes foi proibido. O processo de exclusão das mulheres dos espaços de produção e difusão do conhecimento tem uma história longa que não caberia no espaço deste trabalho. Contudo, farei algumas observações específicas sobre o tema que contribuirão para entender o caráter inovador do pensamento feminista brasileiro que surgiu na década de 1960. A novidade está tanto nas novas abordagens da sociedade, propostas por estas mulheres e já debatidas ao longo do trabalho, quanto ao questionamento construído sobre o papel da mulher na produção do conhecimento.

Nos escritos de Carmen, Rose e Heleieth é possível verificar a compreensão de que suas atividades, como pensadoras da questão feminina, chocava-se com o papel que, tradicionalmente, as mulheres desempenharam no campo intelectual. Cabe destacar que a profissionalização da atividade intelectual contribuiu para a tentativa de exclusão das mulheres deste ofício.

Em um estudo sobre as relações entre ciência e feminismo, Londa Schiebinger, evidencia que, entre os séculos XVII e XVIII, muitos homens e mulheres, sem acesso à educação universitária, praticavam a ciência. O fato da pesquisa, neste período, não estar necessariamente relacionada às cátedras universitárias facilitou o espaço para as mulheres dentro dos círculos científicos. Todavia, a autora revela que as universidades nunca foram um espaço por excelência aberto às mulheres:

As universidades não foram boas instituições para mulheres. Desde sua fundação no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo. Um poucas mulheres, entretanto, estudaram e lecionaram em universidades a partir do

século XIII – primeiramente na Itália. [...] Mas as mulheres não deveriam ser incluídas como membros regulares das comunidades científicas.²¹⁷

A autora prossegue, demonstrando como o período da Revolução Científica foi determinante para este processo de profissionalização da ciência e, conseqüentemente, para uma exclusão das mulheres destes espaços de conhecimento:

No século XIX, o rompimento da velha ordem (o sistema de guildas de produção artesanal e o privilégio aristocrático) fechou às mulheres o acesso informal à ciência de que podiam ter desfrutado. Numa época em que as atividades domésticas passavam por privatização, a ciência estava sendo profissionalizada (um processo gradual no decorrer de vários séculos). Coloco esta ênfase sobre a Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII porque foi nessa época que as modernas instituições e ideologias limitando a participação das mulheres na ciência tiveram lugar. As instituições científicas – universidades, academias e indústrias – foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias.²¹⁸

Neste aspecto, cabe destacar que mesmo aqueles pensadores que reconheciam alguma capacidade racional nas mulheres, concluíam que, aquelas que as exercitassem, seriam párias sociais, pois não estariam cumprindo com seu papel feminino.

Exemplo disso pode ser encontrado nos escritos do pensador iluminista Jean Jacques Rousseau que, embora reconhecesse a possibilidade de existirem mulheres inteligentes, fazia questão de afirmar que estas seriam condenadas à solidão. Segundo ele, “enquanto houver homens sensatos sobre a terra, as mulheres letradas morrerão solteiras”. Ou seja, aquelas que ousassem infringir os padrões de feminilidade não seriam desejadas pelos homens, sendo condenadas a uma vida sem amor. Amor e inteligência eram, portanto, inconciliáveis.

Ao analisar, de forma muito breve, estas características do pensamento científico que se manifestou na modernidade percebe-se que ele colaborou para legitimar duas identidades sociais – diferentes e desiguais – para homens e mulheres. Como aponta corretamente Claudia Fonseca, as modernas ciências sociais

²¹⁷ SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 60-61.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 69.

desenvolvidas no século XX acabaram por reforçar esta naturalização das desigualdades de gênero:

Assim, por exemplo, desde o início das modernas ciências sociais, de Morgan a Lévy-Strauss, encontramos tratados em que a promiscuidade masculina, a domesticidade da mulher, a competição entre os homens e outras condutas sexuadas são apresentadas como fenômenos pré-culturais, fatos óbvios da natureza.²¹⁹

Apesar disto, ao longo do século XVIII e do século XIX, muitas vezes se rebelaram contra tais determinismos. Há uma gama de manifestações sociais, publicações, os jornais, a literatura e o trabalho – muitas vezes solitário – de movimentos feministas dedicados a questionar os saberes científicos em vigor.

Com relação ao conhecimento histórico, um estudo de Bonnie Smith ressalta que a profissão de historiador nasceu masculinizada. Os chamados seminários, ao longo do século XIX reuniam jovens interessados em aprender o ofício do historiador. Todavia, as mulheres estavam excluídas destes espaços e aquelas que se dedicavam à escrita da história eram consideradas amadoras:

As mulheres do Ocidente têm demonstrado um vivo, produtivo e crescente interesse na questão do gênero, pelo menos desde o final do século 18. Suas carreiras e reconhecimentos têm sido diferentes, no entanto. Por um lado, embora no final do século 19 algumas inglesas e americanas tivessem carreiras satisfatórias no ensino superior, milhares de historiadoras continuavam a ser chamadas de amadoras, sem as associações institucionais dos profissionais do sexo masculino. Por outro lado, as mulheres muitas vezes escolhiam assuntos históricos diferentes: a história das mulheres, da vida social, e da cultura superior e inferior. A prestigiada história profissional baseada na reflexão profunda e em importantes tópicos políticos era para homens, enquanto as mulheres “amadoras” buscavam um modo mais “superficial” de escrever sobre o passado.²²⁰

Deste modo, a história profissional, baseada nos fatos e eventos políticos centrados no estado-nação, era consagrada enquanto um ofício masculino que encontraria na história dos grandes personagens um fio condutor universal. Smith

²¹⁹ FONSECA, Cláudia. Estudos da Ciência na Ótica Feminista. **Revista Eletrônica com Ciência – Mulher**. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/12.shtml>>. Acessado em: 11/05/2006.

²²⁰ SMITH, Bonnie. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 23.

atribui tal idéia a um conjunto de historiadores e filósofos que passaram a afirmar o estado como tema preeminente da história. E fornece um exemplo sugestivo sobre o modo como tais filósofos da história consideraram o papel das mulheres:

O curso uniforme de acontecimentos que tal condição implica não é um tema de recordação séria. A tarefa do historiador era omitir narrativas baseadas nesses fatos inferiores. “A comunidade”, afirmava Hegel, “cria-se do que ela reprime e do que ao mesmo tempo é essencial a ela: as mulheres em geral, o inimigo interno. As mulheres – a eterna ironia da comunidade – alteram pela intriga o propósito universal de governo para um fim particular.” Esse imperativo, que envolvia a odiosa categoria do local e do familiar, sob a ainda mais odiosa categoria do feminino, considerada o inimigo da história, continuou pertinente. Mesmo na metade do século 20, quando Marc Bloch e Lucien Febvre tinham até certo ponto restaurado a idéia de local, o segundo enfatizava que a história científica evitava o feminino acima de tudo: a história recusava-se a narrar os romances de Mary Stuart, rainha da Escócia, ou a “lançar luz sobre o Cavaleiro d’Eon e as anáguas dela”.²²¹

A afirmação da história como um campo científico esteve associado à história política. Contudo, a noção de política era empregada neste contexto como a narrativa sobre os feitos que constituíram a formação do estado nacional. E se tais feitos eram protagonizados por homens, nada mais natural que a história fosse escrita por estes.

Dessa forma, verifica-se que a cultura ocidental recusava a atividade intelectual às mulheres. Suas produções não eram reconhecidas e alçadas aos mesmos patamares de credibilidade daquela produzida pelos homens. Uma das causas desta exclusão estava em imaginar que as mulheres fossem incapazes de escrever uma história neutra, sem paixões ou juízos valorativos. A outra, como já foi apontado, associava-se ao próprio processo de seleção, feito pelos historiadores, que determinava qual era a história verdadeiramente digna de ser registrada.

A este fator, somava-se outro, associado a um processo de desconstituição das mulheres que participavam da vida pública. Havia uma espécie de desprezo sobre as mulheres, associadas a intrigas e artimanhas tidas como capazes de emaranhar a mente dos grandes homens e levar nações inteiras à ruína. A participação feminina em assuntos políticos e econômicos era considerada uma intromissão indesejada, mesmo a respeito de mulheres da elite, como comentam as historiadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro:

²²¹*Ibid.*, p. 313-314.

A percepção do crescimento da influência feminina nas Cortes (exercida por rainhas, cortesãs e amantes de reis e nobres) e fora delas, nos salões, fez crescer o coro das vozes que temiam a intromissão de mulheres na política, na cultura e na vida social, considerando-a perniciosa. As críticas minaram os poderes dessas mulheres de elite. No combate ao Antigo Regime, na ridicularização da velha Monarquia e sua política “de bastidores” ou “de alcova”, tais mulheres foram um dos alvos privilegiados de ataque de filósofos, jornalistas, burgueses, políticos e revolucionários de todo o tipo. A condenação de suas manipulações políticas estendeu-se então a qualquer “influência feminina” vista como “não natural” na sociedade. A mulher que atua nos territórios “masculinos” da cultura e da política foi repudiada em favor da mulher doméstica, que elege a família como centro de sua vida.²²²

Esta situação narrada na citação acima ocorre no contexto histórico da crise do Antigo Regime e da eclosão da Revolução Francesa. Não é de se estranhar que, no início do século XIX, com o alvorecer da profissionalização dos historiadores, tais concepções tenham contaminado negativamente o olhar destes sobre as mulheres. Assim, estas passam a ser, paulatinamente, indesejáveis na profissão e também nas páginas da própria história. Contudo, é interessante perceber que tais mecanismos de legitimação da história tradicional não resultaram em uma ausência total das mulheres do exercício da profissão. Na verdade, estas passaram a se dedicar a outras temáticas do conhecimento histórico, como a biografia, a história cotidiana, a história local, entre outros assuntos que eram pouco relevantes do ponto de vista do saber convencional. Tal afirmação é importante para que não se perca de vista os movimentos de resistências empreendidos por pensadoras em diversos momentos da história. Todavia, estas resistências nem sempre possuíam um caráter organizado ou uma orientação teórica, o que as diferencia substantivamente do pensamento intelectual feminista contemporâneo.

Não é a intenção deste trabalho fazer um levantamento exaustivo das resistências femininas no espaço intelectual ao longo dos séculos. Até porque já existe uma historiografia – tanto no Brasil quanto no exterior – que analisa as resistências e as ações feministas dos períodos em questão.²²³ Porém, há ainda

²²² PINSKY, Carla Basanezi. PEDRO, Joana Maria. Mulheres: Igualdade e especificidade. IN: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla. (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008, p-267.

²²³ Com relação ao Brasil ver: TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. SEGATTO, José Antônio (coord.). **A participação da Mulher na Sociedade Brasileira**. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1987. SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de

muito a estudar sobre a inserção do feminismo no pensamento científico e intelectual. Em especial, é possível afirmar que em termos de historiografia brasileira, não se desenvolveram, ainda, suficientes reflexões sobre a trajetória dos estudos feministas no Brasil contemporâneo.

A historiografia carece de estudos que se detenham a examinar esta caminhada do pensamento intelectual feminista no Brasil que superem o registro de impressões ou balanços. O volume de dados biográficos, depoimentos pessoais, livros e documentação relativa aos anos de 1960, já permite que as novas gerações de historiadores e historiadoras realizem trabalhos que tenham como objetivo descortinar a formação de uma intelectualidade feminista no Brasil.

A trajetória do feminismo no Brasil contemporâneo viveu um momento ímpar a partir dos anos de 1960. Ainda que incipiente, começaram a prosperar produções acadêmicas, literárias e jornalísticas voltadas a problematizar a condição das relações sociais entre os sexos no cenário brasileiro. Como já foi anteriormente demonstrado, a partir deste momento, diversas mulheres passaram a ocupar espaços em revistas de circulação nacional, em importantes editoras e nos espaços acadêmicos, formulando novas reflexões intelectuais acerca da condição feminina.

Além de verificar a introdução de conceitos inovadores à área das ciências, nota-se que um conjunto de pensadoras passou a se aventurar em um tema até então pouco explorado. Insistiam, tais mulheres, em algo que talvez soasse impossível aos olhos da academia e aos ouvidos da elite cultural do país. Elas tomaram as relações homem-mulher como uma possibilidade análise da sociedade. Tal iniciativa representou uma ousadia aos padrões de conhecimento pré-estabelecidos. Ousadia que partia de um princípio, a rigor, bastante simples: as relações entre homens e mulheres eram fundadas em uma cultura discriminatória que encontrava eco em fatores materiais (como a própria estrutura capitalista) e nas representações sociais historicamente construídas.

teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

Heleieth Saffioti, por exemplo, chamou a atenção para o fato de que a hierarquia entre os sexos era um fator estruturante do sistema capitalista: “A valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos. (...) Preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação de capital”.²²⁴ Tratava-se, portanto, de uma nova perspectiva na análise, examinando que outras contradições, e não apenas a de classe, organizavam o processo de extração da mais-valia. Tal análise era inovadora mesmo no interior do marxismo, que em boa medida se limitava a olhar as relações de produção como decorrência da luta de classes. Pode se dizer que a renovação consistia em um novo modo de investigar a sociedade, e não apenas na introdução de um novo objeto ou tema.

Carmen da Silva apontava que as contradições sociais eram múltiplas e precisavam ser analisadas à luz de vários problemas. Questões da vida privada diziam respeito, na concepção de Carmen, a toda a sociedade e era preciso elaborar respostas para as mesmas:

Problemas de relacionamento no par, na família e com a sociedade; o desconcerto da juventude atual num mundo em rápida transição e a luta dos moços na frente interna, contra os próprios receios e inseguranças na externa, contra o autoritarismo familiar, a hipocrisia paternalista ou a violência repressiva; as vicissitudes da mulher oprimida pelo sistema patriarcal e por sua própria submissão a tradições esmagadoras e restrições humilhantes; o antigo conflito entre o instinto e o tabu, a razão e o preconceito, a afirmação individual e as necessidades coletivas; o tormento de conciliar as contradições íntimas e a confusão gerada pelas contradições sociais.²²⁵

O trabalho de jornalista não poderia, portanto, limitar-se a conselhos de folhetim. Assim, a atividade intelectual passava por posicionar-se diante dos conflitos contemporâneos, oferecendo um novo repertório de possibilidades às mulheres. O posicionamento de Carmen incluía uma crítica ao autoritarismo familiar que tolhia os jovens de viver as mudanças em curso. Dizer que existe uma vinculação entre as contradições íntimas e as contradições sociais representava um novo posicionamento em termos de discurso sobre a realidade, altamente influenciado pelo contexto

²²⁴ SAFFIOTI, 1976, p. 47.

²²⁵ DA SILVA, 1971, Prefácio à 2. ed.

histórico dos anos de 1960. Levar este debate para uma revista de circulação nacional representou uma inovação no interior da imprensa.

As novas formas de compreender o mundo passavam, para Rose Muraro, pela incorporação efetiva da mulher na sociedade. Segundo Rose, a mulher ainda não havia desenvolvido todo seu potencial pelo fato de que não participava ativamente da empresa humana. “Até hoje a história foi feita pelo homem e para o homem”, dizia Rose, “e um mundo assim feito é um mundo desequilibrado e, portanto, condenado. (...) Daí também a nossa convicção profunda: ou a mulher e o homem juntos construirão o novo mundo que está nascendo, ou ele não será construído”.²²⁶ A afirmação de que, sem a inclusão da mulher, um mundo novo não seria construído, possuía um potencial transformador no que concerne às idéias tradicionais da Igreja Católica e de grande parte da intelectualidade.

Assim, para as três pensadoras aqui estudadas, a situação da mulher na sociedade precisava ser olhada por um novo prisma. As explicações tradicionais, baseadas em um discurso pretensamente científico, que mantinham a mulher na condição de “segundo sexo” já não condiziam com a realidade que desafiava os padrões de feminilidade. Era preciso observar o problema sob diferentes aspectos. Igualmente, outros olhares seriam necessários para desmistificar as mulheres. Deste modo, ao longo dos anos sessenta, as três intelectuais aqui estudadas se dedicaram, desde seus espaços de atuação, a rediscutir mitos e desconstruir pretensas verdades.

Tendo consciência do desafio que este empreendimento representava, Heleieth Saffioti, por exemplo, alertava para as inúmeras dimensões que repercutiam na condição feminina: “A emancipação feminina é, pois, problema complexo cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica”. Para Saffioti, mesmo uma mulher com autonomia econômica sofria “o impacto de certas injunções nacionais e internacionais”. A socióloga concluía afirmando que “desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina”.²²⁷

A afirmação de que estas pensadoras questionaram os conhecimentos tradicionais parte igualmente da sua própria experiência histórica. É possível

²²⁶ MURARO, 1969, p. 17.

²²⁷ SAFFIOTI, 1976, p. 87.

constatar – através das suas palavras e textos escritos no curso dos anos de 1960 – a convicção de que estavam produzindo algo novo. E que de alguma forma, representavam um contraponto, ou até mesmo de ruptura com uma tradição amparada tanto nos espaços acadêmicos, religiosos e culturais. Assim, não é apenas com base em uma perspectiva anacrônica que se constata o caráter inovador dos escritos feministas produzidos na década de 1960 na produção intelectual brasileira. Sobretudo, tal constatação tenta se apoiar na experiência vivenciada pelas três intelectuais aqui estudadas.

Na introdução de *A mulher na construção do mundo futuro* Rose Marie Muraro dizia que seu livro havia surgido da vontade de ser uma forma de comunicação com a “leitora média, casada ou solteira, jovem ou idosa, culta ou não (...)” sobre a necessidade de superar uma ordem de dominação em que vivia a humanidade. Ela adiantava que, mais do que em conhecimentos científicos, o seu trabalho tomava como ponto de partida sua experiência. E completava:

Este, portanto, não é um estudo psicológico, antropológico, sociológico ou econômico do papel da mulher no mundo contemporâneo e, principalmente, num país desenvolvido como o nosso. A autora confessa o enorme desejo que tem do surgimento de muitos trabalhos nesses campos. São imprescindíveis para uma colocação correta e profunda do problema e, o que é, mais melancólico, existem em muito pouca quantidade.²²⁸

Por seu lado, com sua experiência de jornalista, Carmen constatava – no final dos anos de 1960 – que “a mulher brasileira média ainda não tivera uma oportunidade coletiva de ver ao espelho sua própria imagem sem retoque”, completando que seu objetivo era “fazê-la tomar consciência de sua profunda insatisfação latente, de criar dentro dela a contestação e o protesto”.²²⁹ O que significava escrever palavras como consciência, insatisfação, contestação e protesto em um contexto permeado pelo autoritarismo e pelo reforço – por parte do próprio Estado – de uma moral tradicional? Tratava-se de uma afronta direta, um recado às autoridades: as mulheres não deveriam esperar mais para efetuar sua revolução pessoal. Mesmo em uma conjuntura opressora, as palavras das mulheres precisavam ser ouvidas.

²²⁸ *Ibid.*, p. 10.

²²⁹ DA SILVA, Carmen. Em tom de confissão. In: CIVITA, Laura. O melhor de Carmen da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 33.

O objetivo de Carmen com seus textos ficaria ainda mais explícito. Na mesma crônica em questão, ela escrevia sobre sua pretensão de mostrar às leitoras que não se realizariam como ser humano cumprindo funções exclusivas “das fêmeas”. Igualmente, destacava que cabia à elas tomar para si a responsabilidade de modificar a situação de insatisfação em que se encontravam. E, por último, que estas mudanças não seriam possíveis apenas no âmbito das soluções meramente individuais.²³⁰

Pensar sobre a condição social para a mulher e projetar caminhos para uma mudança constituía uma tarefa complexa. Como já foi dito anteriormente, Carmen, Rose e Heleieth procuravam desconstituir algumas verdades cristalizadas no senso comum que situavam homens e mulheres em determinados papéis e funções sociais. Caberia, aqui, discutir brevemente que verdades eram estas.

No campo das ciências da natureza, por exemplo, as mulheres sempre foram vistas como um ser humano incompleto, imperfeito, irracional. Tais concepções partiam do pressuposto de que as diferenças biológicas entre os sexos determinavam certas características mentais diferenciadas.

O fato de o corpo feminino ser naturalmente preparado para a reprodução acabava sendo utilizado para reforçar a idéia de uma limitação para o desenvolvimento de seu lado intelectual. Da vida reprodutiva da mulher, derivavam uma série de moléstias femininas que a ciência masculina apressou-se em classificar e analisar, concluindo que tais doenças impediam o exercício pleno da racionalidade. Carmen da Silva se mostrava inconformada com estas determinações ditas científicas:

Até bem pouco tempo atrás, a ciência oficial (masculina) castigava a mulher menstruada com um sem fim de proibições. (...) Acredito que ainda hoje, no interior destes vastos e já não tão verdes Brasis, muito médico ainda continua impondo mil restrições à mulher menstruada. Não é só isso, impede-se o acesso feminino a uma quantidade de lugares – clubes, universidades, bibliotecas, locais de trabalho ou de lazer – a pretexto da falta de sanitários femininos.²³¹

²³⁰*Ibid.*, p. 33.²³¹

DA SILVA, 1984, p. 20.

Os escritos de Carmen da Silva se posicionavam contrários a estas determinações que, com base em um pretenso conhecimento, limitavam a liberdade feminina. A escritora reconhecia como central o papel de uma ciência que era, no seu entendimento, masculina. Ou seja, uma ciência que, além de ser feita por homens, corroborava relações de poder verticais entre os sexos.

A citação acima exposta pertence a um texto de Carmen produzido em 1983, momento histórico posterior ao espaço temporal deste trabalho. Porém, ela serve para situar a longa duração dos preconceitos que limitam a autonomia feminina, ao destacar que o discurso médico corroborava a incapacidade feminina para determinadas funções devido a restrições de natureza física. E isto já nos anos de 1980!

É interessante perceber que o discurso cientificista, ao longo do tempo, serviu de respaldo para a discriminação das mulheres tanto nas suas possíveis incompletudes físicas, intelectuais, ou em ambas. Porém, anos antes, Carmen já havia percebido o quanto a sociedade considerava a inteligência feminina limitada aos elementos da vida cotidiana: “Nossa sociedade tende a estimular um alto grau de puerildade nas mulheres; (...) aprecia-lhe a inteligência mas (...) suplica-lhes – por favor! – que não tratem de pensar, de interessar-se pelas idéias, pelas abstrações, pelas teorias”.²³² Este trecho ilustra bem a afirmação já feita sobre a percepção que as mulheres aqui estudadas possuíam de estar desafiando os papéis femininos tradicionais. A própria Carmen não apenas defendia que as mulheres precisavam se apropriar da inteligência como, ela mesma, com seus escritos, rompia com a idéia de que a inteligência não era um atributo feminino. Afrontava um conhecimento tradicional que pretendia privar as mulheres da atividade intelectual. Convocava suas semelhantes a combater uma sociedade que considerava as mulheres como seres volúveis e pueris.

O exame destes escritos mostra que havia uma percepção, no pensamento das feministas brasileiras, da necessidade de combater uma cultura misógena que reforçava a dependência feminina em todos os âmbitos e a incapacidade de uma reflexão autônoma por parte das mulheres.

²³² DA SILVA, 1967, p. 29-30.

A partir destas considerações, penso que o feminismo brasileiro constituiu-se enquanto uma experiência histórica singular. Se por um lado, ele recebeu influências externas, suas preocupações não se esgotavam naquelas das feministas americanas ou francesas. Ao analisar o quadro do pensamento feminista no Brasil contemporâneo, não se vê um epifenômeno do feminismo europeu ou norte-americano, nem um mero “reflexo” intelectual que resultou do movimento social feminista. É possível que Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti também recusassem o rótulo de feministas por não identificar seu pensamento com o das ativistas norte-americanas que “queimavam sutiãs”. Trata-se de um pensamento que dialogava com outras redes intelectuais e, por vezes, estabelecia identidades com as mesmas e que possui vínculos militantes. Porém, não foi um mero reflexo de militantismo, até porque nos anos de 1960 não havia um movimento organizado no Brasil no qual elas pudessem se inspirar.

Com efeito, o pensamento feminista desenvolvido por estas intelectuais recebeu as influências teóricas estrangeiras, sem, no entanto, abrir mão de uma originalidade, pois faz uma série de apropriações que se referem às reflexões elaboradas a partir do cenário brasileiro.

A configuração de um pensamento feminista enquanto uma rede de práticas e discursos intelectuais específicos pode ser apreendida ao observar que as obras aqui selecionadas apresentam um movimento permanente de tensão e oposição com conhecimentos pré-estabelecidos, e parte de novas premissas para construir uma leitura diferente da realidade social. As autoras pretendiam demonstrar que a análise das relações sociais entre homens e mulheres permitiria questionar verdades até então intocáveis. Para tal propósito, elas sugeriam novas visões explicativas que, de acordo com suas obras, colocavam em xeque a própria ciência tradicional.

Todavia, é possível identificar que, ao mesmo tempo em que suas obras tentavam invalidar teorias produzidas pelo que denominam de “ciência convencional”, os paradigmas de tal mundo científico convencional são utilizados pelas próprias autoras.

A partir desta constatação, se torna possível inferir que o pensamento intelectual feminista oscilava entre a busca de uma ruptura com os padrões

estabelecidos de conhecimento e a necessidade de obter um reconhecimento social que ateste a veracidade e a relevância de sua produção intelectual por parte deste mesmo campo intelectual que ousavam questionar.

A situação de tensionamento entre o pensamento feminista e o conhecimento tradicional necessita ser pensada dentro de um ponto de vista que englobe as relações de força estabelecidas dentro do campo intelectual, mas que considere também o contexto de emergência do discurso intelectual feminista, as trajetórias de vida das autoras, bem como suas identidades enquanto profissionais que possuíam uma linguagem específica.

A filósofa espanhola Celia Amorós elaborou uma reflexão pertinente sobre as relações entre o feminismo e o pensamento tradicional, demonstrando que a própria discriminação sofrida pelas mulheres dentro do campo intelectual pode ser um caminho de aproximação com o feminismo:

Cada cual traduce y elabora su experiencia del mundo en las claves e instrumentos que le da para pensarla su propia formación-deformación profesional, lo que siempre es, por un lado, una limitación, pero, por otra, la condición de posibilidad de nuestra propia plataforma reflexiva. A su vez, en función de tal experiencia volvemos reflexiva y críticamente sobre ciertos supuestos de nuestra propia práctica profesional, para redefinir su sentido y hacer con ella determinados reajustes valorativos. Pues si somos capaces de pasar, como sobre ascuas, sobre el propio discurso que teórica y prácticamente nos discrimina, sin habernos visto nunca llevadas a poner nada en cuestión, esa misma capacidad de asumir indiscriminada y esquizofrénicamente el discurso del Otro que nos debería poner en cuestión a nosotras mismas como investigadoras y profesoras de filosofía.²³³

Ao mesmo tempo em que o campo intelectual oferece um repertório limitado de ação, ele também possibilita uma reflexão sobre elementos cotidianos que geram, por exemplo, condições diferenciadas para a ascensão profissional de homens e mulheres. O que se verifica a partir dos anos de 1960 é o estabelecimento de uma nova prática, a partir da qual novas questões teóricas se insurgem para estabelecer um contraponto às concepções tradicionais.

A vivência de Carmen, Rose e Heleieth demonstra três trajetórias de mulheres que necessitaram de uma dose de ousadia para ocupar lugares que ainda eram

²³³ AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. 2. ed. Barcelona: Anthropos, 1991, p. 11.

majoritariamente masculinos. Nesse sentido, Heleieth Saffioti demonstra que percebeu rapidamente as diferenciações entre mulheres e homens para ocupar o espaço acadêmico:

Colegas homens que começaram a carreira acadêmica em 1959 nunca fizeram nenhuma tese e se aposentaram como titulares porque todos nós viramos titulares pela constituição de 1967. E eu sabia que isso podia acontecer e aconteceu. Mas se fosse mulher.... Eu tive uma colega, muito amiga, professora de alemão, já falecida, que ela chegou a perder o tempo integral.²³⁴

A partir deste depoimento verifica-se a percepção de um tratamento desigual para os sexos, mesmo dentro de espaços privilegiados como a intelectualidade. O fato de uma mulher ser posta à prova de maneira diferente dos colegas homens era perfeitamente aceitável em uma sociedade que via com certa anormalidade a ascensão das mulheres na intelectualidade.

É curioso notar que, quando elas chegavam a ocupar um papel de destaque, significava que haviam passado a agir de um modo não feminino. Em última instância, a mulher que quisesse ocupar outras funções que não a de mãe e dona de casa teria que lançar mão de uma masculinização.

Vale aqui lembrar o caso da entrevista que a feminista norte-americana Betty Friedan concedeu ao jornal *Pasquim*, em sua visita ao Brasil no início dos anos de 1970. Questionada por Glauber Rocha, Paulo Francis e Jaguar, a escritora teve que se desviar das farpas e piadas lançadas pelos renomados jornalistas que insistiam em perguntar, utilizando-se da ironia, se ela havia vindo ao Brasil para questionar “as posições” das mulheres brasileiras.

Reconhecido meio de propagação das idéias de uma esquerda independente, o *Pasquim* seguidamente utilizava-se do humor e da ironia para desmerecer as concepções do feminismo. Como destaca Rachel Soieith, o jornal, através de charges e matérias, corriqueiramente caçoava das militantes feministas chamando-as de “*masculinizadas, feias, despeitadas*”.

Em um estudo sobre o uso do humor pela imprensa para ridicularizar a luta feminista, a historiadora chama a atenção para o fato de como este veículo de

²³⁴ SAFFIOTI, H. Entrevista em anexo, p. 291.

comunicação, identificado com posições progressistas e de esquerda, que servia de abre alas para a luta contra a ditadura militar, utilizava-se largamente das piadas machistas que refletiam as velhas e conservadoras opiniões da elite brasileira acerca da posição da mulher na sociedade.

Cito aqui um trecho do artigo de Soieth que demonstra um exemplo da relação conflituosa dos intelectuais do *Pasquim* com o feminismo:

Foi exemplar a entrevista realizada pelo *O Pasquim* em 22.04.71 com a feminista americana Betty Friedan, quando de sua visita ao Brasil e os desdobramentos provocados por sua suposta feiúra... Ante a afirmação de Paulo Francis, acerca do excessivo individualismo e da preocupação obsessiva de certas feministas americanas com problemas sexuais, Friedan sustenta uma posição contrária a respeito...

Minha definição da mulher, primeiro como uma pessoa, significa que eu devo me sentir responsável, como americana, e preocupada, como americana, com a repressão tanto dentro de meu próprio país como fora, no Camboja, Vietnam, etc., no sentido que esse país, o meu, está se tornando um poder do mal no mundo. Eu devo ter uma voz, não só no que afeta meu corpo como o aborto, etc., mas também no que diz respeito à guerra ou à paz, o problema das cidades, a opressão dos negros – pois todos esses problemas estão relacionados. Mas se eu não tiver essa voz? Como tantas mulheres que não se libertaram. Então, a energia, a raiva irão alimentar e ser usadas pelos fascistas.

Mais adiante, à provocação de Millor Fernandes de que o movimento das mulheres não teria um objetivo, Friedan replica, reiterando sua vinculação com o todo.

O movimento da mulher é apenas uma parte do todo de uma grande revolução humana que está acontecendo no meu país. No atual estágio dessa revolução a mulher é uma parte muito importante, mas ela não é um fim em si mesmo. É uma parte integrante da contracultura. Em várias faculdades e uma universidade de absoluta maioria masculina em Berkeley, em todo lugar, tenho falado dessa questão de libertação, não só da mulher mas também do homem...

Mas, o que ela falou pouco importou, já que o que o próprio Millor, posteriormente, em fevereiro de 1972, frisa: *o orgulho de ser considerado porco chauvinista, já que quem assim o julgou foi Betty Friedan em pessoa, e ela em pessoa é muito mal apessoada.*²³⁵

Claramente, o jornalista em questão utilizou argumentos pertinentes apenas aos atributos físicos da feminista norte-americana para desqualificá-la e, conseqüentemente, depreciar, sua condição de pensadora feminista. Ou seja, reeditou uma visão do senso comum de que a mulher – se é feminista - é porque

²³⁵ Texto apresentado por Rachel Soieth na Conferência de Abertura do III Encontro de Enfoques Feministas e as tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia, organizado em 2001 pela REDEFEM. O texto na íntegra está disponível no endereço www.historia.uff.br/nec/textos.

certamente não se enquadra nos padrões de beleza. Ou seja, o jornalista reviveu o velho clichê da mulher-feia-mal-amada-feminista, deixando subentendido que se ela fosse formosa, certamente não seria defensora de suas posições feministas. O *Pasquim* utilizava-se do humor para afirmar que o feminismo era um movimento próprio de senhoras mal resolvidas nas suas relações com o mundo masculino. Contudo, é interessante notar que é justamente este mundo – masculino por excelência – quem determinava o protótipo de beleza feminino e os comportamentos corretos ou depreciáveis em uma mulher.

A própria Heleieth Saffioti recorda-se de que passou a adotar atitudes que se aproximavam de um comportamento masculino porque tinha a necessidade de se auto-afirmar no meio acadêmico: “Eu tinha uma postura muito mais próxima da conduta masculina do que da feminina. Acho que para me afirmar. Eu era muito jovem, um espirrinho de gente, então para me impor. Eu comecei minha carreira com 27 anos lecionando na universidade. Eu entrei muito crua, não havia pessoal qualificado na época.”²³⁶

Ao analisar os textos produzidos nos anos 60 à luz das entrevistas e livros autobiográficos, é possível inferir que as intelectuais aqui estudadas viveram um conflito entre uma necessidade de manifestar um pensamento feminista e o receio de ver seu trabalho rotulado e, por esta razão, não encontrar recepção no seio da sociedade brasileira. Em especial, no próprio campo intelectual. Percebe-se que tanto na imprensa quanto nas universidades, os estereótipos dirigidos ao feminismo eram marcadamente misógenos. E estes espaços, como lugares de formação da opinião pública, irradiavam seus referenciais para outros sítios.

O livro de Heleieth Saffioti pode ser um bom exemplo das contradições que permeava a própria escrita feminista. O livro tem como foco principal analisar a situação da população feminina no Brasil, dentro de uma perspectiva histórica que passava pela configuração de uma sociedade patriarcal e estende-se para as formas de exploração do capitalismo moderno sobre as mulheres.

Em sua nota preliminar chama a atenção ao que se poderia denominar de uma consciência das mudanças em curso no seu tempo presente. A autora sentia – e

²³⁶ SAFFIOTI, H. Entrevista em anexo, p. 292.

colocava isto em evidência – que vivia em um mundo em plena transformação e demonstra isto ao iniciar a nota preliminar de seu livro com uma citação da obra de John Kenneth Galbraith, *A Sociedade da Abundância*:

A sabedoria convencional manifesta-se em todos os níveis do conhecimento [...] o que distingue a sabedoria convencional é a aceitabilidade, o merecer a aprovação daqueles a quem se dirige. [...] Todavia, o poder das idéias é forte apenas num mundo que não sofra modificações. As idéias em si mesmas são conservadoras. Deixam-se vencer não pelos assalto de outras idéias mas pela destruição provocada por situações às quais não conseguem adaptar-se”.²³⁷

A persuasão desta citação impressiona. A autora conseguiu, em um primeiro parágrafo de seu livro, através de uma citação, condensar o núcleo central daquilo tudo que ela vai afirmar ao longo de sua obra, ou seja, o crescente descompasso entre as transformações no mundo que exigiam um papel cada vez mais dinâmico das mulheres na sociedade e, em contraponto, o que a autora chamou de mística feminina. Esta mística seria um conjunto de idéias e práticas sociais que tentava reafirmar a inferioridade feminina, conduzindo, de acordo com a própria autora, a “concepções fechadas de masculinidade e feminilidade”. Tal estado de letargia das idéias acerca da mulher seria fruto de uma sabedoria convencional que, diante das transformações que ocorriam no mundo, Saffioti concluía que esta não era mais capaz de adaptar-se.

A citação acima possui um sentido que pode ser apontado como contraditório ao próprio objetivo do livro de Saffioti. Tal parágrafo afirma que idéias convencionais não serão vencidas por outras idéias novas, mas pelo próprio movimento da sociedade, que apontará suas inconsistências. Contudo, o objetivo da obra não é justamente promover um combate de idéias? Quanto aos objetivos de seu trabalho a autora é bastante enfática: “expor as flagrantes incongruências entre um mundo em mudança e idéias consagradas sobre a condição da mulher nas sociedades competitivas”.²³⁸

²³⁷ GALBRAITH, J. K. *A Sociedade da Abundância*. Lisboa: Sá da Costa, 1963. p. 9-10 e 17. Citado por SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 13.

²³⁸ SAFFIOTI, 1976, p. 13.

Percebe-se no pensamento de Saffioti uma clara convicção de estar a produzir – naquele contexto – uma ação de contestação aos saberes assentados na cultura social e intelectual do país através das idéias. Ainda dentro da nota preliminar, a autora anunciava: “Este livro dirige-se a todos, homens e mulheres, quantos não se acomodaram na sabedoria convencional e àqueles cuja postura mental oferece-lhes possibilidades de abandonar tal acomodação”. E Saffioti prosseguia com uma narrativa notadamente feminista clamando à insurgência coletiva:

Insurge-se, portanto, [o estudo] contra a sabedoria convencional na medida em que esta faz parte constitutiva do conjunto de mitos que situam a mulher, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, num plano inferior àquele em que está colocado o homem e que tentam explicar tal inferioridade em termos de uma evolução desarmônica da sociedade. A família seria, pois, segundo tal postura, aquela esfera da vida social, dentre as que mais afetam a condição feminina, que com maior vigor teria resistido à mudança. Os fatos, todavia, discordam de tal afirmação. A descoberta desses fatos, por si só, constitui uma desmistificação e, neste sentido, passa a construir a sabedoria não convencional e mesmo anticonvencional.²³⁹

A autora recorda que tomou o termo do economista John Kenneth, quando este afirmava que “a sabedoria convencional manifesta-se em todos os níveis de conhecimento”; iniciou seu livro com a referida frase a partir de uma reflexão sobre as estruturas que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres. Na entrevista realizada com a autora, ela relembra o que pretendia demonstrar em seu livro:

Enquanto a estrutura material contiver lugares para o homem e para a mulher não se desmontará a ideologia patriarcal. Agora não me venham com a história de que a ideologia patriarcal vai demorar setecentos anos pra cair, ela pode cair logo, pode demorar muito mais, depende dessa estrutura material.²⁴⁰

Seu livro possui, na primeira parte, quatro subtítulos tratando, respectivamente, dos temas: níveis de consciência do problema da mulher, a perspectiva socialista, a Igreja Católica e, por último, a “solução” feminista.²⁴¹ Mais adiante, a terceira e última parte do livro está dedicado a discutir “A mística feminina na era da ciência”, tendo dois tópicos destinados a discutir o papel da psicanálise e da antropologia. Como se

²³⁹

ib.

²⁴⁰

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. Anexo II, p. 299-300

²⁴¹

As aspas são da autora.

vê, para a autora as transformações não ocorreriam apenas nos aspectos da modernidade econômica, mas igualmente em compasso com os saberes intelectuais.

As idéias que Saffioti combatia em seu livro *A mulher na sociedade de classes* eram, de acordo com a autora, assentadas em antigos paradigmas científicos já superados pela realidade. É interessante retomar o parágrafo do prefácio do livro no qual a autora profere que sua obra se dirigia a todos que não haviam se acomodado na sabedoria convencional, completando que:

[...] Não se trata, pois, de iniciar uma competição com a sabedoria tradicional. Ao contrário, trata-se de situá-la como parte integrante dos mitos, já que não corresponde à realidade observada aqui exposta e analisada.²⁴²

Verifica-se a formulação de um discurso que tenta opor o novo ao velho. A sabedoria intitulada de tradicional passa a ser considerada um mito, tendo em vista que, mesmo sendo superada pela realidade continua vigorando dentro dos espaços intelectuais e sociais. A este saber-mito a autora opõe um novo saber, que se assentava, de acordo com ela na observação e na análise da realidade, sob um olhar pautado por uma nova postura mental.

A autora baseava-se na idéia de que, para compreender um mundo em mudanças, era necessário analisá-lo também por novos prismas. As categorias que até então haviam produzido verdades absolutas estavam sendo postas por terra não apenas por novas idéias, como principalmente pelo curso da história. É possível apreender uma noção clara nas palavras da autora de que estes novos saberes propostos nada mais representavam do que o resultado direto das transformações que o mundo vivenciava. E, como já foi observado nos títulos de algumas das obras aqui selecionadas, havia uma convicção de que a mulher seria a protagonista central deste mundo moderno que rumava ao futuro.

Saffioti não foi a única das autoras aqui selecionadas a fazer tal constatação. O livro publicado por Rose Marie Muraro faz uma análise dos caminhos da humanidade, passando por uma revisão das relações com a natureza, com o meio ambiente, bem como a situação de dependência dos países do terceiro mundo em relação ao capitalismo internacional. Dentro de tal contexto, as mulheres seriam, para Muraro, a

²⁴²

SAFFIOTI, 1976, p. 14.

esperança de estabelecer uma relação diferente com o planeta. Tal situação de desintegração mundial seria – conforme a autora - o resultado de um domínio masculino estabelecido através dos séculos. Merece destaque o fato de que sua obra, produzida em meados da década de 1960, já apresentasse uma preocupação com a questão planetária e ambiental, criticando a relação de espoliação que até então, o poder (masculino) havia estabelecido com o ambiente.

O livro de Rose Muraro tinha como protagonista as mulheres. Estas teriam um paradigma diferente do fazer social e do fazer político, portanto, um papel chave na construção de um futuro diferente. O primeiro capítulo de seu livro *A Mulher na Construção do Mundo Futuro* é intitulado através de dois termos recorrentes ao ofício do historiador. O capítulo chama-se, sugestivamente “Passado e Futuro”. E estes dois termos, que servem para destinar tempos diametralmente opostos, não foram aproximados no capítulo por pura questão de efeito. A autora dedica boa parte deste tópico a refletir sobre a aceleração histórica, processo pelo qual haveria uma aproximação cada vez maior entre o ontem e o amanhã:

Tudo se passa como se a história viesse se acelerando continuamente e cada vez com maior rapidez, até chegar à velocidade vertiginosa a que estamos assistindo hoje. Nestes últimos cinquenta anos, a humanidade progrediu mais do que nos outros quinhentos mil que os antecederam. [...] Nessa transformação global que agora estamos sofrendo, existe, entretanto, um fio condutor que o simples balanço do progresso da técnica humana não pode explicar. Os progressos cada vez mais rápidos nos diversos domínios influenciam-se mutuamente e mudam as nossas condições biológicas, psicológicas e sociais. E o movimento é tão rápido, que a mudança se torna uma situação normal, e a adaptação a essa mudança, um valor de base. Eis aí, ao que nos parece, o dado novo, que é o próprio fundamento do salto qualitativo a que nos referimos. De importância capital é o fato que esse progresso e essas mudanças não se processam apenas no plano tecnológico e científico, mas também no plano econômico, social e político, pois, como vimos, os planos interagem.²⁴³

A idéia de um progresso sem precedentes na história está presente ao longo de toda a ação discursiva da autora, que enfatiza suas influências na vida da humanidade. Muraro estava atenta às repercussões que estas transformações tecnológicas desencadeavam na sociedade, nas condições psicológicas e biológicas dos seres humanos. Estas resultariam, segundo a autora, em uma espécie de nova

²⁴³ MURARO, 1969, p. 15-16.

seleção natural, na qual seriam escolhidos aqueles “aptos” a acompanhar o ritmo frenético de tais mudanças.

E qual seria o papel da mulher na construção desse mundo futuro que já se desenhava de forma tão latente no horizonte da autora? Para ela, a mulher representava um dos principais protagonistas destas mudanças. O século XX - escreveu Rose Muraro no final dos anos de 1960 - presenciou três grandes transformações na esfera humana, entre elas, o que a autora denominou de “ascensão da mulher”. Em que pese o destaque dado a tal ascensão, a escritora destaca a permanência de uma condição de dominação sobre a população feminina, que precisava ser urgentemente alterada a fim de salvaguardar a própria sobrevivência da espécie humana:

A ascensão dos povos subdesenvolvidos, das classes operárias e da mulher é a grande glória do século XX. [...] Cada ciência, pelos caminhos que lhe são próprios, chegou à mesma conclusão, indo, inclusive, muito adiante: ou se transformam radicalmente as atuais condições em que vivemos, ou caminharemos, fatalmente, para um suicídio coletivo. É, pois, a própria sobrevivência da espécie humana que está em jogo na ruptura desta ordem de dominação. Ora, esta superação se fará com a participação ativa da mulher ou ela não será feita. A natureza fez da mulher a guardiã privilegiada dos valores da pessoa. Até hoje a humanidade não soube haurir maciçamente do ser feminino essa riqueza que lhe é peculiar. O mundo foi feito pelos homens e para os homens, pelos mais fortes para os mais fortes. O resultado deste desequilíbrio é a tragédia global que o Século Vinte está presenciando.²⁴⁴

O parágrafo acima demonstra alguns pontos que reforçam a noção de que as autoras aqui estudadas vivenciaram uma consciência de presenciar um mundo em mudança, uma transformação acelerada que tornava difícil precisar se algum segmento da vida se mantinha alheio a tais movimentos.

Contudo, verifica-se que Rose Muraro, assim como Heleieth Saffioti, apontava que – apesar das transformações em curso – a mulher continuava a ser dominada. Muraro vai além, e identificava que, em que pese todos os benefícios das descobertas científicas para a vida e para a sociedade, o mundo até então era feito pelos e para os homens, resultando em um trágico cenário que poderia conduzir a uma barbárie, a um suicídio coletivo. As palavras da autora remetem a uma idéia escatológica sobre a

²⁴⁴ MURARO, 1969, p. 10-11.

trajetória humana, como se, de fato, os fins dos tempos estivessem próximos a ocorrer e as mulheres fossem as únicas capazes mudar a direção de tais dramáticos acontecimentos.

Constata-se, entre as duas autoras, uma certa afinidade no que se refere à construção de um discurso que ressaltava as modificações sociais, tecnológicas e econômicas e que tratava de demonstrar o quanto estas transformações intensificavam-se em sua experiência histórica.

Todavia, suas interpretações sobre os possíveis desdobramentos deste contexto na sociedade possuíam dimensões distintas. Saffioti, por exemplo, identificava o século XX como a sociedade do capital, procurando em seu estudo, compreender como as relações entre as categorias sexo e classe criavam intersecções com o funcionamento do sistema capitalista. Explicitava seus objetivos da seguinte forma:

Este estudo visa a apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classes de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino. Visa, ainda, a desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento justificado ou em termos de uma tradição, conforme à qual à mulher cabem os papéis domésticos ou, de maneira mais ampla, todos aqueles que podem ser desempenhados no lar, ou por teorias cujo conteúdo explicita pretensas deficiências do organismo e da personalidade femininos.²⁴⁵

Conforme Saffioti, as sociedades de classe não foram lançadas ao mundo econômico pelo capitalismo, porém, este sistema apropriou-se de certas tradições e papéis sociais existentes nas sociedades pré-capitalistas para promover o que ela chamou de exclusão da estrutura ocupacional. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o capitalismo pode alijar, também, em determinadas épocas, pode criar condições para uma vasta ocupação da mão-de-obra feminina. Portanto, a mulher na sociedade de classes vivia presa a uma tendência que o capitalismo desenvolveu de renovar constantemente “as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional(...)”.²⁴⁶

²⁴⁵ SAFFIOTI, 1976, p. 15.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 29.

Assim, para a autora, a sociedade de classes incorporou a categoria sexo como um fator de discriminação. A grande questão norteadora do trabalho de Saffioti resumia-se a perguntar: “Cabe, pois, indagar se à mulher, enquanto membro da categoria de sexo sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social”.²⁴⁷

Já para Rose Marie Muraro, a sociedade do capital era o tempo de rápidas mudanças, nas quais passado, presente e futuro praticamente se fundiam, podendo, dependendo das ações que fossem tomadas, conduzir ao próprio fim da espécie humana. A salvação para tal destino estaria em reorganizar as esferas do poder, de acordo com a autora, no “próprio cerne das relações humanas”, fazendo com que as mudanças em curso também sejam impregnadas por novos valores:

A humanidade está dando um salto qualitativo. E, a nosso ver, ou essa transformação se processará com novos valores, e para ela a mulher trará contribuição insubstituível, ou ela será frustrada num suicídio coletivo.

As reservas do ser feminino até agora ainda não foram aproveitadas em massa pela humanidade. Nem a própria mulher tem consciência das suas virtualidades. Até hoje a história foi feita pelo homem e para o homem. E um mundo assim feito é um mundo desequilibrado e, portanto, condenado. A própria violência dos fatos materiais dá-nos disto uma prova irrefutável e trágica.

Daí também a nossa convicção profunda: ou a mulher e o homem juntos construirão o novo mundo que está nascendo, ou ele não será construído.²⁴⁸

Duas passagens da citação acima mostram a visão de um mundo e uma história feitos, de acordo com as palavras da autora, pelo Homem e para o Homem. A palavra homem, nos dois casos, não representa - como comumente se vê em vários textos - o conjunto da humanidade. Restringe-se ao substantivo masculino varão, visto no contexto destes escritos, como um sujeito histórico que acumula poder e tem a capacidade de moldar o mundo aos seus anseios.

Desta forma, os homens, para Muraro, teriam a responsabilidade direta pela situação de crise (de valores, de desequilíbrio social, de desigualdades econômicas). E a autora apela para uma consciência feminina que poderia, ao lado dos homens, construir um mundo diferente. Assim, para Muraro, o mundo capitalista é o mundo

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 31.

²⁴⁸ MURARO, 1969, p. 16-17.

masculino. A figura do homem (capitalista) representa em seu texto a imagem de um progresso desenfreado que não foi capaz de produzir uma vida melhor para a maioria dos seres humanos. Isto ocorreu, segundo a autora, porque o homem/capitalista governou o mundo até então em busca do poder. A mulher seria sua antagonista porque esta não foi culturalmente educada para o poder, e sim para o amor. Muraro opõe em seu discurso estes dois sujeitos históricos: mulher/amor *versus* homem/poder:

Assim, é a própria natureza profunda da mulher que a torna, conforme afirmávamos, a guardiã da pessoa. Enquanto as civilizações criadas apenas pelo homem se desvirtuaram numa ordem de dominação, devido ao próprio caráter masculino de agressividade e abstração, a civilização que tiver a mulher como um dos elementos maiores será, tãda ela, impregnada pelos valores femininos, isto é, terá a pessoa e o bem de todos como eixo central.²⁴⁹

A autora analisava, portanto, que a sociedade capitalista enfrentava uma série de contradições próprias dos valores masculinos que geraram ao longo da história uma ordem de dominação. Para superar tal ordem, sua proposta seria construir – através da união entre mulheres e homens – uma sociedade do futuro pautada por novos valores femininos. Para Muraro, a chave para superar os graves problemas sociais estava na tomada de consciência da população feminina sobre seu lugar no mundo, vital para resolver as mazelas econômicas, sociais e políticas:

[...] que a tomada de consciência por parte da mulher de sua situação concreta no mundo é o primeiro passo para a ruptura desse desequilíbrio. E, para que sejam conseguidas relações autênticas entre o homem e a mulher, primeiro no plano individual, depois no social, e internacional, é condição indispensável a luta pela mudança profunda das estruturas atuais, tanto nos países subdesenvolvidos, como nos desenvolvidos. É dessa luta que surgirá a face da mulher do futuro. É ela que ditará os passos concretos a serem dados.²⁵⁰

Tarefa complexa esta que Muraro destinava às mulheres! A partir da sua tomada de consciência deveriam ser as protagonistas de uma mudança geral das estruturas mundiais, incluindo não apenas as relações interpessoais, mas igualmente

²⁴⁹ MURARO, 1969, p. 72

²⁵⁰ MURARO, 1969, p. 73.

a própria relação de dependência entre os países. Sem dúvida, a grandiosidade desta tarefa histórica assustaria aquelas mulheres que não prosseguissem na sua leitura. Afinal, a autora lhes dizia: tomem consciência e mudem o mundo! Certamente não assustava àquela que se define, até hoje, como uma mulher capaz de realizar o impossível. Como escreve em suas memórias, “Só o impossível abre o novo... Só o impossível cria”.²⁵¹

Contudo, o sentido concreto de suas afirmações talvez fosse outro. Voltando à questão do debate que ela fazia sobre poder e amor, percebe-se que a autora atribuía o primeiro a uma prática masculina e o segundo a um caráter feminino. Desse ponto de vista, o significado de suas afirmações pode estar associado à idéia de que uma verdadeira transformação social só ocorreria quando o amor substituísse o poder em todos os terrenos das relações humanas. E, para tanto, as mulheres deveriam atuar juntamente com os homens na promoção desta mudança:

A luta pela superação do subdesenvolvimento, encetada pelo homem e pela mulher juntos, é que romperá a atual ordem de dominação e estabelecerá uma sociedade em base de cooperação e as relações individuais no plano da amizade. A ruptura do Poder pelo Amor se fará até o fim da história. Não nos iludamos; ela é a própria trama da caminhada humana. Nunca será conseguida totalmente. Mas, se não quisermos desaparecer como espécie, para lá teremos que tender de todas as nossas fôrças.²⁵²

Se a consciência de estar vivenciando um período de acelerada mudança histórica é comum tanto ao texto de Saffioti quanto de Muraro, é notório que a percepção sobre os mecanismos de funcionamento desta sociedade inconstante, bem como do papel da mulher nesse contexto apresenta diferenças suficientemente visíveis: enquanto a primeira autora tende a analisar os mecanismos de perpetuação da dominação feminina no capitalismo, a segunda busca apontar os descaminhos a que esta sociedade pode conduzir a própria sobrevivência da humanidade.

É muito interessante notar que as duas publicações aqui observadas foram produzidas entre os anos de 1967 e 1969. Quiçá se trate dos dois anos de maior avanço do governo militar no que se refere a uma política de repressão aos

²⁵¹ MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma mulher impossível**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004. p.35

²⁵² MURARO, 1969, p. 74.

intelectuais e caça àqueles que ousassem produzir um conhecimento identificado com idéias transformadoras e com um viés ideológico influenciado pelo marxismo. Não obstante, foi dentro deste contexto que Saffioti e Muraro lançaram a público suas idéias, que foram recebidas de modo incômodo não apenas por aqueles que controlavam o poder político institucional, mas também por intelectuais identificados com uma oposição à ditadura que não simpatizavam com o feminismo por considerá-lo uma questão menor na conjuntura daquele período.

Como compreender que obras como a de Muraro e Saffioti tenham passado aos olhos da censura? Talvez uma das possibilidades de explicação esteja no fato de que as questões levantadas por estas autoras fugiam aos temas da esquerda convencional. Outra possibilidade é inferir que para a própria legitimidade do governo auto-instituído fosse importante garantir espaço para publicações que não seguissem sua receita ideológica, deixando passar aquelas obras que fossem consideradas “menos perigosas” à segurança nacional.

É fato notório que no decorrer dos seus vinte e um longos anos, a ditadura militar teve de aprender a conviver com intelectuais de oposição trabalhando nas universidades, nos jornais, nas editoras e em outros meios de comunicação. Ainda dentro desta possibilidade de análise, verifica-se que a ditadura militar pudesse observar com certo júbilo o mal estar que os escritos feministas provocavam dentro do próprio seio da esquerda. Cabe aqui lembrar do já citado exemplo do jornal *O Pasquim*, que possuía uma postura um tanto refratária com as feministas. Igualmente, em um trecho da entrevista de Rose Marie Muraro a autora recorda que o antagonismo com os comunistas: “Quem dizia que o feminismo brasileiro era um reflexo deste feminismo internacional era o pessoal do partido comunista que queria acabar com a gente, sem ter lido o que a gente escreveu”.²⁵³

A idéia de viver em um mundo em plena metamorfose é uma temática que aparece com certa recorrência também na obra de Carmen da Silva. Seu livro *O Homem e a Mulher na sociedade moderna* é instigante por pontuar diversos temas relativos aos espaços femininos e masculinos na sociedade. A autora introduziu no cenário da grande mídia questões antes renegadas, como ela mesma afirmou, aos

²⁵³ MURARO, R. Entrevista em anexo, p. 264.

divãs dos psicanalistas. Abordando assuntos como sexualidade, criação dos filhos e filhas, educação, relações familiares, acontecimentos históricos conjunturais, trabalho feminino, divisão sexual das tarefas domésticas ou simplesmente valores e crenças acerca da mulher, a escritora Carmen da Silva não fazia apenas artigos comuns às revistas femininas, que costumam, ainda na atualidade, dar listas e receitas prontas do que as mulheres ditas modernas devem ou não fazer com seus relacionamentos amorosos, familiares ou empregatícios. Mais do que isso, a autora assumia a postura de observadora e analista do cotidiano feminino dos anos de 1960, 70 e 80.

Curioso notar que, embora ainda não houvesse uma incorporação do conceito de gênero em suas abordagens, Carmen da Silva olhava para os problemas femininos como uma questão relacional, ou seja, estes sempre eram discutidos tendo como horizonte suas vinculações com o mundo masculino e sua transversalidade com as questões sociais, econômicas e culturais. Desta forma, o foco da obra de Carmen estava em analisar o universo feminino inserindo-o em um contexto de amplas transformações.

Ao fazer esta constatação, é possível afirmar que era comum às três autoras aqui relacionadas o interesse em transmitir aos leitores e leitoras a convicção de que o presente sobre o qual elas escreviam era um contexto de plenas alterações a nível mundial e pessoal. Suas obras chegam a ter um caráter pedagógico, no sentido de pretender reeducar e instruir as mulheres para viver neste novo mundo que se desenhava. No entanto, a percepção sobre o caráter deste mundo em mudança não era igual para as três autoras.

Carmen da Silva, por exemplo, estava muito atenta aos múltiplos movimentos sociais que despontavam naquela conjuntura. Certamente influenciada pelo ambiente revolucionário que tomou conta do mundo, em 1968, Carmen falava com entusiasmo sobre o poder jovem:

Para evitar que o fogo das queimadas se alastre além dos limites desejados, os lavradores cavam aceiros – valas de certa profundidade que contêm o avanço das chamas. No mundo de hoje, entretanto, tornou-se inútil cavar aceiros – sejam eles econômicos, ideológicos, culturais ou simplesmente policiais – para impedir a propagação desse grande incêndio que é a rebelião juvenil. O desencadeamento universal dessa tremenda força talvez seja o fenômeno mais marcante do século que estamos vivendo – mais do

que a fissão do átomo, mais do que a conquista do espaço cósmico, mais do que os transplantes de coração. Já não há fossos geográficos ou outros, capazes de represarem seu ímpeto. [...] É então que o mundo bem organizadinho, o mundo das estruturas tradicionais, o mundo que funcionava como um relógio, ou quase, se apavora: o mundo tem medo de Virgínia e Virgínia Woolf.²⁵⁴

O poder jovem, das moças e moços, como a autora costumava escrever, era para ela uma avalanche que não poderia ser detida e que traria consigo novos valores, uma nova atitude perante o mundo. Citava como exemplo de tal poder os acontecimentos de maio de 1968 em França, destacando que as manifestações não se restringiam mais a um único país. É evidente em seus escritos esta sensação de estar vivendo um tempo histórico acelerado, de modificações que abarcam todos os campos do conhecimento da humanidade, mas para Carmen, quem mais se transformava não são as ciências ou os saberes, nem mesmo a tecnologia. A mudança maior estava nas pessoas.

Chama a atenção, nesse sentido, a citação a Virgínia Woolf, escritora que em sua obra é capaz de quebrar uma narrativa do tempo linear, de propor uma interação entre presente, passado e futuro que rompe com uma lógica literária tradicional. Além disso, os escritos de Virgínia Woolf representam justamente este questionamento profundo à essência humana, que se coloca como transcendental, mas ao mesmo tempo passível de sofrimento, frente às tradições seculares de um mundo opressor. É como se para Carmen, a juventude dos anos de 1960 encarnasse de certa forma a atitude de ruptura proposta por Virgínia Woolf em suas obras literárias, porém, de uma forma que não levasse a uma fuga, mas a um enfrentamento concreto dos dilemas humanos, convertendo, através de novas práticas, a realidade social.

A passagem por um tempo de mudanças rápidas e vertiginosas pode ser percebido em outro artigo de Carmen, escrito em 1969, comemorativo aos seis anos de sua coluna. Nele, ela dialogava com suas leitoras sobre a estreita relação estabelecida pela convivência através dos textos publicados e das cartas que recebia. Avaliava que ao longo desse período de convívio muitas coisas mudaram nas relações com o público leitor. Porém, acima de tudo, apontava as transformações que o mundo assistiu:

²⁵⁴

DA SILVA, 1971, p 25-26.

O mundo, porém, mudou mais do que nós. [...] Aquela garotada que, há seis anos, ainda quase cheirava a talco e leite, hoje constitui uma juventude organizada que, aqui como alhures, reivindica e protesta, num movimento coletivo sem precedentes. Nossas filhas discutem arte, política e filosofia a uma idade em que nós as supúnhamos entretidas com namoricos pueris e literatura rosa. Nossos netos encaram com a maior naturalidade algo que ainda nos põe na espinha um frêmito de sobrenatural: o homem no Cosmo, as astronaves que andam por perto da Lua e pousam em Vênus numa suave aterriss...não, aluniss... não será “avenissagem”? Vocês vêem? Até o idioma foi revolucionado. Desmistificou-se o coração como sede dos sentimentos: ele agora pode ser alheio – ou de plástico. E as primeiras experiências para fabricar bebês de laboratório tiveram êxito: meditem bem sobre isso. O “admirável mundo novo” que a fantasia do romancista Huxley antecipou já é realidade: ai o temos, em torno de nós.²⁵⁵

E como a própria Carmen se inseria neste mundo em transformações? É perceptível em diversos textos seus que ela pretendia, de alguma forma, contribuir para o avanço deste mundo novo. A escritora via seus artigos como parte de um movimento para a tomada de consciência feminina. Um exemplo disso pode ser visto no próprio escrito acima citado quando diz: “acredito sem modéstia que minhas clarinadas de alerta em geral foram ouvidas: após seis anos de bater e rebater na tecla da tomada de consciência, o resultado tem sido uma gradual tomada de consciência”.²⁵⁶ Vale lembrar que este apelo às consciências era feito em 1968, ano de promulgação do Ato Institucional nº 5, que cerceara a liberdade de expressão. Mesmo assim, Carmen referiu-se às ações da juventude enquanto um movimento coletivo, que reivindicava e protestava. Seus escritos, publicados em uma coluna que, a julgar pelo título, discutia assuntos tipicamente femininos e, aos olhos do senso comum, pueris, encontrou formas de desafiar a censura e tratar de temas centrais e polêmicos à conjuntura em questão.

Cabe destacar que, mesmo quando debatia assuntos que se podem classificar como próprios da conjuntura geral, Carmen não deixava de demonstrar a especificidade das mulheres, como pode ser visto na frase em que se refere ao fato das jovens discutirem política e filosofia com uma idade em que as mulheres de sua geração liam “romances açucarados”.

²⁵⁵ DA SILVA, 1994. p. 34-35.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 35.

Esta percepção de que o seu trabalho intelectual era uma tarefa histórica e porque não dizer, militante, torna-se visível em diversos momentos na obra de Carmen. Ela escreve para atingir ao grande público, para fazer de sua máquina de escrever um instrumento deste admirável mundo em transformação. Ela, por vezes, mencionava que esta nova sociedade parecia doente. E que tais doenças não podiam ser atribuídas apenas à psique humana pois esta dependia, sobretudo, da realidade concreta: “como podem comunicar-se dois seres embrutecidos pela pressão material do cotidiano?”, questionava-se Carmen no prefácio de um de seus livros.²⁵⁷ Aqui, a autora realizava uma reflexão sobre a complexidade dos problemas sociais vivenciados por homens e mulheres na modernidade, apontando que, em que pese muitos deles serem originados dentro do indivíduo, outra parcela significativa dos problemas emergia das próprias dificuldades materiais da existência humana.

Para a autora, a compreensão do mundo moderno passava por identificar suas mazelas internas e externas, como afirmou no final do prefácio à segunda edição de *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*: “Acho que deixei bem claros meus objetivos e o reconhecimento de minhas limitações. Faço o trabalho da formiga – mas a formiga, enquanto arrasta o pêso da fôlha, não tem visão integral da árvore, da floresta. E eu tenho. Êste é meu orgulho e meu drama”.²⁵⁸

Nesta citação, é possível sentir a percepção que Carmen da Silva possuía sobre a dimensão do seu trabalho. Apesar de haver constatado que havia uma certa comunicação entre as feministas que atuavam nos anos de 1960, a maior parte de suas atividades ocorria, ainda, de forma isolada. Talvez isto tenha contribuído para formar uma visão um tanto egocêntrica de seu próprio papel (fator que também aparece nos escritos autobiográficos de Rose Muraro).

Por outro lado, a citação acima fala do desafio que o feminismo possuía pela frente. Carmen demonstra uma percepção de que seu trabalho, mesmo que de forma isolada, gerava provocações e inquietações em suas leitoras e leitores e, ao mesmo tempo, era cônica de suas limitações. Enxergava as múltiplas relações de poder que convergiam para perpetuar a dominação masculina. Nesta passagem, além disso, é

²⁵⁷ DA SILVA, 1971, Prefácio à 2ª edição.

²⁵⁸ *Idem.*

possível ver que o trabalho intelectual, para Carmen, possuía o significado de um engajamento político. Embora não se tratasse de um movimento, tendo em vista que sua ação era individual, havia em seus escritos um objetivo de estimular outras mulheres a manifestar-se, a romper o círculo da opressão.

Assim, a produção de intelectuais como Carmen, Rose e Heleieth, na década de 1960 certamente contribuiu para a formação de um movimento social assumidamente feminista. E, embora nas duas manifestações o feminismo apresente um caráter de engajamento político, é perceptível que há diferenças entre a ação intelectual e a ação do movimento. O feminismo, enquanto movimento social, possui um caráter de ativismo reivindicatório, de ações concretas, que por vezes dialoga com a intelectualidade feminista, porém mantém com esta uma relação de interdependência. E, da mesma forma, a intelectualidade feminista encontra espaços de atuação junto ao movimento, embora este não seja a razão de sua existência. Desde seu nascimento, a produção intelectual feminista demonstra uma autonomia em relação ao movimento, inclusive, gerando polêmicas junto a este.

Como já foi afirmado, a produção intelectual não é fruto de uma transposição automática de idéias. Certamente, o feminismo no Brasil não foi formado através de uma absorção absoluta e mecânica das idéias que já circulavam no meio intelectual da Europa e da América do Norte. Tampouco o movimento feminista aqui desenvolvido foi uma cópia do feminismo americano ou francês. Contudo, é inegável que naquele contexto histórico muitas idéias feministas já circulavam em solo brasileiro. Trata-se, ao que tudo indica, de um movimento de circularidade das idéias.²⁵⁹

Neste processo de circulação, conceitos são apreendidos e transformados, assumindo um significado que nem sempre é idêntico à idéia de origem. O processo de circulação das idéias gera em certa medida um pensamento singular, original. Em muitos casos, o próprio autor (neste caso, as autoras) não é capaz de identificar

²⁵⁹ Cabe destacar, a título de exemplo, que tanto na entrevista realizada quanto em sua biografia, Rose Marie Muraro afirma que, na época da escrita de seu primeiro livro, ainda não havia lido *A mística feminina*, de Betty Friedan. No entanto, a obra aparece relacionada na bibliografia de *A mulher na construção do mundo futuro* como uma das obras indicadas para leitura “Sobre o Problema da Mulher”. É possível que, realmente, ela não tivesse, ainda, acesso à íntegra do livro. Porém, já sabia da existência do mesmo, o que levanta a possibilidade de ter conhecimento, mesmo que por fontes secundárias, de parte de seu conteúdo. Ver: MURARO, 1969, p. 203-204.

conscientemente a origem de seus pensamentos e as influências se mesclam gerando um grande mosaico. Desta forma, o pensamento intelectual feminista no Brasil representa uma miscigenação de conceitos que trazem à tona influências de diversas vertentes do pensamento feminista mundial, re-significados a partir do contato com as problemáticas específicas das mulheres na sociedade brasileira.

Exemplo desta questão é a forma como a temática do desenvolvimento era abordada nas diferentes obras aqui estudadas. Percebe-se que as três intelectuais têm suas obras permeadas pelo pensamento desenvolvimentista hegemônico no meio intelectual brasileiro, discutindo a questão do subdesenvolvimento do Brasil e suas conseqüências sociais. Porém, nota-se que elas fazem este debate a partir de um outro prisma, tentando diagnosticar a situação da população feminina dentro deste contexto.

Nesse sentido, a produção textual em questão pode ser compreendida como parte de um contexto de emergência no qual o pensamento feminista encontrava um eco, por vezes refratário, dentro do campo intelectual. Por outro lado, também é possível inferir que as próprias autoras em questão – de fato – não tivessem neste momento histórico a percepção de que as suas obras representavam um discurso feminista. É preciso lembrar que o discurso não é uma mera reprodução das condições de produção, embora ele não possa ser compreendido descolado delas.

Mas, retomando a pergunta feita anteriormente, como é possível apontar que estas obras se direcionavam para a construção de um pensamento feminista se elas mesmas não assumiam este caráter? Algumas abordagens das teorias de análise de discurso afirmam a relação, por vezes autônoma que a palavra escrita adquire frente aos seus receptores. O texto não pode, como apontado por Roger Chartier, ser interpretado apenas através do que está impresso em suas páginas. Este assume outras faces ao analisar que todo texto possui um vínculo recíproco com o público leitor e conseqüentemente, seus significados estão relacionados às formas como este o lê e o interpreta.

No decurso dos anos de 1960 os textos produzidos por Saffioti, Carmen da Silva e Rose Muraro, assim como o de outras pensadoras, eram interpretados como o resultado de um pensamento inovador que surgia no cenário brasileiro. E talvez o

sinal mais evidente dessa leitura feita pelo público estava justamente no fato das próprias autoras realizarem um esforço concreto em desvincular-se do feminismo. A tentativa de afirmação no campo intelectual, em um primeiro momento, teria contribuído para rechaçar o feminismo, temendo que seus trabalhos fossem vítimas do estereótipo que cercava este conceito. Todavia, os textos, e as palavras por eles registrados, podem ser dotados de uma autonomia que deriva, como aponta Ricoeur, da própria emancipação do texto em relação ao autor:

Esta emancipação em relação ao autor encontra o seu paralelo do lado daquele que recebe o texto. Diferentemente da situação dialogal, em que o frente a frente é determinado pela própria situação de discurso, o discurso escrito chama a si um público que se estende virtualmente a quem quer que saiba ler. É aqui que a escrita encontra o seu efeito mais considerável: a emancipação da coisa escrita em relação à condição dialogal do discurso; daí resulta que a relação entre escrever e ler já não seja um caso particular da relação entre falar e ouvir.²⁶⁰

Por essa razão, não era preciso que Carmen, Rose e Heleieth “confessassem” seu feminismo. Suas idéias, paulatinamente, passaram a ser concebidas como parte do pensamento feminista. O discurso intelectual em questão pode era interpretado desta forma porque – independente das vontades das três autoras - a linguagem escrita pode assumir uma condição de relativa independência em relação a elas.

Ao mesmo tempo, seus discursos precisavam se afirmar em um campo intelectual regido por certos princípios que determinam o estatuto de legitimidade dos saberes sociais. Deste modo, para se chegar aos núcleos de sentido presentes em um texto não se pode limitar a análise a um olhar que paire apenas sobre vocábulos e verbetes. O pensamento intelectual feminista foi o resultado de uma sincronia entre as condições de emergência, as relações de autoria e parte de um processo de difusão e legitimação junto ao público leitor. Uma parcela deste público leitor, que não foi objeto deste trabalho, constituiria, uma década depois, o movimento feminista.

Os escritos feministas produzidos no Brasil a partir dos anos de 1960 tiveram o mérito de levantar outras contradições sociais presentes na sociedade que não constavam dos debates intelectuais da época. As autoras demonstravam a consciência de estar a realizar um enfrentamento a um tipo de cultura e pensamento

²⁶⁰

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Portugal: Rés Editora, 1986, p. 119.

social hegemônico cuja marca era marginalização das mulheres na esfera doméstica transformando-as em meras coadjuvantes do palco da vida.

A animosidade da intelectualidade brasileira ao termo feminismo talvez explique a negação de boa parte das publicações pioneiras a se identificarem enquanto tal. Percebe-se, assim, um grande esforço autoral em desvincular os trabalhos de um termo que, na época, soava até mesmo pejorativo. Carmen da Silva, anos depois, refletia, ainda, sobre a permanência destes estereótipos negativos vinculados ao feminismo:

Claro, os mais espertos não ridicularizam o feminismo em si, dizem “respeitar” o princípio, a doutrina, mas reduzem à irrisão qualquer de suas manifestações concretas. Procuram apresentar as feministas como malvadas neuróticas e ressentidas, como ásperas sargentonas virilóides ou como burguesas ociosas que empregariam melhor seu tempo se fossem mais bonitas e solicitadas. [...]

Quando um grupo de radicais americanas queimou sutiãs em praça pública (um modo talvez meio mal inspirado de simbolizar seu protesto contra as opressões tradicionais), não houve veículo de comunicação que se abstivesse de comentar e satirizar. Mas quando vinte mulheres portuguesas saíram às ruas para lançar as primeiras reivindicações feministas naquele país, levando seus filhos – 12 crianças – num carro aberto, o que foi incendiado não foram pelas de indumentária íntima: foi o carro que conduzia as crianças, assaltado por uma horda de homens enfurecidos. E as mulheres foram insultadas, agredidas a socos e pontapés, despidas, apalpadas, jogadas na sarjeta. Pois bem, aí a grande imprensa silenciou. [...].²⁶¹

Nota-se a crítica da escritora ao fato de que a imprensa havia formado uma idéia pré-concebida a partir da manifestação das mulheres americanas. Assim, toda e qualquer menção ao feminismo passava a ser ridicularizada. Como idéia abstrata, a busca de igualdade entre mulheres e homens poderia até ser aceita. Porém, qualquer manifestação em defesa das mulheres transformava-se em razão de críticas satíricas. Cabe notar que a imprensa selecionava a quais manifestações feministas daria notoriedade, como demonstrado no caso, relatado por Carmen, sobre um episódio de violência contra ativistas portuguesas. Este não mereceu a cobertura da imprensa brasileira.

Outro aspecto denunciado por Carmen era a relação quase mercadológica que a imprensa brasileira desenvolveu com o tema do feminismo. De acordo com a

²⁶¹ DA SILVA, Carmen. Porque sou feminista. In: CIVITA, Laura. O melhor de Carmen da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 80.

escritora “escreve-se e fala-se muitíssimo a respeito (é tema de atualidade e “dá ibope””. Contudo, a presença de tantas discussões acerca do cotidiano da mulher não significava, necessariamente, uma absorção de suas reivindicações mais profundas:

Em síntese: mulher passou a ser tema cotidiano de debate; mas é isso e nada mais que isso o que se lhe dá: palavras, palavras, palavras. Com a clara intenção de explorar a “moda” do feminismo e transformá-lo em apenas mais um artigo de consumo, absorve-lo e “industrializá-lo” para melhor chegar a sua neutralização: é o método mais moderno para acabar com contestações e protestos.²⁶²

Nos anos de 1970, a jornalista denunciava a construção de uma que para imprensa o feminismo havia se transformado em uma moda. Esta, segundo Carmen, tomava emprestadas algumas de suas bandeiras e idéias a fim de absorvê-las. Ao mesmo tempo, vendia o feminismo, percebendo que este era o tema que interessava ao público leitor, confuso diante das rápidas mudanças e questionamentos que se processavam na sociedade brasileira. Em um momento de crise de valores, as pessoas estariam desejosas pelo consumo de novas idéias.

Assim, é possível deduzir que parte da atenção que os meios de comunicação passaram a conferir ao tema do feminismo era decorrente de uma percepção da existência de um público consumidor e não necessariamente de uma aceitação do pensamento feminista. Apontam para isso as próprias conclusões de Carmen sobre a predominância do tom satírico com o qual a imprensa tratava as reivindicações das mulheres.

Porém, esta passagem da crônica de Carmen também pode ser um indício de que uma década depois da inauguração de sua coluna o feminismo deixara de ser um tema tabu e passava a se tornar ponto de pauta entre a intelectualidade (fosse para criticá-lo ou defendê-lo). Todavia, isto não significou um arrefecimento dos conflitos intelectuais. O tema ainda era tabu em muitos espaços sociais. O senso comum e o governo ditatorial não fugiam a esta regra. Isto explica, por exemplo, que a censura tenha proibido o livro *A libertação sexual da mulher*, lançado por Rose Muraro no ano de 1970.

²⁶²

Ibid., p. 77.

É inegável, no entanto, que os anos de 1960 trouxeram inúmeros avanços para a condição feminina. A situação da mulher veio a público a partir de novas concepções que enfrentavam a mística feminina. Para Carmen da Silva, seus escritos, na época, podem ter parecido apenas palavras e mais palavras que não geraram transformações imediatas. De fato, o impacto dos escritos de Carmen, Rose e Heleieth não poderiam ser medidos a um curto prazo. Como elas mesmas percebiam, desmistificar as relações de gênero seria uma tarefa para muitas gerações. E ainda hoje fica a dúvida: será que já foi concluída?

ALGUMAS PALAVRAS ATUAIS

O percorrido que realizei sobre as obras das três intelectuais aqui estudadas despertou muitas reflexões. A primeira delas refere-se ao papel desempenhado por Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti. Elas introduziram um novo olhar sobre a sociedade em seus campos de atuação. O pensamento feminista não resultou apenas em uma inovação temática. Os problemas que pautaram o campo intelectual brasileiro permitiram que as relações entre homens e mulheres passassem a ser consideradas como uma parte significativa da organização social, com manifestações em diversas esferas: no mundo do trabalho, na construção da sexualidade, na educação e na política. As mulheres em questão queriam provar que a construção sexual do indivíduo vai além de um mero fator biológico. E que as formas hegemônicas de ser homem e ser mulher são determinantes para definir seus lugares sociais. Mas, talvez, a maior contribuição coletiva destas intelectuais tenha sido a percepção de que os papéis hegemônicos destinados aos dois sexos estavam em mutação. E que as mulheres eram os principais sujeitos desta verdadeira revolução que se iniciava.

Carmen da Silva trouxe a palavra das mulheres, em especial àquelas pertencentes às camadas médias da sociedade. Soube captar suas aflições diante de um mundo repleto de incertezas. Em um contexto no qual as condutas tradicionais entraram em crise, a jornalista trazia reflexões para o grande público. Difundiu novidades do campo científico, médico, psicanalítico, social, em uma escrita que, sem ser simplista, conseguia elaborar uma transposição quase que didática de elementos complexos para o grande público. A sua marca fundamental foi estabelecer um diálogo permanentemente com as leitoras. Isso talvez explique a longevidade de sua coluna que, iniciando nos anos de 1960, só teve fim em meados dos anos oitenta com o falecimento de Carmen. O espaço por ela ocupado no contexto dos anos de 1960, divulgando o pensamento feminista na imprensa, foi fundamental para compreender o avanço dos movimentos sociais que ocorreu na década posterior.

Rose Muraro tomou a palavra dentro de uma das instituições mais conservadoras do mundo. Aproveitando dos ventos de mudança que pairavam sobre o catolicismo foi representante de uma vertente de fiéis que pretendiam repensar a teologia à luz das mudanças sociais em curso no mundo. Além disso, teve um importante destaque no papel de editora, ao trabalhar pela publicação de livros feministas e de outros pensadores contra-hegemônicos que contribuíram para arejar o campo intelectual brasileiro.

Porém, sua atuação não se limitou ao interior da Igreja. Seu primeiro livro, *A mulher na construção do mundo futuro*, que teve cinco edições somente na década de 1960, foi lido em escolas públicas, em colégios católicos, obtendo significativa divulgação na sociedade. Sem entrar no mérito da qualidade epistemológica da obra, que possuía um caráter ensaístico, Rose Muraro exerceu um papel fundamental na difusão das idéias feministas. Na década seguinte, ela viria a se tornar uma das principais protagonistas do movimento no Brasil, ajudando a fundar os primeiros grupos feministas e representando o país no exterior.

Heleieth Saffioti desafiou o *status quo* da academia, ao apresentar uma tese que possibilitou repensar o lugar das mulheres na sociedade brasileira, descortinando os mitos responsáveis pela manutenção de desigualdades históricas nas relações de gênero. Se a explicação do fenômeno em si não gera mudanças imediatas, é inegável que o caminho aberto por Heleieth Saffioti abriu perspectivas para outros inúmeros trabalhos no campo dos estudos feministas. E, neste processo, é perceptível a formação de um novo espaço conceitual capaz de reinterpretar a condição feminina na sociedade, e, por conseguinte, a sociedade como um todo.

O livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* foi o pioneiro de uma reflexão acadêmica no Brasil acerca da condição feminina. Devido a ele, Saffioti passou a ser reconhecida nos meios intelectuais, a falar sobre a condição da mulher brasileira para platéias do país e do exterior. Nos anos de 1970, seu livro se tornou uma referência para os grupos feministas que despontaram em todo o país. Isto mostra que, apesar do caráter acadêmico que diferencia sua obra das outras aqui elencadas, esta encontrou um ávido público leitor fora dos espaços universitários.

O fato de estas mulheres tomarem a palavra para falar sobre a condição feminina na sociedade brasileira possui uma importante dimensão no processo de afirmação de uma nova lógica das relações de gênero. Lógica esta que, como foi demonstrado ao longo do trabalho, era constituída pela tentativa de exclusão das mulheres da atividade intelectual. Isto não significa a inexistência de pensadoras ao longo dos mais diferentes momentos e contextos da história. Contudo, a sua atuação permanecia na periferia, sem um reconhecimento. É comum ouvir que os grandes pensadores da humanidade sempre foram homens. Desde Giordano Bruno, passando por Descartes até Voltaire, Rousseau, Marx e Freud. Todas as chamadas “grandes vertentes do pensamento ocidental” são atribuídas aos vultos históricos de personagens varões. O Iluminismo consolidou este senso – que ainda paira sobre certos campos do conhecimento - com a afirmação da razão enquanto característica inata masculina.

Na epígrafe que abre este trabalho, utilizo uma citação da Bíblia Sagrada, quando, segundo a narrativa, ocorreu a culpa original. Neste trecho já tão comentado, os olhos sempre se voltam para o fato de que Deus teria condenado a mulher ao sofrimento das dores do parto e, ao mesmo tempo, determinado sua submissão ao homem. Porém, uma passagem anterior chamou mais a minha atenção. Trata-se do trecho em que Eva resolve provar do fruto proibido a fim de obter a inteligência.

O motivo que levou a mulher a desobedecer a ordem divina foi a vontade de desvendar o mundo, de conhecer, de tornar-se mais inteligente. A passagem é crucial para compreender toda construção de uma cultura ocidental que, tradicionalmente, tentou privar a mulher do conhecimento. Saber é poder e o poder não deveria ser acessível à mulher. O que as intelectuais feministas aqui estudadas fizeram foi uma tentativa de inversão desta lógica. Não apenas por se apropriar de um saber, mas por pretender colocar este conhecimento a favor da conquista de autonomia para a mulher. Suas obras assumiam um caráter quase pedagógico, pretendendo não apenas questionar mitos, mas demonstrar os caminhos que as mulheres poderiam seguir para libertar-se da culpa do pecado original.

Nesse sentido, encontrar mulheres que, através dos seus escritos, chegaram ao grande público, produzindo e difundindo outros conhecimentos, é um tema que

merece amplo destaque pelo fato de que se trata de uma ruptura com a lógica da cultura ocidental misógena.

Apesar da relevância e do caráter inovador das obras de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth, é importante registrar que, ao longo da realização deste trabalho, me deparei como o fato de que suas produções ainda prevalecem um tanto marginalizadas em certos meios intelectuais. Assombrava-me o grande número de pessoas que não as conheciam. Quando eu explicava sobre o que se tratava meu trabalho, era raro alguém confessar que conhecia as três mulheres aqui relacionadas. Isto ocorria principalmente fora do círculo dos estudos de gênero. Poderia se argumentar que é comum que seus nomes sejam mais conhecidos dentro deste espaço. No entanto, chamou minha atenção que, se comparadas a homens que foram seus pares intelectuais, estes são lembrados para além de seus lugares de atuação. Por exemplo, quando eu contava que fazia uma pesquisa sobre Rose Muraro, a princípio as pessoas não se lembravam dela. Era preciso explicar que se tratava de uma intelectual que escreveu livros junto com Leonardo Boff, que foi contemporânea dele, de Frei Beto, nos grupos vinculados à Teologia da Libertação. Diante da relevância de Rose Marie Muraro é curioso que ela seja reconhecida no interior do pequeno movimento feminista que existe no Brasil e pouco lembrada em outros âmbitos da sociedade. Penso que suas contribuições ainda foram pouco dimensionadas. Contribuições que vão além do pensamento feminista, pois se trata de uma figura histórica de grande expressão na conjuntura política e cultural dos anos de 1960 e 70.

Quiçá o fenômeno se explique porque depois da explosão do feminismo, nos anos de 1970 e 1980, este passou por um processo de apagamento da memória coletiva. Exemplo disso é que com a morte de Carmen da Silva, nenhuma outra feminista veio a ocupar o seu espaço na imprensa brasileira. Não há – atualmente – uma única coluna que se possa dizer, declaradamente, escrita por uma pensadora feminista no âmbito nacional. Igualmente, é possível constatar que o papel desempenhado por Carmen da Silva no jornalismo e literatura feministas ainda foi pouco estudado.

Igualmente, ainda é preciso aprofundar a reflexão as obras e as contribuições de Heleieth Saffioti, não apenas para o pensamento feminista, mas para as ciências humanas no Brasil. Sua obra foi fundamental no que se refere ao cruzamento de duas categorias centrais para a análise social: classe e sexo. Percebe-se, no entanto, que outros teóricos de sua geração dedicados a temas como a escravidão, a sociedade de classes, o desenvolvimento e subdesenvolvimento alcançaram maior projeção no meio intelectual, seus livros são objeto de teses, dissertações, discussões acadêmicas. Chama a atenção, portanto, que praticamente inexistem estudos sobre suas obras.

Possivelmente, nos próximos anos, mais pesquisadores irão reler seus livros e lançar novas interrogações sobre as mesmas. Alguém poderia arrazoar que o fato destas serem reconhecidos mais em alguns círculos específicos se deva ao fato de que são, ainda, muito contemporâneas. E que não houve um distanciamento suficiente para avaliá-las. De fato, eu mesma devo confessar a dificuldade em fazer uma análise das três escritoras aqui estudadas devido à admiração que seus trabalhos provocam, mesmo que divergindo de muitos de seus pontos de vista. Há quem defenda que é necessário um afastamento temporal para que o historiador seja capaz de uma análise isenta. Não acredito muito nesta explicação.

Penso que o fato dos trabalhos de Carmen, Rose e Heleieth ainda não tenham sido muito estudados está mais relacionado ao processo de apagamento de um feminismo radical e da crescente pasteurização do pensamento feminista no Brasil, com o objetivo de facilitar o enquadramento de algumas demandas pelo Estado. Ao longo dos anos de 1990, observa-se que o feminismo foi perdendo substância e radicalidade ao mesmo tempo em que cresceram os órgãos vinculados às políticas públicas. Ao mesmo tempo, penso que a explicação também possa estar relacionada com a permanência de um preconceito em relação ao pensamento feminista que prevalece na intelectualidade brasileira.

Porém, é preciso destacar que há um esforço para reverter este quadro. Em recente evento acadêmico – Fazendo Gênero 8 – realizado na Universidade Federal de Santa Catarina – foram realizadas diversas mesas e simpósios sobre a história do feminismo no Brasil. Destaco, em especial, a mesa coordenada pela Profa. Dra.

Joana Pedro, que contou com a presença de Heleieth Saffioti, Danda Prado e Moema Toscano. O evento contou com a participação de professores, pesquisadores, estudantes do Brasil e de outros países. E se constituiu como uma oportunidade para que as novas gerações comecem a se aproximar desta história tão recente e que ainda merece mais e melhor aprofundadas reflexões.

Chegamos a um estágio em que é preciso olhar para trás. Retomar a memória do feminismo, avaliar as contribuições das intelectuais e do movimento social e produzir um conhecimento que seja vinculado a esta história. Principalmente porque se trata de uma história muito presente, seja pela sua contemporaneidade ou pela atualidade do debate feminista.

E aqui chego ao segundo ponto da reflexão. Durante a escrita de todo o trabalho, percebi o quanto as obras aqui examinadas, escritas no contexto dos anos de 1960, ainda dialogam com a realidade das relações de gênero no Brasil. Quarenta anos se passaram. Porém, alguns dos problemas que eram analisados por Carmen, Rose e Heleieth continuam presentes no cenário brasileiro.

Isso demonstra a qualidade das suas produções intelectuais por conseguir diagnosticar problemáticas de alta complexidade. Por outro lado, é um sintoma de que a superação das desigualdades de gênero ainda é um desafio a ser defrontado por muitas gerações de feministas. Assim, refletindo sobre o sentido de se estudar a história, ou seja, possibilitar uma análise da nossa própria contemporaneidade, eu pude perceber o que realmente me motivou a analisar o pensamento intelectual feminista nos anos de 1960. Retomar problemas que eram abordados nas obras das três mulheres aqui analisadas e que, ainda hoje, fazem parte da vida da população feminina permitiu vislumbrar algumas permanências, mudanças e descontinuidades nas relações de gênero.

Neste espaço da conclusão, pretendo levantar algumas destas problemáticas, principalmente àquelas que dizem respeito ao trabalho, à educação e às diferentes concepções do feminino na sociedade.

Rose Marie Muraro, a mais crítica de todas ao trabalho feminino, dizia que. Em breve, a sociedade brasileira contaria com equipamentos de auxílio às mulheres trabalhadoras. Porém, suas previsões não estavam corretas. Mesmo nas grandes

idades brasileiras, o problema da mulher trabalhadora continua presente. Aquelas de classe média encontram a saída para uma bem sucedida vida profissional em pagar outras mulheres para que realizem *suas* tarefas. As mulheres das classes populares sofrem com a falta de políticas públicas que dêem conta da demanda por educação infantil. Este fato justifica a procura por empregos com horários flexíveis, que na maioria das vezes são os mais precários. Outra conseqüência é a falta de investimentos na profissionalização. Como progredir profissionalmente e conciliar o cuidado com os filhos e com a casa quando não se tem alternativas para resolver estas tarefas? Assim, a falta de equipamentos sociais qualificados que permitam uma maior mobilidade das mulheres é fundamental para que estas possam assumir uma posição ativa como força de trabalho qualificada.

É inegável que, ao longo das últimas décadas, a família mudou. E que, talvez, as maiores responsáveis por estas mudanças sejam as mulheres. A maternidade e o casamento já não constituem um destino irrevogável. Neste início do século XXI, cada vez mais mulheres optam por não se casar, ou estipular outros tipos de relacionamentos. A maternidade, segundo o último censo do IBGE, também vêm sendo redimensionada, o que pode ser visto pelo aumento da idade média em que as mulheres têm o primeiro filho, 31 anos, e a diminuição do número de filhos. É preciso destacar, também, a opção cada vez mais crescente por não exercer a maternidade.

Embora todas estas situações já sejam vistas com maior naturalidade, seria exagero dizer que há uma aceitação plena da sociedade destes novos modelos. O imaginário social ainda não os incorporou plenamente. Ainda causa estranheza mulheres que, por opção, decidam não se casar, não ser mães, constituir lares monoparentais ou configurações familiares longe do ideal monogâmico e heterossexual. Embora haja um aumento significativo da presença de novas formas de viver a feminilidade, ainda há uma carência de estudos que indiquem seu patamar de aceitação social. Arriscaria a dizer que em ambientes como o trabalho, a escola e a mídia o ideal feminino da mulher-esposa-mãe não foi substituído. Foi apenas acrescido da palavra “profissional”.

É possível ter uma idéia deste imaginário ao observar rapidamente (e sem o objetivo de um aprofundamento teórico e metodológico) o modo como as mulheres

são reproduzidas na mídia. As representações femininas nas propagandas publicitárias, por exemplo, são uma demonstração da permanência de uma imagem que vincula as tarefas domésticas às mulheres. Porém, ao longo das décadas, estas propagandas foram sofisticando seu discurso. Hoje se dirigem para uma mulher multifuncional, capaz de, com a ajuda de eletrodomésticos e produtos de limpeza “milagrosos”, manter a casa em ordem, cuidar de filhos, esposo e, ainda assim, ser uma excelente profissional. Para encarnar tais comerciais são escaladas atrizes ou modelos cujos padrões de beleza reúnem as características desejáveis pela sociedade de mercado. A maioria das vezes são mulheres brancas, jovens, magras, casadas e com filhos.

Em alguns casos, são escaladas para os comerciais atrizes de populares telenovelas e cuja vida profissional e pessoal são consideradas sinônimo de sucesso. Isto aconteceu recentemente, em um comercial de eletrodomésticos que apresenta a atriz Malu Mader dizendo que, em sua vida, representa muitos papéis. A analogia com a profissão de atriz era realizada enquanto ela preparava o café para os filhos, escolhia a roupa do marido, decidia o cardápio do almoço, tudo com muita eficiência. A propaganda terminava dizendo que aqueles eletrodomésticos eram dirigidos àquela que, como Malu Mader, é uma *multimulher*.

As mulheres de verdade, e não as que estão nos comerciais, se sentem culpadas porque sua vida concreta está muito distante deste imaginário social que as propagandas televisivas anunciam. Suas vidas não são perfeitas. Elas não conseguem desempenhar tantos papéis e com tanta eficiência. Porém, existe uma cobrança social para que sejam *multimulheres*, utilizando a expressão da referida propaganda. Situações como estas levam a pensar que a mística feminina não foi superada. Continua viva. Porém, renovou seu repertório.

Pressionadas por um modelo feminino que não combina com suas vidas concretas, as mulheres brasileiras entraram no século XXI com mais dúvidas do que certezas acerca de seu futuro. É neste cenário que as problemáticas trazidas por Carmen, Rose e Heleieth continuam atuais e dialogam com a situação cotidiana da população feminina. Outro exemplo disso pode ser encontrado no mundo do trabalho.

O mercado de trabalho, foco das análises das três autoras aqui estudadas, ainda apresenta dissimilaridades para homens e mulheres. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) dão conta de que no ano de 2007, as melhoras ocorridas no mercado de trabalho atingiram mais os homens do que as mulheres. Na região metropolitana de Porto Alegre, a taxa de desemprego masculina recuou mais do que a feminina e as mulheres somavam, naquele momento, 51,1% dos desempregados.

Outro dado que chama a atenção é que o tempo de procura por emprego também foi inferior para os homens do que para as mulheres. Enquanto estas permaneceram desempregadas uma média de 36 semanas, os homens ficaram desempregados 31 semanas. Os números indicam que, atualmente, as crises no mercado de trabalho que geram desemprego atingem de modo desigual aos homens e às mulheres. Os elementos decorrentes da diferença sexual implicam em uma maior dificuldade das mulheres em conseguir uma reinserção no momento da falta de emprego. Cabe destacar que o fator sexo só perde em desvantagem para o fator raça/etnia. Diversos estudos demonstram que mulheres brancas possuem mais vantagens no mercado de trabalho do que homens negros. No entanto, as mulheres negras são as que recebem salários menores e permanecem mais tempo à procura de emprego. Assim, elas são duplamente afetadas por fatores como sexo e raça/etnia.

Nos anos de 1960, Heleieth Saffioti já tentava formular explicações para esta situação quando demonstrava que o capitalismo se apropria de certos preconceitos tradicionais para estabelecer diferenciações nas relações sociais de produção. Segundo ela, no caso da mulher, sua condição social está vinculada à sua capacidade de reprodutora, o que gera uma tendência maior à exclusão do setor produtivo.

Esta exclusão assume, atualmente, formas variadas. Uma delas é o fato da presença feminina ser maior que a dos homens nos denominados empregos precários: sem vínculos empregatícios estáveis, com salários baixos e em funções desqualificadas.

Outro fato que demonstra esta fragilidade das mulheres no mercado de trabalho é a permanência de uma desigualdade salarial, mesmo que os índices de escolaridade demonstrem que, atualmente, a população feminina atinge uma formação superior à dos homens. Contudo, se isto garante chances de colocação no mercado para as mulheres mais escolarizadas, não se reverteu em políticas que garantam uma situação equânime no mercado de trabalho. A análise feita pelo DIEESE é interessante:

Ao se analisar a escolaridade dos ocupados por gênero, observa-se que os homens ocupados concentram-se nas faixas de menor escolaridade até aquelas de ensino médio incompleto. Já as mulheres ocupadas concentram-se nas faixas de escolaridade mais altas – de ensino médio completo e de superior completo. Diante disso, pode-se afirmar que as mulheres ocupadas têm escolaridade maior que os homens na mesma condição. Entretanto, isso não se reflete nem em termos de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho (pois as taxas de desemprego são superiores para as mulheres) e, tampouco, em remuneração superior ou igual à do homem quando logra ingressar no mercado de trabalho. Isso posta desafios para além da educação para aqueles que almejam reduzir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.²⁶³

O que os dados demonstram é que para uma mulher ocupar a mesma função de um homem, via de regra, ela necessita estar melhor preparada em termos de escolaridade. Este fato tem levado a uma busca maior pela formação profissional por parte da população feminina, inclusive no ensino universitário. Todavia, os desdobramentos mostram que a relação, maior escolaridade igual a maiores chances de emprego, não se aplica quando se observa a variável de gênero. Ou seja, mesmo com uma formação mais qualificada que o homem, a mulher permanece com uma situação secundária no mercado de trabalho.

Volta-se, portanto, a um fator que já nos anos de 1960 era explicitado pelas autoras: as oportunidades de desenvolvimento da mulher são limitadas por uma cultura que a desvaloriza enquanto cidadã e trabalhadora. Seu potencial é restringido pelas relações de gênero, classe social e etnia, haja vista que nas capitais brasileiras

²⁶³

http://www.dieese.org.br/ped/poa/pedpoa_Mulheres2008.pdf Acessado em: 25/10/2008.

as mulheres negras somam 50% do contingente de empregados vulneráveis (sem vínculos ou proteções sociais).²⁶⁴

As mulheres se encontram transversalizadas por múltiplas relações sociais, na ponta mais frágil da cadeia produtiva. Isto tem implicações sérias na construção de sua cidadania, conceito que, embora desgastado, ainda vale ser resgatado para lembrá-lo enquanto uma utopia: a condição de plenitude do atendimento a todas as necessidades sociais, econômicas, culturais, políticas e intelectuais de cada indivíduo. Será possível atingir esta noção de cidadania com a persistência de fatores discriminatórios que são cristalizados pelo capitalismo para acentuar as desigualdades?

O que se observa é que, nos últimos quarenta anos, pouco se rediscutiu uma divisão sexual do trabalho. A profissionalização feminina trouxe consigo a necessidade de conciliação com as atividades que tradicionalmente já eram exercidas. A ocupação com os afazeres domésticos, a educação e o cuidado dos filhos, a atenção às necessidades do cônjuge, ainda são majoritariamente exercidos de modo unilateral pelas mulheres. Trata-se de uma carga pesada, uma cobrança da sociedade para que todas estas facetas que hoje fazem parte do universo feminino sejam cumpridas com perfeição. É a permanência do *Eterno Feminino*. Como resultado, as mulheres são vítimas de um sem número de doenças decorrentes da exaustão provocada por uma tripla jornada de trabalho.

Algumas, inclusive, buscam a solução no que já está sendo chamado de um novo “movimento de volta ao lar”. Em reportagem publicada no último 8 de março pelo jornal Zero Hora, algumas mulheres declaravam que haviam escolhido deixar seus empregos e carreiras para dedicar-se à vida doméstica. É possível pensar que tais escolhas, talvez, estejam relacionadas a fatores conjunturais. O que está levando algumas mulheres a abandonar seus empregos e carreiras para ser donas-de-casa? Será mesmo o resultado de uma escolha afetiva? O resultado de uma vocação? Tendo a acreditar que, pelo menos uma boa parte dessas mulheres, está em busca

²⁶⁴ A mulher negra no mercado de trabalho: inserção marcada pela dupla discriminação. Dieese. Estudos e Pesquisas. Ano II – Nº 14 – Novembro de 2005. <http://www.dieese.org.br/esp/estpesq14112005_mulhernegra.pdf>. Acessado em 25/10/2008.

da segurança que a sociedade de mercado não lhes oferece. Não deixa de ser um modo de resistência a um modelo que lhes é imposto, exigindo que sejam ótimas profissionais, ótimas mães e ótimas esposas além, é claro, de se manter em dia com os padrões de beleza vigentes. Talvez seja uma resposta, daquelas que podem fazer essa escolha, para uma sociedade que aumentou seus deveres e lhe ofereceu pouco em termos de direitos.

Apesar deste quadro de desafios que ainda restam a ser superados, é preciso avaliar as importantes mudanças na vida da população feminina nas últimas quatro décadas. Um dos fatos mais marcantes foi a crescente presença feminina nas profissões que exigem qualificação universitária. No final dos anos de 1990, as mulheres haviam atingido a condição de maioria entre os alunos das universidades brasileiras. Isto se refletiu em um aumento de sua participação na produção científica.

Em estudo sobre este tema, os economistas Hidete Melo e André Oliveira demonstram, contudo, a persistência de uma concentração feminina em determinadas áreas do conhecimento. A pesquisa, realizada em 2005, evidencia que nas Ciências Exatas e da Terra, os pesquisadores homens somam 65,47%, enquanto as mulheres representam 34,53%. Nas Engenharias, o abismo ainda é maior. As mulheres que realizam pesquisas neste campo somam 22,4%. Já os homens representam 77,96%. Em duas áreas que, tradicionalmente, concentram um número maior de mulheres, há uma inversão. Nas Ciências Humanas e nas áreas de Lingüística, Letras e Artes as mulheres somam, em média, 53% do total de pesquisadores.²⁶⁵

Os dados em questão oferecem um panorama tanto dos avanços conquistados pelas mulheres quanto da permanência de uma manifestação das desigualdades de gênero na vida profissional. Embora tenha havido um crescimento da presença feminina em carreiras universitárias, a tendência a uma concentração em determinados campos do conhecimento permanece uma realidade. É curioso notar que mesmo em algumas profissões, onde já existe uma paridade entre os sexos,

²⁶⁵ MELO, Hidete Pereira de. OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. Cadernos Pagu, nº 27. Campinas, julho/dezembro de 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332006000200012&script=sci_arttext&tln_g=pt. Acessado em 01/11/2008.

análises demonstram que, ao longo da carreira, se estabelece uma desigualdade nas oportunidades e distribuição das atividades profissionais. A socióloga Tania Steren dos Santos conduziu, no ano de 2001, uma pesquisa dedicada a examinar a influência das relações de gênero sobre a carreira profissional na Medicina. Seu estudo, realizado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, constatou, entre outros dados interessantes, que apenas 27% das médicas atuam na área cirúrgica, contra 40% de homens. Somente 13% das médicas entrevistadas atuavam em cargos de chefia na administração hospitalar. Já, 82% dos médicos exerciam funções administrativas. A explicação para este fenômeno remete-se ao fato de que as mulheres iniciam a vida profissional em condição de igualdade com os colegas homens. Porém, vão perdendo terreno de atuação em decorrência de compromissos com a vida pessoal:

Os dados indicam uma tendência a que os homens tenham maior atuação na área do ensino, na cirurgia e na administração, que são as áreas de maior prestígio social, enquanto as mulheres parecem predominar na pesquisa científica e no trabalho clínico junto aos pacientes. (...)

No início da carreira, o envolvimento com o trabalho em plantão é similar em ambos os gêneros, mas, depois do casamento e do nascimento dos primeiros filhos, os homens predominam nesse tipo de trabalho, assim como no atendimento de casos de emergência. (...)

Quanto à produção científica, foi observada uma tendência semelhante. Entre os profissionais que apresentam alta taxa de produtividade, a maioria são homens. As mulheres demonstram uma produtividade muito semelhante à dos homens, quando se trata de um nível médio de publicações. Entretanto as desigualdades entre homens e mulheres é muito intensa entre os profissionais de alta produtividade.²⁶⁶

A pesquisa conclui que os homens casados e com filhos não apresentam um recuo na sua vida profissional. Ao contrário, estão entre os que atingem maiores índices de produtividade. Ou seja, uma mesma situação profissional e pessoal traz decorrências inversas para mulheres e homens, denotando perda de prestígio e salário para as primeiras.

Os estudos aqui levantados têm o propósito de contrabalançar uma suposição de que a desigualdade nas relações de gênero seja uma questão do passado. Elas continuam atuais e, cada vez mais, se percebe o caráter estruturante destas relações. Por outro lado, diante dos inegáveis avanços percorridos não se pode olhar para as

²⁶⁶ SANTOS, Tânia Steren dos. Gênero e carreira profissional na Medicina. Mulher e Trabalho. Revista FEE., Porto Alegre, v. 4, p. 73-88, 2004. (p.77-79)

últimas décadas sem deixar de reconhecer que o feminismo, inaugurado pelas intelectuais aqui estudadas, e por tantas outras mulheres anônimas, cujas ações ainda escapam à escrita da história, fomentou esta marcha. Porém, também é preciso admitir a permanência de condições desiguais entre mulheres e homens, manifestas tanto no âmbito da cultura quanto nas estruturas que determinam as condições materiais da vida. O pensamento feminista, portanto, permanece vivo em sua atualidade para explicar a constância deste desequilíbrio e atuar pela sua superação.

Ao revisitar os livros de Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti percebe-se uma escrita engajada, que denunciava a origem dos problemas das desigualdades entre homens e mulheres, apontando caminhos e bandeiras que, se atualmente são considerados radicais, nos anos de 1960 geravam pavor entre os segmentos mais conservadores. Apesar disso, suas palavras foram ouvidas pela intelectualidade brasileira e por um público de leitores e leitoras que, certamente, reagiram a elas.

Os escritos produzidos por Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti defendiam um presente e um futuro mais justos para as mulheres das gerações ulteriores. E certamente suas obras contribuíram para as importantes mudanças que ocorreram nas últimas décadas. Elas representaram uma geração de pensadoras feministas que tinham a convicção de poder mudar o mundo e mudar o Brasil. Contudo, se trata de uma obra incompleta. Como toda obra, precisa ser revisitada, retomada pela memória, reinterpretada à luz dos novos e velhos problemas. Que sentidos seus escritos adquirem no presente? Que sentidos vão adquirir no futuro? É possível que um dia suas palavras sejam apenas o testemunho de um outro tempo, no qual as hierarquias entre homens e mulheres prevaleciam, preconceitos ditavam o lugar dos indivíduos na sociedade e as mulheres eram contempladas com a condição de segundo sexo? Por ora, permanecem os elos com esse passado, motivo pelo qual, é inevitável continuar os percursos.

FONTES

CIVITA, Laura. **O melhor de Carmen da Silva**. (coletânea de textos). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____. **Memórias de uma mulher impossível**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

_____. Entrevista 23/05/2008, Rio de Janeiro., por MÉNDEZ, Natalia Pietra. Decupagem em anexo.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Entrevista 20/07/2008, São Paulo, por MÉNDEZ, Natalia Pietra. Decupagem em anexo.

DA SILVA, Carmen. **A Arte de Ser Mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **O homem e a mulher no mundo moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. **Feminist epistemologies**. New York: Routledge, 1993.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALMEIDA, Maria Hermínia; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAES, Fernando; SCHWARCZ, Lílían (orgs). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. 2. ed. Barcelona: Anthropos, 1991.

ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARAÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____ **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia Almeida. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Clara. Marxismo e feminismo: tensões e encontros de utopias atuais. **Revista Presença da Mulher**, n. 37, dez., 2000.

ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Ed. UNESP, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, 1975.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 1, 2 v.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Ed. UNB, 2007.

BORGES, Dulcinda; RODRIGUES, Jane. O gênero na universidade e os currículos universitários: resistências e possibilidades. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, Celsi. **Gênero Plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez., 1995.

_____. Campo intelectual y proyecto creador. In: **Problemas del estructuralismo**. México: Siglo XXI, 1969.

_____. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

_____. **O Poder Simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARF, Clara. **Brasileiras, guerreiras da paz**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Á beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres nas Ciências: mapeando campos de estudo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, 2000.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DUARTE, Kelly Batista. **Carmen da Silva: nos caminhos do autobiografismo de uma mulheróloga**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

_____. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Claudia. Estudos da Ciência na Ótica Feminista. **Revista Eletrônica com Ciência – Mulher**. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/12.shtml>. Acessado em: **dia, mês, ano**.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 1 v.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

GERGEN, Kenneth. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, Mary MacCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Ed. UNB, 1993.

GERGEN, Mary McCanney. Rumo a uma Metateoria e Metodologia Feministas nas Ciências Sociais. In: GERGEN, Mary MacCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Ed. UNB, 1993.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo 'problemático': contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Relações de Força**: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIRATA; LABORIE; LE DORARÉ; SENOTIER; (coord). **Diccionario crítico del feminismo**. Madrid: Ed. Síntesis, s/d.

HOBBSAWM. Eric. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. O Presente como História. In: HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARANJEIRA, Sônia. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

LOURENÇO FILHO. Evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1960. R.B.E.P. nº 100. Fundação IBGE. Brasil: Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970. In: ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, Celsi. **Gênero Plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

_____. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.

O melhor do Pasquim. Antologia. (1969-1971) organização: Sérgio Augusto e Jaguar. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1985)**. 2004. 162 páginas. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro – O movimento feminista no Rio de Janeiro: becos e saídas. In: **Mulheres, da domesticidade à cidadania**. Estudos Sobre Movimentos Sociais e democratização. Reunião da ANPOCS, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 11, 1987,

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em Movimento**. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.

NELSON, Lynn Hankinson; NELSON, Jack. **Feminism, Science and the Philosophy of Science**. London: Kluwer Academic Publishers, 1997.

NOVAES, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3 v.

NOVAES, Fernando; SCHWARCZ, Lilia. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 4 v.

PALTI, Elias José. **“Giro Lingüístico” e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

PEREIRA, Otaviano. **Sobre a Mulher – Marx, Engels e Lenin**. São Paulo: Global, 1979.

PÉREZ AGUIRRE, Luis. **La condición femenina**. 2. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. Mulheres: Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero.** São Paulo: Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

_____. **Uma História do feminismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

PRÁ, Jussara Reis; BRITO, Maria Noemi. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987. **Cadernos de Estudos Pós-Graduação em Antropologia Social / UFRGS,** Porto Alegre, n. 14, 1988.

PROST, A.; VICENT, G. (orgs.). **História da Vida Privada.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 5 v.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 11, 1998.

_____. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação.** Portugal: Rés Editora, 1986.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS; RIDENTI; ROLLAND (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROMEIRO, Eliane. A Arquitetura do Corpo Feminino e a produção do conhecimento. In: _____ (org) **Corpo, Mulher e Sociedade**. São Paulo: Papyrus, 1995.

ROWLEY, Hazel. **Tête-à-Tête**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, Celsi. **Gênero Plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SADER, Emir. **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: **Congresso Internacional da Latin American Studies Association**, 21, 1998, Chicago.

_____. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

SCHMIDT, Benito. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de contexto. In: GUAZZELLI, C.; PETERSEN, S.; SCHMIDT, B.; XAVIER, R. (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Desconstruir igualdad versus diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. **Revista Feminaria**, Buenos Aires, n. 13, 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1994.

SEGATTO, José Antônio (coord.). **A participação da Mulher na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2001.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica**. São Paulo: Edusc, 2003.

SOIETH, Rachel. Feministas e as tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia. In: Encontro de Enfoques, 3, 2001,

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, 2000.

_____. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

_____. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Releume Dumará, 2001.

_____. História das Mulheres e história de gênero – um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e Participação Política da Mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TANESSINI, Alessandra. **Introduction to Feminist Epistemologies**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

TANNEN, Deborah. **Gênero y Discurso**. Buenos Aires: Paidós, 1996.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, Edward Paul. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A voz do passado. História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1994.

VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, , 1994.

ANEXOS

ANEXO I: Entrevista com Rose Marie Muraro.....255

ANEXO II: Entrevista com Heleieth Saffioti.....275

ANEXO I

MURARO, Rose Marie. Entrevista realizada em 23/05/2008. Rio de Janeiro, por Natalia Pietra Méndez. Decupagem.

Natalia (N): Em sua auto-biografia você comenta as dificuldades de sua fase escolar.

Rose Muraro(R): Ah, você não quer fazer uma entrevista teórica. É uma entrevista biográfica?

(N): O meu interesse é pela sua trajetória intelectual. Mas tem alguns aspectos da parte biográfica que me ajudariam a pensar sua formação intelectual;

(R): A minha trajetória escolar foi exatamente o oposto do que eu tive depois que eu fiz minha vida. Eu sempre rompi todas as amarras, desde que eu não podia ler, que eu não podia casar (pausa) eu fui rompendo tudo, até no fim da minha vida optar por uma dissidência pós-cristã; que materialista eu não consigo ser porque eu conheço muita física então aqui tem um sentido. Eu chamo Deus de “a energia do universo”. Mas era uma escola de Freiras, aliás, muito boa, muito bem conceituada na época. Depois, todas essas escolas declinaram na medida em que você teve uma cultura mais sexualmente *desreprimida*, então elas perderam a sua característica. E, depois que veio a teologia da libertação elas também perderam a sua característica de educar a “Le fie société” como elas diziam (as moças da sociedade). Então elas tomaram consciência que tinham que estar ao lado dos pobres, foi um trabalho nosso, da Ação Católica.

Lá era uma formação muito convencional. E todas as minhas amigas são convencionais. A única que rompeu todos os tabus fui eu. Eu não conheço uma pessoa do meu tempo que tenha rompido os tabus, seja do casamento, seja do feminismo, seja tabus intelectuais. Eu não conheço, da minha escola... das outras eu não sei e a Margarida Genevoá, que também é da comissão de justiça e paz ela não rompeu nada. Então eu acho que a única que teve esse tipo de educação católica praticante e rompeu tudo a ponto de nos anos de 1970, a Conferência dos Bispos

(que eu trabalhei inclusive na Conferência dos Bispos que eu era considerada uma heroína do cristianismo), veio pedir a Frei Ludovico, que era meu patrão, que me tirasse como “devassa”. E ele disse “não senhor, o problema não é a sexualidade, o problema é o poder”; Calou a boca da conferência dos bispos.

Eu tinha uma porção de namorados (risos) ...quando eu resolvi romper mesmo, eu rompi. Eu sou muito radical, eu vou sempre às raízes, não é radical de sectária, eu procuro ir às raízes. Foi por isso que eu assumi o feminismo e dei minha cara a tapas antes das feministas aparecerem. E aí que eu conheci Heleieth;

(N): E quando foi isso? Quando você disse “Eu sou feminista”?

(R): Foi por acaso, porque eu escrevi um livro feminista em 1966, católico, chamado “A Mulher na Construção do Mundo Futuro” e este livro já colocava o problema da dominação econômica e da dominação de gênero, coisa que ninguém falava na época, nem aqui nem fora daqui. Então, nesse livro eu dizia que a mulher era o operário do homem, tanto quanto o homem era o operário do patrão. Isso era em 1966, antes de eu saber que existia movimento feminista. Eu conhecia Simone de Beauvoir, mas não conhecia (pausa); e os padres diziam: “mas você, tão católica, citando Simone de Beauvoir, ela é anti-cristã”... Eu vou citar, por que não?

(N): Você havia tido conhecimento da obra dela na França, em uma viagem à Europa?

(R): Foi. E depois eu vi como ela incendiou o mundo. Na mesma semana eu estava na Sorbone, fazendo um curso. E na mesma semana foi o lançamento do livro dela, *O Segundo Sexo*, isso era em 1950. E foi o lançamento do Norbert Winers, que foi um dos grandes heróis da minha vida, que foi o *Cybernetics*, a nova ciência cibernética. Então esses dois foram fundamentais pro mundo. Tanto a informática, trazendo hoje a rede mundial de computadores que está dando uma nova fórmula audiovisual de civilização e eu toquei depois no *A automação e o Futuro do Homem*, trazendo uma nova estrutura psíquica para o ser humano, já baseado no audiovisual, não só mais

no visual, na escrita, e sim no audiovisual. Então foi assim que (pausa); agora já nem me lembro... você me perguntou o quê?

(N): Quando você se assumiu como feminista?

(R): Por acaso. Foi quando o *Pasquim* me entrevistou. Quando eu convidei a Betty Friedan, eu li, foi a Madre Cristina eu não me lembro o sobrenome dela... era famosíssima em São Paulo e me deu o livro da Simone de Beauvoir para ler. Eu fiquei encantada com o livro da Simone de Beauvoir, vou publicar isso, eu era editora, né? E olha, deu Foi quando.... Não sei se você leu a minha entrevista para o Pasquim. Eu hoje estou doente. Eu tenho essa entrevista aí. Mas eu tenho um exemplar só. Eu posso tirar no Xerox. Eu tenho essa entrevista no computador... No meu livro que ainda não saiu, que eu tenho no computador.

Foi assim. Eu estava em análise (eu contei em minha auto-biografia) e eu queria ir para a Guerrilha do Araguaia – olha só onde eu já estava – com Frei Beto, Frei Osvaldo, Frei Tito, aqueles padres todos que morreram, que assumiram a Teologia da Libertação, que mais tarde veio a ter o Leonardo Boff. Então os dois maiores movimentos do século XX nasceram na minha mão: o movimento de mulheres - aí eu me assumi como feminista. E a Teologia da Libertação que fui eu que mandei o Leonardo. Eu era diretora da editora eu disse “rapaz você não pode querer traduzir os ...” (eu já tinha muita prática) “europeus quando no Brasil nós temos uma vivência riquíssima e radicalmente nova”. E aí ele voltou com um livrinho chamado *Jesus Cristo Libertador*, de onde saiu toda a Teologia da Libertação. Então, eu consegui incendiar o mundo tanto quanto eles, de outra maneira. O Michel Foucault (isso está também em minha biografia) quando esteve aqui, ele me disse: “Você está metida no movimento social mais importante do mundo. Você vai ver como, no fim do século XX, vai ser políticas públicas e políticas demográficas. O futuro está nas mãos das mulheres”.

(N): O que mais você lia nos anos de 1960, além de *O Segundo Sexo*, já citado?

(R): Não, eu não li o Segundo Sexo, só li muito depois, nos anos 70, depois de ter publicado meus três primeiros livros, *A mulher na construção do mundo futuro*, *Automação e o Futuro do Homem...* Só depois disso (pausa); Eu me assumi como feminista em *A mulher na construção do mundo futuro*, aí eu já sabia. Meu analista disse: “porque que você não entra pro feminismo ao invés de querer entrar para a guerrilha? Você é tão cega que no primeiro tiro você vai morrer”. Ele era sempre a favor, como D. Hélder Câmara, a favor de fazer aquilo do seu ambiente.

Você pôs a Betty Friedan aí? Estava havendo um rebu desgraçado na sociedade brasileira por causa dela e tudo caiu em cima da minha cabeça; eu tive que me assumir como feminista porque eu vi o feminismo como a libertação das mulheres e eu consegui convencer a *Vozes* dizendo: “Se vocês são pioneiros na libertação do homem, vocês têm que ser pioneiros na libertação da mulher, não é um problema sexual, é um problema de opressão econômica” E aí vendeu muito *A mulher na construção do mundo futuro*. Vendeu uns 30 mil números. Era Dona Rose na terra e Nossa Senhora no céu.

(N): Pode se dizer que a sua descoberta do feminismo surgiu mais de uma inspiração prática do que teórica?

(R): Na época, porque eu sempre fui uma solitária, uma pensadora. E essa minha história como pensadora tem um início muito engraçado. Quando eu fui fazer o meu QI o Dr. Lopes, muito famoso na época (pausa); E eu vim de uma família muito rica, então podia pagar aquilo tudo, ele me disse: “olha aqui, você dá pra tudo, você não vai poder ter uma profissão, você vai encher o saco dela, vai viver de galho em galho”. E eu encontrei uma profissão que mexia com tudo, e eu fiquei lá 40 anos, que foi como Editora.

E eu comecei a ser pensadora porque eu tinha uma formação intelectual na Igreja, lia os livros dos grandes teólogos (Santo Tomás de Aquino, imagina você), os teólogos modernos. Eu esqueci o nome de um deles que me marcou muito “*Le prassege de La vie espiritual*” esqueci o nome do homem, o idiota, e depois, quando eu li Marx e ele

dizia que o homem não foi feito à imagem de Deus, Deus é que foi feito à imagem do homem, eu me lembro, eu tinha 24 anos, eu disse: Fechou, está certo, aí eu perdi minha fé. Eu fui refazendo minha imagem de Deus até fazer a imagem que eu tenho hoje que é a da energia do Universo. Eu voltei a Deus através da física quântica. Que era minha obra.

Então eu não sou uma pensadora feminista. Eu fui uma pensadora feminista mas agora não sou, tanto que o livro que eu estou escrevendo agora se chama *Querendo ser Deus: a introdução à tecnologia do século XXI*. Mas eu faço com uma visão de gênero e essa visão vai aparecer no epílogo do livro, em uma única página, dizendo que no momento em que você luta por uma moeda solidária, cooperativa e não por uma moeda competitiva que está nos humores de uma única nação e uma moeda em que você pega uma cesta de commodities, que têm que ter todos os povos vigiando, você está fazendo um trabalho de gênero. A tecnologia, tendo como o outro, com o capital dinheiro, o outro no sentido lacaniano. Isso está no final do meu livro.

Tanto que eu nunca fui uma militante feminista, nunca fui de marcha, eu sempre ficava sozinha. Então, aí eu via, se isto fosse – não fosse usada pelo dinheiro que nada cria e tudo orienta (pausa); mas a tecnologia não é para a vida, é toda bélica, orientada para a morte. Tanto que meu próximo livro vai se chamar *Sobre a Guerra*, já está com 300 páginas; Os projetos de guerra do século XXI são de uma violência! São guerras cujo projeto atinge homem, mulher, nação.

(N): Pensando em suas obras da década de 1960, 70, você se considera uma pensadora da Teologia da Libertação?

(R): Daquela época sim. Eu consegui mobilizar as freiras dizendo que a libertação da mulher era a base para a libertação do homem através do meu livro *A mulher na construção do mundo futuro*. Eu dizia que, se o gênero feminino não se desenvolvesse, a nação não se desenvolveria. Era o que estava sendo descoberto, aí eu cheguei até as freiras. A Maria José Rosado, por exemplo, é filha dessa época, Ivone Gevara, essas grandes cabeças das mulheres da Teologia da Libertação, da Teologia Feminista. Existe hoje uma teologia feminista muito forte no mundo inteiro.

Eu fui uma inspiradora desse movimento, mas eu nunca escrevi teologia feminista, eu o recusei. Eu não quero nada que se refira à Teologia. Eu fui inspiradora delas, todas elas dizem isso, que eu fui a primeira a escrever um livro feminista, sem querer, que foi *A mulher na construção do mundo futuro*. Depois, no livro *A Libertação sexual da mulher*, eu já me considerava feminista. E era perigosíssimo.

Você tem que pegar o livro *A mulher na construção do mundo futuro*. Ele foi sorvido pelas freiras e padres da Ação Católica (a qual eu pertencia) que foi o berço da Teologia da Libertação. Se não tivesse o trabalho de D. Hélder e se não fosse a intensidade da influência que ele teve sobre a sociedade não teria tido Teologia da Libertação nenhuma. Ele era um homem candidato à presidência da República, mas ele nunca quis, ele ria muito, achava muita graça. Mas, esses presidentes da república que estão aí agora, o Rafael Correa, o Fernando Lugo, o próprio Hugo Chávez, o Evo Morales: todos saídos da Teologia da Libertação. Foi por isso que eles foram aceitos pelos seus povos, porque eles não queriam uma ideologia comunista, queriam uma ideologia libertadora. E a única ideologia libertadora fora do comunismo é o marxismo cristão. Eles usam a luta de classes, rejeitam o materialismo dialético e fazem um trabalho espiritualizado, como fez o Leonardo Boff.

(N): E as mulheres, como entraram nisso?

(R): Através das teólogas, da Ivone Gebara, nos anos 70, como teólogas. O meu livro não foi um livro teológico. Meu livro foi assumido nas escolas secundárias: 30 mil exemplares adotados durante a própria repressão. Esse livro incomodou a repressão. Ele foi proibido, em 1975, como pornográfico junto com o *Automação e o Futuro do Homem*, que não tinha a palavra mulher, mas era perseguição política, evidente. Eles tinham muito medo de mim e não sabiam como me atingir porque eu não era do VAR-Palmares, não era do PC do B, não pertencia a nenhum grupo, graças ao meu santo analista que eu pude fazer esse trabalho de fundo, como uma pensadora mesmo.

(N): Uma questão que aparece na sua biografia é que este trabalho de pensadora esteve relacionado à sua vida pessoal, casamento, maternidade. O feminismo seria

mais palpável, mais concebível do que a luta armada para uma mulher com cinco filhos?

(R): A luta armada era inconcebível porque eu era cega, não porque tivesse cinco filhos. Eu não uso óculos porque eu tenho um olho desativado e, no outro, pouca visão, porque eu fiz uma operação nos EUA para catarata. Aí eu aboli os óculos. Mas eu usava óculos muito grosso.

(N): Gostaria que você me falasse de suas relações com Carmen da Silva, Heleieth Saffiotti. Nos anos de 1960 vocês já se conheciam?

(R): Eu conheci Carmen da Silva no início dos anos de 1960, antes do golpe militar. Eu ia na casa dela, ela gostava muito de mim, conversávamos muito, não tinha, ainda, o problema do feminismo nem para mim, nem para ela. Ela era progressista, eu era progressista, e pronto. Na década de 1970 ela ajudou muito a trazer as mulheres para a Betty Friedan, ela fez um artigo na revista *Claudia* dizendo que a Betty Friedan não era nenhum bicho papão. E depois, não se podia dizer a palavra feminismo, a palavra feminismo foi dita pela primeira vez na revista *Claudia* em 1974, porque era muito assustador. E eu conheci a Carmen da Silva, ela era um ícone do movimento feminista.

As feministas não gostavam muito de mim porque eu era uma estrela. Uma vez aconteceu, na morte da Ângela Diniz, uma amiga minha queria ir comigo a todos os lugares para ver se conseguia ter um pouco de fama. Então, nós estávamos dando uma entrevista, ela falou, tudo bem. Quando eu comecei a falar todas as luzes se abriram. Mas ela nunca tinha dado a cara a tapas na ditadura militar, ela estava só querendo aproveitar.

Mas não era o caso da Carmen. A Carmen da Silva não podia dar muito a cara a tapas por causa do seu emprego, e ele era muito importante para nós. Ela fez o que tinha que fazer, muito bem.

Heleieth , no começo, ela não se definia como feminista.

(N): E sua vida pessoal, Rose?

(R): Pra eu largar meu marido eu tive que aprontar. Foi meu confessor e meu analista que me disseram que meu casamento era iníquo, porque eu ainda cuidava dos cinco filhos, punha todo o dinheiro em casa e, ainda, tinha que pagar as dívidas do psicopata do meu marido.

(N): Ele fazia o quê?

(R): Olha, até hoje eu não sei, ele fazia negócios, mas, tudo dava errado com ele. Então, o que tinha de oficial de justiça em minha casa querendo penhorar móveis, tudo! Até penhoraram meus direitos autorais.

Fiquei 23 anos e meio casada. Eu saí “corneando” meu marido dez anos antes. Foi nos anos de 1960, na época em que todas as mulheres estavam saindo dos seus casamentos à procura do amor. Foi meu confessor, que morreu faz pouco, bem velhinho que me disse: “vai à luta, seu casamento é iníquo, Deus é deus da vida, não da morte”. E foi meu analista, que ficou comigo nove anos, que me disse: “se você não tiver uma vida mais prazerosa paralela você nunca vai largar seu casamento”. Por causa do masoquismo da criação, aliás, eu coloquei isso no meu livro e Leonardo tirou. A Igreja tem um pensamento masoquista sobre a sexualidade, é como se ela fosse “carregar uma cruz”.

(N): A questão do subdesenvolvimento e desenvolvimento aparece muito em seus livros da década de 60, 70. Alguma influência da CEPAL?

(R): Eu lia como editora, mas eu tinha mais a intuição. Eu transgredi tudo, passei por cima da universidade, por cima de todos para ter um pensamento só meu. Você não pode procurar bibliografia em minha obra porque não tem. Eu vou dizer que eu lia Celso Furtado? Eu não li! Quando eu falei sobre a globalização no Ceará, isso agora, muito mais recentemente, me perguntaram: “você leu a obra do Otávio Ianni sobre a

Globalização?” Eu disse: “eu não vou ler idiota!”. E fiz o meu estudo do sistema bancário, da moeda que eu estava interessadíssima. Isso nos anos 1990.

(N): Mas e nos anos 1960?

(R): Eu não lia Florestan Fernandes, ele era meu amigo, mas não li a obra dele. Eu publiquei a obra dele toda, achava aquilo tudo tão chato! A impressão que eu tinha era de que eles não pegavam os problemas. Depois, muito mais tarde é que eu vim a ver que eu praticava intuitivamente a chamada prática teórica das feministas. Era tudo baseado na minha reflexão sobre os fatos. E uma teoria você pode defender de um lado ou de outro, nominalismo, idealismo, eu li a minha vida inteira, mas não para escrever meus livros. Mais, quando você faz a prática teórica, que é o que as feministas fazem, você, baseando sua prática na vida, que foi o que a Teologia da Libertação fez, não tem chance de poder ter uma visão anti-teologia da libertação ou anti-feminista, como eu fiz.

As outras feministas não vendiam nada porque eram mais teóricas, e eu pegava a prática para basear minha teoria. E eu era física, matemática. Quando eu saí da universidade tinha 200 teorias matemáticas precisando de dinheiro para poder se desenvolver e eles só deram às cinco que interessavam ao sistema. Você quer coisa mais ideológica do que as ciências exatas? As matemáticas enriquecidas, que tomavam o irracional (e eu vi que o irracional me fazia falta lá), elas são do fim do século XX. E foi exatamente quando começou, as francesas brigavam comigo e eu dava-lhes um petardo. Foi por acaso que começaram a colocar a subjetividade nas obras de filosofia, e foram as feministas que fizeram isso: quando a matemática começou a colocar o irracional? Não se sabe, pois foi ao mesmo tempo, nos anos 70, 80. Foi naquele caldo de cultura dos anos 70 que mudou tudo, inclusive a visão teórica do mundo e eu já estava bem preparada para isso.

(N): É possível ver ineditismo em suas obras e seu pensamento?

(R): Por exemplo, *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil* quando o Guatarry veio aqui brigou à beça comigo porque dizia que aqui não havia classe social. E eu dizia: têm. Pouco antes dele morrer, ele deu o *Sexualidade da Mulher brasileira* pra ele ler, (pra Marilena Chauí, pra todos os intelectuais paulistas – mas eu sempre fui muito marginal, quando você é inédita você é marginal) aí ele disse isto pro Gregório Barenbidi: “foi o melhor livro que eu li na minha vida e ele validou as nossas teorias, nós deliramos na Europa e ela fez a pesquisa que validou nossas teorias”.

Eu, sem querer, era uma deleuziana, mas eu nunca tinha lido Deleuze até hoje. Guatarrí sim, eu li o *Anti Édipo*... Esses livros são extraordinários. Eu tenho 4 mil livros, minha filha. Eu não tenho uma biblioteca, mas tenho mais no outro quarto, os livros sobre mulher estão lá. Eu sempre li muito, mas não os livros do *establishment*. Eu era editora, também do Otavianni, ele me adorava.

(N): Você acha que o pensamento feminista que se desenvolveu no Brasil tem muito de original ou ele acompanhou aquela “onda” do feminismo internacional e vocês foram nessa “onda”?

(R): De jeito nenhum! Nós mesclamos o feminismo, desde *A construção da mulher no mundo futuro* você vê que ele estava mesclado com a luta de classes. Só as negras americanas nos entendiam, porque elas tinham gênero e raça. As negras americanas me adoravam. Não, nosso feminismo era muito mais avançado que o delas (*refere-se ao feminismo internacional*)

Quem dizia que o feminismo brasileiro era um reflexo deste feminismo internacional era o pessoal do partido comunista que queria acabar com a gente, sem ter lido o que a gente escreveu (*refere-se aos seus livros e de Heleieth*). Inclusive, a Heleieth era marxista, brava, maravilhosa, ela é inteligentíssima e ela fez também o feminismo com luta de gênero e luta de classes. Nós começamos o feminismo nos anos 70 e o resto da América Latina foi atrás da gente nos anos 80.

(N): Existe essa conotação nos livros de vocês, e no seu, especificamente, essa preocupação com o homem e a mulher do proletariado.

(R): Naquela época, coisa que ninguém tinha. Imagina se uma feminista americana! (pausa) eu conheço profundamente as feministas americanas. Eu conheci a Betty Friedan, elas nem sabiam que existia um mundo com classes, era só *gender, gender*.

(N): Inclusive você conta em sua biografia que levou a Betty Friedan a conhecer as favelas.

(R): E os torturados. Isso me veio da Conferência dos Bispos, que eram todos de esquerda radical. Muito mais radicais que a esquerda atéia. E eles podiam, ser porque o *establishment* não tinha medo deles. A Teologia da Libertação só veio a ter medo - o Estado dela - nos anos 80 quando virou um fato internacional da maior relevância. Eu já era proibida pelo vaticano. Depois, o meu livro, *Erótica Cristã* foi proibido pelo Papa (já era o João Paulo II). Eles proibiram fazer edições. Vendia loucamente e tinha os maiores pensadores cristãos do Brasil, que ficaram em anonimato absoluto e enquanto eu estou viva ficarão. Depois que eu estiver morta, também ficarão.

(N): Qual era sua relação com Frei Beto e Leonardo Boff?

(R): Frei Beto era da Ação Católica e era do meu berçário. Tinha uns cinco ou seis rapazes da AC, que eram garotada, e que vinham conversar comigo. Eu tinha 33 anos, e Frei Beto tinha 18. Eles vinham muito conversar comigo pra fazer suas cabeças. Eu já na CNBB. Aí, as outras mulheres diziam: "Olha aí o berçário da Rose!". Eles tiraram isso da minha biografia, o Phillip tirou.

(N): Porque ele tirou?

(R): Porque ele é um Puritano. A minha auto-biografia não é (pausa); E foi bom que fosse assim senão seria um livro impublicável, eu contei toda a verdade, eu tenho as fitas gravadas em bruto, se você lê aquilo, fica doida. Eu fiz nove versões. E assim mesmo...O pessoal da *Vozes* leu e aceitou. Porque a Teologia da Libertação já estava levando o problema da sexualidade. Tinha saído o *Erótica Cristã*, que mostrava as relações entre sexualidade e poder.

(N): Rose, há algum aspecto que não tenha sido publicado em sua auto-biografia e que gostaria de aproveitar para relatar?

(R): Não. Eu fico muito assustada porque eu falei sem censura e nem me lembro mais do que eu falei. Deixa assim. Deixa assim. Não é sobre a parte sexual, é sobre a parte política.

Acho que ele [o livro] foi bastante completo. Graças a Deus – agora que minha memória está me falhando - que ele foi feito quando a minha memória não falhava.

(N): Como foi sua experiência como poeta? Fiquei encantada com seus poemas, eu não os conhecia.

(R): Ah, isso foi nos anos de 1950 quando era muito reprimida, não tinha coragem de largar meu casamento porque era indissolúvel, naquela época era assim, muito conservador, como os evangélicos hoje. Então eu escrevia poemas para sair o meu erotismo, era um erotismo abafado, espiritualizado. Os padres e as freiras ficavam loucos pois eles tinham o mesmo problema. E eu tive esse dom de revelar o inconsciente coletivo da Igreja, que mais tarde veio a dar na Teologia da Libertação.

(N): Já existia algo da Teologia da Libertação nos seus poemas? E a ótica feminista, já estava nesses poemas?

(R): Já, nos anos de 1950. Eu já estava com D. Helder. Esses poemas pegaram o inconsciente coletivo de uma geração inteira, vendia algo como 50 mil exemplares.

(N): Gostei muito do poema *A Mulher de Mil Faces*, de 1963, o que a inspirou?

(R): Eu dizia que eu era uma pessoa polimorfa. Tanto é que um amigo meu me disse: eu não sei como eu te vejo, eu te vejo como uma intelectual, uma prostituta e como uma monja. Você tem todas as faces. Isso foi um amigo meu, mineiro, que é um grande produtor cultural e me disse: “não tenho como definir você, você é a mulher de mil faces”. Foi isso que eu escrevi ali, que eu queria ser uma mulher de mil faces, eu era.

(N): Talvez algumas faces escondidas tenham se revelado depois de escrever o poema

(R): Ah sim, eu já estava em plena época hippie, me vestindo com aqueles vestidos indianos maravilhosos, japoneses, todos alternativos. Isso foi nos 70, porque os sessenta aqui começaram com 1968, toda essa parte de querer fazer uma prática teórica sobre sexualidade. Os 60 foram a preparação, direitos humanos e civis, isso fora daqui. Eu passei um tempo nos Estados Unidos, era o problema da mulher, mas aqui a Igreja brecava muito. Mas o meu primeiro livro era realmente um livro feminista.

(N): O que você acha que motivou a que este livro tivesse tantos leitores e a vender tanto, já nos anos de 1960?

(R): A mesma coisa que os meus poemas, porque esse livro correspondia a um anseio (eu ainda era bem comportada) do pessoal que queria ser libertado, como se poderia dizer, que queria fazer um omelete sem quebrar os ovos. Que é o caso do Paulo Coelho, de uma certa maneira do Leonardo, quando ele largou a Teologia da Libertação e foi falar sobre ecologia. E isso eu digo a ele, Ele é um padre, mesmo sendo casado ele é um padre, ele não rompeu o sacerdócio.

(N): E você, dentro dessa lógica, se considera uma monja?

(R): Se for junto com a prostituta sim. (risos)

(N): Pelo que você conta em sua biografia, você contou com alguns protetores dentro da Igreja Católica, como Frei Ludovico...

(R): Frei Ludovico foi o melhor homem que eu já vi em toda a minha vida. Pelas minhas loucuras e pelas loucuras políticas do Leonardo, ele teve câncer e morreu. Ele foi perseguido pelo Vaticano, pelo Exército Brasileiro, pela ditadura, pela Ordem Franciscana e pôs todo o mundo no bolso por minha causa e pela causa do Leonardo; Ele era muito além da gente, por isso eu acho que ele foi o maior produtor cultural que o Brasil já teve.

(N): Em que ano ocorreu sua entrada na Editora Vozes?

(R): Como *free lancer*, eu entrei no início dos anos 60, e em 1969, como empregada. A editora tem cem anos, mas era conservadora. E eu fui com Frei Ludovico, que era o rei dos alternativos, estava acima do bem e do mal. Não digo que era bem comportado porque não era, mas eu digo pra você que ele estava acima do bem e do mal porque ele era um santo, ao mesmo tempo.

(N): Essa linha de publicações não teológicas, iniciou quando?

(R): Nos anos de 1960, como *free lancer* eu conseguia publicar uns cinco por ano. Depois de 1969 começou a ser uns 4 ou 5 por mês quando eu comecei a pegar os brasileiros e a dar um voto de confiança ao novo pensamento brasileiro.

(N): Então antes de sua entrada e de Frei Ludovico a Vozes não publicava livros que não fossem teológicos?

(R): Publicava livros conservadores. Contra os protestantes, contra os espíritas, contra os hedonistas, era tudo contra. Era igual ao Bento XVI. Eu trouxe toda a linha

da Igreja da libertação de D. Hélder que havia sido banida. Vendia enlouquecidamente, o inconsciente coletivo queria aquilo. Trouxe os catecismos da conferência dos bispos nova, que foi punida e vieram os conservadores; trouxe a sociologia do Padre Gregory, por séries, que era o que havia de mais importante. Eu trouxe o Nilton Carlos. Então foi gloriosa essa época dos anos 60, antes de nós começarmos realmente, em 69, um trabalho sistemático sobre o pensamento brasileiro. Nos anos 80, nós já éramos a editora mais importante do Brasil, nos anos 70! Graças a Frei Ludovico.

(N): Voltado ao tema inicial, a sua infância, gostaria que você falasse da importância que teve a figura paterna na sua formação.

(R): Meu pai era poderosíssimo e doce, como Frei Ludovico era poderosíssimo e doce. Meu pai era o maior industrial de São Paulo e, comigo, ele me achava um gênio. Ele me abraçava tanto que aquilo parecia um mel na minha alma. Foi quem eu amei, porque minha mãe era tão burra, tão burra, ela morreu agora há uns seis, sete anos atrás; tão burra quanto o era quando eu era criança. Eu descobri a burrice dela e rejeitei-a; Rejeitei o modelo feminino. Eu queria um homem com pênis e seios, que é o homem do futuro.

(N): É engraçado esse depoimento seu, como feminista, porque, também lendo sua auto-biografia percebe-se que as figuras masculinas foram mais marcantes.

(R): Não teve nenhuma mulher que me marcasse. Só teve uma em minha adolescência, que era uma mulher extremamente inteligente, que tinha lido Simone de Beauvoir no convento, na época que ela era terrivelmente proibida. E eu era apaixonada por aquela mulher. Eu achava que era assim que eu tinha que ser. Uma freira, que depois morreu nos anos 70, Madre Luisa. As meninas a adoravam e as outras freiras tinham uma inveja! Aquele foi meu modelo de mulher, que eu só consegui encontrar em minha adolescência. Eu não consegui encontrar um modelo de mulher que me satisfizesse e por isso eu fui ser intelectual, mulher e homem, ao

mesmo tempo, andrógena. A mulher é andrógena quando ela desenvolve a intelectualidade, o homem é andrógeno quando desenvolve a sensibilidade. Em termos grosseiros, quando desenvolve as características “femininas”, que na verdade são da humanidade, mas no patriarcado ficaram com a mulher.

Em um livro chamado *Feminino e Masculino* – que eu escrevi com Leonardo Boff - eu faço a análise da androgenia, como ela foi rompida com o patriarcado, como eles eram andrógenos na pré-história. Depois, eu fiz isso em uma coleção pequena sobre a história do masculino e do feminino.

(N): Mudando de assunto, eu teria curiosidade de saber sua opinião sobre alguns temas atuais. Atualmente, como está a posição da Igreja com o Papa atual?

(R): O Ratzinger? Ele é um louco tarado. Ele proibiu a Ivone Gebara, proibiu a mim, a Leonardo e mais 140, todas as cabeças pensantes da Igreja tiveram que se retirar. E o episcopado escolheu esse homem! Quando eu vi que esse homem havia sido escolhido pensei: “Pronto, a Igreja acabou”. E, de fato, a Igreja está virando uma seita. O Leonardo senta o cacete nele. Ele vira o foco dele para re-cristianizar a Europa, que não adianta de nada (Europeu tem curso universitário), ao invés de olhar para os pobres e a América Latina que é onde tem futuro, onde as massas votam no pessoal de esquerda. Quer dizer, ele está com um foco totalmente conservador. Minha filha, tem tantas piadas de quando ele foi eleito! Tinha uma até que eu vou contar, se você quiser ponha na sua tese! Diz que, quando ele foi eleito foram perguntar pra ele assim: “Que nome o senhor vai tomar?” e ele disse: “Eu vou tomar o nome de Bento XVI, mas, se quiser, me chamem de Adolfo II”. Ele foi da SS – ele diz que não, mas foi – na juventude dele.

(N): E na sua opinião, porque a Igreja faz este esforço tão grande, conservador, para controle da sexualidade da mulher, por exemplo, na questão do aborto, de insistir da castidade como método anti-concepcional e no controle de doenças? Vai contra aos avanços da Teologia da Libertação.

(R): A Teologia da Libertação é uma Pós-Igreja, os Teólogos da Libertação estão todos condenados pelo Bento XVI. Tem história este cisma. Então, o Leonardo estava deprimido porque o Papa havia proibido *Igreja, Carisma e Poder*. No dia seguinte ao lançamento de um livro do Betinho, que ele tinha escrito com o Leonardo, eu disse: “Leonardo, o meu analista me diz que quando você tem um problema muito grande, tem que falar para o maior número de pessoas, foi assim que eu consegui me livrar do meu marido, do meu casamento porque você não fala?” Nesse dia, ele deu uma entrevista para a BBC de Londres, foi ouvida por 700 milhões pessoas. Aí a Igreja está: cindiu e está rachada até hoje. Por isso que a Igreja toma esse teor conservador, é um sinal de desespero, como é um sinal de desespero nos EUA. Se esse Obama ganhar ele vai ser assassinado uma hora dessas. O Kennedy foi assassinado por muito menos, ele é negro e amigo do Chávez, contra a guerra do Iraque, a favor das mulheres, muito menos conservador que a Hillary, filho de feminista, filho de pai e mãe que trabalhavam e que cuidavam juntos dos filhos.

(N): E aqui no Brasil qual é sua opinião sobre a política atual, o governo Lula?

(R): Lula foi eleito pelo pessoal de esquerda, mais pelas comunidades de base, pela Igreja, devia ser um Fernando Lugo, um operário saído das bases. Mas ele mostrou ser um homem de direita. Pra eu te dizer em um momento o que eu acho da política dele: ele deu uma esmolinha para os pobres que são essas bolsas família, escola, que foi tudo jogado na nossa economia, que está desenvolvendo o país, e deu um dinheiro monumental para os ricos que levaram tudo para Caimã, saiu tudo do Brasil, está tudo girando o mundo.

(N): E com relação às políticas públicas para as mulheres?

(R): Acho ótimo, a Nilcéia é (pausa). Tanto que eu sou do Conselho Nacional [dos direitos da mulher] e eu nem apareço mais lá, primeiro porque eu estou muito velha, me cansa muito com essa artrose pegar avião e ir para Brasília e ter um trabalho pesado, porque eu já fui do primeiro conselho, o da Ruth Escobar, e eu sei que é um

trabalho pesado. Então, eu não vou nunca, olha eu disse à Nilcéia: “meu cargo está à sua disposição porque eu tenho plena confiança em você”, e aí ela me disse assim: “eu quero o seu nome no Conselho, que lhe dá credibilidade”. Então eu disse: “por sua causa eu vou ficar”. Eu nunca vou a Brasília receber prêmio porque eu não tenho saco, quem recebeu o prêmio Bertha Lutz por mim, foi ela. Eu não fui lá receber a minha patronagem do feminismo - porque eu sou patrona do feminismo brasileiro - eu não fui nem receber do Lula. O Lula, careca de me convidar, e eu não fui. Só vou se me pagarem cinco mil reais por uma conferência, e ponto. Prêmio, não. O Leonardo também não vai mais receber prêmio, a gente não agüenta mais. Eu já recebi o que, uns 15? Todos os prêmios que uma mulher poderia receber eu já recebi. Pra que? É papelão, qualquer cupim come.

(N): Mas não deixa de ser um reconhecimento à sua obra e seu trabalho...

(R): Tudo bem, mas eu tô pouco me lixando. Sabe por quê? Porque eu sou da escola do Padre Lebrecht: “Não pare para olhar as flores do caminho, vai sempre em frente e faz o que tem que ser feito”. Então, eu, com prêmio, sem prêmio, é tudo a mesma coisa. Nisso eu sou cristã. Eu faço por causa de uma frase do Evangelho que balizou minha vida: “procura primeiro o Reino de Deus e sua justiça e o resto virá por acréscimo” Sendo que reino de Deus é o reino da justiça, procura primeiro aquilo que você acha que vale a pena, que tem que ser justo e o resto vem por acréscimo. Foi sempre assim. Fama, dinheiro, eu ganho exatamente aquilo que eu preciso para comer, nem mais, nem menos. Sempre foi assim.

(N): Aliás, escritores, pensadores, no Brasil, com exceções, vivem vidas bem modestas.

(R): Com exceção de Paulo Coelho, que é o maior vendedor de porcaria do mundo, mas ele pegou o inconsciente coletivo em sua parte mais inconsciente, o desejo de

que você seja salvo dentro de suas idéias sem precisar ser incomodado. Essa ternurinha...

(N): Ele foi seu aluno, né?

(R): Foi, no Instituto Vila Lobos. Ele se lembrava mais de mim do que eu dele, eu até tinha esquecido. Não era dos mais brilhantes, não.

(N): Quem foram os brilhantes?

(R): Paulino da Viola, Carlos Imperial, tinha tantos interessantes. Paulo Coelho, naquela época, era letrista do Raul Seixas.

(N): Rose, de minha parte, as perguntas principais, acho que já foram feitas.

(R): Que bom, você ficou satisfeita com pouco, que ótimo! Eu pensei que você fosse entrar nos temas do movimento operário brasileiro, a mulher, os números. E eu pensei: vamos ver o que eu vou agüentar falar com essa doença.

Você leu *A Automação e o Futuro do Homem*? Aquele livro é tão atual, tão profético, ele tinha que ser só atualizado. Eu pensei que pudesse fazer isso e estou escrevendo um outro livro. Eu previ a internet, previ a biologia sintética, a inteligência artificial, e nunca tinha lido nada. Previ o desvio da humanidade em duas, com a engenharia genética, previ a tecnologia, sendo obsoleto o ser humano. Eu gosto mesmo é de pensar, eu nunca fui uma grande militante feminista porque eu gosto mesmo é de pensar. Pra quê? Tinha tantas...

(N): Mas sua contribuição como pensadora e militante foi importante!

(R): É uma coisa ou outra. Não há tempo para fazer as duas de forma organizada. Eu sou uma intelectual orgânica, no sentido gramsciano. Já Heleieth, não é uma

intelectual orgânica, ela não organizou as mulheres. Eu fui a primeira a detectar, a escrever e a organizar, e depois eu larguei. A Heleieth ficou no pensamento, e é ótima. Eu passei por cima da universidade, a universidade que adote meus livros!

(N): Você chegou a se formar em Física?

(R): Não, porque era todo o mundo esquizofrênico. Tanto que o meu pessoal dizia: “Eu vou pro projeto Manhattan porque, se eu não for, vai o meu vizinho e eu deixo de ganhar dinheiro”, olha a esquizofrenia daí! Isso é psicótico.

(N): Então diploma universitário você não chegou a obter?

(R): Nem quero, até hoje, é tarde demais, e graças a Deus, nunca precisei dele. Você não acha melhor ser premiada como patrona do feminismo brasileiro? Só eu e o Oscar Niemeyer temos isso, agora, todos os *Honoris Causa* não tem. Eu vou por cima de tudo, eu vou passando, eu sou porra louca ao extremo.

ANEXO II

SAFFIOTI, Heleieth. Entrevista. São Paulo, 19/07/2008, por Natalia Pietra Méndez. Decupagem.

Natalia (N): Sua origem foi humilde, eu li que sua mãe era costureira, seu pai pedreiro, seus pais eram operários?

Heleieth Saffioti (H): Minha mãe não chegou nem a sequer à condição de operária. Ela tinha máquina de costura e trabalhava por conta própria, o que é pior do que ter uma carteira assinada. E meu pai, nas mesmas circunstâncias, quando havia trabalho, se trabalhava, quando não havia, não havia o que se fazer porque época de chuva não se constrói. Então, foi uma infância muito difícil do ponto financeiro, mas, por outro lado, me trouxe muitas alegrias. Eu sou a mais velha da família e só tenho um irmão. E meu padrinho era um cidadão muito rico, tinha fazendas, e as fazendas ficavam perto de Araçatuba, não pertenciam à Comarca de Araçatuba, pra você que não tem familiaridade com isso porque é de outro estado, acho que não vai adiantar, mas fica perto de Monte Aprazível, General Salgado, enfim, as fazendas ficavam naquela área. E meu padrinho convidou meu pai e minha mãe para irem morar na fazenda porque meu padrinho queria que meu pai construísse umas casas e eu tinha, nesse momento, seis anos e meio; meu irmão, quatro anos e meio. Com relação a ele, não havia dúvida. Ele não estava na escola, então ele iria com a mamãe e o papai. Agora, comigo não, porque minhas tias paternas eram professoras e eu, quando entrei na escola, aos seis anos, já entrei alfabetizada. Então, eu não podia ir porque lá não havia escola e nem se imaginava interromper os estudos. A alfabetização foi feita mais pelas minhas tias, não que minha mãe não pudesse ter feito, mas ela não tinha tempo. E era o *metier* das minhas tias, e também não era uma coisa sistemática, não. Iam me dando noções e eu, naturalmente, gostava e ia absorvendo. Eram professoras, eram duas em escolas isoladas que tem, 1ª, 2ª, 3ª séries, não tem a 4ª, que eu fiz depois, no grupo escolar. Então, em Ibirá, onde eu nasci, sertão, eu fiquei com minha vó pra ir à escola e foi um momento decisivo da minha vida porque minha vó era um encanto de criatura, e minha mãe saiu a ela. Ela

é um amorzinho, todas as cuidadoras adoram cuidar dela, ela não dá trabalho, para ela está tudo bom. Eu não, eu já sou reclamona.

Bom, eles foram, levando meu irmão e eu fiquei com minha vó. Eu era a neta preferida de minha Avó, família italiana, a família dela era muito grande. As minhas duas avós tiveram, cada uma, quatorze filhos. Do meu pai eu não conheci a avó nem o avô. Mas do lado materno sim. Minha avó me tratava como um bibelô, eu adorava viver com minha avó. Então foi boa a experiência, três anos e meio com eles.

Mas houve um detalhe negativo. Eu me lembro até hoje da saída do caminhão de mudança e eu correndo atrás do caminhão. Era a minha primeira experiência de desamparo. Era um abandono, quer dizer, eu sabia, intelectualmente, que era necessário. Eu mesma não queria interromper os estudos. Mas, de qualquer maneira eu iria ficar sem o carinho dos meus pais, sem o meu irmão.

Essa experiência de desamparo eu acho que é alguma coisa que me acompanha, sabe? Se eu perco alguém eu já entro naquele clima do desamparo. E foi aos seis anos e meio, muito precoce, coitadinha de mim (risos).

Bom, nas férias eu ia, adorava ir para lá porque adorava cavalgar e meu pai tinha um cavalo. Eu montava no cavalo e saía por aquelas fazendas e era uma delícia. Também era muito perto do Tietê, fazíamos piqueniques em áreas do Tietê muito rasas, com pedras, regiões bem bonitas do Tietê. Depois, quando eu terminei o grupo escolar eu fui para Auriflame.

Minha família ficou muito pouco tempo na fazenda e se mudou para a cidade. Meu pai, trabalhando nas coisas dele, mas também logo um irmão dele resolveu se estabelecer com uma máquina de beneficiar arroz e engajou meu pai no trabalho da máquina e minha mãe, claro, foi formando sua clientela, e assim foram vivendo. Agora, não havia como me fazer estudar além do 4^a ano primário. Eu fiquei três anos entre grupo escolar e o ginásio, sem estudar. Agora, minha mãe, que sempre foi muito sábia sem ter o grau de escolaridade que justificasse essa sabedoria, ela costurava e se tornava amiga das professoras primárias. Porque naquela época, ser professora era ter um *status* muito bom em uma cidade pequena. Então, ela falou com uma professora amiga dela que ela não queria que eu ficasse inteiramente longe dos afazeres intelectuais e eu passei a ser uma espécie de monitora da professora.

Assistia as aulas, intervinha, ajudava os estudantes com dificuldades e isso foi muito bom porque eu não ganhei mas eu deixei de perder, não perdi nada.

As mesmas tias que haviam sido minhas professoras, uma delas havia se casado e morava em Avaré e a outra estava em São Paulo. Se decidiu que eu seria levada para Avaré. Só que quando eu cheguei lá essa tia adoeceu e precisou ser hospitalizada, não se sabia quanto tempo ficaria em hospital. Obviamente, como ela era minha tia, o marido dela não era meu parente, não iam me deixar com o marido dela na casa, eu com quase 13 anos, adolescente. Tiveram que pensar outra solução. Fui para Itapetininga porque um irmão do papai era professor na escola agrícola. Só que esse meu tio morava na fazenda e havia sido suspensa, quando eu cheguei lá, a condução da fazenda para a cidade. Isso inviabilizou minha estada na casa dele. Então, eu fui parar na casa de gente que eu nem conhecia. Eram os pais da tia que era mulher do meu tio. E eu fui tão bem recebida, esse casal era maravilhoso. Ele era alemão e ela brasileira e tinham duas filhas. Uma, que era a esposa do meu tio, que faleceu recentemente, e outra mais ou menos da minha idade. A família da minha mãe sempre foi católica. Minha mãe nunca foi de freqüentar a igreja sistematicamente. A família do meu pai já pendia para o espiritismo. E em Itapetininga eu entrei em contato com uma outra religião que, para mim, era uma coisa totalmente nova porque eles eram presbiterianos. Era muito moderna a Igreja Protestante, naquela época, se comparada à Igreja Católica. A missa ainda era rezada em latim, aquela história toda, manter jejum para poder comungar, e a tal da confissão. E o protestantismo me mostrava um outro lado, da festa, do jantar comemorativo, do teatro, aí eu fiquei encantada, não propriamente com a religião, mas com essas atividades que a Yolanda gostava, nós tínhamos mais ou menos a mesma idade, uma fazia companhia para a outra e gostávamos das festas. Porque eu nunca fui de missa. Eu fui criada junto de uma prima que eu adoro. Essa prima era muito católica e, olha, criadas juntas, prima por parte de mãe, e ela era carolíssima. Se, por ventura, ela comesse ou tomasse alguma coisa, ela não tinha dúvida, para poder comungar, tocava o dedo na garganta, vomitava e comungava. Eu dava risadas, achava engraçado aquilo. Mas eu nunca, desde criança eu já não gostava de religião. Claro que quando me acenaram com vestido novo, sapato novo, fotografia, no dia da

primeira comunhão, eu quis fazer a primeira comunhão. Lógico, para tirar minhas casquinhas! Mas não era pra ser filha de Maria e coisas do tipo, nunca fui religiosa. Hoje, já não brigamos mais, não há nenhuma rusguinha. Mas até uns dez anos atrás não se podia falar em religião porque dava algum problema. Agora, tacitamente, se acordou que não se discute esse problema. Ela tem suas crenças, e crença não se discute mesmo, ou tem ou não tem, não é possível comprar na farmácia ou no botequim da esquina. Eu gosto muito dela, é a irmã que eu não tenho, ela também me considera irmã, nos damos muito bem, mas cada uma na sua.

(N): Como foi sua inclinação para se transformar em uma socióloga, professora, pensadora? Sua família, pelo que a senhora conta, não possuía uma trajetória de formação superior, universitária.

(H): Não, foi minha geração que ascendeu. Veja você, eu fiquei um ano em Itapetininga com os sogros do meu tio, aí vim para São Paulo. E as minhas tias tinham um tirocínio importante nessa área e elas eram muito bruxas mas sabiam escolher o que era melhor. E o Instituto de Educação Caetano de Campos, também conhecido como Escola Modelo, Escola Normal da Praça funcionava nesse prédio aqui da praça [refere-se à Praça da República, em São Paulo]. Eu adoro esse pedaço por isso, estudei sete anos aqui. Bom, não havia vaga para nem meia pessoa. E havia exame de admissão. Eu tinha feito o primeiro ano do ginásio em Itapetininga e, sem fazer cursinho - porque havia cursinho para a admissão – sem nada, com o que eu fiz esse exame? Fiz com aquilo que eu mantive assistindo a aulas do terceiro ano porque não tinha 4º em Auriflame. Posteriormente sim, no início não. Eu consegui entrar, passar, fazer o primeiro ano.

Aconteceu que, naquele ano foi criado o curso noturno, o Ginásio à noite, aqui na Caetano, em torno de 1949, eu acho. Em 1955 eu fiz a escola normal. E havia, não sei se ainda há, o comissionamento, que consiste no seguinte: a pessoa só estuda, não trabalha e recebe um salário se ela for classificada em primeiro lugar. Bom, eu fiquei um ano com essas tias bruxas e não gostei e me mudei para a casa dessa prima da qual eu gosto, e na casa dela eu fiquei em torno de três anos e meio. Então,

havia épocas em que eu tinha 3 empregos, um pela manhã, um há tarde, entre o da tarde do qual eu saía 17 horas para entrar depois na escola às 19 horas, eu dava aulas particulares de português. Eram três empregos e eu não podia ter a pretensão de ser a primeira colocada com todas essas atividades. Havia, depois da escola normal, um ano de aperfeiçoamento de professores, só pela manhã, não havia a noite. Então, eu arranjei um emprego à tarde e outro a noite para poder estudar de manhã. E deste, eu fui a primeira colocada. Então, ser a primeira colocada representava uma coisa maravilhosa. Eu tinha que me profissionalizar logo para poder, de forma sistemática e garantida, ajudar a família. E tendo sido a primeira colocada ganhei Cadeira Prêmio. Isso significa o quê? Naquela época, a normalista quando se formava, ficava numa escola, sem fazer nada, como substituta e, quando faltava uma professora, ela cobria essa professora, era raro, quando tinha bebê, então, havia uma licença que era menor do que hoje, mas que, de qualquer forma era melhor do que um dia ou dois. Era muito instável porque se ganhava quando se trabalhava. Quando se ficava esperando a professora e ela não chegava e, se tomava a classe dela para dar as aulas, se ganhava; se ela chegasse, claro que a aula era dela. Era uma situação instável e eu não passei por isso. Não passei por aquele *stress* de ficar em fila de classificação, ou então, “então esse ano não dá pra escolher” ou só dá em “chiririca” no fim do mundo! (risos) E depois, a pessoa ia se removendo até chegar à capital. Eu não tive isso. Com a Cadeira Prêmio não havia fila, a gente furava a fila, era o normal. Então, eu fui a primeira a escolher, independentemente dos anos que aquelas pessoas tinham de espera. Era um prêmio, tanto que chamava-se cadeira prêmio. E aí eu escolhi São Paulo. Mas, a essa altura, quando eu escolhi, porque demorou para sair a convocação, foi 1955, eu acho, outubro, comecei a dar aulas no ensino primário mas já não me satisfazia. Prestei o vestibular – sem cursinho, sem nada – para ciências sociais na USP. Naquela época a coisa era duríssima. Primeiro, não havia livros em português. Todo o mundo, ou foi para uma escola especializada aprender línguas ou aprendeu na raça. Porque havia livros em francês, inglês, no máximo havia uma tradução mexicana da Fondo [Editora]; e espanhol, por exemplo, eu aprendi na marra, porque é tão parecido com o português. Pra vocês [do sul] é mais fácil, para nós já fica mais difícil, mas mesmo

assim é muito simples. Eu aprendi sozinha e, futuramente, fui aperfeiçoando isso na medida em que ficava uma semana no Chile, duas ou três em Cuba, um tanto na Argentina, e fui melhorando o espanhol. Tanto que, em 1973, eu fui convidada para colaborar em um curso de pós-graduação no México, sobre gênero, e eu fui, mas, antes disso, eu falei: “não, eu não sei, eu nunca estudei espanhol e vou ter que dar o curso em espanhol”, e aquele professor de espanhol já estava na minha carreira acadêmica, então nós tínhamos um colega especialista em espanhol. E havia a esposa de um professor que queria estudar, éramos duas, contratamos aquele senhor para nos dar aulas de espanhol. E, quando terminou a primeira aula, que era muito participativa, e ele não falava português na aula, somente espanhol, ele disse: “se a Bia quiser continuar, ótimo, senão termina aqui o curso porque você não precisa”. Claro que quando eu não sei como se fala, dou uma volta e digo trocado. Inglês e francês eu estudei um pouco, muito pouco e depois deslanchei nesses países. Quando eu me casei, fiquei um ano nos Estados Unidos porque meu marido ganhou uma bolsa para estudar energia nuclear, então eu fui junto. Era curioso porque ele tinha um vocabulário muito maior que o meu. Eu tinha feito dois estágios do Yázigi, naquela época só havia dois e depois que eles ampliaram. E eu tinha um vocabulário pequeno só que eu sabia as expressões idiomáticas. Eu me saí muito melhor do que ele e tive condições de melhorar meu inglês sozinha, enquanto ele sempre tinha problemas por que não conhecia as expressões idiomáticas. Francês, eu fiz um ano de Aliança [Francesa] e era demorado, me enchia a paciência. Depois apareceu, na própria Aliança, curso áudio-visual. Daí eu me apresentei dizendo à professora que eu não queria entrar no início porque eu já sabia uma série de coisas, já lia, não sabia falar mas eu sabia ler porque eu tinha que ler na faculdade pra poder sobreviver.

(N): Quando a senhora entrou na faculdade?

(H) Em 1956, no mesmo ano em que me casei. Comecei em março, era seriado na época. Eu tinha feito os exames do meio do ano. Mas não tinha iniciado o segundo semestre. Porque eu me casei em agosto, até julho foram férias e daí veio o casamento e eu precisava de um formulário se era casado ou não [formulário do

Cnpj para a bolsa dos EUA que o esposo ganhou]. Meu marido já tinha química, depois fez física e já tinha doutorado em química, três livros publicados e casou-se com uma ilustre ignorante. O fato é que nós nos casamos. E, às vezes, em algumas conferências eu conto, porque essa gente não tem muita imaginação, elas querem receitinhas de como mudar o marido ou o namorado. Então eu conto o que me aconteceu. Havia quase treze anos de diferença de idade entre eu e meu marido. E eu pensei: “tenho que ser muito espertinha senão ele vai me dominar”. Eu, uma moleca, e ele já tinha tudo isso. Eu imaginava que estratégias eu deveria usar. Foi engraçado porque primeiro nós moramos na Pensilvânia, então nós alugamos um apartamento. Era uma casa muito grande e o proprietário fez entradas independentes então no sótão estavam as máquinas de lavar roupa, coisa que lá passou a existir muito antes do que aqui. E, no andar superior da casa haviam dois apartamentos. Num deles morava um casal americano, no outro nós. Embaixo, morava um casal brasileiro com uma garotinha de um ano. E, uma noite, eu estava resfriada, simplesmente resfriada. E o Saffioti chegou e disse: “o Harry a Ivete e eu vamos ao cinema, você não irá porque está resfriada”. E eu pensei: começou a decidir por mim. Eu não disse nada, eles saíram e dois minutos depois eu saí, fui a outro cinema, saí do cinema fui passear porque eu queria chegar tarde em casa. Então, fiquei andando pela cidade. Lá pelas tantas chegou eu: “Onde você estava, você nos deixou quase loucos, imagine uma menina há noite, sozinha, num país estrangeiro, que absurdo, onde você estava?” E eu respondi: Que coisa curiosa você me perguntar isso, por acaso você me perguntou se eu me sentia em condições de sair estando resfriada, porque gripada eu não estou, examine bem a pergunta que você me fez porque eu não tenho nada a lhe responder.” E não contei. Então começou assim o processo de re-socialização do meu marido. Eu tinha sempre querelas com certas feministas que defendiam o trabalho com mulheres vítimas de violência. Eu dizia “tem que haver serviços oferecidos aos homens, ambos foram educados na sociedade machista, ambos merecem serviços. E a resposta era: “não porque a verba é restrita e a vítima tem sempre prioridade”, e eu pensava: “Que prioridade besta, não? Porque vai mudar a cabeça da mulher, não vai mexer com a do homem, é óbvio que a relação vai

piorar”. E ainda se fala em conciliação, olha a contradição! Não haverá conciliação. Agora, eu também não sou em todos os casos pela conciliação, depende.

(N): Chama a atenção que no livro *A mulher na Sociedade de Classes*, a perspectiva de sua análise é relacional, mesmo que naquela época ainda não houvesse o referencial teórico de gênero.

(H): Eu falo na elaboração social dos sexos, isso é gênero. Antes desse livro o projeto que eu apresentei à comissão de tempo integral era um projeto sobre operárias têxteis e professoras primárias e eu já entrevistei maridos. Só que eu redigi depois desse (*A mulher na sociedade de classes*), eu redigi em 1969. Quando eu terminei de redigir o relatório para a Fapesp da pesquisa, *A mulher na sociedade de classes* já havia sido lançado.

(N): O que a levou a optar por uma pesquisa unindo as categorias classe e sexo, como foi o encontro com essa temática?

(H): Eu cresci num curso bastante reacionário, o autor mais progressista que se dava era Mannheim. Quando eu terminei o curso eu vi: puxa vida, eu não sei nada. O Luis Pereira me convidou para trabalhar lá (Araraquara). A coisa foi mais complexa porque eu já fiz 3 vestibulares na minha vida, pra não pedir favor. Eu não tenho problema de pedir favor na minha vida pessoal se eu precisar, mas, profissionalmente não. De maneira que, o Saffioti trabalhava na USP, aqui em São Paulo, e o diretor da hoje UNESP o convidou para montar o Instituto de Química, primeiramente o curso e posteriormente o Instituto. Ele viajou durante o ano de 1961. Em 1962 nós resolvemos ir para lá porque estava ruim nossa vida, embora nós nunca tenhamos deixado o apartamento aqui em São Paulo, ficávamos mais tempo em Araraquara, o que pra mim foi muito bom porque não havia nada de atraente na cidade então eu pude estudar mesmo. Sentia necessidade de estudar todo o tempo que me fosse possível para ter alguma coisa pra dizer aos alunos, para não mostrar minha ignorância, então eu estudava muito. Eu precisava ir para lá. Solicitei um comissionamento, mas olha,

eu tinha ficado quatro anos comissionada para fazer o curso na USP, recebendo sem trabalhar. Depois, nesses quatro anos que acabaram virando cinco porque num deles eu pedi um afastamento sem remuneração para ir aos Estados Unidos. E a secretaria negou meu pedido de comissionamento e eu acatei como muito correto, achava que a secretaria realmente tinha razão. Bom, e como obrigá-la a me permitir desenvolver meu trabalho em Araraquara? A velha técnica de passar em primeiro lugar. Então fiz vestibular para pedagogia. Porque eu tinha pedido comissionamento não para a função docente, qualquer coisa que me mandassem fazer, como escrituraria, por exemplo, eu teria aceito, mas como negaram fui eu para o vestibular. E, mais uma vez ganhei. Mas, antes de saírem os resultados o Luis Pereira me convidou para trabalhar como assistente dele. Mal sabia eu que logo logo ele iria se mandar e me deixar sozinha. Bom, distribuição do trabalho na cadeira. Havia um ano de sociologia em todos os anos do curso de sociologia, um em letras, são cinco, e todos os anos do curso de ciências sociais, um ano de sociologia. A cada ano que passava era mais um em ciências sociais. Logo no primeiro ano o Luis me deu Introdução à Sociologia que era sociologia sistemática e Metodologia, quantos em fim de carreira correm para não colocar a mão nessa cumbuca! E lá fui eu, olha eu estudava como uma desesperada, passava noites estudando porque eu não sabia e consegui. Mas isso foi em março, que começaram os cursos aí o Luis permaneceu um ano ainda, mas não tomava conhecimento de minha existência, não era uma pessoa à qual eu pudesse me dirigir.

E foi super engraçado porque eu dei aula para a turma com a qual eu fiz o vestibular. No ano seguinte o Luis veio – sem contrato com a USP – trabalhar no CESIT Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho, situado na cadeira de sociologia I, que havia a I do Florestan e a II do Rui Coelho. Então eu fique sozinha, com cinco cursos anuais de pedagogia, um em letras e a cada ano que passava mais um em ciências sociais. Então eu fiquei com tudo e ouvia: “vai ficar sozinha como professora de matemática”; não havia professor de antropologia, nem de filosofia nem (...) Pra não deixar o curso morrer eu acabava estudando e passando para os alunos o que eu havia aprendido e a mesma coisa ocorreu com meu marido, só que com uma grande diferença. Ele já era doutor em química, já tinha o curso de física, já havia escrito três

livros, já era doutor. Eu não, não havia pós-graduação, não havia o que há hoje. Havia doutorado pelo sistema francês, de o candidato, orientação não havia, o candidato devia estudar e mostrar para o orientador o que havia feito e ele é que iria dizer sim ou não, mas orientação propriamente não havia. Método que é uma coisa super importante não tinha. Se eu estivesse na USP eu jamais teria escolhido este método mesmo porque nunca ninguém me ensinou isso lá. [refere-se à metodologia empregada no livro *A Mulher na Sociedade de Classes*]. O que está aí foi o que eu aprendi sozinha. Eu penso que eu fui mais do que corajosa, eu fui temerária porque a conjuntura política me era altamente desfavorável. Nós perdemos poucos professores mas eu, meu marido, o Luis estávamos em uma lista que deveria ter sido demitida, nós não tínhamos estabilidade. Por isso é que eu digo que eu fui temerária mesmo, eu coloquei a minha função, o meu cargo em jogo porque veja que injustiça. Havia uma norma que era o seguinte. Independente do momento em que o professor havia começado a sua carreira acadêmica ele deveria entregar a tese de doutorado ou de livre docência ao Conselho Estadual de Educação e em, seguida, defender o doutorado ou a livre docência. Não havia pós graduação organizada então era ou o regime francês ou nada. E eu tinha muita consciência de que se eu não obedecesse a essa injusta norma – que era injusta porque uns haviam começado em 1959, eu havia começado em 1962 e porque na mesma data cada um tinha que apresentar a tese. Achava injusta mas me dizia: homens podem desobedecer a norma, eu não posso, por enquanto eu não posso desobedecer. Eu fiz das tripas coração, eu dormia 3 a 4 horas por noite e dava aquele mundaréu de aulas. E coletei todo o material. A tese ia ser de doutorado, eu estava inscrita na USP com o Florestan e ia ser aquela das professoras primárias e operárias têxteis. Coletei todo o material, entrevistei todo o mundo. No momento da redação, havia tão pouca coisa para ler! Existia a *Claudia*, mas você não pode dizer que os artigos da Carmen da Silva fossem científicos. Eram bons para abrir a cabeça das mulheres de classe média mas não eram propriamente uma fonte para quem queria defender uma tese.

Foi muito difícil. No nível internacional também era muito pobre a literatura. Quer ver quantos livros havia? Porque o da Betty Friedan, eu tive acesso a esse livro e o meu livro já estava praticamente escrito. Então quais existiam? O da Simone de Beauvoir e

com algumas dificuldades sérias porque a história e a historiografia em geral e, sobretudo, a etnografia eram muito limitadas na época em que ela escreveu. Não se esqueça que tinha havido a guerra, ela escreveu no final da guerra ou logo depois de terminada. A primeira edição é de 1949. Então tinha que usar com muita reserva essa parte. Acho que eu acabei sendo injusta com a Simone, eu já fiz até a auto-crítica sobre isso porque, se você a tomar você vai ver que eu estou muito ligada a ela em termos intelectuais. Mas o livro da Betty Friedan me causou um rebu tão grande que eu acabei me esquecendo da Simone e imputando certas coisas à Betty Friedan quando, na verdade, deveria ter colhido isso na Simone e ter dado o crédito a ela.

E havia o livro da Simone, o livro que a Viola Klein escreveu junto com a Alba Myrdal, havia o da Evelyne Sullerot, uma francesa sobre operárias têxteis. E uma coletânea organizada pelo Chombart de Lauwe, muito pouco literatura. Por um lado, eu achava isso ruim porque eu não podia beber certas coisas teóricas que eu gostaria de ter encontrado prontas. Mas por outro lado, isso espicaçava minha curiosidade. Porque há só isso? É preciso que haja mais. E quando eu fui examinar os dados diretamente colhidos por mim eu achei muito pequeno para que eu pensava. Fui muito metida mesmo, muito nariz arrebitado porque eu poderia ter ficado mais modesta, feito meu estudo empírico, não, já quis partir para uma coisa mais global, que tomasse o mundo. E deu nisso.

(N): E como Florestan Fernandes entrou na história?

(H): Marquei com ele e levei a tese. A primeira versão tinha 520 páginas. Ele leu e marcou quando eu deveria ir para comentar. Ele ficou cinco horas falando mal da tese, criticando ferozmente, mas, ao mesmo tempo, ele dizia: “você não vai para o doutorado, vai para a livre-docência”. E eu não queria, eu queria fazer todos os passos que existiam na época que eram o doutorado, a livre-docência, concurso de adjunção que era só de títulos (eu chequei a fazer este) e finalmente titular. Eu me aposentei como titular mas não deixaram eu fazer o concurso porque a constituição de 1967 tornou os regentes de cadeira professores titulares; então eu não pude fazer o concurso mas eu quis e insisti muito que eu queria fazer. Foi o Florestan que não

me permitiu fazer o doutorado porque, veja bem, eu faria o doutorado com a pesquisa que eu tinha feito, faria a livre docência com esse [*refere-se ao livro A mulher na sociedade de classe*] depois o seguinte era de títulos e depois viria o de cátedra. Bom, eu resisti, resisti mas ele não aceitou e eu tive que mudar e ir para a livre-docência. Ainda foi a tese para ele mais uma vez. As críticas que me pareceram pertinentes eu acatei. Mas a maioria não teve esse destino não.

(N): Que tipo de críticas?

(H): Muito a crítica metodológica porque meu livro era escarradamente marxista e Florestan, a meu ver, foi socialista do ponto de vista político mas como intelectual não. Quando ele leu (e eu já trouxe prontinha a tese, não havia mais mudança) aí ele leu e disse: “mas você é muito boba, ter dividido em três partes” A primeira e segunda ele achou que devia ser a livre docência. E a terceira ele achou que devia ser do concurso de cátedra. Mas eu já quis fazer com tudo e fiz e não parei de produzir então é curioso porque eu acho que eu me identifico muito mais com Antônio Cândido de quem eu fui aluna em sociologia, na última turma antes dele bandear para a Teoria da Literatura, mas ainda é “O Professor”, eu sou a “Dona Heleieth” para ele, ele sempre foi muito formal e nunca me apadrinhou; Mas, com Florestan é curioso porque ele foi rigorosíssimo e eu entrei pagã nessa história, eu podia ter sido reprovada. Eu pensava: “será que ele finge que eu sou a aluna do coração dele porque não é possível, falou tão mal da tese e quer que eu vá para a livre- docência, na docência ele vai reprovar”. Olha, eu fiquei uns quinze dias sem poder trabalhar pensando nisso. Aí como eu sempre tomei tudo como desafio, eu falei: “vou mostrar para ele quem sou eu”; sentei e fiz as mudanças que me pareceram corretas. As outras eu não fiz, às vezes até acentuei meu ponto de vista e ele foi genial porque ele aceitou.

A banca, o Conselho Estadual de Educação fez uma guerra psicológica terrível porque espalhou o boato de que todos os membros da banca seriam mudados. Porque o processo de escolha da banca era o seguinte: quem mais conhecia os “bambambans” da área em que se estava trabalhando era o próprio candidato e cabia a ele apontar e à congregação ratificar ou retificar. Nunca tinha havido um caso em

que se mexesse na banca, porque depois o conselho simplesmente ratificava. E aconteceu que eles espalharam esse boato; Eu pensei na nata da sociologia que estava no Brasil: Florestan Fernandes, Rui Coelho que é uma pessoa cultíssima, você imagine que aos dezoito anos ele já havia publicado um ensaio sobre Proust, muito culto, o terceiro era o Antônio Cândido [refere-se a Antônio Cândido de Mello e Souza] que tem esse maravilhoso livro *Os conselhos do rio bonito*, e na defesa ele disse que normalmente os sociólogos escreviam muito mal e que ele tinha ficado feliz em verificar que eu escrevia muito bem, foi meu momento de glória porque o Antônio Cândido é exigente mesmo. Ou seja, três medalhões. Depois, a Gioconda Mussolini que era professora de Antropologia, tinha sido minha professora e eu queria uma mulher na banca e ela era a mais categorizada. E, finalmente, o Luis Pereira que, enfim, eu tinha sido assistente dele e ele me havia convidado para trabalhar mas, por sugestão de Florestan, porque o Luis era muito tímido e ele não queria mulher, queria homem. E o Florestan disse: “olha, você está pensando no fulano? Heleieth dá de dez a zero nele, é muito melhor você ficar com ela”. Só assim foi que ele convenceu o Luis e ele me convidou.

No dia da minha defesa de tese não se entrava na faculdade. Havia gente, o auditório inteiramente lotado, as escadas, o chão todo, não havia onde se botar o pé. E o concurso de livre-docência é muito cansativo, é uma maratona. Tem prova disso, prova daquilo, ah meu deus. E, ainda o Antônio Cândido tinha um problema de uma viagem e me pediu para fazer duas provas no mesmo dia, a aula e a defesa, eu acho. Foi a única banca até hoje em que o Conselho Estadual de Educação mexeu. Eles queriam alterar a banca toda mas não fizeram isso porque mexer com os três medalhões não é para qualquer um. Acho que ficaram com receio. Então não mexeram com Antônio Cândido, Florestan, mas em compensação tiraram o Luis a Gioconda e colocaram no lugar deles o Heraldo Barbuy que era professor da USP, da ala mais reacionária. O Barbuy, além de pertencer à unidade da USP mais tacanha ele próprio como pessoa era muito carola, papa hóstia mesmo. E, finalmente, alguém que devia conhecer, eu não sei quem foi, que devia conhecer o Barbuy e sabia que ele afinava com o Conselho. Porque aconteceu que eu entreguei em dezembro de 1966, que era o prazo fatal, eu entreguei e foi para o Conselho. E um membro do

Conselho justamente um padre adoeceu e fez o seguinte, levou minha tese para ler no hospital. Então deu carta branca pro Barbuí e disse: “se trata de uma candidata comunista, ela só conhece o Manifesto do Partido Comunista”,

(N): Mas a senhora chegou a ser filiada ao partido comunista?

(H): Eu nunca fui filiada, detesto partido político, gosto de política mas não de política partidária; Este homem foi envenenado pelo conselho, por esse padeco que leu o trabalho ou deve ter lido meio em diagonal, sei lá o que houve. Então o Barbuy foi com carta branca para me reprovar, bastava ele dar um décimo a menos que sete, e pronto, eu estaria reprovada. Mas alguém que ficou sabendo, não sei nem de quem se cogitava como quinto membro. Houve um anjinho da guarda que deu uma soprada e disse “não, ela não conhece só o Manifesto do Partido Comunista, conhece Weber, conhece isso, aquilo”. Aí eles puseram o Pinho [refere-se a Clemente Segundo Pinho], que tinha curso de Letras e Filosofia, então ele podia examinar a tese e ele trabalhava na USP e deixou para trabalhar na hoje UNESP, então ele era meu colega e acabou sendo um dos examinadores. Houve uma troca de fogos entre eu e o Barbuy; foi feia. Mas eu devo dizer que considero que esse homem teve uma atitude honesta pois ele tinha carta branca para me reprovar, ele me deu nota baixa nas outras provas mas também não podia aspirar nota alta porque eu não tinha doutorado, tinha muito poucas publicações, dando todos aqueles cursos, estudando feito um camelo, quando é que eu tinha tempo para publicar? Não tinha e nem condições. Então eu tive notas baixas. Na aula acho que não foi muito justo. Todos foram muito rigorosos porque eu assisti a aulas de colegas meus para as quais eu daria nota 6, 7 e tiveram 9 e 10.

O próprio Florestan não deu a nota máxima. No caso do Florestan eu imagino por quê. Ele não admitia que a primeira tese fosse teórica, tinha que ser empírica. Acho que foi isso. E cada um teve lá suas razões e eu sei que eu tive nota baixa também na aula. Mas na defesa de tese eu tive dez por unanimidade. Isso ainda deu uma média pequena, hoje quando se fala em 9,5 todo o mundo acha pouco, mas naquela época você tirar uma nota dessas! Isso era uma demanda lá de dentro mesmo,

porque a gente tinha saído dessa formação éramos nós próprios que exigíamos esse rigor.

O Florestan leu e não quis dar a nota máxima. Não sei o que aconteceu porque no intervalo os membros da banca se reúnem, conversam então isso eu não sei. Eu calculo que o Florestan não tenha gostado de eu ter escapado da norma dele. Porque ele orientava assim, a primeira frase era dele e ponto final. Ele falava e todo o mundo acatava. Mas foi assim.

(N): Percebi em seu livro que há uma utilização de dados e livros da corrente cepalina. Como foi essa aproximação?

(H): Deixa eu ver como foi. Isso é posterior. Depois do golpe no Chile eu tinha muito contato com o pessoal que havia se exilado no Chile e que quando houve o golpe contra o Allende foram para o México. Eram a Vânia Bambirra, o marido dela na época o Dr. Teotônio Santos, Rui Mauro Marini, e eu ia muito ao México naquela época. Então eu conhecia tudo que dizia respeito à Cepal, mas, antes? Só pode ter sido pelo Fernando Henrique e pela Ruth (Cardoso) porque quando eles moraram no Chile a biblioteca deles ficou na minha casa. Eu não gosto dele, tanto que eu nunca votei nele. Outro dia houve uma homenagem de feministas à Ruth e me pediram que eu falasse e eu dei umas diretas nele! Disse que eu gostaria de falar sobre aquilo que a Ruth não foi, não porque não pudesse mas porque não quis. Ela não quis ser estrela. Mas ela fazia uma pesquisa honesta e correta. Porque? Porque FHC e Serra plagiaram a teoria da dependência que foi de Rui Mauro Marini. E como eu sei disso? Exatamente por ter o Teotônio dos Santos, a Vânia e o Rui Mauro, estavam exilados no México e eu ia muito lá. Até o João Guilherme estava lá com a família. Era importante, porque no Brasil havia poucos dados então era importante a produção da Cepal.

(N): Como foi o lançamento de A Mulher na Sociedade de Classes, qual foi repercussão, a senhora me disse que estava na França neste momento?

(H): Lá na França a repercussão foi grande porque havia muitas mulheres exiladas ou acompanhando seus maridos exilados. Então havia muitos grupos feministas de brasileiras. Eu fiz palestras lá, fui convidada várias vezes. E depois pelas francesas. E em 1984 quando eu fui convidada a trabalhar no Centro Nacional da Pesquisa Científica (França) eu fiz várias palestras, todo o mundo se interessa pelo Brasil. E no livro eu contrariei todas as crenças existentes naquele momento. E hoje, às vezes, me dizem “A senhora não mudou no que tange à consideração de que havia uma tendência do capitalismo da expulsão das mulheres da força de trabalho nacional, mas tem as tabelas da Cristina Bruschini” E eu digo: o que tem as tabelas? Elas estão corretas, agora vão perguntar à Cristina onde estão empregadas as mulheres que ela considera como participantes da força de trabalho efetivamente empregada. Todas na periferia das atividades capitalistas. A maioria, mais da metade das mulheres, está em atividades informais. Claro que essas atividades servem ao sistema capitalista mas elas não tem as garantias que esse sistema dá. Eu continuo defendendo com unhas e dentes esse livro. Claro que alguma coisa eu mudaria, a compreensão da história hoje é muito mais rica, o próprio conhecimento que eu tenho do enfoque feminista da história é outro, o que mais? Uma série de coisas.

(N): Na nota preliminar do livro há uma frase que diz não se tratar de um livro feminista. Porque a senhora fez esta afirmação?

(H): Hoje eu não faria. Porque eu ia muito à televisão, me convidavam muito e toda a vez que eu ia à televisão, você sabe, o que interessa para este tipo de sociedade é denegrir o feminismo. Eu escrevi um artigo fazendo uma classificação dos feminismos, não sei se você conhece, é velho esse artigo, trata do feminismo liberal, socialista, são cinco tipos de feminismo. Hoje a minha compreensão de processo é diferente. Eu avancei muito na compreensão do método do materialismo histórico, encontrei em leituras que eu fiz dos textos de Marx apoio para não hierarquizar classe, sexismo e racismo. Descobri que o racismo e o sexismo são irmãos gêmeos, eles nascem no mesmo momento, juntos, só que a escravização da mulher é diferente da do homem e isso nós vemos até hoje porque o homem entra na força de

trabalho como trabalhador. A mulher não, ela entra primeiro como mulher, a mulher trabalhadora. Porque quando ela foi escravizada enquanto o homem, no início era fisicamente eliminado porque representava um perigo muito grande, posteriormente os povos vencedores perceberam a besteira que faziam, que deveriam aproveitá-los como força de trabalho. Então os homens eram força de trabalho. E as mulheres? Elas entravam como força de trabalho, como produtoras de força de trabalho porque são reprodutoras e prestadoras de serviços sexuais. Veja você, hoje quantos e quantos casos nós conhecemos de mulheres que foram obrigadas a ceder ao assédio sexual do chefe para manter o emprego ou que perdeu o emprego porque não consentiram no que o chefe propunha.

(N): A verdade é que a mulher é vista primeiro como mulher, depois como trabalhadora ou outra função. Tanto que as mulheres precisam estudar mais anos para ter acesso a determinados postos de trabalho que os homens alcançam com uma escolaridade menor.

(H): Para mim isso foi fundamental, eu entendi isso muito cedo então eu estudava mais. Colegas homens que começaram a carreira acadêmica em 1959 nunca fizeram nenhuma tese e se aposentaram como titulares porque todos nós viramos titulares pela constituição de 1967. E eu sabia que isso podia acontecer e aconteceu. Mas se fosse mulher.... Eu tive uma colega, muito amiga, professora de alemão, já falecida, que ela chegou a perder o tempo integral.

(N): Voltando à questão do livro e ao fato de – na primeira edição – afirmar que não se tratava de um livro feminista...

(H): Ah, sim, veja bem, não é que eu não fosse feminista. É que os meios de comunicação pegavam sempre o que era pior para usar como rótulo de feministas. Então, houve uma corrente que nunca foi muito expressiva mas que era a pior que era das feministas radicais. Elas nunca foram radicais do ponto de vista político. Elas

eram radicais porque advogavam uma sociedade só de mulher. E eu sou partidária do radicalismo, mas do radicalismo político, o que este não era. Toda a vez que eu ia à televisão ou ao rádio eu tinha que explicar de que feminismo eu era, por isso que saiu assim.

(N): Na nota à segunda edição você destaca a importância do crescimento dos movimentos feministas. Teria havido um processo de maior aceitação do feminismo pela sociedade brasileira?

(H): A segunda edição é de 1976 e a primeira foi de 1969, foi um período muito curto de tempo. Não, acredito que tenha sido isso não. O que aconteceu é que eu passei a me importar muito menos com o rótulo que me davam.

(N): Quando a senhora se reconheceu como uma pensadora feminista?

(H): Eu não separo o pensamento da prática. Você veja o que eu fiz com o meu marido poucos dias depois de ter me casado. E não foi só isso que eu fiz, fiz outras coisas também. Quando há uma adequação entre o pensar e o fazer, não dá pra separar só o pensamento. Eu sempre fui rebelde, sempre tive auto-estima elevada. Porque o que a Betty Friedan no fundo descobre com aquele livro é uma baixíssima auto-estima da mulher americana. Essa mulher podia fazer várias coisas e, no entanto, ela fica em casa limpando aqueles casarões e bebendo. Eu tinha uma postura muito mais próxima da conduta masculina do que da feminina. Acho que para me afirmar. Eu era muito jovem, um espirrinho de gente, então para me impor. Eu comecei minha carreira com 27 anos lecionando na universidade. Eu entrei muito crua, não havia pessoal qualificado na época. A pós-graduação não havia sido organizada, então não havia. Havia a possibilidade de se fazer o doutorado à francesa. Então era uma mistura do sistema francês com o alemão, a livre docência é do sistema alemão. Quando você não recebe a orientação e não passa pela pós-graduação você é muito crua e eu felizmente criei muita coisa porque o Luis não tomava conhecimento de mim. E eu não tinha pra quem perguntar então boa coisa

que eu fiz foi que no primeiro ano eu pedi aos alunos que se organizassem grupos e cada grupo escolheria um assunto e cada grupo faria uma pasta com recortes de jornais sobre aquele assunto e fazendo comentários ao lado do artigo. Eu brinco com as coisas porque cria um clima muito mais propício à aprendizagem, faço muita brincadeira, muita piada, você leu aquele artigo *A violência doméstica ou a lógica do galinheiro?* É bem jocoso e outro dia eu fiz uma palestra à convite da prefeitura e havia defensoras e defensores públicos, delegadas, enfim, gente que agora está lidando com a Maria da Penha [lei]. Eu sou pela re-educação, não sou a favor do encarceramento, não gosto disso. Uma defensora me perguntou o seguinte: “Nós vamos dar educação de gênero e eu queria saber sugestões suas, por onde a gente começa, o que a gente faz?” E eu perguntei: “em que nível?” Ela falou: “todos”. E ficou todo o mundo esperando que eu desse uma brilhante idéia extraída de algum livro famoso. Eu me virei pra moça e disse: “Você tem filhos?” e ela disse “dois” e eu falei: “tem algum homem ?” “os dois” e eu perguntei: “e como é que eles fazem xixi?” A moça ficou atrapalhada, de certo pensando, como é que essa mulher pergunta isso? Ela respondeu “em pé” e eu falei “porque em pé se sentado é muito mais confortável?” Ela não soube responder. Eu fui mostrando como, enquanto existir esta estrutura material que sustenta o sexismo, o machismo, isso não vai cair. SE a gente puxar o tapete.. Ela queria saber se era possível [mudar]. Eu levei o caso de um doutorando meu que fez a experiência com os meninos dele e os dois meninos faziam xixi sentados, sem sujar o banheiro todo que é o que os homens fazem (risos). Eu falei para ela que ia tudo muito bem, e a desgraça veio quando eles foram para a escola porque a escola ensinou aquilo que nós queremos destruir. Então você pegue o que a escola ensina, inverta tudo que vai dar certo!

(N): A educação tem um papel diferencial. Inclusive teve um papel importante em sua vida.

(H): A educação é fundamental e a vivência das coisas porque às vezes eu digo qualquer coisa em conferências e as pessoas ficam meio assustadas mas eu tenho

experiências que eu posso relatar. Não são coisas lidas, são coisas criadas por mim, postas em prática e que funcionaram.

(N): Quando você conheceu Rose Marie Muraro?

(H): A Rose trabalhava na Editora Vozes e ela resolveu publicar no Brasil o livro da Betty Friedan. E convidou Betty Friedan para o lançamento do livro em português. Foi um negócio terrível o que aconteceu; Essa senhora era realmente muito mal educada. Eu tive uma experiência com ela que, olha, quase me levou às vias de fato. Então a Rose, que é muito dada à comunicação, arranjou uma entrevista para a Betty Friedan no Pasquim. E o entrevistador foi, deixa eu me lembrar, o Millôr, que esculhambou. E era perfeitamente possível fazer isso em função do que a senhora verbalizava. E havia uma dificuldade muito grande em falar em feminismo. E a Rose havia lido o meu livro, a primeira edição, e me procurou, foi até minha casa em Araraquara para me conhecer e me propor levar o livro para a Vozes. Foi assim que aconteceu a mudança. E também a *Quatro Artes*, estava em uma situação financeira bem difícil, estava desaparecendo e já não era possível negociar com ela. Eu também saí do Brasil nessa época, então era complicado. Houve o lançamento de meu livro e nós viajamos, em 1969 (viajou com o marido para a França) Eu nem sei qual foi, quer dizer, eu sei de ter ouvido, mas eu não estava aqui para sentir o impacto que o livro causou. Aí eu volto da França um ano depois e a Rose me procura, e tudo passa para a Vozes, editora que publicou mais dois ou três livros meus.

Nós ficamos muito amigas, somos até hoje. A Rose uma vez viajou comigo (para a França) e ficamos hospedadas no apartamento da Jaqueline (amiga francesa). E depois aqui no Brasil eu havia prometido à Jaqueline que eu iria ao Rio (de Janeiro) com ela mas no fim resolvemos levá-la a Brasília, cidades históricas de Minas, à pousada do Rio Quente, que é o que eu mais gosto porque são geisels e a água sai quente das pedras e há piscinas naturais. Nós fomos e ela gostou muito. Enfim, resolvemos passear com ela – meu marido e eu – e acho que foi melhor para ela porque conheceu mais do Brasil, mas, por outro lado, ficou meio abandonada no Rio porque a Rose “olha, sua cama é essa e vire-se”, e não é bem assim que eu trato,

sobretudo estrangeiro que não conhece o Brasil. Mas, enfim, como a Rose a conheceu e, por meu intermédio ficou hospedada em casa de Jaqueline, eu achei que devia comunicar da doença e da gravidade. Mas a Rose não ligou nenhuma vez e nem me pediu o telefone. E eu sempre estou tomando a iniciativa de dizer como estava a Jaqueline. E quando ela faleceu eu que tomei a iniciativa e não sei se fiz bem ou mal porque a Rose não está bem. Se for verdade o que ela me disse, escapou da morte por um triz.

Rose e eu nos falamos sempre, se eu não ligo, ela liga. Nós nos conhecemos em função da vinda da Betty Friedan. Ela me telefonou e eu fui buscá-la na estação porque ela chegou de trem. Ela ficou uns dias na minha casa e ficamos conversando e ela propôs publicar o livro e começou assim o meu relacionamento com a Vozes. Depois ela acabou sendo demitida, Frei Ludovico também. E Frei Ludovico era uma gracinha, um velinho que era um amor. Não havia nada de subversão no que ele fazia, mas ele permitia que Rose e eu fizéssemos. E, primeiro deram uma podada nele, ficou sem cobertura, sem proteção. As coisas pioraram. E, depois, em seguida, foi ela.

(N): Na entrevista com Rose Marie Muraro ela também falou de uma práxis diferenciada que acabou resultando em uma produção intelectual que ocorreu meio que por intuição. No seu caso, há alguma semelhança?

(H): Não sei se posso falar em intuição porque eu sou muito racional, eu não sou como a Rose. Para mim a razão está sempre presente. Eu nunca tive paixão cega, dizem que fazem as maiores besteiras quando são tomadas por essas paixões cegas. Eu amava muito meu marido, sim, sinto a falta dele, mas nunca fui cega não. E no momento em que ele quis me dominar eu já levantei a cabeça. Eu acho que eu não tenho a mesma trajetória da Rose. Embora eu tenha tido que ser bastante auto-didata na medida em que nunca me haviam ensinado nada, na medida em que nada eu tinha visto. Claro que eu li as conversações entre o Lênin e Clara Zetking eu li essas coisas todas do marxismo mas elas são ruins, são mecânicas. Quando eu fui a Cuba a primeira vez eu quis já comprar todos os manuais da Academia Soviética de Letras

e fiquei escandalizada porque o materialismo histórico era pensado mecanicamente. E eu dizia para o meu marido “olha, se Cuba for por esse vai se arrebentar muito” Não dava para aceitar aquilo. Mas se você tomar aquele livro da Marta Heinecker ela é chilena e casada com o quinto homem do regime cubano. A Marta toda a vez que eu ia a Cuba me pedia para eu trazer o livro para ver se fazia uma nova edição mas no Brasil ninguém mais quer saber daquilo. A nossa formação é muito melhor que aquela; No meu caso me dizem: você era marxista ortodoxa e hoje você não é. Eu não fui ortodoxa em nenhum momento porque lidando com este tema eu não podia ser. Esse tema não cabia dentro do materialismo histórico, não para mim mas para os grandões aí não cabia. E quem estudava esse tema se situava – obviamente - fora do materialismo histórico. E eu rompi com isso mas eu não consegui – talvez até por falta de tempo, de reler muitas vezes os textos de Marx – encontrar apoio e afirmar que não é possível sem deturpar a realidade classificar sexismo ou racismo e classes sociais. Estão todas no mesmo patamar embora a história de cada uma varie. O próprio Marx foi machista, teve um filho fora do casamento, de uma empregada, é muito problemático, acho que eu sou mais coerente do que ele (risos). Ele era homem e podia não ser coerente, eu não pude.

Eu apresentei um trabalho meu num fórum social mundial de porto alegre, era um trabalho de umas cem páginas. No meu último livro houve fixação de páginas e eu não podia ir além disso. E uma série de coisas que eu considero importante fui obrigada a tirar. Então eu queria ampliar sobretudo as idéias do quarto capítulo. Duas amigas de Brasília quiseram publicar uma antologia e me pediram para reduzir tudo isso a menos trinta páginas. Eu disse para elas que eu não tinha tempo agora, se elas quisessem fazer isso por mim eu achava glorioso. E, olha, nunca ninguém tinha feito isso por mim, elas fizeram e com maestria. Eu tenho muita dificuldade em sintentizar porque eu sou muito falastrona e elas fizeram um trabalho esplêndido e deve sair logo, eu chamei a ontogênese do gênero. Eu te mando por email. O que você achou estranho na minha obra?

(N): Neste momento estou centrando mais em *A Mulher na Luta de Classes* porque a banca de qualificação sugeriu que eu cortasse os anos 70 e 80.

(H): Todo o mundo diz que o feminismo no Brasil nasceu nos anos 70 e não é verdade. Você quer ver. Eu não tinha um único livro ou artigo que tratasse de mulheres numa sociedade capitalista usando o método marxista, nenhum. Porque a Simone era existencialista, o resto quase todo era de funcionalistas. Em 1966 apareceu aquele artigo da Juliet Mitchel mostrando as quatro estruturas das quais as mulheres participam então foi um artigo diferenciado. Eu lembro que quando saiu a revista, em novembro de 1966, eu já estava com o trabalho quase pronto. Quem me deu de presente foi o Florestan. E aí eu passei a assinar a revista.

(N): Como foi a sua relação com a ditadura militar? Em algum momento houve questões de censura?

(H): Houve aquela guerra do conselho, houve coisas desagradáveis, telefonarem para minha casa dizendo que nós dois éramos da linha chinesa e sobre a china não se sabia nada! Besteiras. Eu não fui torturada, não fui presa, eu tive aborrecimentos. Sabia que meu nome estava na lista dos demissíveis, sabia que eu poderia perder o emprego a qualquer momento e aí seríamos os dois desempregados mas eu não mudei meu sistema de aulas, continuei dando as aulas do mesmo jeitinho, falando tudo o que eu pensava, o que eu queria e eu politizei os alunos com esse trabalho de jornal porque eu reservava uma hora por semana para discutir o trabalho de um ou dois grupos. Então partíamos de acontecimentos e chegávamos a conceitos. É bastante interessante ensinar desta maneira porque fica mais concreto o conceito e o aluno aprende de maneira mais fácil, meio que brincando. Então é muito comum em conferências rapazes perguntarem como é que nós vamos fazer a nossa emancipação. E eu digo sempre, quando nós feministas começamos a trabalhar na nossa não havia nenhuma receita, nós fomos criando na medida em que as coisas aconteciam, e vocês têm que fazer algo semelhante porque receita não há não.

(N): E como foi a sua relação com os intelectuais de esquerda, houve resistência ao seu trabalho?

(H): Até atualmente eu sou criticada pelos marxistas porque eu não sou uma marxista ortodoxa, e sou criticada pelos não marxistas porque sou uma marxista ortodoxa! Veja bem, numa conferência que eu fiz à convite da *Boitempo* [editora] um deles se manifestou e disse assim: não podia aceitar essa minha idéia de colocar no mesmo patamar o sexismo, o racismo e as classes sociais. Então tem gente que hierarquiza e é firme em esta hierarquização e eu acho que na medida em que se continue a hierarquizar se dá uma importância maior às classes quando na verdade você vê que quando nós nascemos, qualquer pessoa, já tem um destino traçado. São três destinos: de acordo com o sexo, o da raça e o da classe social. Dizer que, e a Rose diz isso, que a criança quando nasce seu primeiro contato é com a classe social, eu acho que não é só não. É simultaneamente com os três. Ela será vestida de acordo com seu sexo, ela receberá determinados rituais de acordo com a religião, cultura, portanto relacionada a questões de etnias. Da classe social, vai tomar leite materno, vai tomar leite em pó, ou vai tomar quase água.

Mas eu trabalho com o espaço do imponderável, ao mesmo tempo em que eu reconheço um certo determinismo. Eu sei, porque eu mesma fui capaz de mudar meu destino então porque os outros não iriam conseguir? Muita mulher, muito homem mudou o seu destino nas três contradições. Pra começar esse conceito de identidade, quando é usado de modo fixo, é uma tragédia, só atrapalha, não ajuda em nada. Eu prefiro trabalhar com subjetividades. A identidade é dada por uma série de subjetividades e nós matamos algumas delas, damos nascimento a novas, estamos em permanente mudança.

Nesse trabalho da ontogênese do gênero eu mostro que o conceito de gênero é muito vago, não passa de uma categoria gramatical. Agora, podemos usá-lo? Podemos, ele é ótimo, economiza papel! Agora ele é válido? Ele é. Mas o conceito quanto mais extenso, menos profundo ele é, é o caso do gênero. Gênero serve para a história inteira mas quando eu digo gênero eu não sei quem manda em quem. Mas se eu disser "ordem patriarcal de gênero" aí eu sei que se trata de uma fase do gênero patriarcal e o título já comunica ao leitor, ao ouvinte a direção do vetor da dominação. A palavra dominação não uso sozinha porque aí eu acho que se cai num construto

weberiano então eu uso exploração-dominação tomando o cuidado de não usar sempre na mesma ordem para evitar que o leitor pense em dois processos, um que acontece primeiro e outro que o sucede. É um único processo com duas faces.

Estão tentando desenvolver um trabalho em que se use exclusivamente o conceito de gênero e aí eu não concordo. Porque a história mostra que faz seis, sete mil anos que nós temos a ordem patriarcal de gênero e foi um belo legado das feministas radicais o conceito de patriarcado. Mas as categorias que dominavam ainda eram cartesianas, dicotômicas. Então se a sociedade hoje é patriarcal, no passado ela deve ter sido matriarcal? Mas será que a maneira de fazer a pergunta não é decisiva em ciência? Porque se a pergunta fosse: bem hoje nos temos uma ordem patriarcal de gênero, mas não teria havido no passado sociedades igualitárias? Me parece que esta pergunta teria induzido estudiosos a definir um outro campo epistêmico.

(N): A senhora concorda que hoje já se caminha para a construção de uma epistemologia feminista?

(H): A defesa desse ponto de vista eu tenho mais dúvidas do que certeza. Não posso lhe dizer nem sim nem não. Há alguns anos atrás eu organizei uma mesa na ANPOCS que se chamava mais ou menos assim: teriam os estudos de gênero contribuído para a construção de um novo paradigma metodológico? Contribuído, já é bem mais modesto e mesmo assim, será que nós chegamos a construir um paradigma metodológico distinto? Não sei. Quanto mais a gente aprende, Natalia, mais dúvidas aparecem. Quando se é jovem não se tem dúvida nenhuma.

(N): Em seu livro *A mulher na sociedade de classes* você fala da intenção de questionar uma sabedora convencional que se manifestava em todos os níveis de conhecimento. A quem você se referia?

(H): Havia um economista que criticava a sabedoria convencional, John Galbraith, *A Sociedade da Abundância*. É um liberal. Enquanto a estrutura material contiver lugares para o homem e para a mulher não se desmontará a ideologia patriarcal.

Agora não me venham com a história de que a ideologia patriarcal vai demorar setecentos anos pra cair, ela pode cair logo, pode demorar muito mais, depende dessa estrutura material. Minha grande briga com a Mary Castro, nós somos grandes amigas, ela disse: “Heleieth, não há mais estrutura patriarcal, acabou, então o patriarcado se desmilinguiu”. E eu disse: “Mary! Está tudo aí”. Veja bem, não seria o caso de voltar para a conferência sobre o xixi dos filhos, podia perguntar na escola se os banheiros são pequeninhos, adaptados para crianças, mas são diferenciados por gênero, há uma estrutura inteira. O poder exige uma estrutura muito sólida. Na medida em que essa estrutura de poder esteja viva, a ideologia se mantém. Se morrer a estrutura material, despenca.

(N): No seu livro você já analisava como o capitalismo vai se apropriando de uma tradição, de uma cultura pra naturalizar determinadas desigualdades e que isto seja absorvido sem que seja perceptível. E este discurso vai sendo renovado. E as mulheres de minha geração ainda vivem nesse conflito, o que nós vamos ser? Boas profissionais, mães, nos dedicar ao casamento e, ao mesmo tempo, estar lindas, magérrimas, é um conflito que a sociedade capitalista nos coloca. E não se discute, por exemplo, a divisão sexual do trabalho doméstico.

(H): Meninas que pra serem modelos não comem e morrem de inanição. Eu detestava televisão e não assistia novela. E há pouco tempo, mais para o fim da *Belíssima* [novela da rede globo] que os meus amigos começaram a comentar e eu comecei a ver e a achar interessante. Estou achando interessantíssimo a Globo. Eu lembro que eu dei um parecer desfavorável para uma bolsa e o objeto de estudos era a família brasileira. E eu falei, pronto, está riscado do mapa, que objeto é esse? Existe a família brasileira? Não existe. Existe aquela constituída de mãe, pais filhos, existe aquela constituída de mãe e filhos, pais e filhos, famílias extensas, existem n famílias. Agora veja bem, a Globo lança um tipo de família que agride a moral cristã. Trata-se de uma moça e dois rapazes. Um deles é *straight* o outro é homossexual mas pode ter transado com ela. Os dois querem a paternidade sem querer o exame de DNA dizendo que eles têm muito amor para dar àquela criança. Eu acho que é maravilhoso

é ter o afeto, não é o fato de haver ou não uma jurisprudência sobre isso. Achei uma beleza porque é uma agressão à família cristã, mas ao mesmo tempo algo viável, apresentada pela via do afeto, eu fiquei encantada. Agora nessa *A Favorita* já tem mais um garoto que tem dois pais.